

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: A SOCIEDADE EM SUA INTEGRALIDADE

VOLUME IX



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: a sociedade em sua integralidade

9ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

9ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais aplicadas: a sociedade em sua integralidade
/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2022

250 f.: il

DOI: 10.37423/2022.edcl562

ISBN: 978-65-5367-183-6

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

<https://doi.org/10.37423/2022.edcl562>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2022

CAPÍTULO 1	6
RETORNO DE AÇÕES E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: UM ESTUDO COM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS DE CAPITAL ABERTO	
Douglas Arguilar Barbosa	
Jaqueline Carla Guse	
Carine Dalla Valle	
Andréa Cristina Dörr	
Ana Paula Schervinski Villwock	
DOI 10.37423/220806370	
CAPÍTULO 2	32
MORADIA GUARANIO: PROJETO CONCEBIDO COLETIVAMENTE, A REPRESENTAÇÃO ACESSÍVEL E OS DESDOBRAMENTOS DE OBRA	
Anita Rodrigues Freire	
Carolina Jessica Domschke Sacconi	
Otávio Helena Sasserón	
Tais Rodrigues Freire	
DOI 10.37423/220806382	
CAPÍTULO 3	45
SABERES AFRICANOS, PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: “NLEKES”, INTERMEDIÁRIOS ENTRE AS CULTURAS (SÉCULOS XVIII E XIX).	
Fernanda Ribeiro Rocha Fagundes	
DOI 10.37423/220806410	
CAPÍTULO 4	60
DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PIAUIENSE: UM OLHAR SOBRE JAICÓS-PI	
Maria Eduarda de Lima Coutinho	
Tamyres Cristina Lemos e Silva	
Isis Meireles Rodrigues Sampaio	
DOI 10.37423/220806416	
CAPÍTULO 5	79
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE IDOSOS/AS SOBRE O MÉTODO PILATES E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO.	
Joseana Maria Saraiva	
Rosana Barbara da Silva	
Iêda Litwak de Andrade Cezar	
DOI 10.37423/220806437	

CAPÍTULO 6	95
LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE ANGOLANA	
Gabriela da Paz Araújo	
DOI 10.37423/220806438	
CAPÍTULO 7	104
CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DOS QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS NOS PERIÓDICOS DA ÁREA CONTÁBIL: UM ESTUDO LONGITUDINAL COMPREENDIDO NO PERÍODO 2003-2012.	
Roseane Patrícia de Araújo Silva	
Larissa Cristina Bazilio de Macêdo	
Izabela Lorena Ribeiro da Silva	
DOI 10.37423/220806439	
CAPÍTULO 8	124
O PLANO DIRETOR COMO MEIO PARA REVERTER O QUADRO DE EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	
Luísa Dallanora Vendruscolo	
Sheila Kocourek	
Xavéle Braatz Petermann	
Jairo da Luz Oliveira	
DOI 10.37423/220806442	
CAPÍTULO 9	157
DIAGNÓSTICO SÓCIO-PRODUTIVOECONÔMICO DE UM SISTEMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	
Karen Maria da Costa Mattos	
Katty Maria da Costa Mattos	
DOI 10.37423/220806457	
CAPÍTULO 10	173
ANÁLISE DA VALIDADE JURÍDICA DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (TPA) SEGUNDO A PERSPECTIVA DE JOSEPH RAZ	
Giuliana dos Santos Pinheiro	
Lise Tupiassu	
Simone Cruz Nobre	
DOI 10.37423/220806461	

CAPÍTULO 11	189
REDES ELÉTRICAS EM CIDADES INTELIGENTES COMO FATOR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Antônio Carlos Efig	
Carolina Efig	
Cristina Alves Rabelo	
DOI 10.37423/220806466	
 CAPÍTULO 12	 204
A INFLUÊNCIA DA TEORIA DO ETIQUETAMENTO SOCIAL NA ANÁLISE DOS DELITOS	
Alexandre Ramiro Zampieri	
Eduardo Puhl	
DOI 10.37423/220806472	
 CAPÍTULO 13	 232
PERCEPÇÃO DE DISCENTES DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE O CORPO PERFEITO IDEALIZADO NA MÍDIA	
Francisca Joyce Marques Benício	
Gertrudes Nunes de Melo	
Iraquiton de Oliveira Caminha	
Patricia Diógenes de Melo Brunet	
Ana Clara Cassimiro Nunes	
Giulyanne Maria Silva Souto	
DOI 10.37423/220806485	

Capítulo 1



10.37423/220806370

RETORNO DE AÇÕES E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: UM ESTUDO COM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS DE CAPITAL ABERTO

Douglas Arguilar Barbosa

Universidade Franciscana

Jaqueline Carla Guse

Universidade Franciscana

Carine Dalla Valle

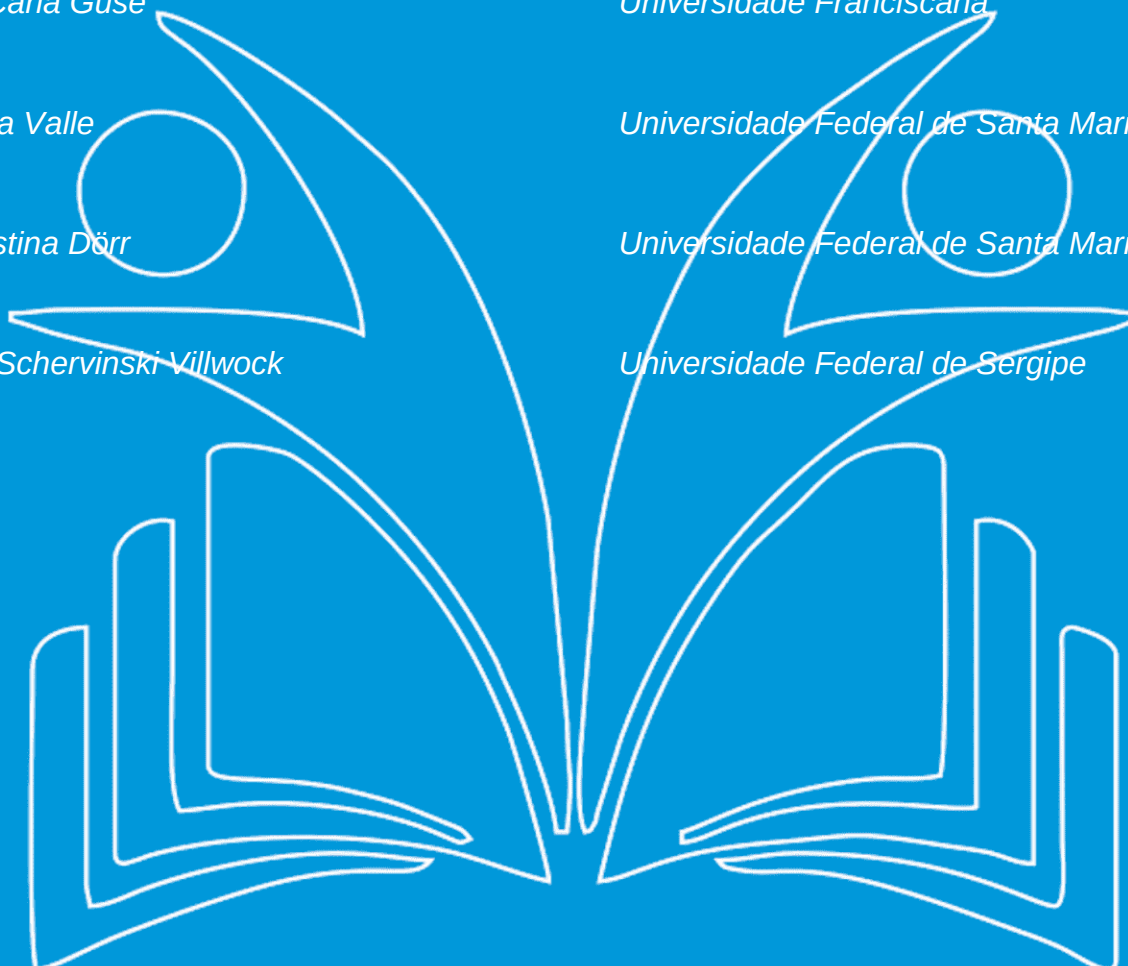
Universidade Federal de Santa Maria

Andréa Cristina Dörr

Universidade Federal de Santa Maria

Ana Paula Schervinski Villwock

Universidade Federal de Sergipe



Resumo: Este estudo avaliou o desempenho econômico-financeiro das instituições financeiras de capital aberto. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, descritiva e quantitativa. A população da pesquisa compreendeu as instituições financeiras listadas na Bolsa de Valores B3, sendo que a amostra contou com 11 empresas. Foi considerado para fins de mensuração de desempenho econômico-financeiro os indicadores CAMELS e para o retorno de ações o modelo CAPM. Observou-se que ao final da análise dos indicadores, que todas as instituições estudadas operaram em seus exercícios com seus valores abaixo de 1, com exceção do indicador LTC, em que algumas empresas superaram esse valor, e que, em relação ao retorno de ações, a maioria das empresas tiveram decréscimos ao longo do período analisado. Na comparação do retorno de ações com o desempenho econômico, constatou-se que a variável que apresentou maior relevância foi a *Return on Equity*. Conclui-se, com este estudo, que ter um entendimento aprofundado sobre as instituições financeiras torna-se importante, pois elas são essenciais para o comércio e empresas em geral, e que é de suma importância ampliar os conhecimentos em relação ao retorno de ações e desempenho econômico e financeiro, para que assim, as instituições financeiras consigam ter um melhor gerenciamento de seus investimentos.

Palavras chave: desempenho, instituições financeiras, indicadores.

1 INTRODUÇÃO

Com o impacto das recentes crises no desempenho das instituições financeiras, houve a necessidade de estas reduzir ao máximo seus custos, adequar seus processos e sistemas e buscar novas ferramentas de gestão para sobreviver e, principalmente, garantir seu desempenho financeiro e mostrar o quão eficaz e eficiente uma organização é para atingir seus objetivos. Partindo dessa perspectiva, o interesse da academia em questões sociais aplicadas à tomada de decisões de investimento experimentou um forte crescimento. Adicionalmente, as organizações financeiras têm dado muita atenção à formulação de indicadores inovadores capazes de reportar a responsabilidade social de uma empresa (LANDI; SCIARELLI, 2019; TOMO; LANDI, 2017).

Diante disso, considerando que o objetivo de toda empresa é aumentar a quantidade de dinheiro que os acionistas recebem, tornou-se essencial o uso de instrumentos que verifiquem o desempenho organizacional e conduzam a tomada de decisão de acordo com sua condição financeira (SUHADAK, KURNIATY, HANDAYANI; RAHAYU, 2019; FRAGA et al., 2016). Uma organização financeira é uma entidade estruturada e coordenada, prevista em lei com o objetivo e finalidade de, por meio da atividade peculiar de gerenciamento de recursos próprios e/ou de terceiros, dispor de meios monetários para financiar a aquisição de bens e serviços, a realização de empreendimentos, a cobertura de despesas pessoais ou gerais, a manutenção de capital de giro, o abatimento de dívidas preexistentes e as demais atividades inerentes à vida econômica das pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privadas (OLIVEIRA, 1999).

As empresas financeiras vêm perseguindo a maximização do retorno para os investidores por meio de diversas medidas de acompanhamento, na qual podem ou não acomodar uma correlação estreita com os retornos dos investimentos nas ações. Entre os diversos métodos para a análise da geração de valor, as empresas procuram identificar e/ou calcular os mais transparentes e leais, que possam servir de guia para seu planejamento estratégico. Neste sentido, a criação de valor para o acionista, que é avaliada pelos indicadores referentes ao desempenho das ações, necessita estar vinculada a um indicador de medida de valor intrínseco. Este é conduzido pela capacidade da empresa de gerar fluxo de caixa no longo prazo (NAGANO; MERLO; SILVA, 2003).

Assim, criaram-se métodos para calcular e acompanhar a geração de valor. Antigamente, estes processos eram muito relacionados a índices contábeis como ROE (*Return on Equity*) e ROI (*Return on Investment*) ou indicadores de fluxo de caixa como LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), sendo uma forma de mensurar a capacidade da empresa de gerar caixa para os seus fornecedores de capital (SILVA; FERREIRA; CALEGARIO, 2009). Ao efetuar investimentos

em ações tendo em vista lucros a longo prazo, uma das formas de avaliação que o investidor deve levar em conta é a solidez das entidades pretendidas, ou do âmbito que estão inseridas, e dentre esses setores destaca-se o setor bancário. Os bancos, além de possuírem esta característica de perenidade, também podem ser vistos como uma das categorias mais rentáveis do mercado. Esses resultados estão diretamente ligados ao grande spread bancário praticado pelas instituições financeiras (FRATTA e BARCELLOS, 2020).

O estudo das instituições financeiras tornou-se importante, pois elas são essenciais para o comércio e empresas em geral. Além de gerarem oportunidades de emprego para a sociedade, os bancos são responsáveis por financiar as operações oferecendo crédito e investimentos em startups, visam à obtenção de lucro, mas também fornecem serviços primordiais à sociedade, como realização de pagamentos, fornecimento de empréstimos, transferência de valores, gerenciamento e investimento de patrimônios. Devido a esses fatores, quando um banco “quebra” ou há uma greve dos bancários, quem acaba sofrendo é a população (KOMESU, 2013).

Tendo em vista o tema relacionado desempenho econômico-financeiro, o presente trabalho tem como problemática responder a seguinte questão: *qual a influência do desempenho econômico-financeiro no retorno das ações das instituições financeiras de capital aberto?* Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar a influência do desempenho econômico-financeiro no retorno das ações das instituições financeiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores B3.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os investimentos, de maneira geral, caracterizam-se por um compromisso que visa a obtenção de resultados, alinhados com estratégias e atividades de uma organização (Barbieri e Cajazeira, 2016). Logo, o desempenho se caracteriza como o resultado mensurável alcançado por uma empresa, unidade de negócio, um departamento ou um indivíduo em um período de tempo (FREZATTI et al., 2009).

Frezatti et al. (2009) destacam a importância da medição periódica do desempenho, que é realizada a partir das informações fornecidas pela contabilidade. Corroborando, Iudícibus (2008) e Bortoluzzi et al. (2011) enfatizam que a avaliação do desempenho econômico-financeiro geralmente ocorre por meio da análise das demonstrações financeiras, sendo a técnica de análise mais utilizada é a construção de indicadores (ou índices), os quais são uma relação entre contas ou grupo de contas das

demonstrações financeiras, com o intuito de demonstrar e informar os gestores da situação econômico-financeira da empresa (MATARAZZO, 2010).

Assaf Neto (2006, p. 103), argumenta que:

A análise das demonstrações financeiras visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico financeiro de uma empresa em determinado período, para diagnosticar, sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para a previsão de tendências futuras (ASSAF NETO, 2006, p. 103).

Uma das técnicas utilizadas é a técnica de análise de balanços, a qual permite averiguar o posicionamento econômico financeiro atual, bem como as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras, levando em conta a atratividade de investimento e a situação de equilíbrio ou a falência das empresas (ZAMPROGNO; DUTRA, 2013). Outras formas de mensuração de desempenho econômico-financeiro que planejam interligar a informação financeira com os indicadores qualitativos que mensuram o desempenho nas várias áreas de gestão das organizações, dentre esses, destacam-se *Balanced Scorecard* (BSC) e o *Tableau de Bord* (TB), nas quais são fundamentais para explicar os resultados econômicos e financeiros obtidos.

Além disso, tem-se a análise por meio de indicadores de rentabilidade, que demonstram o grau de remuneração da empresa aos capitais investidos e permitem também traçar tendências sobre os próximos anos por meio dos dados extraídos. Há diversas maneiras para considerar o quanto a empresa é rentável, dentre elas, analisando-se o lucro do ponto de vista das vendas, retorno dos seus ativos, capital próprio e, até mesmo, o valor das ações. Os indicativos citados formam uma base para análise por parte dos usuários da companhia sobre a expectativa da situação econômica futura (Quadro 1).

Quadro 1. Definições dos índices de rentabilidade.

Indicador	Conceito	Equação
ROA	O índice que “mede a eficácia geral da administração de uma empresa em termos de geração de lucros com os ativos disponíveis”.	$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$
ROE	O índice que “mede o retorno obtido no investimento do capital dos acionistas ordinários da empresa”.	$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
ROI	O índice que “evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação aos investimentos nela realizados”.	$ROI = \frac{\text{Retorno do Investimento} - \text{Custo do investimento}}{\text{Custo do Investimento}} \times 100$
Margem Líquida	O índice que “mostra o valor, em dinheiro, que sobra para a empresa (aos proprietários), para cada unidade monetária vendida”.	$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Total}} \times 100$
Lucro por ação	É o valor do lucro líquido de uma empresa pertencente a cada ação dessa companhia.	$LPA = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Número de Ações Emitidas}}$
EVA	É um indicador que demonstra a criação ou destruição de valor. Ele mede a lucratividade real de uma empresa.	$EVA = \frac{\text{Retorno sobre Capital Investido} - \text{Custo de Capital}}{\text{Capital Investido}} \times 100$

Fonte: Adaptado de Lima (2017).

O Quadro 2 apresenta os conceitos e fórmulas de cálculos de alguns dos mais utilizados índices de rentabilidade, como ROA, ROI, ROE, Margem Líquida e Lucro por Ação (LIMA, 2017). No que se refere a avaliação do desempenho econômico-financeiro das empresas que atuam na bolsa de valores, autores indicam a utilização do modelo de Adequação do Capital, Qualidade dos Ativos, Qualidade Gerencial, Resultado, Liquidez e Sensibilidade do Risco de Mercado (CAMELS), o qual este estudo foi baseado.

O modelo CAMELS, criado pelo Banco Central Americano – Federal Reserve – FED, tem por finalidade analisar as instituições financeiras, como um sistema de rating. A sigla CAMELS está relacionada às primeiras letras das dimensões de análise de desempenho utilizadas (CARREIRO; CUNHA, 2008), sendo: C - *Capital*: relacionada à estrutura de capital; A - *Asset Quality*: referente à qualidade dos ativos; M – *Management*: analisa a estrutura e o corpo administrativo; E – *Earnings*: refere-se à lucratividade;

L – *Liquidity*: procede ao levantamento dos índices de liquidez; S - *Sensitivity to Market Risk*: refere-se à sensibilidade ao risco de mercado. Bem como com suas respectivas equações.

O modelo demonstra taxas financeiras com as características de bancos, com a finalidade de criar a previsão de insolvência. No Brasil, este sistema vem sendo utilizado para medir o risco sistêmico dos bancos (TINELLI, 2017). Em suma, a liquidez na metodologia CAMELS está associada com a prática da instituição financeira em efetuar ativos em curto prazo, ou seja, converter em moeda corrente, ou então de se alcançar em curto prazo um financiamento, mas que não prejudique que cumpra com suas obrigações (TINELLI, 2017).

Portanto, analisar a capacidade informativa do mercado é indispensável para o planejamento de estratégias de investimento. Os resultados de diversos autores revelam que o desempenho econômico-financeiro influencia os benefícios internos e externos (BRESSAN et al. 2011; FERNANDINO et al. 2015; DAL MAGRO, MICHELS; SILVA, 2017; SILVA et al. 2017; ACEVEDO, PRADA; FERNÁNDEZ, 2019), o que justifica a análise por meio do método CAMELS neste estudo.

2.2 RETORNO DE AÇÕES

A busca por oportunidades de negócios com maiores margens de lucro e segurança organizacional movimenta a bolsa de valores em todo o mundo. Neste sentido, o movimento instiga pesquisadores, organizações e sociedade de diversas naturezas a investigar a existência de desempenho financeiro de empresas pertencentes a grupos de indicadores específicos de diferentes bolsas de valores (DE LIMA et al., 2022; DE SOUZA et al., 2021).

Os investimentos são importantes para a continuidade de uma organização e para geração de oportunidades, como é o caso de investimentos realizados no mercado de ações. Logo, o mercado de ações está inserido no mercado financeiro, que se encontra dividido em dois tipos a saber, os mercados monetários - possuidores de títulos de dívida que apresentam vencimento em curto prazo (normalmente menos de um ano) e mercados de dívida em longo prazo (com prazo de vencimento superior a um ano) - e as ações, como argumenta Sampaio (2013), quando analisa o risco e retorno entre diferentes tipos de carteiras de ações.

Ainda, as entidades que detêm ações negociadas em Bolsas de Valores são motivadas por aspectos internos e externos que atuam nas variações dos preços de suas quotas (SAMPAIO, 2013). Dentre os títulos de renda variável, as ações são mais comercializadas no mercado de capitais. Oliveira et al. (2018) destacam que ações são títulos dominantes de parte do capital social da entidade financeira

que as emitiu, sendo assim, os proprietários de ações são considerados membros da empresa emissora, podendo as ações serem vistas como a menor parte do capital social de uma organização. Seguindo a lente teórica, consideram-se dois tipos de ações, as ordinárias nominativas, e as preferenciais nominativas. A primeira, tem como principal característica o direito ao voto nas assembleias, dando direito ao portador desta de envolver-se efetivamente nos frutos econômicos da empresa. A segunda, as ações preferenciais nominativas não dão direito ao voto, no entanto dá ao seu detentor preferência no recebimento de dividendos, sendo assim, o portador de ações preferenciais sempre receberá os dividendos antes que os portadores de ações ordinárias, mesmo que não participe das decisões da empresa (OLIVEIRA et al., 2018).

Aliado a isso, a dinâmica do mercado financeiro mundial, que compreende produtos e serviços entre as instituições financeiras de diversos países, dá início a novas possibilidades de negócios, mas entre essas novas oportunidades, existem sua parcela de riscos que quando não analisados, podem gerar prejuízos para as empresas. Para tanto, o controle sobre os procedimentos pode diminuir os efeitos desestabilizadores sobre as estratégias planejadas pela instituição, em relação às variações de preços, taxas de juros, variação cambial, indicadores econômicos (inflação, crescimento, poupança, confiança do consumidor).

A partir da administração dos riscos deixou-se então de visualizar apenas da experiência e visão do tomador de decisão e passou-se a envolver modelos mais atualizados que autorizam à entidade dispor de uma visão mais ampla, homogênea e quantitativa dos riscos incorridos (RODRIGUES et al., 2015). A obtenção de modelos precisos do mercado de ações pode fornecer aos investidores ferramentas para tomar melhores decisões baseadas em dados.

Neste entendimento, o método do Capital Asset Pricing Model (CAPM) é o mais utilizado atualmente para o cálculo do retorno de ações, tal modelo auxilia os traders a reduzir o risco de investimento e selecionar as ações mais lucrativas. No entanto, em mercados instáveis, como o brasileiro, existem dificuldades que influenciam na assertividade do cálculo, que estão relacionadas à ausência de séries históricas de retornos do mercado de capitais por um período que seja adequado ao exigido pelo método, além do volume de negociação de ativos ser reduzido e problemas decorrentes da natureza regulatória e institucional do mercado (ARAUJO et al., 2015).

Portanto, é possível observar que o investidor toma suas decisões a partir da elaboração de uma carteira de investimento sustentado em dois objetivos, a saber, a maximização do retorno almejado e a diminuição dos riscos incorridos com o investimento. Como medida para o retorno é avaliada a média desses valores e para o risco a variância, por isso esta teoria vem ser denominada como Média-

Variância (CARVALHO et al., 2019), visto que, essas variáveis podem ser alcançadas por meio dos dados de retornos anteriores, ou pelas futuras expectativas dos investigadores do mercado

3 MÉTODO

Este estudo é uma pesquisa quantitativa. E por centrar-se na objetividade, os resultados podem ser quantificados utilizando instrumentos estatísticos tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Este tipo de pesquisa preocupa-se em garantir a precisão dos resultados e evitar distorções de análise e interpretação, e visa discernir e classificar a relação entre as variáveis estudadas (BEUREN, 2003). Ela também está fundamentada na análise descritiva dos dados, pois buscou descrever qual a situação do desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras de capital aberto.

Para tanto, a população-alvo compreendeu as instituições financeiras listadas na Bolsa de Valores B3. Dessa forma, a amostra desta pesquisa foi composta por 11 empresas que disponibilizaram todos os indicadores e variáveis necessários para a realização do estudo. A coleta de dados foi realizada no primeiro semestre de 2021, das demonstrações contábeis na Base de dados *Thomson One Banker*, e o período que foi analisado é de 5 anos, compreendidos entre 2015 a 2019.

Foram considerados para fins de mensuração de desempenho econômico-financeiro os indicadores do modelo CAMELS (Capital; Assets; Management; Earnings; Liquidity e Sensitivity to price risks) modelo utilizado por Capelletto (2006) para demonstrar que os indicadores contábeis e de riscos apresentam conteúdo informacional para mensurar o nível de risco sistêmico no setor bancário. Para fins de mensuração do retorno de ações foi utilizado o modelo CAPM. Para atingir o objetivo de mensurar os indicadores de desempenho econômico-financeiro das instituições em estudo, utilizou-se das variáveis apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2. Variáveis utilizadas no estudo

Grupo de Variáveis	Variáveis	Fórmulas	Autores
C	EQTA	Patrimônio Líquido/ Ativo Total	HARTWICK, 1977; PARLIAMENT; LENNAN; FULTON, 1990; SILVA et al. 2017 MEURER e MARCON, 2007; BRESSAN et al 2011, FERNANDINO et al 2015, DAL MAGRO, MICHELS E SILVA 2017.
A	TLEQ	Crédito Total/ Patrimônio Líquido	SINKEY JR, 1975; HARTWINCK, 1977; BARR; SEIFORD; SIEMS, 1994, GUSE et al. 2017 MARCON E MEURESE 2007; BRESSAN et al 2011, FERNANDINO et al 2015, DAL MAGRO, MICHELS E SILVA 2017.
A	NLTA	Crédito Líquido/ Ativo Total	SINKEY JR, 1975, SILVA et al., 2017 MARCON E MEURESE 2007; BRESSAN et al 2011, FERNANDINO et al 2015, DAL MAGRO, MICHELS E SILVA 2017.
M	OVTA	Despesas Geral/ Ativo Total	SILVA et al., 2017 MARCON E MEURESE 2007; BRESSAN et al 2011, FERNANDINO et al 2015, DAL MAGRO, MICHELS E SILVA 2017.
M	TOITA	Receita Total/ Ativo Total	MEYER; PIFER, 1970, SILVA et al. 2017 MARCON E MEURESE 2007; BRESSAN et al 2011, FERNANDINO et al 2015, DAL MAGRO, MICHELS E SILVA 2017.
E	ROE	Sobra Líquida/ Patrimônio Líquido	SILVA et al. 2017 MARCON E MEURESE 2007; BRESSAN et al 2011, FERNANDINO et al 2015, DAL MAGRO, MICHELS E SILVA 2017.
E	ROA	Sobra Líquida/ Ativo Total	HARTWICK, 1977; SILVA et al. 2017 MARCON E MEURESE 2007; BRESSAN et al 2011, BRESSAN et al 2011, FERNANDINO et al 2015, DAL MAGRO, MICHELS E SILVA 2017.
L	TDTA	Depósito Total/ Ativo Total	SILVA et al. 2017; FERNANDINHO et al 2015, DAL MAGRO, MICHELS E SILVA 2017. 2017 MARCON E MEURESE 2007; BRESSAN et al 2011, FERNANDINO et al 2015, DAL MAGRO, MICHELS E SILVA 2017.
L	LTC	Depósito Total/ Patrimônio Líquido	SILVA et al. 2017 MARCON E MEURESE 2007; BRESSAN et al 2011, FERNANDINO et al 2015, DAL MAGRO, MICHELS E SILVA 2017.

Fonte: Adaptado de Dley, Malthews e Whitfield (2008).

Nota: C = Capital; A = Ativo; M = Gerenciamento; E = Eficiência; L = Liquidez.

O método CAMELS representa um conjunto de indicadores para medir desempenho e monitorar instituições financeiras. É utilizado nos EUA e o seu acrônimo representa: Capital (Capital); Assets (Ativos); *Management* (Gestão); *Earnings* (Rentabilidade); *Liquidity* (Liquidez) e *Sensitivity to price risks* (Sensibilidade) (BRESSAN et al., 2008).

As variáveis TLEQ e NLTA que correspondem respectivamente a TLEQ = Crédito Total/Patrimônio Líquido e NLTA = Crédito Líquido/Ativo Total não foram possíveis de serem mensuradas neste trabalho, pois tanto os Créditos totais quanto os Créditos Líquidos da maioria das empresas analisadas não se encontravam disponíveis na Base de Dados *Thonson One Banker*. Para mensurar o retorno das ações por meio do método CAPM foram utilizadas as variáveis constantes no Quadro 3.

Quadro 3 – Variáveis utilizadas

Variáveis	Sigla	Equações
Taxa de Retorno	Re	$RF + \beta(ReM - RF)$
Beta	β	$\beta_i = \left(\frac{\sigma_i}{\sigma_M}\right) \rho_{iM}$

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Com o objetivo de mensurar os indicadores de desempenho econômico – financeiro das instituições, utilizou-se as variáveis EQTA, TLEQ, NLTA, OVTA, TOITA, ROE, ROA, TDTA e LTC que são componentes do modelo CAMELS. No Quadro 4 traz-se a análise dos resultados do indicador EQTA, que representa o Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total.

Quadro 4 – Indicador EQTA.

Empresa	EQTA 2015	EQTA 2016	EQTA 2017	EQTA 2018	EQTA 2019
BANCO ABC BRASIL S.A.	0,1037	0,1127	0,1142	0,1120	0,1114
BANCO BRADESCO S.A.	0,0873	0,0851	0,0912	0,0941	0,0984
BANCO DA AMAZÔNIA AS	0,1592	0,1383	0,1112	0,1024	0,1074
BANCO DO BRASIL AS	0,0560	0,0599	0,0696	0,0704	0,0726
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL AS	0,0686	0,0726	0,0655	0,0713	0,0926
BANCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL AS	0,0927	0,0933	0,0959	0,0940	0,0956
BANCO PAN AS	0,1396	0,1241	0,1376	0,1504	0,1502
BANCO PINE AS	0,1313	0,1409	0,1024	0,0820	0,0829
BANCO SANTANDER BRASIL AS	0,1381	0,1379	0,1396	0,1307	0,1320
BANESTES SA-BCO ESTADO ESPÍRITO SANTO	0,0639	0,0493	0,0612	0,0534	0,0678
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	0,0915	0,0935	0,0966	0,0904	0,0861

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Conforme o Quadro 4 pode-se observar que entre os anos de 2015 e 2016, os Bancos Bradesco S.A., Amazônia S.A., Banco Pan S.A. e Banestes SA-BCO Estado Espírito Santo, tiveram um decréscimo em suas atividades conforme nos demonstra o indicador EQTA. O Banco que registrou o maior decréscimo foi o Banestes SA-BCO Estado Espírito Santo, com -29,73%, isso se deve a uma queda no Patrimônio Líquido em relação ao Ativo Total da entidade, que em 2015 era de 0,06% e 2016 passou para 0,05%. Por outro lado, o maior decréscimo localizado por este indicador se deu de 2016 para 2017, onde o Banco Pine chegou a bater -37,62% do Patrimônio Líquido em relação ao seu Ativo Total, também se observou uma queda nos rendimentos neste período, no Banco da Amazônia S.A. que registrou -24,31%. De 2017 para 2018, o Banco Bradesco, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Pan S.A., terminaram seus exercícios de forma positiva, sendo que o que se destacou foi o Banco Pan S.A., que marcou 8,49% em seus rendimentos de Patrimônio Líquido para o Ativo Total. No período de 2018 para 2019 foi registrado o maior acréscimo no indicador EQTA. Com um crescimento de 22,94% do Banco do Nordeste do Brasil S.A., isso se deve ao aumento do Patrimônio Líquido em relação ao Ativo que em 2018 era de 0,07% e em 2019 era de 0,09%.

De acordo com Shelagh (2005), essa variável que mensura a adequação de capital das instituições financeiras, atua como instrumento de proteção aos riscos potenciais e de decisões futuras e estratégicas de crescimento. Dessa forma, pode-se inferir que quanto maior o indicador maior

proteção de riscos a instituição quer manter. No Quadro 5, observa-se o estudo dos resultados do indicador OVTA, o qual corresponde ao cálculo das Despesas Gerais sobre o Ativo Total.

Quadro 5 – Cálculo indicador OVTA

Empresa	OVTA 2015	OVTA 2016	OVTA 2017	OVTA 2018	OVTA 2019
BANCO ABC BRASIL S.A.	0,1658	0,0751	0,0785	0,0959	0,0657
BANCO BRADESCO S.A.	0,2028	0,1923	0,1889	0,1548	0,1629
BANCO DA AMAZÔNIA AS	0,1914	0,1788	0,1481	0,1381	0,1287
BANCO DO BRASIL AS	0,1539	0,1359	0,1190	0,1093	0,1068
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL AS	0,2372	0,1988	0,1535	0,1383	0,1282
BANCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL AS	0,1771	0,1696	0,1490	0,1310	0,1255
BANCO PAN AS	0,3270	0,2810	0,3217	0,2676	0,2601
BANCO PINE AS	0,2209	0,0968	0,1447	0,0849	0,0967
BANCO SANTANDER BRASIL AS	0,1262	0,1305	0,1137	0,0955	0,0966
BANESTES AS - BCO ESTADO ESPÍRITO SANTO	0,1408	0,1250	0,1271	0,0850	0,0992
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	0,1196	0,1328	0,1110	0,0946	0,1016

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Neste indicador, entre os anos de 2015 para 2016 apenas dois Bancos terminaram seu exercício de forma positiva, onde o Banco Santander Brasil S.A. atingiu 3,34% e o Itaú Unibanco *Holding* S.A. chegou a 9,92% positivo. As demais entidades analisadas terminaram em decréscimo, a que se destacou entre todas pelo seu maior percentual negativo foi o Banco Pine S.A. que chegou ao valor de -128,21%, isso se deve a diminuição das Despesas Gerais em relação ao Ativo Total.

No período de 2016 para 2017, o Banco Pine S.A., que no exercício anterior tinha batido recorde em decréscimo, neste período foi a entidade que terminou o ano com maior crescimento, batendo 33,12% ao fim do exercício, o Banco do Nordeste do Brasil S.A., encerrou suas atividades com -29,55%, foi o maior decréscimo deste período.

No ano de 2017 para 2018 apenas o Banco ABC Brasil S.A. resultou em acréscimo neste período e indicador, marcando 18,19%. O Banco Pine S.A. novamente foi o que mais decresceu, batendo -70,37%, seguido por Banestes AS-BCO Estado Espírito Santo com -49,47% e Banco Bradesco S.A., com -22,00%. E no último exercício analisado de 2018 para 2019, observa-se que a maioria das entidades, finalizaram o ano de forma positiva, dando ênfase ao Banestes SA-BCO Estado Espírito Santo, que atingiu 14,31%,

seguido pelo Banco Pine S.A. com 12,14% e Itau Unibanco *Holding* S.A. com 6,82%, estes tiveram um maior registro das Despesas Gerais em relação ao Ativo Total do ano anterior. O Banco ABC Brasil S.A. terminou este período como maior decréscimo, atingindo -45,96%. No Quadro 6 buscou-se fazer a análise dos resultados do indicador TOITA, que corresponde ao cálculo da Receita total sobre o Ativo total.

Quadro 6 – Cálculo indicador TOITA.

Empresa	TOITA 2015	TOITA 2016	TOITA 2017	TOITA 2018	TOITA 2019
BANCO ABC BRASIL S.A.	0,1774	0,1033	0,0993	0,1107	0,0833
BANCO BRADESCO S.A.	0,2078	0,2113	0,2006	0,1692	0,1708
BANCO DA AMAZÔNIA AS	0,2386	0,2192	0,1796	0,1597	0,1552
BANCO DO BRASIL AS	0,1571	0,1430	0,1294	0,1214	0,1151
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL AS	0,2429	0,2110	0,1768	0,1623	0,1746
BANCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL AS	0,1924	0,1852	0,1701	0,1534	0,1445
BANCO PAN AS	0,3134	0,2561	0,3198	0,2770	0,2639
BANCO PINE AS	0,2044	0,0915	0,0948	0,0731	0,0615
BANCO SANTANDER BRASIL AS	0,1210	0,1573	0,1382	0,1187	0,1270
BANESTES SA-BCO ESTADO ESPÍRITO SANTO	0,1513	0,1355	0,1404	0,0971	0,1121
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	0,1358	0,1627	0,1353	0,1156	0,1220

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Neste indicador, conforme mostra o Quadro 6, no período de 2015 para 2016, identificou-se o maior decréscimo, o mesmo ocorreu no Banco Pine S.A., que registrou - 123,26%, seguido do Banco ABC Brasil S.A., com - 71,62%, e Banco Pan S.A., com - 22,38%, o maior acréscimo foi do Banco Santander Brasil S.A., registrando 23,07%.

Entre 2016 e 2017, o Banco Pan teve um aumento em sua taxa neste indicador de 19,90%, em seguida outro banco que se destacou, mas com um percentual bem menor, foi o Banestes SA-BCO Estado Espírito Santo, com 3,52%, isso se deve ao aumento das Receitas totais em relação ao Ativo total.

Já, de 2017 para 2018, o Banestes SA-BCO Estado Espírito Santo, que no exercício anterior terminou o ano registrando um acréscimo, neste período acabou com o maior decréscimo registrado no ano, com

- 44,64%, em seguida vem o Banco Pine S.A., que marcou -29,59%, isso se deve a diminuição das Receitas totais em relação ao Ativo total de um período para o outro.

O Banco Pine, no último período avaliado, novamente terminou o exercício em decréscimo, onde findou suas atividades no ano com -18,88%, mas o maior decréscimo foi registrado pelo Banco ABC Brasil S.A., que chegou à marca de -32,87% ao final do exercício. No Quadro 7, buscou-se fazer a análise dos resultados do indicador ROE, que corresponde ao cálculo da Sobra líquida/Patrimônio líquido.

Quadro 7 – Cálculo indicador ROE.

Empresa	ROE 2015	ROE 2016	ROE 2017	ROE 2018	ROE 2019
BANCO ABC BRASIL S.A.	0,1478	0,1405	0,1275	0,1141	0,1308
BANCO BRADESCO S.A.	0,1933	0,1502	0,1327	0,1576	0,1689
BANCO DA AMAZÔNIA AS	0,1294	0,0667	0,0342	0,0563	0,1252
BANCO DO BRASIL AS	0,1836	0,0957	0,1155	0,1290	0,1703
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL AS	0,1075	0,2177	0,1925	0,1735	0,3200
BANCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL AS	0,1368	0,1024	0,1498	0,1441	0,1725
BANCO PAN AS	0,0022	-0,0695	0,0598	0,0541	0,1047
BANCO PINE AS	0,0353	-0,0124	-0,2996	-0,0793	-0,1406
BANCO SANTANDER BRASIL AS	0,1232	0,0872	0,1030	0,1383	0,1698
BANESTES SA-BCO ESTADO ESPÍRITO SANTO	0,1300	0,1278	0,1257	0,1213	0,1329
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	0,2293	0,1898	0,1773	0,1821	0,1980

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Pode-se observar que entre os anos 2015-2016 os bancos que tiveram um declínio no indicador analisado foram os Bancos da Amazônia SA com -94, 03%, seguido pelo Banco do Brasil SA com - 91,98%. Os acréscimos foram obtidos pelos Bancos Pine SA e Pan SA, com 383, 51% e 103, 18% sucessivamente.

Nos anos 2016-2017 o Banco da Amazônia SA se manteve como o Banco com o maior decréscimo, obtendo -94,85% acompanhado pelo Banco Bradesco S.A com -13,16% apenas. Logo, os aumentos foram atingidos novamente pelos Bancos Pan SA e Pine SA, na qual neste período o Banco Pan SA atingiu 216,28%, seguido pelo Banco Pine SA com 95,84%.

Já entre os anos 2017-2018, observou-se um decréscimo de -277,62% apresentado pelo Banco Pine SA sucessivo pelo Banco ABC Brasil S.A. que obteve -11,77%. Neste período, o Banco da Amazônia SA alcançou o maior acréscimo, com 39,17%, assíduo pelo Banco Santander Brasil SA com 25,51%.

Entre 2018-2019 todas as empresas encerram suas atividades de forma positiva neste indicador. Sendo que as que se destacaram foram os Bancos da Amazônia SA com 55,06% seguido pelo Banco Pan SA com 48,36% e a terceira entidade que acabou com o maior acréscimo foi o Banco do Nordeste do Brasil SA que atingiu a marca de 45,78%. No Quadro 8, tratou-se de analisar os resultados do Indicador ROA, que corresponde ao cálculo da Sobra líquida sobre o Ativo total.

Quadro 8 – Indicador ROA.

Empresa	ROA 2015	ROA 2016	ROA 2017	ROA 2018	ROA 2019
BANCO ABC BRASIL S.A.	0,0153	0,0158	0,0146	0,0128	0,0146
BANCO BRADESCO S.A.	0,0169	0,0128	0,0121	0,0148	0,0166
BANCO DA AMAZÔNIA AS	0,0206	0,0092	0,0038	0,0058	0,0134
BANCO DO BRASIL AS	0,0103	0,0057	0,0080	0,0091	0,0124
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL AS	0,0074	0,0158	0,0126	0,0124	0,0296
BANCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL AS	0,0127	0,0096	0,0144	0,0135	0,0165
BANCO PAN AS	0,0003	-0,0086	0,0082	0,0081	0,0157
BANCO PINE AS	0,0046	-0,0018	-0,0307	-0,0065	-0,0117
BANCO SANTANDER BRASIL AS	0,0170	0,0120	0,0144	0,0181	0,0224
BANESTES SA-BCO ESTADO ESPÍRITO SANTO	0,0083	0,0063	0,0077	0,0065	0,0090
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	0,0210	0,0177	0,0171	0,0165	0,0171

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Nos anos de 2015 para 2016, o Banco Pine S.A. e o Banco Pan S.A., novamente terminaram o exercício com grande acréscimo neste indicador, no qual o Banco Pine S.A., fechou com 364,13% de acréscimo e o Banco Pan S.A., terminou com 103,58%, ambos findaram quase com a mesma porcentagem analisada no indicador ROE. O Banco da Amazônia S.A. registrou o maior decréscimo neste período, fechando o ano com -123,49%.

De 2016 para 2017, novamente o Banco Pan S.A. terminou o ano com grande acréscimo neste indicador, marcando 204,81%, isso se deve ao aumento da Sobra Líquida em relação ao Ativo Total da

entidade. E outra vez se destacando com o maior decréscimo, o Banco da Amazônia S.A., terminou o exercício registrando -142,23% neste indicador.

Já de 2017-2018 a maioria dos bancos encerrou o exercício em decréscimo, o maior foi registrado pelo Banco Pine S.A., com -371,66%, seguido por Banestes SA-BCO Banco Espírito Santo com -18,79% e em seguida vem o Banco ABC Brasil S.A. com 13,94%. O maior acréscimo foi o Banco da Amazônia S.A., com 33,90% e logo atrás vem o Banco Santander S.A. com 20,74% no período analisado.

E no último ano avaliado, entre 2018 e 2019, todos os Bancos acabaram de forma positiva seus exercícios. Sendo que destes os maiores acréscimos foram do Banco do Nordeste do Brasil S.A., que chegou a 58,22%, na sequência o Banco da Amazônia S.A., marcou 57,17% e logo depois o Banco Pan S.A., findou seu exercício com 48,29%. Os demais Bancos terminaram em acréscimo, porém com menores índices de porcentagem.

No Quadro 9, buscou-se executar a análise dos resultados do Indicador TDTA, que corresponde ao Cálculo dos Depósitos totais sobre o Ativo Total.

Quadro 9 – Indicador TDTA.

Empresa	TDTA 2015	TDTA 2016	TDTA 2017	TDTA 2018	TDTA 2019
BANCO ABC BRASIL S.A.	0,1766	0,1893	0,1866	0,1671	0,1487
BANCO BRADESCO S.A.	0,0234	0,0283	0,0281	0,0274	0,0286
BANCO DA AMAZÔNIA AS	0,0621	0,0624	0,0477	0,0524	0,0563
BANCO DO BRASIL AS	0,0473	0,0491	0,0506	0,0474	0,0481
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL AS	0,0080	0,0075	0,0044	0,0056	0,0069
BANCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL AS	0,1606	0,1537	0,1619	0,1648	0,1576
BANCO PAN AS	0,0028	0,0020	0,0010	0,0006	0,0008
BANCO PINE AS	0,0020	0,0020	0,0016	0,0095	0,0080
BANCO SANTANDER BRASIL AS	0,0271	0,0260	0,0283	0,0271	0,0386
BANESTES SA-BCO ESTADO ESPÍRITO SANTO	0,0694	0,0448	0,0373	0,0283	0,0343
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	0,0498	0,0466	0,0494	0,0480	0,0518

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Conforme mostra o Quadro 9, pode-se observar que entre os anos de 2015 para 2016, a entidade que demonstrou maior decréscimo neste indicador foi o Banestes SA-BCO Estado Espírito Santo que

finalizou o exercício com -54,92%, seguido por Banco Pan S.A., com -40,90%. No exercício seguinte, entre 2016 e 2017, novamente o Banco Pan S.A., findou com grande decréscimo, atingindo -102,21%, na sequência vem o Banco da Amazônia com -30,62%.

Dos bancos analisados, a porcentagem de acréscimos foi pequena, onde Banco Santander Brasil S.A., chegou ao final com 8,00% e em seguida o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, com 5,06% de acréscimo. Isso se deve ao aumento dos depósitos totais em relação ao Ativo total. Já entre 2017 para 2018, o Banco Pine S.A., finalizou o ano de forma crescente, marcando 82,92%, na sequência vem o Banco do Nordeste do Brasil S.A., que chegou a 20,82%. Os Bancos que tiveram maior decréscimo neste período e indicador, foram o Banco Pan S.A., com -54,79%, seguido de Banestes SA-BCO Estado Espírito Santo, com -31,67 e Banco ABC Brasil S.A., com -11,70%.

E por fim, no último ano analisado, entre 2019 e 2018, a maioria dos bancos terminaram seus exercícios de forma positiva. Tendo destaque o Banco Santander Brasil S.A., com 29,78%, na sequência vem o Banco Pan S.A., que atingiu 21,52%. Por outro lado, o banco que registrou maior decréscimo foi o Banco Pine, com -19,02% neste indicador.

No Quadro 10 traz-se a análise dos resultados do indicador LTC, que corresponde ao cálculo de Depósito Total sobre o Patrimônio Líquido.

Quadro 10 – Cálculo indicador LTC.

Empresa	LTC 2015	LTC 2016	LTC 2017	LTC 2018	LTC 2019
BANCO ABC BRASIL S.A.	1,70	1,68	1,63	1,49	1,33
BANCO BRADESCO S.A.	0,27	0,33	0,31	0,29	0,29
BANCO DA AMAZÔNIA AS	0,39	0,45	0,43	0,51	0,52
BANCO DO BRASIL AS	0,85	0,82	0,73	0,67	0,66
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL AS	0,12	0,10	0,07	0,08	0,07
BANCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL AS	1,73	1,65	1,69	1,75	1,65
BANCO PAN AS	0,02	0,02	0,01	0,00	0,01
BANCO PINE AS	0,02	0,01	0,02	0,12	0,10
BANCO SANTANDER BRASIL AS	0,20	0,19	0,20	0,21	0,29
BANESTES SA-BCO ESTADO ESPÍRITO SANTO	1,08	0,91	0,61	0,53	0,51
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	0,54	0,50	0,51	0,53	0,60

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Pode-se verificar que o Banco ABC Brasil S.A vem trabalhando em decréscimo no indicador LTC desde o ano de 2015, podendo ser observada uma maior queda de 11,81% em relação ao ano de 2018 para 2019. O Banco Bradesco S.A. teve uma grande alta no ano de 2015 para 2016 de 19,48%, porém desde então o banco vem ano após ano decrescendo neste indicador, isso pode acontecer pela diminuição dos depósitos na entidade.

O Banco da Amazônia S.A. teve uma grande alta de 13,56% de 2015 para 2016, mas seu maior percentual positivo aconteceu de 2017 para 2018 em que o banco atingiu um crescimento significativo de 16,20% em seus depósitos em relação ao patrimônio líquido. Já o Banco do Brasil, vem trabalhando em decréscimo desde o ano de 2015, mas a maior queda observada neste indicador para esta entidade se deu nos anos de 2016 para 2017, correspondendo a um percentual de -12,60%.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., apresentou apenas um ano positivo pelo indicador LTC, que foi de 2017 para 2018, sendo este percentual de 13,82%, já nos outros anos a empresa trabalhou no vermelho, o maior decréscimo que o banco registrou foi de 2016 para 2017, percentual este correspondendo a -51,91%, dos depósitos em relação ao patrimônio líquido da entidade.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., vem trabalhando com dois anos de acréscimo e dois anos de decréscimo, sendo que os maiores percentuais observados foram os decréscimos, resultando em uma queda de -5,10% de 2015 para 2016 e -6,31% de 2018 para 2019. Dentre todos os bancos estudados neste indicador, o Banco Pan S.A. se destacou dos outros pelas maiores taxas percentuais negativas, o banco apresentou uma baixa em seus depósitos em relação ao patrimônio líquido de incríveis -124,36% de 2016 para 2017 e - 69,16% de 2017 para 2018.

O Banco Pine S.A. teve a maior alta de todos analisados neste indicador, chegando a bater 86,33% de 2017 para 2018. O Banco Santander Brasil S.A. teve apenas um decréscimo nos últimos cinco anos, sendo -3,98% de 2015 para 2016, a partir daí o banco trabalhou sempre de forma positiva, o maior percentual registrado foi de 29,07% de 2018 para 2019. O Banestes SA-BCO Estado Espírito Santo, operou os últimos cinco anos em decréscimo, sendo observada a maior taxa negativa de -49,09% entre os anos de 2016 para 2017.

E o último banco analisado neste trabalho por este indicador foi o Itaú Unibanco Holding S.A., este teve um decréscimo entre os anos de 2015 e 2016 de -9,13%, entretanto nos outros anos esta entidade operou sempre de forma positiva, seu maior percentual positivo foi de 2018 para 2019, correspondendo a 11,72% dos depósitos em relação ao patrimônio líquido desta empresa. Na seção a seguir, realizou-se a mensuração do retorno das ações, onde foram calculados os retornos de ações das empresas analisadas entre os anos de 2015 a 2019, através do Método CAPM.

4.2 MENSURAÇÃO DO RETORNO DAS AÇÕES

Buscando mensurar o retorno das ações das instituições em estudo, utilizou-se o método de cálculo CAPM, para atingir o objetivo acima mencionado. No Quadro 11, apresenta-se a análise dos valores do Retorno das Ações dos cinco anos analisados.

Quadro 11 – Cálculo CAPM

CÁLCULO CAPM	2015	2016	2017	2018	2019
BANCO ABC BRASIL S.A.	0,154212	0,144616	0,130622	0,11624	0,134336
BANCO BRADESCO S.A.	0,200481	0,158736	0,137752	0,161785	0,173615
BANCO DA AMAZÔNIA AS	0,137	0,0673	0,0336	0,0571	0,1331
BANCO DO BRASIL AS	0,183215	0,100245	0,122038	0,129872	0,173615
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL AS	0,098768	0,234946	0,196499	0,181714	0,357274
BANCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL AS	0,142669	0,105386	0,154533	0,144131	0,174876
BANCO PAN AS	0,00885	-0,05682	0,06282	0,0529	0,108905
BANCO PINE AS	0,037521	-0,00772	-0,24627	-0,0683	-0,12844
BANCO SANTANDER BRASIL AS	0,124224	0,090716	0,10426	0,140152	0,172556
BANESTES SA-BCO ESTADO ESPÍRITO SANTO	0,135788	0,133346	0,131308	0,124276	0,136296
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	0,228611	0,196081	0,182566	0,181961	0,193791

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Conforme o Quadro 11, entre os anos de 2015 para 2016, o Itaú Unibanco Holding SA apresentava o maior retorno das ações pelo CAPM. Percebe-se que o mesmo apresentava 0,228611 em 2015, porém teve um decréscimo de aproximadamente -0,03253, e em 2016 passou a representar uma taxa de 0,196081. O Banco PAN SA e o Banco Pina SA, terminaram o mesmo exercício de forma negativa, representando ao final de 2016 os valores de - 0,05682 e 0,00772 respectivamente.

Entre os anos de 2016 para 2017, apenas o Banco Pine SA fechou seu exercício de forma negativa, em que em 2016 era de -0,00772 passou para -0,24627, representando um decréscimo de aproximadamente -0,23885%. A entidade que apresentou o maior acréscimo neste período foi o Banco do Estado do Rio Grande do Sul SA, que passou de 0,105386 para 0,154533, tendo assim um acréscimo de 0,049147.

Já, no período de 2017 para 2018, o maior acréscimo foi registrado pelo Banco Santander Brasil SA, que em 2017 era de 0,10426 e em 2018 passou para 0,140152. Por outro lado, o Banco Pine voltou a encerrar o exercício de forma negativa, mesmo com um pequeno acréscimo de 0,17797, sendo assim passou de -0,24627 em 2017 para 0,0683 em 2018.

E por fim, no período de 2018 para 2019, quase todas as entidades financeiras analisadas terminaram seu exercício com acréscimos, dando destaque para o Banco do Nordeste do Brasil SA, que registrou o

maior acréscimo entre todas, com um aumento de aproximadamente 0,17556, que passou de 0,181714 em 2018 para 0,357274 no ano de 2019. O Banco Pine novamente teve um decréscimo e acabou encerrando seu exercício de forma negativa, onde passou em 2018 de -0,0683 para -0,12844 no ano de 2019.

Conforme Cunha (2016), as ações dos bancos brasileiros caracterizam-se mais defensivas por expressarem o indicador beta abaixo ou próximos a 1. Frente a um cenário de grande variação econômica, de mudança nas taxas de juros e de alterações políticas, as ações das instituições financeiras nacionais serão, em sua maioria, menos afetadas por essas condições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o desempenho econômico-financeiro das instituições bancárias de capital aberto e sua relação com o retorno das ações. Assim sendo, constatou-se ao final da análise dos indicadores do método CAMELS, que todas as instituições estudadas operaram em seus exercícios com seus valores abaixo de 1, com exceção do indicador LTC. Isso indica que a maioria das instituições financeiras trabalha com valores baixos para reduzir o risco de perda de capital.

A partir da mensuração do retorno das ações das instituições em estudo, verificou-se que a maioria das empresas da amostra obtiveram decréscimos ao longo do período analisado. Ou seja, entre os anos de 2015 e 2019, o retorno de ações desejado dessas organizações financeiras diminuiu, possivelmente devido a uma desvalorização da moeda corrente nacional.

No que se refere a relação do Retorno das ações com o desempenho econômico-financeiro, de todos os indicadores calculados e analisados, a variável que apresentou maior relevância em relação às variações do retorno das ações foi o ROE, que foi significativa estatisticamente em todos os períodos.

Neste sentido, conclui-se que existe uma relação entre as variáveis de desempenho econômico-financeiro e o retorno das ações. Ou seja, a maioria das variáveis demonstram que quanto maior o desempenho, maior será o retorno das ações.

Enfrentou-se a dificuldade na busca de referências sobre a temática estudada, principalmente, na literatura internacional, o que dificultou a discussão dos resultados no que tange a comparação com outros estudos do mesmo tipo. Tendo em vista a limitação do assunto, sugere-se realizar trabalhos sobre o tema apresentado em outros âmbitos, com diferentes períodos e outros métodos de estudo, para que assim, se possa ampliar a diversidade na literatura sobre determinada questão.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, A.; PRADA, D.; FERNÁNDEZ, H. Análisis del riesgo de quiebra de la banca comercial en Colombia – Una revisión mediante el Modelo CAMEL. *Revista Espacios*, v. 40, n. 11, p. 1-28, 2019.
- ARAUJO, M. M.; RODRIGUES, M. S.; VERDE, L. Q. L.; MEDEIROS, R. R.; RODRIGUES, M. V. Análise do método CAPM para a mensuração do custo de capital próprio no mercado brasileiro. XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Fortaleza – CE, ABREPO... Fortaleza – CE, 2015, p.
- ASSAF NETO, A. *Finanças Corporativas e Valor*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ASSIS, R. A.; MARTINS, P. L.; MARTINS, C. M. F.; SANTOS NETA, M. do C. S.; BORBA, E. L. Índices de rentabilidade: um estudo de caso sobre o mercado de transporte de cargas em Campo Belo – MG. XIII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT), Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: AEDB, 2016, p. 1-16.
- BACH, L.; ORTH, C. de O. Análise da aplicação do sistema Pearls nas cooperativas do Sicredi no Rio Grande do Sul. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 18, n. 40, p. 44-56, 2018.
- BEUREN, I. M. (org). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução nº 2624 de 29 de julho de 1999. Consolida as normas sobre a constituição e funcionamento de bancos de investimento. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45083/Res_2624_v1_O.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2020.
- BRESSAN, V. G. F.; BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A.; ANDRADE RESENDE FILHO, M. Uma aplicação do sistema PEARLS às cooperativas de crédito brasileiras. *Revista de Administração*, v. 46, n. 3, 2011.
- BRESSAN, V. G. F.; BRESSAN, A. A.; OLIVEIRA, P. H. M.; BRAGA, M. J. Quais indicadores contábeis financeiros do sistema Pearls são relevantes para análise de insolvência das cooperativas centrais de crédito no Brasil? *Revista Contabilidade Vista & Revista*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 74-98, 2014.
- CAPELLETO, L. R. Mensuração do risco sistêmico no setor bancário com utilização de variáveis contábeis e econômicas. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CARREIRO, L. C.; CUNHA, M. A. Análise do Desempenho Econômico - Financeiro do Banco Cooperativo do Brasil SA – BANCOOB pela Metodologia CAMEL. XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2008, Paraná. Anais... Paraná: UCB, 2008, p. 1-16.
- CARVALHO, G. A.; CLAUS, R. P.; MENDONÇA, F. M.; SIMÃO, F. R. Teoria do portfólio aplicada na diversificação da produção de café. *DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle*, Canoas, v. 8, n. 3, p. 29-42, 2019.
- CARVALHO, K. W.; MELO, M. de P.; AGOSTINI, C.; BARROS, L. E. V.; VALE, C. R. A Importância da Análise das Demonstrações Contábeis na Concessão de Crédito. XI SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro, 2014, p. 1-14.

CORDEIRO FILHO, J. B. Tableau de Bord de processos. XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Salvador - BH, ABEPRO... Salvador- BH, 2009, p. 1-12.

CUNHA, B. A. Avaliação do risco sistemático das instituições financeiras nacionais e internacionais atuantes no Brasil entre 2011 e 2015: uma comparação pelo método CAPM. 2016. 45 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) UnB - Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2016.

DE LIMA, C.R.M., BARBOSA, S.B., DE CASTRO SOBROSA NETO, R. ET AL. Corporate financial performance: a study based on the Carbon Efficient Index (ICO2) of Brazil stock exchange. *Environ Dev Sustain* 24, 4323–4354 (2022). <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01617-4>.

DE SOUZA, C. F. A. F., ERICK, M., RENATO, J. O., CABUS, K. M., & ANDRÉ, F. L. (2021). Do low-carbon investments in emerging economies pay off? Evidence from the Brazilian stock market. *International Review of Financial Analysis*. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2021.101700>.

DAL MAGRO, C.; MICHELS, A.; SILVA, T. P. Análise da Eficiência no Desempenho Financeiro das Cooperativas de Crédito Brasileiras. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 13, n 2, p. 73-102, 2017.

FERREIRA, L. As instituições financeiras na economia: uma análise empírica do caso português. 2012. 65 f. Dissertação (Mestrado em finanças) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. 2012.

FERNANDINO, G, F; TAKAMMATSU, R, T; LAMAUNIER, W, M. Impacto dos Índices Contábeis na Aplicação de Rating de Crédito em Empresas Brasileiras de Capital Aberto. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, INSS 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 78-94, 2015.

FRAGA, T. A. S. et al. Análise de desempenho econômico-financeiro: estudo comparativo entre duas empresas do setor varejista de eletrodomésticos. XXXVI Encontro nacional de engenharia de produção, 2016.

FRATTA, D. S. X.; BARCELLOS, D. K. Investir em ações do setor bancário, saiba mais. 2020. Disponível em: <<https://capitalizo.com.br/investir-acoes-setor-bancario/>>. Acesso em: 12 setembro de 2020.

IUDÍCIBUS, S. Análise de balanços. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KOMESU, D. A importância dos bancos para a sociedade. Mundo dos bancos, 4 de outubro de 2013. Disponível em: < <https://mundodosbancos.com/47/importancia-bancos-sociedade/>> Acesso em: 27 de setembro de 2020.

LANDI, G., & SCIARELLI, M. (2018). Towards a more ethical market: the impact of ESG rating on corporate financial performance. *Social Responsibility Journal*. doi:10.1108/srj-11-2017-0254.

LIMA, V. de S. S. Determinantes dos índices de rentabilidade: ROA, ROE, ROI. 2017. 21 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia. 2017.

MEURER, S.; MARCON, R. Desempenho de cooperativas: o caso de uma cooperativa de crédito rural. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 9, n. 3, 2007.

NAGANO, M. S.; MERLO, E. M.; SILVA, M. C. As variáveis fundamentalistas e seus impactos na taxa de retorno de ações no Brasil. *Revista da FAE, Curitiba*, v.6, n.2, p.13-28, 2003.

OLIVEIRA, F. C. C. *Tableau de Bord: Proposta para uma empresa*. 2018. 121 f. Dissertação (Mestre em Contabilidade e Finanças) IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Viana do Castelo, 2018.

OLIVEIRA, I. H.; ASSIS, A. C. P.; SILVA, S. W.; PORTUGAL JÚNIOR, P. dos S.; CALDEIRA, L. G. Investimento em títulos públicos e ações: Uma análise comparativa de Risco e Retorno com ênfase no Tesouro SELIC e Ibovespa entre 2014 e 2016. *XV SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT)*, Rio de Janeiro, Anais.... Rio de Janeiro: AEDB, 2018, p. 1-13.

OLIVEIRA, B.; BENETTI, J. E. Importância do profissional da contabilidade na gestão de micro e pequenas empresas localizadas em Chapeco/SC. *Revista Científica Tecnológica*, v.5, n.2, p.178-196, 2016.

OLIVEIRA, L. H. M. M. As Instituições Financeiras no Direito pátrio: definição e caracterização de atividade própria ou exclusiva. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 36, n. 142, p. 75-84, 1999.

PARLIAMENT, C.; LENNAN, Z.; FULTON, J. Performance of cooperatives and investor-owned firms in the dairy industry. *Journal of Agricultural Cooperation*, p. 1-16, 1990.

RODRIGUES, F. M.; LOPES, P. de L.; MOURA, R. G.; BARBOSA, M. V. B. A Importância da Diversificação como Estratégia de Investimento em Mercados Financeiros. *XII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT)*, Rio de Janeiro, Anais.... Rio de Janeiro: AEDB, 2015, p. 1-15.

RODRIGUES, G. R.; LAMOUNIER, W. M. Determinantes micro e macroeconômicos do retorno das ações de empresas do agronegócio brasileiro. *8º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE*, Florianópolis – SC, CAPES, Florianópolis – SC, 2018, p. 1-16.

SAMPAIO, A. N. M. Análise de risco e retorno entre diferentes tipos de carteiras de ações: uma abordagem usando a Análise Gray e a pesquisa operacional. 2013. 117 f. Monografia (Curso de Graduação em Administração) - Universidade Federal Fluminense, 2013.

SUHADAK, S., KURNIATY, K., HANDAYANI, S.R.; RAHAYU, S.M. (2019), "Stock return and financial performance as moderation variable in influence of good corporate governance towards corporate value", *Asian Journal of Accounting Research*, Vol. 4 No. 1, pp. 18-34. <https://doi.org/10.1108/AJAR-07-2018-0021>.

SILVA, E. M.; DIAS, L. M. A. O Balanced Scorecard como Ferramenta Estratégica para a Tomada de Decisões na Empresa Microboard. *VIII SEGeT – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, Rio de Janeiro, Capes... Rio de Janeiro, 2011, p. 1-15.

SILVA, S. S.; FERREIRA, P. A.; CALEGARIO, C. L. L. Estratégias financeiras empresariais para criação e destruição de valor. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, Pernambuco, v.7, n.3, p.348-362, 2009.

SILVA, T. P., LEITE, M., GUSE, J. C., GOLLO, V. Financial and economic performance of major Brazilian credit cooperatives. *Contaduría y administración*, v. 62, n. 5, p. 1442-1459, 2017.

SOUZA, L. Análise financeira econômica de uma empresa automotiva. 2010. 72 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul. 2010.

SOUZA FILHO, Men de Sá, M. de; BATALHA, M. O. O indicador EVA (Valor Econômico agregado) e seu potencial de integração com o sistema de custeio ABC, como ferramenta de gestão para a criação de valor. XI SIMPEP, São Paulo, GEPAI... São Paulo, 2004, p. 1-12.

SINKEY JR, J. F. Multivariate statistical analysis of the characteristics of problem banks. The Journal of Finance, v. 30, n. 1, p. 21-36, 1975.

TINELLI, J. Análise dos Estágios de Ciclo de Vida das Cooperativas de Crédito no Brasil: um estudo com base em variáveis de eficiência. 2017. 58 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Fronteira Sul. 2017.

TOMO, A.; LANDI, G. (2017), “Behavioral issues for sustainable investment decision – making: a literature review”, International Journal of Business and Management, Vol. 12 No. 1, pp. 1-10.

ZAMPROGNO, B.; DUTRA, L. de R.. Análise dos indicadores financeiros das empresas de distribuição de energia elétrica: um estudo com a utilização de índices-padrão. XVI SEMEAD, São Paulo, CAPES... São Paulo, 2013, p. 1-16.

Capítulo 2



10.37423/220806382

MORADIA GUARANIO: PROJETO CONCEBIDO COLETIVAMENTE, A REPRESENTAÇÃO ACESSÍVEL E OS DESDOBRAMENTOS DE OBRA

Anita Rodrigues Freire

Carolina Jessica Domschke Sacconi

Otávio Helena Sasseron

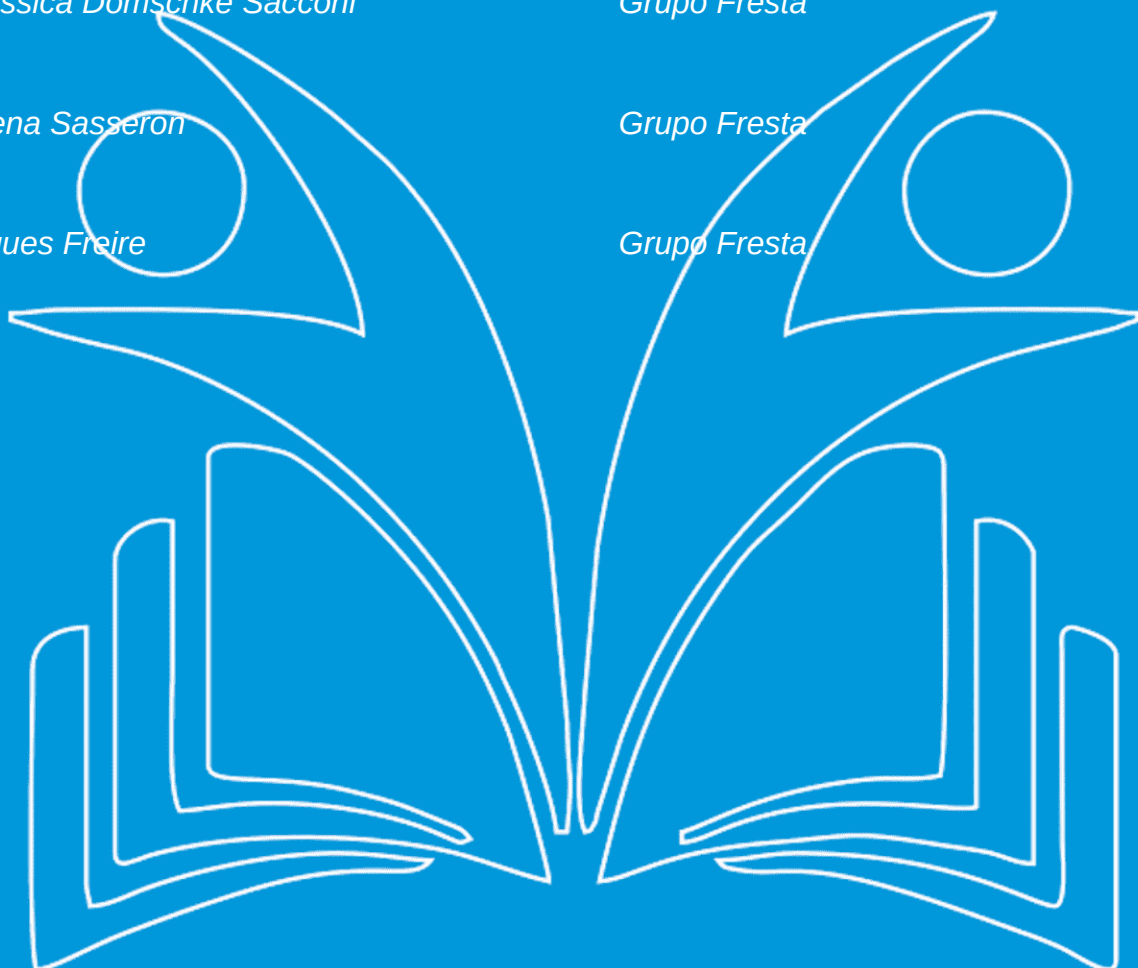
Tais Rodrigues Freire

*Faculdade de Arquitetura de Urbanismo da
Universidade de São Paulo, Grupo Fresta*

Grupo Fresta

Grupo Fresta

Grupo Fresta



Resumo: Este artigo é uma reflexão sobre a importância do processo participativo na elaboração do projeto arquitetônico e surge da experiência adquirida a partir de uma consultoria técnica de arquitetura elaborada no âmbito de um Plano Básico Ambiental (PBA), em terras indígenas da Serra do Mar do estado de São Paulo, no qual um dos programas se tratou da construção de moradias guaranis por processo de mutirões. Para atender essa demanda, foram elaborados dois Manuais de Construção da Moradia Guarani: um para a tipologia Casa Elevada e outro para a tipologia Casa Térrea. Para elaboração destes manuais utilizou-se como procedimento metodológico, a realização de Oficinas participativas que auxiliaram na discussão do projeto junto aos indígenas representantes das aldeias onde serão construídas as casas. Os processos participativos foram realizados em duas etapas diferentes: a primeira para apresentar e discutir o primeiro estudo; e a segunda, após o desenvolvimento do Manual, para a confirmação do projeto. O projeto, em um primeiro momento, se deu em função do estudo da arquitetura guarani e da observação em campo de casas existentes nas aldeias. Na primeira oficina participativa, o estudo preliminar foi apresentado aos guaranis, que o aprovaram com algumas modificações apontadas pela comunidade, tais modificações foram incorporadas ao projeto. Desta forma, os Manuais foram desenvolvidos a partir de um sistema construtivo que possibilitava variações de fechamentos e de configurações espaciais da casa, abarcando vontades distintas dos participantes das oficinas e dos futuros moradores. A definição materiais e soluções construtivas, em alguns aspectos, seguiu a tradição cultural guarani, mas em outros, adaptou novas demandas de formas de morar do que costuma ser o mais usual em uma casa tradicional guarani por opção dos próprios participantes das oficinas.

Palavras-chave: Moradia; processo participativo, arquitetura indígena.

INTRODUÇÃO

Entre janeiro e dezembro de 2018 os autores deste artigo desenvolveram atividades de consultoria técnica de arquitetura dentro do âmbito de um Plano Básico Ambiental (PBA)¹ para atender à demanda de comunidades indígenas da etnia Guarani e Tupi, situadas no estado de São Paulo, nos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo, Diadema, Mongaguá, Praia Grande e Itanhém. Esta atividade fazia parte de uma linha de ação específica² de um dos programas que compõe o PBA - o Programa de Gestão Ambiental e Territorial -, que previa inicialmente apenas o apoio à mutirões e assessoria na elaboração da lista de materiais necessários para construção de casas de moradia indígenas (ECOLOGY AND ENVIRONMENT BRASIL, 2016, p. 53).

Durante o desenvolvimento do trabalho verificou-se a necessidade de ampliar o escopo da assessoria técnica, que passou a compreender as seguintes atividades: elaboração de oficinas de processo participativo, elaboração de projetos iniciais de moradia, validação de projeto junto à comunidade, desenvolvimento de projeto executivo didático, elaboração de lista de materiais das respectivas construções, oficinas de construção realizadas por meio de mutirão e revisão do projeto pós-mutirão. Todo o processo foi de grande aprendizagem para os autores e o objetivo deste artigo é discutir tanto a concepção coletiva de projeto de arquitetura como a importância de uma representação de projeto acessível e a importância do canteiro de obra no desenvolvimento do projeto.

1 ETAPAS INICIAIS: PESQUISA E PROCESSO PARTICIPATIVO

A primeira etapa do trabalho realizado de consultoria consistiu no desenvolvimento uma pesquisa teórica sobre as características das construções guaranis e da terra indígena em questão, sendo que os principais materiais pesquisados foram artigos e dissertações, e o documento de homologação das terras indígenas trabalhadas (PIMENTEL, 2010).

Após esta etapa, realizou-se uma visita a campo com levantamento fotográfico das construções tradicionais indígenas das aldeias pesquisadas, como podem ser vista na figura 1.



fig. 1 – Imagem de moradias tradicionais guaranis.

Fonte: Imagens cedidas por lideranças guarani durante as oficinas

Autoria: desconhecida.

A partir deste trabalho inicial foram elaborados alguns estudos de possíveis tipologias de moradia para serem apresentados e discutidos pelas lideranças indígenas das aldeias.

Os projetos foram realizados principalmente em função do estudo da arquitetura guarani e da observação em trabalho de campo de casas existentes nas aldeias, sendo assimiladas as principais características da cultura guarani, como o telhado duas águas, a estrutura, as proporções e a espacialidade.

A primeira oficina para apresentação destes estudos ocorreu na Aldeia Kalipety, em março em São Paulo, com representantes de diversas aldeias das Terras Indígenas.

Nesta oficina os arquitetos apresentaram os estudos elaborados com as tipologias de projetos em desenhos bidimensionais (plantas e cortes) para discussão da futura moradia. Os projetos foram apresentados por meio de projeção em tela.

Para discussão da espacialidade dos projetos apresentados, o desenho das moradias foi reproduzido na escala de 1:1 (ver figura 2), sendo utilizado para isso cordas com as quais se desenhava no chão a construção em tamanho real. Este processo possibilitou o entendimento e viabilizou diversas discussões sobre os projetos apresentados. Nesta oficina também foram discutidos e definidos os materiais a serem utilizados em cada parte da construção.



fig. 2– Imagem do 1o processo participativo para discussão da moradia, reproduzido o projeto na escala de 1:1 com cordas no chão.

Fonte: GRUPO FRESTA.

As lideranças que participaram desta oficina aprovaram o estudo e sugeriram algumas modificações, em especial de materiais. Os participantes também demonstraram o desejo de que o projeto contemplasse variações da tipologia de habitação, o que foi incorporado no desenvolvimento posterior do projeto, junto com as modificações e sugestões apontadas.

2 O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO EXECUTIVO DIDÁTICO

O principal objetivo do projeto arquitetônico das moradias foi o de subsidiar a compra de materiais das construções e fornecer as diretrizes necessárias para a construção das moradias, que, segundo o disposto no programa do PBA, deveriam ser construídas pelas próprias comunidades (ECOLOGY BRASIL, 2016, p. 53).

Para isso o projeto buscou incorporar técnicas tradicionais de construção e técnicas contemporâneas de bioconstrução, e teve como base a primeira oficina participativa realizada, descrita anteriormente.

Sabendo das dificuldades da representação de projeto por meio de desenhos técnicos bidimensionais, os arquitetos optaram por desenvolver e apresentar todo o projeto em modelo eletrônico 3d,

elaborando um manual construtivo técnico e didático que foi apresentado em nova oficina devolutiva, dessa vez na Aldeia Cerro Corá, na praia Grande, em abril de 2018.

Esta oficina teve como objetivo a validação, por parte das lideranças indígenas e da contratante, do projeto apresentado. Nela o projeto foi debatido e aprovado com pequenos ajustes, acumulando as informações necessárias para o desenvolvimento final do Projeto Executivo das moradias.

O projeto se desdobrou em dois manuais pela necessidade de variação de implantação da moradia, enquanto algumas deveriam ser implantadas no térreo, outras seriam elevadas, devido a alguns casos de cheias de rios próximos que ocorrem eventualmente em algumas aldeias.

Seguindo as demandas e orientações das oficinas anteriores os Manuais foram desenvolvidos a partir de um sistema construtivo que possibilitava variações de fechamentos e de configurações espaciais da casa, abarcando vontades distintas dos participantes das oficinas e dos futuros moradores. A estrutura da construção é única, mas as possibilidades de fechamentos permitem inúmeras possibilidades de espaço e até expansão das moradias, conforme pode ser visto na figura 2.

A definição dos materiais e soluções construtivas, em alguns aspectos seguiu a tradição cultural guarani, mas em outros - por opção dos próprios participantes das oficinas, adaptou novas demandas de formas de morar do que costuma ser o mais usual em uma casa tradicional guarani, visando sempre a maior durabilidade da construção e a facilidade na manutenção da moradia.

Os Manuais didáticos foram elaborados por meio de um Projeto Executivo ilustrado a partir de imagens de modelo eletrônico, destrinchando a construção em etapas, com todas as informações necessárias para a execução da obra, organizando uma espécie de passo a passo (ver figura 3).

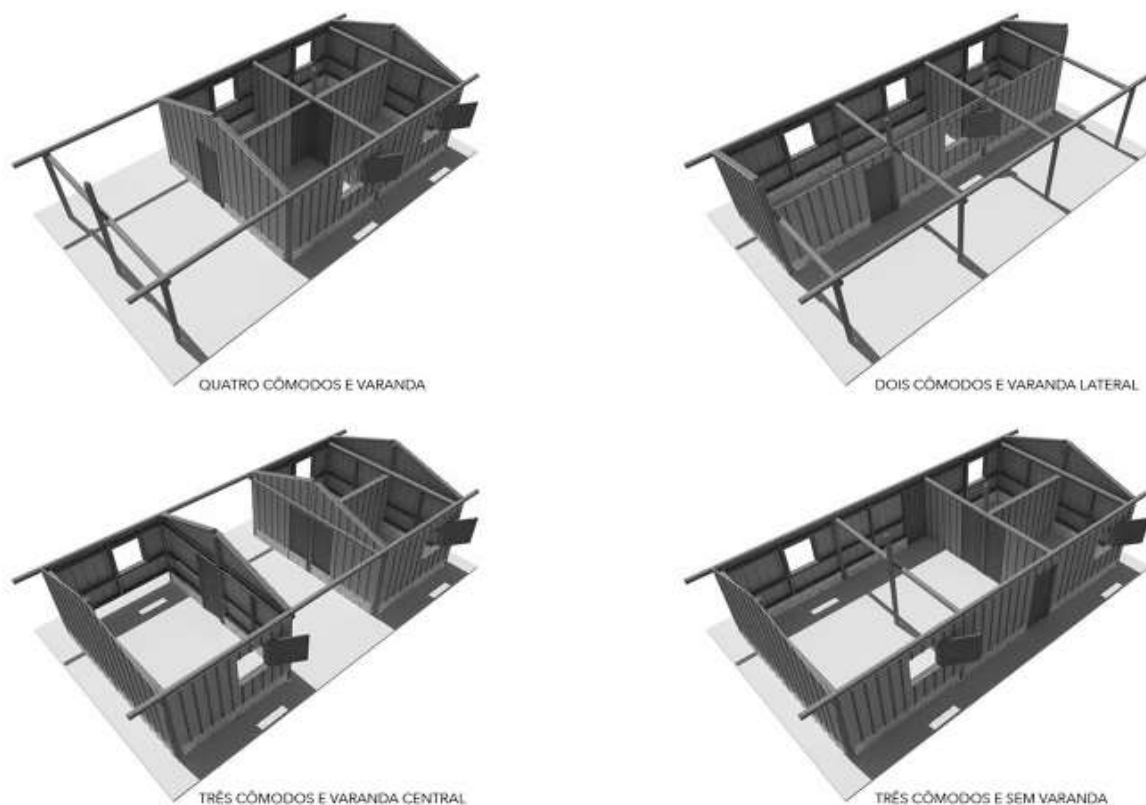


fig. 3 – Imagem de variações da Casa Térrea no Manual Executivo.

Fonte: GRUPO FRESTA, 2018a, p. 10-11.

O CANTEIRO DE OBRA COMO EXPERIMENTO E VALIDAÇÃO DO PROJETO

Após o desenvolvimento do Manual com um projeto executivo didático, foi solicitado pela comunidade oficinas de construção das moradias, das quais os moradores construtores de cada aldeia participariam para aprender e futuramente ensinar e em sua própria aldeia a construção das casas.

Foi elaborado pela consultoria técnica um modelo de oficina de construção das duas tipologias de moradia desenvolvidas. Estas oficinas tiveram como objetivo:

- proporcionar a experiência e o aprendizado na construção de moradias a partir da edificação de dois projetos (Moradia Elevada e Moradia Térrea);
- sanar quaisquer dúvidas existentes em relação á estes projetos;
- apresentar técnicas da bioconstrução possíveis de serem incorporadas às moradias, como o reboco de barro, o tratamento de água com círculo de bananeira, entre outras;

- d) aferir a lista de quantitativo entregue à Ecology para a compra de materiais para a construção das casas.

A realização dessas construções como protótipos das futuras moradias possibilitou uma otimização do projeto e aferição dos materiais utilizados, evitando assim a falta ou excesso de materiais nas demais compras, que futuramente seriam realizadas em larga escala.

As oficinas de construção foram realizadas pelo sistema de mutirão, evento tradicional que envolve a comunidade como um todo para a ajuda mútua e que potencializa suas atividades no sentido de valorizar a troca de conhecimentos entre os participantes.

Muito embora o projeto tenha sido feito a partir de processos participativos e do estudo da própria arquitetura guarani, nem todos os futuros moradores tinham experiência com construção, por isso três mutirões foram propostos (duas moradias térreas e uma moradia elevada), tentando abarcar o máximo possível de representantes de aldeias diferentes, com o objetivo de alinhar e trocar conhecimentos na prática de construir, além de repassar como aquelas casas deveriam ser construídas, para que não faltasse ou sobrasse material.

Para o desenvolvimento dos mutirões foi necessária à mobilização de uma equipe técnica especializada composta por três bioconstrutores, quatro arquitetos e um sociólogo, que elaboram a metodologia e o cronograma desta oficina, e promoveram a organização geral do trabalho para a ida a campo.

Não por acaso foi fundamental a contratação dosicineiros especializados em bioconstrução e permacultura, pois a proximidade e troca com os indígenas, considerando suas afinidades em construir com materiais e técnicas tradicionais como madeira e terra, foi de fundamental importância para o todo o processo.

Foram realizados dois mutirões de casas térreas (figura 4) e um mutirão da casa elevada (figura 5), em locais (municípios) diferentes, cada um com a duração de 12 dias, que resultou na construção de três casas completas. Cada oficina contava além dos bioconstrutores e arquitetos com aproximadamente 20 participantes.



fig. 4– Casa Térrea em construção por mutirão.

Fonte: GRUPO FRESTA, 2018c, p. 70.



fig. 5 – Casa Elevada concluída.

Fonte: GRUPO FRESTA, 2018c, p. 68.

CONCLUSÃO

Ao longo dos mutirões, pôde-se observar que a opção pelo projeto executivo ilustrado obteve êxito, sendo muito consultado ao longo da obra no caso de dúvidas, ou para acompanhar o passo a passo, gerando bastante discussão de projeto, de construção e superando um descompasso de

compreensão, que em geral ocorre em qualquer tipo de obra, entre a representação e prática, em que os desenhos técnicos acabam por simbolizar uma elitização do conhecimento e da técnica a partir de uma linguagem pouco acessível.

Além disso, o mutirão serviu para algumas revisões de soluções, ou mesmo da lista quantitativa de material para compra. Tudo isso foi registrado em um relatório interno ao PBA, descrevendo todo o processo até então.

Posteriormente à conclusão do trabalho dos arquitetos, os materiais de construção foram comprados e as aldeias, organizadas internamente, iniciaram os mutirões para a construção das casas. Em visitas de campo realizadas quase seis meses depois, pôde-se ver que as casas estavam sendo construídas perfeitamente conforme os manuais, inclusive quando escolhidos layouts distintos em relação ao que havia sido construído nos mutirões, mas que havia sido contemplado nos manuais, demonstrando mais uma vez o resultado positivo da forma de representação didática do manual.

Algumas moradias construídas pela comunidade em processo de mutirão podem ser vistas na figura 6.



fig. 6 – Variações de moradias construídas nas aldeias após a consultoria de arquitetura.

Fonte: Acervo próprio.

Concluiu-se que o processo desenvolvido durante a consultoria, incluindo o processo participativo em duas etapas, o desenvolvimento de um manual de execução do projeto e as oficinas de construção logrou êxito, visto que o projeto pode ser assimilado e incorporado ao cotidiano das aldeias.

As oficinas de construção cumpriram seu papel de proporcionar o aprendizado da construção, a troca de conhecimento entre seus participantes e vivenciar a construção das moradias, verificando os acertos e erros do manual construtivo.

Avaliou-se posteriormente que as moradias executadas após a consultoria obtiveram uma inserção harmônica com seu contexto e paisagem, já que se integram bem com as casas e as paisagens

existentes. Acredita-se que isso se deve principalmente por ser fruto do processo de oficinas participativas, onde os indígenas têm poder de decisão para escolher o que consideram adequados para suas aldeias.

REFERÊNCIAS

CARRINHO, Rosana Guedes. Habitação de Interesse Social em Aldeias Indígenas: uma abordagem sobre o ambiente construído Mbyá-Guarani no litoral de Santa Catarina. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC, Florianópolis, 2010.

COSTA, Carlos Zibel. O Desenho Cultural da Arquitetura Guarani. Artigo da Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo FAUUSP, São Paulo, n.4, p. 113-130 dez. 1993.

ECOLOGY AND ENVIRONMENT BRASIL, Ferrovia Malha Paulista: Duplicação do Trecho Ferroviário Itirapina – Cubatão, Plano Operativo do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (CI-PBA). Relatório Técnico, 2016.

GRUPO FRESTA. Manual de construção da moradia Guarani (oo): Casa térrea. Relatório Técnico. São Paulo: 2018 a.

GRUPO FRESTA. Manual de construção da moradia Guarani (oo): Casa elevada. Relatório Técnico. São Paulo: 2018 b.

GRUPO FRESTA. Oficinas Construtivas de Moradias Guarani (oo): Terras indígenas Tenondé Porã, Tekoa Mirim e Itaoca – SP. Relatório Técnico. São Paulo: 2018 c.

MELIÁ, Bartomeu. “A Terra Sem Mal dos guarani – Economia e Profecia”. In: Revista de Antropologia, v. 33, São Paulo. FFLCH-USP, 1990.

PIMENTEL, Spensy K., PIERRI, Daniel C., BELLENZANI, Maria Lúcia. Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tenondé Porã. CGID/DPT/FUNAI, Brasília, 2010.

ZANIN, Nauíra Zanardo. Abrigo na natureza: construção Mbyá-guarani, sustentabilidade e intervenções externas. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

NOTAS

¹Elaborado em função da duplicação do trecho ferroviário Itirapina - Cubatão da Ferrovia Malha Paulista.

²Linha de Ação 5 – Instalação de infraestrutura Mínima para Permanências nos Pontos Escolhidos pelas Comunidades como Focos de Redispersão Territorial.

Capítulo 3

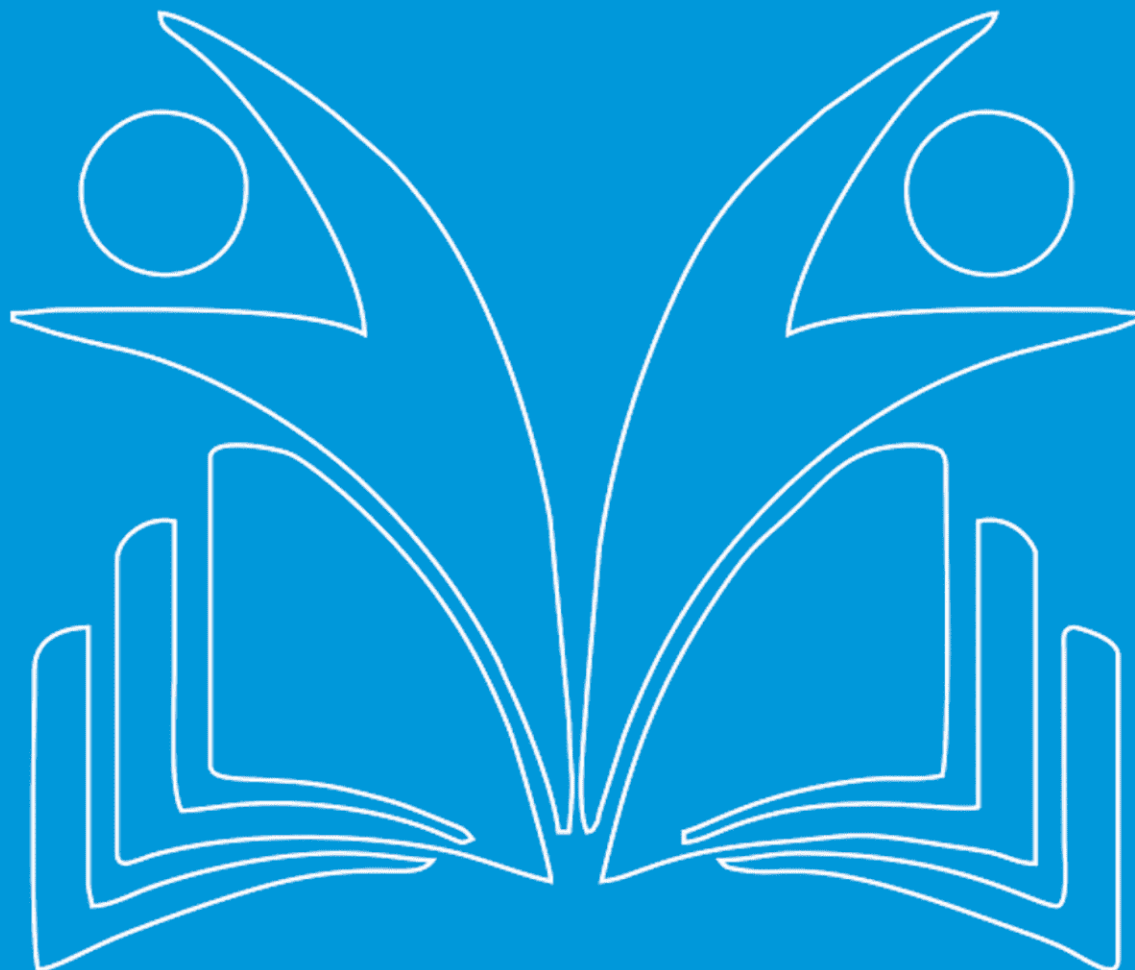


10.37423/220806410

SABERES AFRICANOS, PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: “NLEKES”, INTERMEDIÁRIOS ENTRE AS CULTURAS (SÉCULOS XVIII E XIX).

Fernanda Ribeiro Rocha Fagundes

SEEDUC RJ



Resumo: As escolas de primeiras letras, as escolas médicas, os colégios militares e as associações científicas foram criados no último quartel do século XVIII, sob a órbita da ilustração. Nesse contexto pode-se observar a atuação de uma rede de conhecimentos úteis mantida pelo Império Ultramarino português, da qual é possível notar, dentre inúmeros outros interesses, uma atração por parte dos saberes africanos de cura. Desta maneira, para penetrarem os sertões da África e absorverem os saberes que contribuiriam para manter as suas possessões do ultramar, os portugueses necessitaram de agentes sociais intermediários entre as culturas. Dentre os inúmeros personagens históricos, destacamos os “nlekes”, jovens africanos que atuavam auxiliando os religiosos em suas missões no ultramar e também em hospícios. Acreditamos que esses “nlekes” tenham atuado na 1ª Escola Médica de Angola de 1791 e em outras instituições que demandassem saberes africanos de cura, além do domínio da língua e cultura africana da faixa Congo-Angola. Dessa maneira, a atuação desses jovens negros, intermediários entre os saberes africanos e a cultura portuguesa, foi encontrada em botica e hospital do Brasil da primeira metade do século XIX. Considera-se que tais saberes como métodos, práticas de cura e plantas africanas façam até hoje parte do patrimônio cultural brasileiro.

Palavra chave: África, intermediários e cultura.

INTRODUÇÃO.

Por meio do aporte teórico da História das Ciências Global e Transcontinental observamos a atuação dos nlekes como intermediários entre as culturas, um recurso utilizado pelos missionários religiosos do Congo-Angola do último quartel do século XVIII e princípios do XIX. Atuando entre as culturas abunda da África Centro-ocidental e o português, eles foram úteis em hospícios, hospitais, boticas e navios negreiros, propagando saberes africanos, patrimônio cultural brasileiro. Instruir negros nascidos no mundo africano para penetrar os sertões, auxiliar viajantes, cuidar da escravaria. Dessa forma, os nlekes podem ser vistos como ferramenta valiosa, chegando a ser roubados nos confins da África. Uma prática secular dos sertões africanos que esteve presente na América portuguesa da primeira metade do século XIX.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS:

Como suporte teórico dessa análise pretende-se utilizar da corrente, História das Ciências Global e Transcontinental. Cabe aqui esclarecer as origens desse novo olhar para as ciências. Até 1960 a ideia de ciências não levava em consideração a ação de fatores locais para a produção de conhecimentos. Espalhava-se pelo mundo uma ideia difundida por George Basalla, autor inserido no quadro tradicional da História das ciências, que observou a ciência moderna como universal, sendo movida por determinantes internos buscando um conhecimento correto do universo físico, onde as influências sociais só se dariam em aspectos externos da prática científica. Observando assim, a ciência ocidental como parte de um processo de conhecimento epistemologicamente superior, que se instalaria em outros contextos sociais. No entanto, após a década de 1960, a História das Ciências passou a observar a formação do conhecimento como uma atividade social resultante de variáveis internas e externas, onde o conhecimento científico passa a se implantar no contexto e fazer parte de um processo histórico. Por volta dos anos 1980 e 1990, ganha força uma linha de estudo que analisa o papel das ciências na instituição dos impérios. Também surge a possibilidade de se estudar a implantação das ciências em vários contextos, trabalhando com a especificidade local. A partir dessa nova modalidade de interpretação de ciências abriu-se a possibilidade de diversos estudos comparativos de vários contextos nacionais, onde a difusão da ciência passou a ser vista nos locais de encontro entre as diversas culturas. No caso do Brasil, a tradicional historiografia observava a prática científica apenas a partir da década de 1930, como se no período anterior existisse um vácuo científico, porém com a nova perspectiva da História das Ciências Global e Transcontinental historiadores das ciências passaram a observar que ao final do século XVIII e inícios do século XIX havia a possibilidade do contorno das

práticas científicas por meio do estudo de viajantes naturalistas, de instituições, de escolas, de profissionais e de associações científicas. Por meio dessa nova visão, entende-se a possibilidade de encontrar a prática científica em práticas populares (DANTES, 2005, p. 33-36, 39).

Historiadores indianos como Sivasundaram (2014, p.146) afirmam que deve-se usar o recurso de atravessar as culturas, “*cross - contextualization*”, como acontece na História das Ciências nos dias atuais. Ressalta-se a necessidade da produção de trabalhos que envolvam a antropologia, a agricultura, a astronomia e a matemática. Todos os equipamentos e tecnologias, antes da chegada dos europeus nas regiões ultramarinas, devem ser investigados, incluindo também a terra e o clima. Esses devem ser fonte de análise trazendo indicativos de como os nativos responderam ao novo conhecimento europeu. Ao estudar o Sri Lanka, Sivasundaram (2014, p. 150) identificou em manuscritos, anteriores a chegada dos europeus, informações ricas de negócios, topografia, arquitetura, comida, agricultura, botânica e medicina, provando que os povos da região teriam conseguido resistir à imposição europeia. Por meio das diferentes direções, contextualizando fontes europeias com diversas outras fontes, movendo-se entre elas é possível identificar novas vozes. O conhecimento científico significa também a popularização do império com suas rotas, difundindo seus representantes que entraram em contato com a governança local. A ciência deve estar centrada na governança local, mas deve-se entender que os nativos resistem à ciência que vem de fora, negociam e validam os seus pontos de vista. No início da expansão europeia, os impérios brigavam para obterem informações nas redes e nos sistemas de ciência, lutavam para obterem patronagem nos locais onde atuavam, porém a ciência de fora se esbarrava com obstáculos locais, no ramo da medicina e da tecnologia. Era possível visualizar a conexão entre ciência e império no que dizia a respeito da reinvenção, limitação e falhas. O autor, destaca que deve-se entender a ciência nos espaços ultramarinos como uma tapeçaria, com conexões de conhecimentos por todos os lados, porque as culturas nos novos territórios se atravessavam e promoviam mudanças de ideias. Entender o caráter global das ciências demanda observá-la como uma prática, e recuperar o amplo banco de dados e os caminhos que ela percorreu no dia a dia social e na vida pública (SIVASUNDARAM, 2014, p. 146-150 e 154,155 e 157).

Apesar da diminuição da mediação transcultural a longa distância, por meio da diáspora de mercado que foi iniciada no século XVI, e a uniformidade cultural que foi possível pelo capitalismo europeu global e pela revolução industrial, no século XIX ainda é possível encontrar novas formas de intermediação transcultural. Ao estudar Calcutá ao final do século XVIII e princípios do século XIX, RAJ (2009, p. 106) identificou uma intermediação cultural especializada nela mesma, observando uma autonomia no mercado local por meio de profissionais interdependentes, unidos por uma

administração imperial. Esses profissionais da expansão imperial do ocidente, formados por vários grupos, buscaram modelar as suas carreiras nas ciências, no crescimento e manutenção intelectual, social e cultural para legitimar o seus agentes. Para o autor, o ir entre as culturas era importante porque Calcutá era cosmopolita, com várias línguas, culturas, religiões e técnicas de mercado. Os profissionais intermediários naquela cidade tinham papel crucial, porque eles ativavam e sustentavam o processo de expansão europeia negociando com profissões intermediárias, definindo as fronteiras culturais (RAJ, 2009, p. 106-110). Assim como ocorreu em Calcutá, acreditamos que o mesmo tenha ocorrido nas possessões ultramarinas portuguesa da África Centro-Occidental e África oriental portuguesa. Isto porque, ao chegar em suas possessões ultramarinas, os portugueses foram atacados pelos poderes locais, pelos mercadores, pela população, e no entanto conseguiram estabelecer um império, fortificando o litoral, estabelecendo conexões com um mercado privado, criando uma política comercial com os membros locais, interagindo com as comunidades, com as autoridades políticas, e se preocupando com a possibilidade de mediação, de profissionais intermediários, por meio da literatura, das técnicas, do jurídico e das habilidades administrativas. Raj (2009, p. 108) em seu estudo, cita cinco intermediários importantes como o tradutor, o banqueiro, o comprador e o intermediário do conhecimento.

Acreditamos que o “nleke” tenha sido um intermediário do conhecimento, pois na faixa Congo-Angola do último quartel do século XVIII observa-se o que foi descrito por Raj, principalmente nas cidades de Luanda, Benguela e Moçambique, regiões que demandaram de agentes sociais intermediários entre as culturas para que os portugueses conseguissem penetrar no interior africano e atingir o tão lucrativo comércio de cativos. Conforme abordado acima, os portugueses tiveram de negociar com os nativos, absorver importantes conhecimentos para se perpetuarem no local. Naquela rede de comércio e sociabilidades, diversos saberes permaneciam nas mercadorias, e passavam a ser transmitidos entre diferentes grupos ao longo da trajetória dos *commodities*. Esses saberes, a partir do século XVIII, teriam se tornado objeto de negociação e mediação, tornando-se parte das estratégias e do processo de trocas. Dessa forma, os saberes sustentaram a presença europeia no ultramar (RAJ, 2009, p. 110). Acredita-se que os “nlekes” traziam consigo os saberes da cultura do Congo-Angola e saberes da língua portuguesa, sendo ferramentas valiosas para os sertões africanos.

A atração por saberes africanos e a necessidade de agentes intermediários para penetrarem os sertões da África.

Na segunda metade do século XVIII, houve uma renovação do conhecimento envolvendo indivíduos e instituições. Tal renovação fora financiada pelo Estado através do empenho de engenheiros,

astrônomos, cartógrafos, recém-formados de Coimbra, homens de ciências, além de altos funcionários de formação cosmopolita. A coroa portuguesa participou de forma onipresente nessa renovação cultural por meio da criação de colégios, academias de ciência, escolas médicas e jardins botânicos. Nesse contexto foram enviados professores de história natural, médicos, viajantes para trabalharem em instituições na África, América portuguesa e Ásia. Esses cientistas e funcionários criaram uma rede de informação, que permitiu o Estado português conhecer os seus diversos domínios no ultramar. Essa informações vinham de diferentes pontos do império com critérios científicos, funcionários, viajantes entre outros personagens históricos que emitiram memórias, discursos e cartas onde a natureza e a ciência passavam a ser sistematizadas, contribuindo para o reconhecimento global do território (DOMINGUES, 2001, p. 284 e 285). Durante o último quartel do século XVIII, estudantes nascidos no Brasil formados em universidades europeias como Montpellier, Edimburgo, Paris, Estrasburgo e Coimbra promoveram no ultramar português, estudos empíricos, praticando uma ciência pragmática nas regiões da América, África e Ásia, observadas pela historiográfica tradicional como periféricas. Esse intelectuais cientistas, naturalistas, físicos- mores praticavam, naquele contexto, uma ciência conforme os interesses da Coroa portuguesa. Nomes importantes como Alexandre Rodrigues Ferreira, José Elói Ottoni, José Bonifácio, José Pinto de Azeredo, Joaquim José da Silva entre inúmeros outros participavam da vida pública e administrativa dessas regiões ultramarinas, atuando em instituições pragmáticas que indicavam o exercício da ciência ilustrada fora da Europa (DIAS, 2005, p. 39,99 e 100). É importante destacar que além da alimentação da referida rede, existiam outros objetivos por parte da Coroa portuguesa, que também pretendia cooptar a elite letrada de seus domínios por meio das reformas e modernização daquele século, pois diante da perda de diversos domínios ultramarinos na região asiática, o rei buscava sobretudo na América portuguesa a fidelidade por parte dessa elite. Portanto, os homens de ciência enviados para o ultramar além de atender os interesses da Coroa, viam oportunidades de profissionalização e estreitamento dos laços com a metrópole por meio de benesses, como cargos administrativos, prazos da coroa e títulos (CRUZ & PEREIRA, 2009, p. 206).

No contexto de envio de homens de ciência para o ultramar, o governo português ao final do século XVIII havia ensaiado aulas de medicina e anatomia em possessões ultramarinas como em Goa e São Paulo de Assunção de Luanda. Em Angola a Escola Médica fora inaugurada por José Pinto de Azeredo em 1791 (SANTOS FILHO, 1977, p.288). Azeredo foi intitulado físico-mor de Luanda em 1789, produziu trabalhos na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, foi professor de medicina e filosofia em Angola de 1791-1797, trabalhou no Hospital Militar de Lisboa em 1801, tornando-se médico da Real Câmara e da Família Real, sendo o primeiro professor régio de medicina da África Austral portuguesa. (OLIVEIRA,

2013, p. 153 e 154). Na mesma região e ocasião da referida escola, observamos a presença do viajante Joaquim José da Silva, que estava incluso na equipe que foi atingida pela Reforma da Universidade de Coimbra de 1772. Durante o governo de D. Rodrigo de Souza Coutinho, responsável pela pasta do ultramar, foram enviados intelectuais da América portuguesa para levantar as potencialidades econômicas, os recursos vegetais e minerais na África, América e Ásia. A maioria dos enviados foram alunos formados em Filosofia Natural e Matemática, como o já mencionado Silva (CRUZ & PEREIRA, 2009, p. 207 e 208).

Nesse contexto, destacamos José Pinto de Azeredo e Joaquim José da Silva, homens de ciência que atuaram na faixa Congo-Angola, inseridos nesse projeto de renovação cultural e alimentação da rede de informações portuguesa. Defendemos que nessa região ergueram-se instituições que ajudaram alimentar a referida rede, ressaltando a Primeira Escola Médica de Angola de 1791, sob a gestão de Azeredo, que recebia influências da cultura local. Como físico-mor de Angola ele reelaborava saberes científicos conforme a prática e costumes médicos locais. Observamos que além da referida escola médica, que funcionava em um Hospital da Misericórdia, também havia hospícios religiosos e escolas de primeiras letras, funcionando da mesma forma pragmática, sendo orientados pelas Reformas Pombalinas de 1772, que haviam atingido a saúde e a educação, permitindo uma ciência conforme o contexto ilustrado daquela época. Na Escola Médica de 1791 verificamos os usos medicinais africanos por parte Azeredo, portanto especulamos que existissem intermediários africanos dentro da referida escola, dando acesso a essas informações. Ao aprofundarmos na pesquisa observamos ao redor da dita escola médica, escolas de primeiras letras preocupando-se com os negros órfãos, formando o que Sapede (2012, p.153) identificou como “nlekes”, que atuavam em hospitais religiosos chamados hospícios. Acreditamos que também poderiam atuar na referida escola médica.

Os “nlekes”, jovens escravos da Igreja, eram importantes para o ritual cotidiano católico na região do Congo-Angola. Nessa região, a elite congoleza mantinha uma estrutura político e religiosa, que adotou elementos católicos para legitimar os afro-portugueses após a reunificação do reino Congo, que ocorreu no último quartel do século XVIII. Naquela ocasião, a fundação do reino do Congo significou uma ruptura na tradição para ser aceito o chefe. Então, a elite congoleza reinventou a tradição usando elementos católicos para se diferenciarem da maioria. Um *cristianismo crioulo* necessário pela elite congoleza, que passou a atuar nas rotas do tráfico de escravos do Congo, retirando a centralização do rei e a atuação dos portugueses naquelas rotas escravistas. Assim, a partir da segunda metade do século XVII as relações com Portugal teriam sido quebradas na Batalha Ambuíla de 1665. Desde então, o portugueses tentaram por meio de seus missionários religiosos resgatarem as alianças com o Congo

para recuperar as rotas escravistas, que haviam passado para Estados rivais como a Holanda, a Inglaterra e a França. Como a sede do Bispado ficava em Angola, os missionários capuchinhos circulavam entre o Congo e Angola com o auxílio de seus nlekes. O termo nleke se referia aos escravos da Igreja e no vocabulário kikongo significava juventude. Porém não eram exclusivamente jovens, eles mantinham vínculo local em províncias onde igrejas e hospícios religiosos eram mantidos pela elite provincial. Os nlekes lavravam a terra da Igreja, trabalhavam na construção e habitação dos padres, cuidavam do material do culto religioso e davam assistência em hospícios de capuchinhos (SAPÉDE, 2012, p. 14,19, 43,153, 183-185). Conforme o relato do franciscano português Frei Rafael Castelo de Vide, que foi enviado como missionário ao Congo no ano de 1779:

Ainda bem não tinha descansado, quando me mandaram pedir uns escravos dos padres barbadinhos italianos, que assistiram no seu Hospício de Ensucó, dois dias de jornada desta Corte, que fosse acudir, porque não estando aqui os padres, os que queiram apanhar para os venderem. (VIDE, 1794, p. 184).

Os capuchinhos, também chamados barbadinhos italianos, tinham hospícios tanto no Congo quanto em Angola e diante da órbita ilustrada e da criação de instituições pragmáticas nas regiões ultramarinas, observamos nessa região, além da presença da Primeira Escola Médica de Angola de 1791 que foi instalada no Hospital da Misericórdia, a criação de Escolas de Primeiras Letras, que acreditamos serem as formadoras desses nlekes. Em nossa documentação encontramos esse tipo de escola sendo erguida na década de 1790, período de atuação da referida escola médica. Conforme o relatório emitido pelo Senado da Câmara de Luanda, no ano de 1797, para o governador de Angola, D. Miguel Antônio de Melo, constava uma cópia de uma petição do povo realizada em 1770, pois o problema das crianças abandonadas na cidade de Luanda persistia 20 anos depois:

[...] Há uma carta ao excelentíssimo governador D. Francisco Inocência de Souza Coutinho sobre a criação de duas escolas de ler e escrever que o seu teor é o seguinte: remeto a vossa mercê inclusa a petição sobre cuja averigua da necessidade, já eu tinha dado algumas providências ao assunto ao juiz vereador. É certo que também já me consideram de miserável desamparo aos que se acham reduzidos quase todos os órfãos desta capital [a fim de introduzir] no arsenal de sua majestade para aprenderem ofícios civis, fica claro que se vossa mercê não der uma providência capaz de sustentar duas escolas de ler, escrever e contar, brevemente não haverá em todo este reino quem escreva uma carta. Este só pode se o sustentar dois mestres [...] com partidos que lhe faça a câmara, e que quando for possível tenham boa letra, bons costumes e ciências de contar ao menos das quatro primeiras espécies, e não importa que sejam escravos, se estiverem as circunstâncias referidas e se seus senhores lhes derem licença por escrito[...] E para extinguir toda a dívida, declaro a vossa mercê, que havendo algum capaz nas tropas, tendo-se me já falado em um soldado Mathias, estou pronto a lhe dar baixa com condição de empregar-lhe neste serviço[...] Ilustríssimo e

excelentíssimo senhor diz o povo dessa cidade [...] queira pelo amor de Deus nomear um mestre para fazer uma escola pública para ensinar a ler os seus filhos e outros, que andam por esta cidade perdendo-se... (SENADO DA CÂMARA DE ANGOLA, 1797, folha 17 e 18).

Em 1798 além de Luanda, havia sido providenciada escola de primeiras letras em Benguela.

... Entre as diversas ordens de que sua majestade me cometeu a execução e vossa excelência me participou por aviso [...] pelo que pertence ao segundo negócio fico procurando sujeito capaz para ser nomeado mestre da escola de primeiras letras em São Filipe[de Benguela] e logo que algum descubra procederei de acordo com o prelado diocesano e nomeá-lo-ei...(MELO, 1798, p. 168 e 169).

Também registramos a atuação de um Seminário de Caridade dos Órfãos de Luanda. Conforme o ofício do Governador de Angola, Manoel de Almeida e Vasconcelos enviado a Luís Pinto de Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Negócios Estrangeiros e Guerra, no ano de 1796:

Na corveta por invocação Nossa Senhora da Conceição Senhor Jesus dos navegantes, de que é senhorio José Antônio Pereira [...] entrou neste porto em 17 próximo do mês passado, com o destino de passar para cabinda, a negociação de escravos. Chegaram dois pretos, Victorino Pedro e Matheos Antônio Jacques, que foram educados no Seminário da Caridade dos Órfãos desta cidade, de que faz menção ao respeitável aviso de vossa excelência [...] em execução de qual foram entregues debaixo da inspeção do mestre régio de gramática latina, conservando-se na mesma casa e responsabilidade, mandando lhe eu concorrer com os competentes alimentos até a chegada do excelentíssimo reverendo bispo...(VASCONCELOS, 1796, p.196.)

Durante a administração de Francisco Inocêncio de Souza Coutinho na década de 1770, já haviam sido fundadas em Luanda duas escolas públicas, uma para crianças ricas e outra para crianças pobres. Essa teria sido uma tentativa para substituir o ensino dos jesuítas expulsos da região em 1767. Mas tarde o esforço teria sido maior, no mandato de Antônio Saldanha da Gama. A instrução pública primária só se efetivaria em 1845, por meio de um decreto que fundou a Escola Principal de Instrução Primária, que até 1872 funcionou com uma quantidade substancial de alunos (AZEVEDO, 2015, p.33 e 50).

O pensamento reformista que se voltava para o ultramar português, como o pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva, visava para a faixa Congo-Angola aparatos institucionais baseados nas ciências e nas letras através da criação de academias, escolas médicas e escolas de primeiras letras. Ou seja, a formação de um conhecimento pragmaticamente direcionado para atender os parâmetros estatais. Essas instituições trocavam conhecimentos e alimentavam a rede portuguesa (SILVA, 2006, p.361). Portanto, as escolas criadas na década de 1790 poderiam formar os nlekes, que consideramos ferramentas de intermediação úteis ao Estado Português. Isto porque, eles poderiam atuar com os missionários reestabelecendo alianças, atuar em hospícios e escolas médicas como práticos de saúde,

atuar como interpretes entre a cultura ambunda e a cultura portuguesa, penetrando os sertões auxiliando os viajantes e comerciantes nas rotas escravistas.

No Brasil de meados do século XIX, também é possível observar a atuação desses jovens negros em locais onde seu papel intermediário entre as culturas era de extrema importância, como no caso do trato das doenças da escravidão, assumindo o papel de barbeiros e sangradores, e no interior de instituições que demandavam de seus conhecimentos de cura como no Hospital da Marinha em Pernambuco, no ano de 1856, e na Botica do Mosteiro São Bento, no Rio de Janeiro.

No Brasil da primeira metade do século XIX, os proprietários de jovens negros escravos permitiam com esses aprendessem a arte de sagrar para obterem lucro, fazendo deles “negros de ganho”. A maior parte dos pedidos de licença para fazer sangrias e receber o título de sangrador, sem exames, ocorria com o objetivo de exercer este ofício no interior de navios negreiros. Diante de levantamento de fontes da Fisicatura¹ nos anos de 1809-1811 e entre 1826-1828 identificou-se que haviam sido requisitados muitos sangradores para os negreiros. Era comum, naquele contexto, que os escravos fossem alugados ou vendido por seus proprietários para trabalharem como cozinheiros, marinheiros ou barbeiros no tráfico Atlântico de escravos. Os sangradores africanos eram a única assistência recebida pelos cativos na travessia para América. A maioria dos escravos comprados pelo Rio de Janeiro vinha da África Centro-Occidental, faixa Congo-Angola. A preferência por negros sangradores ocorria pelo fato deles se comunicarem com os escravos. Essa comunicação entre os sagradores e os cativos se dava por meio da linguística, pelo grau de parentesco e por sua visão cosmológica (PIMENTA, 1997, p. 94, 99,100, 103 e 104). O engajamento em navios negreiros era uma realidade para alguns cativos, esses foram encontrados como profissionais especializados em muitas tripulações negreiras como a dos brigues Feliz Americano e Brilhante, oriundos do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. A morte e as doenças eram persistentes nas viagens marítimas de longa distância. Mesmo promulgadas leis ao final do século XVII para proteger a saúde dos homens no mar, o Conselho de Fazenda julgava necessário à escolha de barbeiros com prática de cirurgia, que também entendessem das boticas e das mesinhas usadas pela medicina, na impossibilidade de embarcar um médico para cada nau. Muitos cirurgiões e barbeiros negros, embarcações, ganharam experiência nas viagens da África para o Brasil. Esses profissionais possivelmente cooptaram ensinamentos de diferentes tradições étnicas ao longo das viagens (RODRIGUES, 2005, p. 161, 176,177 e 253).

No caso da atuação desses saberes africanos em instituições no Brasil, pode-se citar o caso de um curandeiro negro que atuou no Hospital da Marinha na cidade de Recife, no ano de 1856, caso do

curandeiro Manoel com uma proposta de remédio para a epidemia de cólera. Naquele momento, diante de inúmeras mortes de negros e a recusa dos médicos para o tratamento desses, abriu-se a possibilidade para o curandeiro atuar no Hospital. Diniz (2003, p. 362) acredita que a presença do negro, baseada na visão cosmológica dos escravos a respeito da doença, trazia conforto, pois ambos acreditavam que por métodos tradicionais africanos poder-se-ia curar o cólera. A presença de pai Manoel trouxe um mal estar para a Comissão de Higiene, mesmo que atendendo sob a fiscalização de médicos. Para os médicos oficializados, os negros eram veículo de doenças, que estavam relacionadas às suas condições de vida e a sua moral. Já para os negros, os grandes atingidos pela epidemia, a doença teria sido um plano dos brancos para eliminarem os negros da região, abrindo espaço para mão de obra branca estrangeira. Essa visão de doença por parte dos negros era exógena, ou seja, doença vinda de agentes externos como os espíritos, o universo e o envenenamento. A origem da doença estaria calcada na vontade de um poder antropomorfo: feitiço, espírito etc. O pai Manoel e os negros atingidos pelo cólera compartilhavam desse tipo de pensamento, daí a abertura para o curandeiro por parte desses doentes (DINIZ, 2003, p. 361-365, 371, 379, 381). Observamos aqui o partilhar da visão cosmológica entre o curandeiro/sangrador e cativos, da mesma maneira que ocorria na escolha de outros negros para cuidar dos cativos nos negreiros em séculos anteriores.

Novamente na cidade do Rio de Janeiro, maior porto de entrada de negros oriundos da faixa Congo-Angola, observamos a atuação de enfermeiros/ sangradores na botica do Mosteiro São Bento. Existem registros da atuação de duas escravas enfermeiras, na mencionada botica, até o terceiro quartel do século XVII. Tais enfermeiras cuidavam de escravos do mesmo gênero, oriundos das fazendas para tratamento no mosteiro. Também no século XVIII durante a gestão do Abade Fr. Bernardo de São Bento (1720-1723) havia nas senzalas um negro enfermeiro. Acrescenta-se que na gestão do Abade Fr. Vicente José de Santa Catarina (1772-1777) a presença de outro enfermeiro negro, vindo da fazenda de Campos do Goitacazes, sendo recomendado ao cirurgião por falta de professores. Ainda no século XIX, mais dois registros: o enfermeiro negro chamado Roberto, que teria atuado no mosteiro entre 1832 e 1835; e o registro do barbeiro negro chamado Patrício no período de 1839-1842 (MEDEIROS, 2007, p. 66,67 e 69).

Essas ocorrências nos fazem refletir nas origens do uso desses intermediários entre as culturas. A preferência de negros para cuidarem de negros pode ter origem na prática secular do uso dos nlekes nos hospícios religiosos e ou hospitais, uma prática conhecida desde os séculos XVII e XVIII na faixa Congo-Angola, por parte de religiosos capuchinhos. A língua, os saberes de curas, as práticas culturais

africanas podem ser considerados patrimônio cultural brasileiro, que há séculos seguem circulando por meio desses intermediários nas redes de comércio, sociabilidades e conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Neste artigo observamos que o Estado Imperial português demandou de intermediários entre as culturas para manter as suas instituições e rede de informações nas regiões ultramarinas. A atuação de diversos intermediários sob alianças com os portugueses, lhes permitiram fixar-se nos territórios do além-mar. As instituições portuguesas do último quartel do século XVIII e princípios do século XIX como a Escola Médica de 1791, os Hospícios religiosos e as Escolas de primeiras letras foram pensadas sob o paradigma das reformas pombalinas, sendo pragmáticas, com a finalidade de atenderem as demandas do Estado, inclusive na formação de agentes como os nlekes, que difundiram saberes africanos que podem ser considerados patrimônio cultural, inclusive no Brasil. A problematização da atuação de agentes intermediários foi lançada por kapil Raj no texto “Mapping Knowledge Go-Between in Calcutá, 1770-1820”, que inspirou este artigo. Acreditamos que a presença desses nlekes se faça também na Primeira Escola Médica de 1791, provavelmente eles podem ter auxiliado os professores nas cirurgias e nos tratamento das diversas doenças de Angola. Isto porque, muito dos saberes angolanos foram reelaborados pelo professor e físico-mor da mencionada escola, José Pinto de Azeredo, que pode ter obtido informações por meio desses jovens negros fluentes no ambundo e no português. A dita escola é o objeto de pesquisa de minha tese de doutorado, que se encontra em andamento.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Elisa Dias Ferreira. O complexo cultural luandense oitocentista: reflexões sobre o papel da religião católica na conformação dos filhos da terra. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Centro de Ciências humanas e sociais- PPGH UNIRIO, 2015, pp.10-62, 105- 178.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho e PEREIRA, Magnos Roberto de Melo. Ciência Identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra na conjuntura do final do período colonial. Revista História e da Sociedade e Cultura, v9, 2009, pp.205-228.

DANTES, Maria Amélia M. A implantação das ciências no Brasil- Um debate historiográfico. In: ALVES, José Gerônimo de Alencar (Org.). Múltiplas faces da História das ciências na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005, pp. 31-45.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera: Recife 1856. In: CHALHOUB, Sidney et al (Org.) Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de História Social. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais dos setecentos. História, Ciências, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, v.8, Supl. 2001. pp. 823-838.

Livro de cartas de ofício enviadas para a Corte por Manuel de Almeida e Vasconcelos, governador e capitão general do reino de Angola e suas conquistas. São Paulo de Assunção de Luanda. 1790 – 1797. Códice 4-A-1-4 (Arquivo Nacional Histórico de Angola) 457 fotogramas PADAB DVD11, 28, p.196.

MEDEIROS, Maria Franco Trindade. Botica Monachorum: farmácia Botânica dos Monges. Mosteiro São Bento RJ/Brasil. Tese de Pós Graduação de Ciências Biológicas, Museu Nacional- UFRJ, 2007.

Ofícios enviados por Miguel Antônio de Melo, governador do reino de Angola, a Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado. 1797-1799. Códice 5 -A-1-5 (códice completo). (Arquivo Nacional Histórico de Angola) 467 fotogramas PADAB DVD 13,43, p. 168 e 169.

OLIVEIRA, Antônio Braz de. “Do Rio a Lisboa, passando a Luanda: a chegar para uma bibliografia de José Pinto de Azeredo”. In: OLIVEIRA, Antônio Braz de et al. (org.). Ensaios sobre algumas enfermidades de Angola. Lisboa, Portugal: Edições Colibri, 2013. pp. 153-187.

PIMENTA, Tânia Salgado. A arte de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura Mor no Brasil do começo do XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 1997.

RAJ, Kapil. Mapping Knowledge Go- Between in Calcutá, 1770-1820. In: SCHAFFER, Simon; ROBERT, Lisa; RAJ, Kapil e DELBURGO JAMES (orgs.) The Brokered World : Go- Betweens and global intelligence 1770-1820.Sagamore Beach: Watson publishing international LLC, 2009.

Relatório pedido por d. Miguel Antônio de Melo, governador e capitão general de Angola ao Senado da Câmara de Luanda no Reino de Angola [...] criação de duas escolas para os oficiais civis. Luanda, 1797, coleção IHGB DL76, 03, folha 17 e 18.

RODRIGUES, Jaime. De costa a costa: escravos marinhos e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. História geral da medicina brasileira. V.1 V.2, São Paulo: Hucitec, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977 e 1991.

SAPEDE, Thiago Clemêncio. Muana Congo, Muana Nzambi, Ampungu: o poder e o catolicismo no reino do Congo pós-restauração (1769-1795). Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 2012, pp. 9-43, 42-86 e 146-198.

SILVA, Ana Rosa Cloet da. Pensamento e atuação andradinos no processo de construção da nação, 1783-1823. In: _____. Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006. Cap.5, p. 337-379.

SIVASUNDARAM, Sujit. Science and the global: on methods, questions, and theory. History of science Society. ISIS, vol. 101, no1, March 2010, pp. 146-158.

VIDE, Rafael Castelo de. Viagem e missão ao reino do Congo. 1794. p. 184. Apud SAPEDE, Thiago Clemêncio. Muana Congo, Muana Nzambi, Ampungu: o poder e o catolicismo no reino do Congo pós-restauração (1769-1795). Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 2012.

NOTAS

¹ PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Orgs.). Artes e ofícios de curar no Brasil. Campinas SP: Editora Unicamp, 2003. Conforme Pimenta no interior do Império Ultramarino português eram necessárias licenças e cartas para exercer atividade curativa. Em Portugal já existia uma regulamentação que havia criado o cargo de cirurgião-mor no século XIII e de físico-mor no século XVI. Em 1782 foi criada a Junta do Protomedicato em Portugal, que regulava a atividade desses profissionais, a qual foi substituída pela Fisicatura-mor, em 1808 com sede no Rio de Janeiro, tendo funcionado até 1828. Os oficiais da Fisicatura podiam ser identificados principalmente por meio de dois cargos: o do físico-mor, que prescrevia e fabricava remédios e o do cirurgião-mor, que fazia intervenções cirúrgicas. Delegados e subdelegados realizavam devassas em vários pontos do Império, verificando o respeito aos regimentos e às licenças e cartas que autorizassem as práticas terapêuticas. Esse órgão emitia licenças e cartas para sangradores, parteiras e curandeiros, considerados subalternos e também para médicos, cirurgiões e boticários, considerados oficiais da Fisicatura por serem mais prestigiados.

Capítulo 4



10.37423/220806416

DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PIAUIENSE: UM OLHAR SOBRE JAICÓS-PI

Maria Eduarda de Lima Coutinho

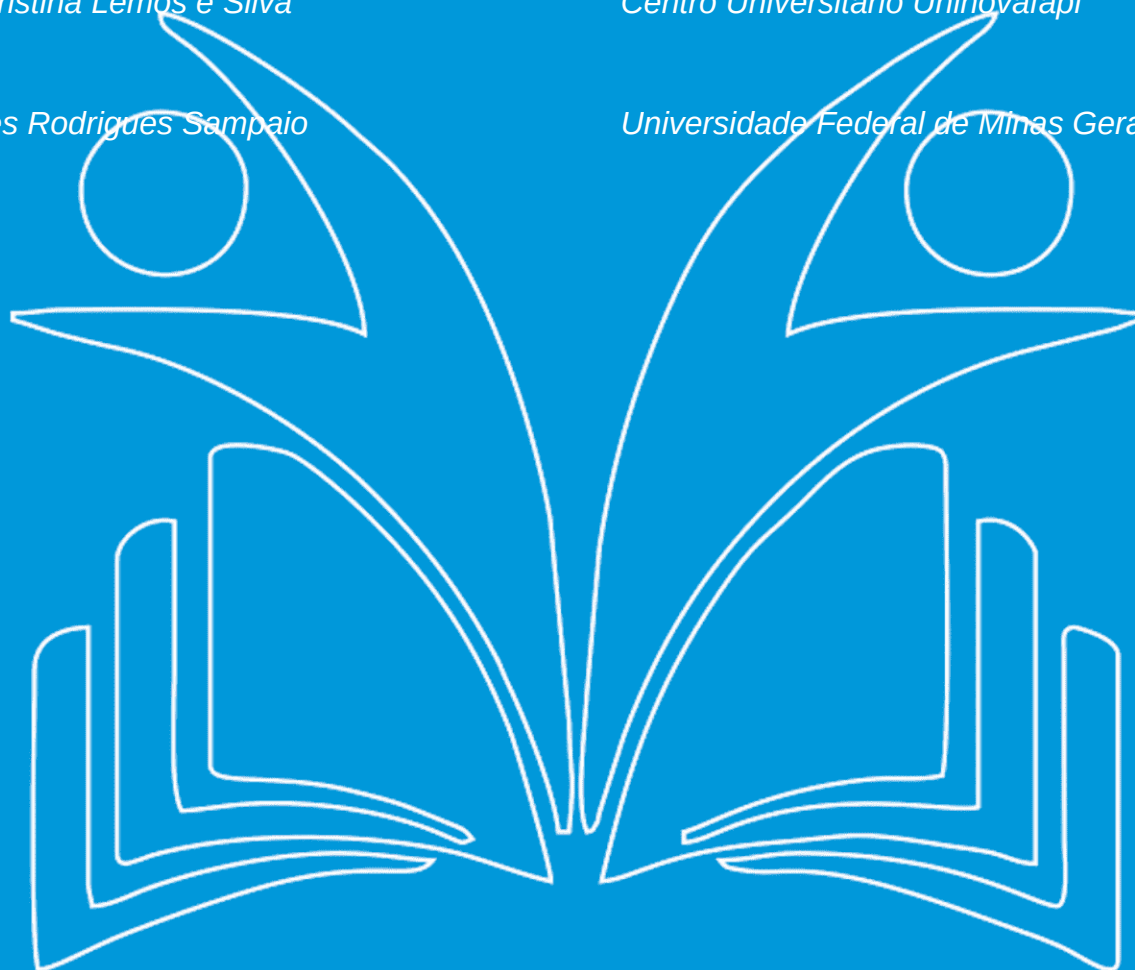
Centro Universitário Uninovafapi

Tamyres Cristina Lemos e Silva

Centro Universitário Uninovafapi

Isis Meireles Rodrigues Sampaio

Universidade Federal de Minas Gerais



Resumo: O presente artigo trata da importância da documentação para salvaguarda dos bens materiais e imateriais protegidos a partir do olhar para os patrimônios culturais da região da cidade de Jaicós, situada no sudeste do estado do Piauí. Popularmente conhecida como Terra do Galo, a cidade se configura como uma das sete mais antigas do estado. Assim, o município se caracteriza como uma localidade provida de riquezas patrimoniais, culturais e históricas, tal qual a Igreja de Nossa Senhora das Mercês – monumento histórico de quase 200 anos tombado como patrimônio cultural pelo estado do Piauí. Esta edificação religiosa impulsionou o desenvolvimento da cidade de Jaicós, assim como nas demais cidades provincianas coloniais brasileiras, onde o edifício religioso era o ponto de partida para a formação urbana. Além do acervo cultural arquitetônico, a região de Jaicós engloba algumas localidades, como o povoado Várzea Queimada, onde há a existência de técnicas artesanais ancestrais advindas de povos indígenas que um habitaram aquele território. Tais manifestações culturais são práticas que agregam o valor do patrimônio imaterial. Diante do exposto, esta pesquisa tem o objetivo de explorar em que condições encontram-se os registros dos patrimônios culturais da região de Jaicós, para desse modo documentar a sua importância cultural, bem como compreender como os bens em questão estão inseridos no cotidiano da população, pois ambas as vertentes material e imaterial do patrimônio cultural são parte da identidade da comunidade em que se encontram. Para realização desta pesquisa, foram exploradas fontes pertencentes ao arquivo da cidade, além da consulta a artigos científicos, livros, sites e jornais desenvolvidos acerca da história do patrimônio cultural e do município. O aporte teórico embasou-se em autores como Varine (2012), Brandão (2015), Sousa (2018) e Pereira (2012). Se faz necessário estudar as condições dos acervos patrimoniais das cidades piauienses como Jaicós afim de contribuir para divulgação do patrimônio tangível e intangível existente no local, discutindo e divulgando os bens de relevância cultural que se encontram distantes dos grandes centros de pesquisa.

Palavras-chave: Jaicós; Patrimônio Cultural; Várzea Queimada.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade não engloba somente a grandes palácios, castelos, e a cultura europeia. As singelas construções erguidas em pequenas cidades interioranas e os saberes ancestrais advindos de povos injustamente esquecidos também fazem parte da identidade e memória humanitária. Devendo ser lembrados e reconhecidos como bens de importância cultural que atuam como materializantes do passado e balizadores do presente. Assim, o trabalho em questão parte do princípio de que o presente necessita do passado para ser compreendido, consequentemente, é através do entendimento e da difusão das origens que compõem determinadas comunidades que se torna possível a criação de laços afetivos com a memória e traços culturais de um povo, tornando-se inerente o desejo de se preservar, valorizar e repassar a cultura local (COUTINHO; CABRAL; LEMOS, 2019).

A cidade de Jaicós, (Figura 01) conhecida como Terra do Galo, está situada no sudeste do Piauí, caracterizando-se como uma das mais antigas do estado, surgiu a partir de um aldeamento indígena do século XVIII. A região de Jaicós possui um acervo patrimonial cultural considerável, como a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, sua Igreja Matriz – construção histórica do século XIX, ainda em uso pela população –, que pertence a esfera patrimonial material cultural da cidade.

O município também abrange algumas comunidades rurais, como a localidade Várzea Queimada, onde é praticada uma técnica artesanal ancestral proveniente da cultura de comunidades indígenas já extintas. Essa forma de expressão cultural é uma prática que agrega o valor do patrimônio imaterial, sendo bastante importante para a compreensão histórica e a manutenção cultural desta sociedade. Dessa maneira, se faz possível afirmar que o município de Jaicós-PI se configura como um território que possui riquezas patrimoniais, culturais e históricas. Porém, ainda há na cidade de Jaicós a necessidade de informar a população sobre a importância do seu patrimônio, cultura e memória local. Logo, grande parte da população jaicoense não tem ciência da história da cidade e da importância das suas produções culturais.

Figura 1 – Localização da cidade de Jaicós no sudeste do estado do Piauí.



Fonte: Google, editada pelas autoras, 2020.

Portanto, neste artigo intitulado Documentação Do Patrimônio Cultural Piauiense: Um Olhar Sobre Jaicós-PI é possível a compreensão da história do surgimento da cidade de Jaicós-PI e da comunidade Várzea Queimada, das noções de patrimônio, identidade, educação patrimonial e documentação de bens culturais; dos patrimônios de Jaicós e Várzea Queimada e como estes atualmente estão documentados.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo investigar em quais condições se encontram os registros do patrimônio cultural na região de Jaicós. Compreender a importância da documentação para a perpetuação de bens culturais, e como estes são constituintes do cotidiano dessas comunidades, pois tanto o patrimônio material quanto o imaterial são o alicerce da formação da identidade de um povo.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma análise qualitativa e um estudo exploratório a partir de pesquisa bibliográfica feita em livros, artigos científicos, documentos, trabalhos acadêmicos e web sites – publicados em meios escritos ou digitais – que continham os assuntos em foco. Alguns autores de destaque foram: Sousa (2010), Coutinho (2020), Varine (2012), Pereira (2012). Também foram exploradas fontes e registros concedidos por moradores, além de depoimentos orais dos mesmos. Ademais, foi executada uma pesquisa documental a partir de registros fotográficos, jornais, revistas e vídeos de programas de televisão.

Posteriormente, foi realizada uma visita de campo na cidade de Jaicós-PI, para uma avaliação presencial dos patrimônios material e imaterial da região, em especial a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês – onde foram averiguados seus aspectos arquitetônicos, seu atual estado de conservação, seu uso atual e sua documentação – e a comunidade rural jaicoense Várzea Queimada, onde foi observada a rotina de trabalho, técnica artesanal e artesanato das artesãs. Logo, através de entrevistas e contato pessoal, foi possível um melhor entendimento e interpretação da realidade e patrimônios locais.

CONTEXTO HISTÓRICO E AMBIENTAÇÃO

Considerada por muito tempo uma “terra de ninguém” pelo colonizador, a atual região que corresponde ao estado do Piauí foi intensamente povoada por povos indígenas e pertenceu a diversas capitanias durante a época do Brasil Colônia (OLIVEIRA, 2004).

Uma dessas comunidades indígenas eram os Jaicós que pertenciam ao ramo Tupi (CRUZ, 2019). Essa etnia, cujo o nome também é encontrado com as grafias Jeicó, Jaikó e Geicó, foi localizada primeiramente em Juazeiro, no estado da Bahia. (SOUSA, 2010). Sabe-se que o primeiro contato dos indígenas Jaicós com o homem branco foi no ano de 1674, nas proximidades do rio Gurguéia (OLIVEIRA, 2004). Essa comunidade indígena possuía grande conhecimento sobre os solos do sertão, tendo o costume de percorrer caminhos de difícil locomoção e por conta disso, a mão de obras desses povos foi utilizada, como soldados nas expedições contra outros povos gentis (SOUSA, 2010).

A região que atualmente corresponde a cidade de Jaicós-PI, antes Cajueiro, fica situada no centro sul do estado e foi intensamente povoada por povos indígenas até meados do século XIX. Como uma das mais antigas do estado, a cidade surgiu a partir de um aldeamento indígena – de Nossa Senhora das Mercês – instalado no ano de 1714, com pouco mais de 100 indígenas da tribo Jaicó aldeados, vindo deste fato, o nome da cidade. (SOUSA, 2010).

A freguesia de Nossa Senhora das Mercês foi considerada uma importante região do sertão piauiense, pois abrigou núcleos indígenas, presenciando o desaparecimento de sua cultura em detrimento da cultura advinda da Europa (SOUSA, 2010). Logo, a cidade de Jaicós-PI é fruto direto do processo de atração do homem branco português às terras piauienses, cujo a religião atrelada à economia do gado proporcionou o crescimento urbano e onde foi iniciado o processo de construção das primeiras edificações lusas de caráter religioso. Muitas dessas construções ainda estão erguidas nos dias de hoje, sendo muitas delas consideradas parte do patrimônio cultural material do estado.

Diante do exposto, a formação urbana da cidade de Jaicós-PI se deu a partir da instalação da sua Igreja Matriz, a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, no ano de 1833, construção de caráter luso-religioso. Esta foi erguida em um local antes ocupado por uma capela pertencente aos jesuítas que catequizaram os indígenas Jaicós aldeados na região, durante o século XVIII. A paróquia foi projetada pelo Padre Marcos de Araújo Costa, descendente de portugueses e importante personalidade jaicoense no século XIX, que contribuiu para fundação do município de Jaicós, antes vila, sendo fundamental para o desenvolvimento da mesma, devido a sua influência política e educacional na região, tendo ele sido muitas vezes referenciado como o homem que construiu Jaicós (COUTINHO; CABRAL; SILVA, 2019).

No ano de 1989 a Igreja de Nossa Senhora das Mercês foi tombada como Patrimônio Histórico Cultural do estado do Piauí, sendo esta usada até os dias de hoje. A igreja marca a história cultural da cidade de Jaicós, perdurando pelos séculos como um materializante das tradições características da Europa. Estando ligada diretamente com algumas produções culturais do município. Ou seja, como era comum nas cidades coloniais, Jaicós cresceu e se ergueu em volta do seu edifício religioso e esta configuração urbana ainda existe, estando a igreja no centro da cidade próxima a uma praça adjacente as casas de arquitetura colonial que a contornam. Mesmo sendo bastante antigo, o município piauiense ainda é uma cidade pequena do interior do estado, possuindo uma escala territorial que abrange diversas comunidades rurais (COUTINHO, 2020).

A cidade de Jaicós é fruto de uma herança tanto colonial, quanto indígena, esta última muitas vezes mascarada e esquecida. Um exemplo disso, é a produção artesanal do povoado Várzea Queimada – localizado a 23km da cidade de Jaicós –, que é uma herança de técnicas dos povos gentis que ocupavam a região e por muito tempo não foram reconhecidas como tal, sendo considerada atualmente um patrimônio imaterial da região.¹

Com uma população de aproximadamente de 900 habitantes, o povoado em questão tem sua história de origem a partir do vaqueiro paraibano João Raimundo Barbosa que se casou com Joana Carvalho, filha do coronel que mandava nas terras correspondentes atualmente a localidade Várzea Queimada. Juntos, iniciaram a comunidade nesta região, sendo a maior parte da sua população descendente de João Raimundo Barbosa e sua esposa. (GERMANO, 2018).

Entre os moradores do povoado havia uma mistura de indígenas nativos, negros trazidos à região como escravos e imigrantes portugueses que chegaram com a colonização (ROSENBAUM, 2016). Contando com um número expressivo de surdos – cerca de 40 pessoas –, esta comunidade é um dos lugares no mundo onde existem mais deficientes auditivos. Para uma média de 2% de surdos no Brasil, Várzea Queimada apresenta 4,4% de pessoas nessa condição. Por conseguinte, no povoado há muito tempo,

as pessoas falam “cena”, que é a língua de sinais local, utilizada na comunicação entre os surdos e ouvintes da região, fazendo parte do cotidiano dos moradores desta localidade (PEREIRA, 2013).

Neste povoado, as casas são em sua maioria construídas pelos próprios moradores, onde dois dos principais materiais utilizados são o barro e troncos da carnaúba. Poucas coisas são compradas, a maioria dos utensílios são extraídos da flora da região ou produzidos localmente. Além disso, na localidade há duas igrejas católicas regidas pela Igreja Matriz do município de Jaicós. Também existem na comunidade duas escolas, sendo a mais antiga a Escola Municipal Manoel Barbosa, que oferece o ensino fundamental (PEREIRA, 2013).

Ademais, a Várzea Queimada possui uma rotina de trabalho marcante, pautada na sua produção artesanal que é passada de geração para geração e se qualifica atualmente com uma de suas principais fontes de renda. Esta técnica artesanal acontece a partir da tecelagem, se tratando – como citada anteriormente – de uma atividade secular. Tendo surgido por uma necessidade de subsistência, sendo antes produzido para atividades simples do cotidiano dos povos indígenas. Se configurando como atividade tipicamente feminina – dominada por boa parte das mulheres da comunidade. Este artesanato local faz parte do cotidiano da cidade e é feito, desde os primórdios, a partir da palha de carnaúba e da fibra do coroá, duas plantas muito comuns na região.²

Várzea Queimada é tida como uma das comunidades mais populosas da cidade de Jaicós-PI (junto com a comunidade do Esquisito e do Croazal). Logo, essa localidade recebe uma atenção privilegiada das políticas públicas do município tendo sido ao longo dos anos, foco de atenção e investimento.

PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E DOCUMENTAÇÃO

Patrimônios podem ser entendidos como produções culturais que tem certa representatividade identitária para uma sociedade. Portanto, podem ser monumentos, cerimônias religiosas, esculturas, danças, produções musicais, culinária, ou seja, tudo aquilo que é fruto do saber e do saber fazer (LONDRES, 2001). Desse modo, fica claro que os patrimônios podem ser entendidos como bens materiais e os imateriais – não palpáveis. O termo patrimônio cultural se relaciona com o conceito de identidade, que representa a noção que o indivíduo tem de si mesmo e do seu pertencimento a grupos socioculturais. Identidades podem se manifestar em conceitos bem vastos, como através das identidades culturais que se firmam por meio do reconhecimento de um passado em comum – foram amplamente implementadas no Brasil a partir da década de 1930 (BRANDÃO, 2015). A manutenção de bens culturais, e dos significados que estes carregam depende da passagem destes através das

gerações, desse modo, é imprescindível que haja uma manutenção constante da história local, para que a sociedade de cada época se identifique com seu patrimônio e assim, o proteja (PEREIRA, 2012). Entretanto, com esse processo, os significados são alterados, alguns se perdem e outros são adicionados, há sempre uma ressignificação do patrimônio, pois as diferentes gerações acabam por moldá-lo. Fica evidente essa prática na sociedade atual, onde há uma grande globalização, e por vezes, a integração de culturas. Com o impacto desses fatores, há a perda da identidade cultural. Importante ressaltar, que em pequenas comunidades, muitas vezes o acesso à globalização cultural é mais restrito, de modo que a maneira de viver nessas localidades ainda é bastante conectada com os saberes ancestrais (PEREIRA, 2012).

A proteção do Patrimônio Histórico Cultural está relacionada principalmente com a preservação da memória social, que é a forma pela qual as sociedades repassam suas tradições – em especial através da oralidade –, garantindo o conhecimento do passado, bem como o entendimento das dinâmicas sociais atuais. Decerto, as pautas sobre a história local, os bens culturais e as memórias coletivas e individuais devem ser discutidas, como uma ferramenta de conservação dos significados da cultura de uma comunidade (SOUSA, 2018).

A documentação é entendida como um processo que engloba a coleta de dados, o processamento técnico e a propagação de informações. Importante ressaltar que existem diferentes tipos de registros, de modo que as informações possam sobreviver mediante variados contextos históricos. Além de contribuir sendo um meio que gera produtos para estudos e enriquecimento do conhecimento humano, a documentação representa ideias e conceitos sobre determinados assuntos. Segundo Pereira Filho (2015, p.1):

Ao qualificar o termo “documento”, Jacques Le Goff afirma que o termo latino *documentum*, deriva de *docere*, que significa “ensinar”. Foi apenas no século XVII que se propagou, na linguagem jurídica francesa, a expressão “títulos e documentos”; já o sentido da documentação como “prova” e como “testemunho histórico” foi incorporado a partir do século XIX.

A documentação pode ser categorizada de acordo com seu suporte, que se relaciona com o material em que as informações são registradas (papel, filme, CD); com o gênero, que se refere ao aspecto que assume o documento de acordo com a linguagem utilizada (textual, audiovisual, fonográfico). Existe ainda a categoria das “três idades”: da documentação corrente, que está vinculada às finalidades imediatas das informações; da documentação intermediária, que fica na espera pela decisão de seu descarte ou sua guarda definitiva; e da documentação permanente, que são os documentos que devem ser preservados por conta de seu valor histórico, e de suas potencialidades para os encargos científicos, sociais e culturais (PEREIRA FILHO, 2015).

Isto posto, cada manifestação cultural recebe um tipo diferente de documentação, pode-se citar três principais em vigor no Brasil: o tombamento, o registro e a chancela. O tombamento foi criado em 1937 pelo Decreto-lei nº 25 e funciona como um instrumento legal que garante a proteção de Bens Culturais Materiais; que são ainda diferenciados entre Bens Culturais Móveis, Imóveis e Bens Culturais Integrados (RABELLO, 2015). Já o registro funciona como um instrumento legal para a proteção de Bens Culturais de Natureza Imaterial, foi criado por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, com o intuito de contribuir para a salvaguarda de bens “que sejam considerados de relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (FONSECA, 2015, p.2). Enquanto chancela é o instrumento jurídico para proteção da paisagem cultural, que foi incorporada no Brasil como uma nova categoria de patrimônio cultural pela Portaria nº. 127 de 2009, do IPHAN (SCIFONI, 2016).

Desse modo, a documentação relacionada às atividades de pesquisa acaba sendo um recurso cultural indispensável para a proteção do patrimônio. As duas áreas funcionam conjuntamente, ao passo que conseguem recordar registros do passado e do presente, levantando perguntas e reflexões sobre os variados acervos culturais das comunidades (PEREIRA FILHO, 2015).

Infelizmente, a maior parte da população do Brasil ainda não possui entendimento sobre as políticas de proteção patrimonial, mesmo esta constando na Constituição da República Federativa do Brasil, onde os bens culturais materiais e imateriais relacionados à identidade, e à memória de muitos grupos sociais estão incluídos no art. 216. (BERTAGNOLLI, 2015). Esse processo acontece porque as discussões patrimoniais são escassamente difundidas pelo governo, restringindo-se apenas ao meio científico, portanto, são diálogos inacessíveis para muitas comunidades, não havendo inserção desses assuntos dentro do cotidiano de todos. Logo, é indispensável que haja a disseminação da importância dos patrimônios locais, de modo que esses discursos possam chegar em todos os locais e serem facilmente compreendidos. Uma estratégia adequada para tal, é a educação patrimonial, tanto ensinando a população sobre a importância da cultura e dos bens, quanto utilizando esses bens para a educação nos processos pedagógicos (COUTINHO, 2020).

A educação patrimonial funciona como uma maneira de sensibilizar e instruir sobre o conhecimento do patrimônio, sobre como protegê-lo, e deve trazer uma linguagem e uma contextualização adaptados à cada comunidade, promovendo a democratização desses conhecimentos. Tem como objetivo promover a apropriação das pessoas de uma localidade para com seus patrimônios, de modo que estes se tornem fatores de desenvolvimento local. No uso dos bens culturais para a educação, há uma aproximação imediata entre a comunidade e os patrimônios, gerando afetos e a formação de laços. É de suma importância que essas metodologias possam atingir os jovens, pois estes serão os

tomadores de decisões do futuro, e para tal devem ter conhecimento de sua cultura e principalmente, sentirem-se pertencentes (VARINE, 2012).

PATRIMÔNIOS CULTURAIS DE JAICÓS E VÁRZEA QUEIMADA

Elegida como igreja matriz da cidade de Jaicós, a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês teve suas obras concluídas no ano de 1839, sendo o seu projeto elaborado pelo Padre Marcos de Araújo Costa que possuía apuro técnico e científico em arquitetura, logo, a construção da matriz foi considerada uma das mais requintadas da província. O estilo difundido pelos jesuítas no Brasil na época, foi o da Contrarreforma, caracterizado por possuir poucas ornamentações e uma estética sóbria, conferindo às volumetrias um ar pesado, fechado e discreto. Quanta aos aspectos arquitetônicos da Paróquia, um arco- cruzeiro cumpre a função de segregar a nave central da capela-mor, a edificação apresenta também capelas laterais, sacristia, transepto e coro, com o formato de cruz latina (SILVA FILHO, 2007). Quanto a sua documentação, no ano de 1989 a Igreja foi tombada como Patrimônio Histórico-Cultural do Estado do Piauí no Livro do Tombo. Assim, a Paróquia passou por diversas obras de reforma ao longo de sua existência, como a da construção da torre lateral esquerda que possui um relógio – já idealizada por Padre Marcos –, e a da capela lateral esquerda, ambas realizadas entre os anos de 1914 e 1915 pelo Cônego Miguel dos Reis Mello. Além da obra de conversão de um antigo depósito na lateral direita em uma capela, através da abertura de arcos que deram acesso à nave central. Foram também adicionadas esquadrias na fachada principal e na ala lateral esquerda. Já em 1937 (Figura 02), ao encargo do Pe. José Limmermam foi concluída a cúpula da nova torre para a celebração da cerimônia do 1º centenário da paróquia, este festejo reuniu a participação de 10.000 fiéis, sendo esta informação registrada no livro do tombo (CRUZ, 2019).

Figura 02 – Igreja de Jaicós atualmente.



Fonte: euamojaicos.blogspot.com, 2009.

Posteriormente, em 1953 houve a adição da sacristia, pelo afloramento de 5 metros na porção posterior da edificação. No ano seguinte, a cobertura da igreja foi substituída por uma contínua de duas águas, em detrimento do desnível que existia entre os telhados das capelas laterais e da nave central. Em 1955, uma reforma conferiu à matriz estuque e forro na nave central, platibanda e a adição de arcos acima das esquadrias das fachadas laterais, além de uma pintura externa. O piso original da igreja é em tijoleira, partes dele podem ser observadas na torre lateral direita na altura do coro e abaixo da torre lateral esquerda próximos à nave central; o piso existente atualmente em maior parte da igreja são ladrilhos hidráulicos instalados na década de 1950 (CRUZ, 2019). Sabe-se ainda, que na torre lateral direita consta o piso de ladrilho artesanal de barro cozido, e no coro e sacristia o piso de madeira em tabuados corridos (SILVA FILHO, 2007).

A imagem de Nossa Senhora das Mercês, peça esculpida em madeira, com 23cm de altura, foi trazida pelos jesuítas, datada de aproximadamente 200 anos, hoje encontra-se conservada e guardada. A peça atualmente exposta na igreja foi trazida da Bahia, 100 anos atrás, através de doação da esposa de um rico fazendeiro que teve uma graça alcançada (SOUSA, 2010). O arquivo da igreja é outra importante característica, onde estão registrados os batizados realizados em Jaicós, Picos, Pio IX e Paulistana (CRUZ, 2019). As dobradiças presentes nas portas e janelas da matriz são do tipo leme e cachimbo, além de alguns singelos e delicados ferrolhos de madeira. O sistema construtivo é composto de adobe, largamente produzido no Piauí pela facilidade do acesso ao barro. Guarda-corpos de ferro forjado podem ser observados na fachada frontal da igreja, protegendo as pequenas sacadas das janelas na porção superior da fachada (SILVA FILHO, 2007).

Outra edificação notável na zona rural de Jaicós é a casa que sediou a Fazenda Boa Esperança, onde viveu Padre Marcos, e foi por ele adaptada a um colégio internato. Originária do século XVIII, foi uma das primeiras construções educacionais do Piauí provincial. A residência foi demolida, mesmo inscrita no livro do Tombo em 05 de setembro de 1992. Antes disso, encontrava-se descaracterizada após uma reforma e pelo desmoronamento de um trecho que caracterizada a antiga varanda. As técnicas construtivas eram as típicas da época no Piauí, com uso de carnaúba, janelas e portas em madeira fichada e tijolos em adobe (FUNDAC, 2019).

Já na nucleação urbana de Jaicós, nas proximidades da Paróquia, observam-se também importantes edificações, como a residência de Pe. Marcos datada de 1839 (Figura 3), que demarcou o cenário da cidade como uma das maiores e melhores casas da região, possuiu outros proprietários e serviu como

casa paroquial. Foi também demolida, em partes pela dinâmica desenvolvimentista onde os terrenos localizados em áreas centrais passaram a valer mais que as edificações históricas (SILVA FILHO, 2007).

Figura 3 – Residência do Pe. Marcos na cidade de Jaicós.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Pode ser citado também o Sobrado Rosa dos Peixes, chamado dessa maneira por existir na fachada a imagem de dois peixes entrelaçados, em relevo de massa. O sobrado pertenceu à Manoel Clementino de Souza Martins, irmão do Visconde de Parnaíba, e constava como o mais antigo sobrado de Jaicós. Caracterizado por suas sacadas com balcões em ferro forjado, com o monograma de José Rafael Lelis e pela técnica construtiva de alvenaria em tijolo. Lamentavelmente, o sobrado foi demolido mesmo sendo tombado pelo Estado no ano de 1992 (SILVA FILHO, 2007).

Relevante mencionar a Casa de Odilon Reis, edificação de presença marcante, locada na Praça Padre Marcos, aparentemente, uma das mais importantes e antigas da cidade. No passado teve grande porte, ocupando um quarteirão quase por inteiro. Hoje encontra-se reduzida à uma pequena esquina, e em estado de ruínas. A residência não é protegida legalmente, e não existem mobilizações que revoguem sua conservação, mesmo sendo evidente que sua presença é significativa no eixo do centro histórico de Jaicós (COUTINHO; CABRAL; SILVA, 2019).

Assim como a vertente material do campo patrimonial, a dimensão imaterial também desempenha um importante papel de representante histórico-cultural vivo no Brasil. As danças, costumes, línguas, técnicas e o saber fazer são parte fundamental do que tangencia uma herança e identidade cultural em determinados polos sociais. Na comunidade rural Várzea Queimada – localizada a 23km da cidade de Jaicós-PI –, o patrimônio imaterial que consiste na técnica artesanal ancestral advinda dos indígenas que habitavam a região, rege boa parte da organização social e de trabalho do povoado, representando a luta, resistência, história e cultura local.

Esta técnica artesanal da comunidade Várzea Queimada (Figura 4) é qualificada desde muito tempo como uma atividade tipicamente feminina – dominada por uma parte considerável das mulheres do povoado –, este artesanato local faz parte do cotidiano da comunidade e é feito, desde os primórdios, a partir da palha de carnaúba e da fibra do caroá, duas plantas típicas da flora da região.³

Figura 4 – Artesãs da Várzea Queimada em meio às suas produções.



Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2020.

O trançado com a palha se dá da seguinte forma: depois de seca a palha da carnaúba, os fios são cortados. Esses fios servirão como base para o trançado. Vários deles são colocados sobrepostos (a quantidade, bem como a espessura dos fios, varia de acordo com o tamanho do utensílio que será confeccionado), em um primeiro momento, para em seguida, seguirem o movimento dos braços das mulheres no trançado. A mão fechada, cerrada com o dedo polegar sobre os demais, segura os fios cuidadosamente, enquanto entrelaça com os outros (PEREIRA, 2013, p. 63).

Durante longos anos essa técnica artesanal foi considerada um mero saber de uma comunidade rural abandonada e ignorada, tendo sido as artesãs da Várzea Queimada e sua produção artesanal subestimados por muito tempo. Assim, era praticamente impossível para a população deste pequeno povoado possuir autoestima suficiente para se apropriar e se orgulhar da sua memória e produção cultural.

Foi no ano de 2011 que o arquiteto e designer paulista Marcelo Rosenbaum apresentou para a comunidade, um projeto denominado 'A Gente Transforma', que tinha como objetivo oportunizar uma maior visibilidade para o artesanato local e geração de renda para a comunidade. Em 2012, o 'A Gente Transforma' desenvolveu a constituição da Associação das Mulheres Artesãs de Várzea Queimada (AMVQ), com o apoio técnico do SEBRAE. Desde a data da constituição da associação até o ano 2016, o projeto já gerou cerca de R\$ 100 mil em negócios para a AMVQ (ROSENBAUM, 2016). A variedade

dos produtos do artesanato da Várzea Queimada era bastante limitada antes do projeto 'A Gente Transforma', sendo este artesanato somente confeccionado para ser vendido em feiras livres da microrregião.⁴

A técnica e saber dos artesãos que participam do projeto são os mesmos, mas os produtos têm novos designs e outros destinos, como por exemplo, lojas nacionais e internacionais. Logo, com chegada do projeto, a demanda aumentou, ocasionando uma melhoria na organização, formas de produção e qualidade dos produtos.⁴

Atualmente trabalham 35 pessoas no projeto 'A Gente Transforma': 30 mulheres, que trançam a palha de carnaúba em produtos dos mais diversos tipos, como bolsas, luminárias, vasos, esteiras, cestos e chapéus, e 5 homens, que trabalham no artesanato da borracha de pneu – atividade que surgiu entre os homens da comunidade nas últimas décadas em decorrência do grande número de pneus deixados nas estradas próximas –, e a partir deste, são feitos tapetes, colares, chaveiros, pulseiras, brincos, anéis e rosários. Dessa forma, o projeto trouxe também uma oportunidade de renda extra para os homens da Várzea Queimada.⁴

Os artesãos que não são sócios do projeto levam seus produtos – de modelos tradicionais – para serem comercializados em feiras locais e, geralmente, trabalham com encomendas particulares. Em decorrência do projeto, os acessos à comunidade e infraestrutura local melhoraram. É importante ressaltar que antes do A Gente Transforma, os artesãos da Várzea Queimada não tinham ideia da importância da sua técnica artesanal e do valor seus produtos, ou seja, o projeto modificou a rotina, a renda, a autoestima e a valorização do saber local dentro do povoado.

As artesãs da Várzea Queimada nunca deixaram de confeccionar um modelo de cesto de palha, popularmente chamado de 'bogoió', que é um modelo original da comunidade. De acordo com um morador da povoado, João da Cruz, o bogoió é fruto dos saberes indígenas e dos povos africanos que outrora viveram na região. Ele também diz que por um tempo o bogoió foi esquecido, mas que com o projeto 'A Gente Transforma', os moradores e artesãos começaram a compreender que o design e saber fazer desta peça é parte fundamental da história e identidade local, é como uma reconquista da cultura dos antigos (ROSENBAUM, 2016).

Sobre a documentação desta técnica artesanal, no ano de 2016, Marcelo Rosenbaum voltou à cidade de Jaicós e à comunidade Várzea Queimada com o objetivo de tornar possível o registro da técnica artesanal, ou seja, registrar o saber fazer da localidade como um patrimônio imaterial cultural do Brasil com apoio do Bradesco. Assim, com o objetivo de identificar e valorizar o patrimônio cultural de Várzea

Queimada foi lançado o Livro “Várzea Queimada: Espírito, Matéria e Inspiração”, que faz parte de uma coleção que tem a finalidade de valorizar, preservar, registrar e difundir o patrimônio cultural imaterial da região, e sua relevância para a memória e identidade nacional. O Bradesco viabilizou este projeto, aprovado pelo Ministério da Cultura, patrocinando o livro, o documentário e o site Várzea Queimada – Espírito, Matéria e Inspiração.

Também se faz necessária a compreensão de que artesãs dessa comunidade fazem parte de uma população com o índice de desenvolvimento humano de 0,524 (PNUD, 2010)

– um dos mais baixos do Brasil –, que é marcada pelo êxodo rural. Consequentemente o aumento da renda gerada a elas em decorrência do projeto viabilizado por Marcelo Rosenbaum foi o principal fator gerador do aumento da autoestima dessas mulheres em relação a sua produção. Ou seja, o ponto central para que estas enxergassem e dessem devido valor a importância cultural do seu conhecimento ancestral foi a alavanca econômica. Afinal, diante da organização social capitalista atual, o poder do sustento pelo trançado da palha era algo antes inimaginável para a comunidade e de suma relevância para seu desenvolvimento sociocultural.

Segundo Rosenbaum (2016, p. 04), a técnica artesanal da Várzea Queimada é “Um resgate das histórias do passado para recriar o presente e construir o futuro sob novas bases, livre e sustentável. O projeto é uma criação coletiva que envolve muitas mentes e almas, cheias de fé, esperança e criatividade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O centro histórico de Jaicós é rico em edificações de grande valor cultural, restando um número considerável de construções coloniais nos arredores da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês. Os moradores apreciam a igreja matriz, admiração que já dura séculos, ao edifício que sempre serviu ao povo como espaço de exercício da fé católica. Essa preocupação e essas conexões são sem dúvida o motivo da preservação e manutenção contínuas da paróquia (COUTINHO; CABRAL; SILVA, 2019). E é igualmente incontestável a valiosidade do patrimônio imaterial do povoado Várzea Queimada, e de como o saber e o saber fazer ancestrais se manifestam livremente na comunidade e nas dinâmicas socioculturais daquele espaço. Configurando um lugar único, com produções centradas no cerne dos costumes tradicionais da cultura local.

Fica claro que os investimentos em cultura e educação são a base do desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade, e que a preservação das manifestações culturais são a garantia de que a difusão da história local será repassada com o passar do tempo, promovendo o crescimento e consolidação

das sociedades e de suas respectivas identidades. Consequentemente, pode se dizer que a cultura se permeia por diferentes formas nos mais distintos territórios, sendo muito importante a valorização das manifestações culturais locais dos polos urbanos e rurais por meio das políticas públicas culturais. Tanto pela sua importância de transformação social, reafirmação e resgate da identidade cultural através das produções locais, quanto como fonte de geração de renda para as comunidades de onde fazem parte. Destarte, estratégias de educação patrimonial nas redondezas da cidade de Jaicós-PI e do povoado Várzea Queimada seriam as principais políticas públicas cabíveis de serem gerenciadas pelo governo dentro e na microrregião da comunidade, em função da falta de interesse local em reconhecer estes patrimônios.

Conclui-se que é indispensável a preservação e documentação das coleções arquitetônicas sobreviventes nesses locais, e dos saberes ancestrais, por serem representantes da identidade local. É essencial a percepção da relevância do significado social, cultural e histórico destes. Portanto, é necessário que não se cuide apenas dos aspectos palpáveis, mas conjuntamente, dos sentidos intangíveis, do imaterial, das camadas de histórias e causos que podem ser contados e que foram presenciados por esses antigos povoados (SILVA FILHO, 2007).

REFERÊNCIAS

BERTAGNOLLI, Giselle B. Leal. Processos de Construção de Identidades Regionais: cultura imaterial, identidade e desenvolvimento. *Perspectiva*, Erechim. v. 39, n.148, p. 47-54, dez./2015.

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. Identidade. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

COUTINHO, Maria Eduarda de Lima. Centro Cultural Coroá: Proposta Para Jaicós-PI. Monografia desenvolvida para Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário Uninovafapi, Teresina-PI, 2020.

COUTINHO, Maria Eduarda L.; CABRAL, Vanessa M.; SILVA, Tamyres C. L. Paróquia de Nossa Senhora das Mercês como Patrimônio para o Estado do Piauí: o poder da igreja para a formação da cidade. In: MESTRES E CONSELHEIROS: EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO, 11. Anais

[...]BeloHorizonte(MG)UFMG,2019.Disponívelem:<https://www.even3.com.br/anais/11mestreseconselheiros/166696-TITULO--PAROQUIA-DE- NOSSA-SENHORA-DAS-MERCES-COMO-PATRIMONIO-PARA-O-ESTADO-DO-PIAUI--O- PODER-DA-IGREJA-PARA-A-FOR>. Acesso em: 27 nov. 2019.

CRUZ, Francisco das Chargas. Depoimento Oral. Entrevista concedida as pesquisadoras Maria Eduarda de Lima Coutinho, Tamyres Cristina Lemos e Silva e Vanessa Matos Cabral. Jaicós, abril, 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Registro. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

FUNDAC – Fundação Cultural do Piauí. Casa do Padre Marcos. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/?p=46451>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

GERMANO, Beta. A incrível História das Artesãs da Várzea Queimada que Inventam a Palha. Casa Vogue, 2018. Disponível: <https://casavogue.globo.com/Design/Objetos/noticia/2018/08/incrivel-historia-das-artesas-de- varzea-queimada-que-reinventam-palha.html>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

LONDRES, C. (Org.). Patrimônio imaterial. *Revista Tempo Brasileiro*. Patrimônio Imaterial, n. 147. p. 69-78. Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. Povos Indígenas do Sudeste do Piauí: Conflitos e Resistência nos Séculos XVII e XIX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85- 7334-279-6

PEREIRA, Elizabeth da Silva. Patrimônio cultural imaterial: uma reflexão sobre o registro do bem cultural como forma de preservação. Trabalho de Conclusão do Curso. Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC/ECA), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PEREIRA, Everton Luís. Fazendo Cena na Cidade dos Mudos: Surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí. Tese de doutorado (Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

ROSENBAUM, Marcelo. Várzea Queimada: espírito, matéria e inspiração. São Paulo: Realização Rosenbaum, 2016.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí. Volume II – Arquitetura Urbana. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.

SOUSA NETO, Marcelo de. Entre Vaqueiros e Fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

SOUSA, Lourenilson Leal. História da Educação Jaicoense: Dos Primeiros Aldeamentos ao Ginásio Padre Marcos. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

VARINE, Hugues. Raízes do Futuro. Porto Alegre: MEDIANZ LTDA. 2012.

NOTAS

¹Informação concedida às autoras em entrevista realizada no dia 29 de fevereiro de 2020 com a artesã Marcilene Barbosa na comunidade Várzea Queimada.

²Marcilene Barbosa, op. cit.

³Marcilene Barbosa, op. cit.

⁴Marcilene Barbosa, op. cit.

Capítulo 5



10.37423/220806437

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE IDOSOS/AS SOBRE O MÉTODO PILATES E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO.

Joseana Maria Saraiva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Rosana Barbara da Silva

Universidade de Pernambuco

Iêda Litwak de Andrade Cezar

Universidade Metodista de São Paulo



Resumo: Estudos mostram que os/as idosos/as têm procurado o Método Pilates em busca de manutenção das capacidades físicas, prevenção de doenças e promoção da saúde, assim como tratamento indicados por especialistas da área. Contudo, não se encontrou na literatura estudos que evidencie os efeitos desse método na população idosa, sobretudo, a partir do ponto de vista dos/as próprios/as idosos/as. Nessa direção, esse artigo tem como objetivo analisar e compreender as representações sociais dos/as idosos/as que praticam Pilates em estúdios da cidade de Recife-PE e os impactos desse método em sua saúde e qualidade de vida. A abordagem é qualitativa e o estudo se caracteriza como de caso, de natureza explicativa. Para coleta de dados utilizou-se a entrevista estruturada acompanhada de questionário com perguntas abertas e fechadas e como método de análise se privilegiou as Representações Sociais. A totalidade dos/as idosos/as gosta de praticar o Pilates e avaliam o método como excelente, por ser muito eficiente, propiciar efeitos significativamente positivos em vários aspectos, principalmente no que se refere a melhoria da força, da mobilidade, sobretudo, das articulações, do equilíbrio, da flexibilidade, dá segurança, funcionando como um instrumento positivo para melhoria de doenças que os/as acometem no processo de envelhecimento, inclusive as doenças psicossociais, o alívio da depressão, o aumento da autoconfiança e a melhora da autoestima. Considera-se que os impactos do Método Pilates sob o ponto de vista dos/as entrevistados/as são efetivos para melhoria da saúde e qualidade de vida.

Palavras-chave: Método Pilates. Efeitos ou Impactos. Processo de Envelhecimento. Saúde e Qualidade de Vida.

INTRODUÇÃO

Considera-se a importância e atualidade do fenômeno investigado, sobretudo, por se preocupar em estudar os impactos do Método Pilates na vida dos/as idosos/as que praticam essa atividade de condicionamento físico em estúdios da cidade de Recife-PE e sua relação com a melhoria da saúde e qualidade de vida. A preocupação passa, especialmente, pelos indicadores demográficos que apresentam o Brasil como um país que está envelhecendo.

Os estudos mostram que o Brasil vive uma transição demográfica acelerada, cuja tendência é o crescimento da população acima de 60 anos de idade e a diminuição das taxas de fecundidade. Segundo o IBGE (2010), estima-se que a expectativa de vida aumentará de 75 para 81 anos, induzida pelas melhorias nos aspectos médico-sanitários e pelo planejamento familiar. Nesse contexto, mais do que a média internacional, em 2050 o Brasil triplicará em quantidade de idosos/as, enquanto duplicará no mundo, isso é extremamente preocupante.

Segundo Lima (2014) o envelhecimento desta população traz consigo a necessidade de um cuidado equânime, integral e efetivo que associa múltiplos eixos que interferem na saúde, como os hábitos de vida, a capacidade física e funcional, interação social, a percepção das condições de saúde e socioeconômicas para um envelhecimento saudável.

Para Borges et al., (2014) o/a idoso/a pode interpretar o seu declínio físico, funcional, de saúde de diversas maneiras, sendo a autopercepção um importante e confiável preditor de morbidade física, emocional e de déficit físico e funcional. Importante se faz os estudos que utilizam métodos de autoavaliação, que utilizam ao questionar o/a idoso/a “como ele classifica a sua saúde”.

A partir desses pressupostos, a preocupação desse estudo, é, particularmente, o desafio de contribuir com o processo de envelhecimento, para que seja mais bem vivido pelas pessoas que compõem esse segmento populacional, a partir da valorização das suas potencialidades físicas e intelectuais e que a atividade física seja reconhecida como um meio através do qual como sujeito, o/a idoso/a possa conscientemente reconhecê-la como uma prática valiosa, como elemento de contribuição para a melhoria de sua saúde e qualidade de vida.

Nesse contexto, são inúmeros os estudos que reforçam o método Pilates como um instrumento preventivo, uma vez que promove o fortalecimento muscular, equilíbrio, flexibilidade, melhora da postura, controle motor e consciência corporal, propiciando a redução do estresse, por conseguinte, aprimora o foco mental e gera um equilíbrio entre o corpo e a mente.

Segundo Lima e Mejia (2016, p.1), Gallagher e Kryzanowska (2000), Latey (2001), Segal et al. (2004), Pires e Sá (2005), Aparício e Perez (2005), Bertolla et al. (2007), com a prática regular de exercício físico, os/as idosos/as podem reverter as suas limitações físicas e funcionais decorrentes do processo de envelhecimento, melhorar sua autonomia, sua capacidade física, seus relacionamentos sociais e o aspecto psicológico, uma vez que a reintegração social minimiza problemas de solidão e depressão, proporcionando bem-estar geral e qualidade de vida.

Estudos de Pilates e Miller (2006) são enfáticos em afirmar os benefícios do Método Pilates para esse segmento da população, no entanto, não se encontrou na literatura pesquisas que comprove esses efeitos a partir do ponto de vista dos/as próprios/as idosos/as. Nessa direção, este estudo tem como objetivo analisar e compreender as representações sociais dos/as idosos/as submetidos/as à intervenção com o Método Pilates em estúdios da cidade de Recife-PE. Mais especificamente, a proposta é entender quais são os impactos ou efeitos desse método na vida dos/as idosos/as e sua relação com a melhoria da saúde e qualidade de vida.

Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa - quantitativa, que utilizou como método de análise as representações sociais, tendo em vista encontrar elementos do discurso social trazidos pelos/as idosos/as, sujeitos da pesquisa, para melhor compreensão do fenômeno social estudado (MOSCOVICI, 1981).

Destaca-se que esta pesquisa vem consolidar outros estudos desenvolvidos pelo Curso de Pós-Graduação - Especialização em Treinamento de Força para Saúde da Universidade Estadual de Pernambuco e pelo Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social/UFRPE. Ademais visa subsidiar o planejamento de políticas sociais voltadas para os/as idosos/as no processo de envelhecimento, na perspectiva de indicar condições para promover a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade com bem-estar, saúde e qualidade de vida.

OBJETIVO

Analisar e compreender as representações sociais dos/as idosos/as submetidos/as à intervenção com o Método Pilates em estúdios da cidade de Recife-PE. Mais especificamente, a proposta é entender quais são os impactos ou efeitos desse método na vida dos/as idosos/as e sua relação com a melhoria da saúde e qualidade de vida.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ABORDAGEM E TIPOLOGIA DE ESTUDO

A abordagem é qualitativa - quantitativa e o estudo que se caracteriza como de caso, de natureza explicativa. A opção pelo estudo de caso justifica-se por este método de investigação ser adequado ao estudo dos fenômenos que não estão claramente esclarecidos, conforme salienta Yin (2005, p. 94). Nesses termos, o estudo de caso vai possibilitar apreender o fenômeno a ser pesquisado dentro do seu contexto real e como se encontra situado.

O interesse da pesquisadora é compreender os processos sociais que ocorrem num determinado contexto na perspectiva de abranger a situação investigada de forma ampla e em profundidade, entendendo o seu significado para os envolvidos com a situação, conforme Chizzotti (1995) e Yin, (2005). Para esses autores, o estudo de caso constitui uma descrição (holística e intensiva) de um fenômeno social bem delimitado (um programa, uma instituição, uma pessoa, um grupo de pessoas, um processo social ou unidade social).

Segundo Viana (2017, p. 105), o estudo de caso além de permitir a utilização de métodos e técnicas diversificadas de modos para explorar o fenômeno - entrevistas, observações, relatos, avaliações – propicia um retrato abrangente e detalhado do fenômeno estudado, favorecendo a organização de um estudo ordenado e crítico do fenômeno estudado (CHIZZOTTI, p.102).

Nessa direção, o estudo de caso propiciou a compreensão dos significados acerca do Método Pilates e sua relação com a melhoria da saúde e qualidade de vida no processo de envelhecimento, a partir das representações sociais que os/as idosos/as têm sobre o fenômeno estudado.

Através da pesquisa qualitativa e do estudo de caso foi possível trabalhar com o método de análise das representações sociais. Esse método tem o privilégio de possibilitar trabalhar pouco as generalizações e mais o aprofundamento e a abrangência das representações subjetivas dos sujeitos, fundamentadas no senso comum, construtor da realidade social.

UNIVERSO E AMOSTRA

A amostra da pesquisa se constituiu de 10 idosos/as na faixa etária de 60 a 80 anos de idade, aposentados/as e na ativa, bem como pensionistas, a maioria (70%) classificada segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015) na Classe Média Média (Classe C) e Classe Média

Baixa (Classe D) cuja renda auferida se encontra na faixa entre 2 a 6 salários mínimos. Os demais, em menor percentual (30%) se encontram na Classe Média Alta (Classe B).

Para escolha da amostra se considerou a ênfase dada pela literatura acerca da pesquisa qualitativa. Para Hodges e Richardson (1997, p. 218), o quantitativo de entrevistas deve permitir transcrever os dados e tirar conclusões possíveis sem probabilidade de saturação. Desse modo, para este estudo considerou-se a quantidade de 10 entrevistados/as como satisfatória e mais apropriada para trabalhar com as representações subjetivas dos sujeitos da pesquisa, construtores da realidade social.

Os/as idosos/as de 4 Estúdios de Pilates da cidade de Recife foram previamente cadastrados/as numa ficha (contendo nome completo, endereço e telefone) e, posteriormente, contatados/as para a subsequente entrevista. De 20 idosos/as cadastrados (nomes fictícios), 10 ligaram dizendo que gostariam de participar da pesquisa, estes/as constituíram a amostra.

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Utilizou-se a Entrevista Estruturada acompanhada de um roteiro integrando perguntas abertas e fechadas que dirigiu o processo de investigação. A Entrevista Estruturada, segundo Hodges e Richardson (p.207), é uma técnica que facilita a interação face a face, elemento fundamental na pesquisa qualitativa e que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre o entrevistador e o sujeito entrevistado.

Nessa direção, o instrumento de coleta de dados se constituiu de um formulário de entrevista integrando perguntas abertas e fechadas compondo cinco 3 blocos, a saber: BLOCO I – Dados de identificação da entrevista; BLOCO II – Caracterização socioeconômica e demográfica dos entrevistados/as BLOCO III – Representações sociais dos/as idosos/as acerca dos impactos ou efeitos do Método Pilates e sua relação com a melhoria da saúde e qualidade de vida no processo de envelhecimento.

A primeira versão do formulário de entrevista foi pretextada com cinco (5) idosos/as, de um Estúdio de Pilates da cidade do Recife-PE, entre aqueles não selecionados para integrar a amostra. Após aplicação do questionário se verificou a sua adequação no que diz respeito à compreensão e ordenamento das perguntas e à pertinência das questões aos propósitos do estudo.

As entrevistas foram realizadas pela própria autora, gravadas e registradas. No final, cada idoso/a ciente da entrevista assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. A pesquisa de campo foi

realizada entre os meses novembro e dezembro de 2017, com duração média de 1 hora, nos Estúdios de Pilatos selecionados para pesquisa.

Depois de realizadas as entrevistas, as respostas foram tabuladas e, em seguida, categorizadas e distribuídas segundo o conteúdo das respostas, sobressaindo-se os depoimentos mais significativos dos/as entrevistados/as. As categorias foram apresentadas em forma de tabela, considerando às frequências estatísticas, analisadas, posteriormente, tendo como referência a teoria das representações sociais.

MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

A teoria do método de análise das representações sociais, utilizado em várias áreas do conhecimento, tem como figura central Serge Moscovici (1981). Para este teórico, a noção de representação social parte de um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano, no curso de comunicações interindividuais (MOSCOVICI, p. 181).

As representações sociais, segundo Moscovici (1981, p.123), se constituem em uma das formas de compreensão da realidade, do mundo concreto, que permite encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais. Nessa direção, como base nesse método, objetivando compreender as ideais, visões, interpretações e concepções que os/as idosos/as submetidos/as à intervenção com o Método Pilates, possuem a respeito dos impactos ou efeitos do método e sua relação com a melhoria da saúde e qualidade de vida, insere-se neste estudo o conceito das representações sociais, tendo em vista compreender a realidade, do mundo concreto, permitindo encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais (MOSCOVICI, p. 123).

De acordo com as representações sociais que regem as relações entre as pessoas, orientam as condutas e definem as identidades pessoais e sociais, segundo Viana (2017), as representações sociais são um método eficiente para análise das concepções de idosos/as, uma vez que evidenciam os fatores que afetam e traduzem, na sociedade contemporânea, o processo de envelhecimento e o estigma sofrido pelos idosos.

Todo estudo tem uma base de cunho bibliográfico. Nessa direção, utilizou-se para análise e fundamentação teórica do fenômeno diversos estudos publicados em periódicos nacionais e internacionais, bancos de dissertações e teses da CAPES, livros, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das análises desenvolvidas neste estudo, a partir das representações sociais dos/as idosos/as submetidos/as à intervenção com o Método Pilates em Estúdios da cidade de Recife-PE, evidenciam os efeitos ou impactos desse método na melhoria da saúde e a sua relação com qualidade de vida. Mais, especificamente, apresentam as respostas em relação aos efeitos dos exercícios físicos baseados no Método Pilates e a melhora da capacidade funcional e na qualidade de movimento e vida dos/as idosos/as.

Esse problema se faz presente mediante o contínuo crescimento da população idosa em nosso país e em todo mundo. Em consequência, esse crescimento tem colocado em evidência à incidência de inúmeras doenças e males que tem acometido essa população, por conseguinte, muitos idosos/as têm procurado o Método Pilates em busca de saúde e manutenção das capacidades físicas, funcionais e prevenção de doenças. A Tabela 1 apresenta as categorias analisadas, tendo como referência a teoria das representações sociais e às frequências estatísticas.

TABELA 1 - Representações sociais dos/as idosos/as participantes da pesquisa sobre o Método Pilates e seus impactos no processo de envelhecimento - Recife, 2017.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	Frequência das respostas	
	Nº	%
I. Faz alguma atividade física Além do Pilates?		
Sim	08	80,00
Caminhada	05	50,00
Dança	01	10,00
Musculação	01	10,00
Alongamento/ Yoga	01	10,00
Não	02	20,00
II. Você sabe o que significa o termo Pilates?		
Sim	06	60,00
Desenvolvimento Físico (muscular, do equilíbrio, da força)	01	10,00
Quem foi o fundador do método	01	10,00
Saúde geral (físico, mental, espiritual)	04	40,00
Não	04	40,00
III. Porque resolveu procurar o Método Pilates?		
Dores (na coluna e articulações)	04	40,00
Melhorar a postura, a coordenação motora, a mobilidade, fortalecer os músculos	04	40,00
Flexibilidade dos membros	01	10,00
Portadora de osteoporose	01	10,00
IV. Quanto tempo prática Pilates?		
2 a 4 meses	02	20,00
Faz mais 2 anos	03	30,00
Faz 4 anos	04	40,00
Há quase 8 anos	01	10,00
V. Que objetivos pretende atingir com a prática do Pilates?		
Melhorar a qualidade de vida (equilíbrio emocional, tensão, estresse)	02	20,00
Melhorar a condição física (fortalecimento muscular, flexibilidade, força, resistência física)	06	60,00
Melhorar as dores (muscular, tensão)	02	20,00
Total	10	100,00

Fonte: autora

I. FAZ ALGUMA ATIVIDADE FÍSICA ALÉM DO PILATES?

Dos/as idosos/as entrevistados, a quase totalidade (80%) pratica outra atividade física além do Pilates. Entre as atividades 50% praticam caminhada, 10% dança, 10% fazem musculação e 10% alongamento com yoga. Quando se perguntou por que praticavam mais de uma atividade, a maioria (68%) respondeu enfatizando que “é muito bom”, “é saudável”, seguidos de 22% daqueles/as que

ressaltaram ser bom”, “previne doenças” e 10% que disseram que é saudável, traz mais “qualidade de vida.”

As representações sociais dos/as idosos/as revelam que os/as mesmos/as tem uma compreensão da importância da adoção de hábitos saudáveis de vida, sendo a prática de atividade física um desses hábitos. As concepções dos/as idosos/as contrariam aquela ideia, visão de que na faixa etária em que se encontram é tarde ou não adianta mais cuidar da saúde. Ao contrário para as idosas sujeito desse estudo, a prática da atividade física:

[...] é muito bom, além do Pilates faço caminhada duas vezes por semana e me faz muito bem, durmo bem, fico relaxada, me sinto mais jovem (Francisca, 74 anos);

[...] tinha pressão alta, depois que passei a caminhar, a pressão melhorou bastante, por isso faço Pilates e caminho quantas vezes for possível na semana (Maria de Lourdes, 80 anos);

[...] caminhar melhora a saúde, evita doenças, é muito saudável, é importante para qualidade de vida (Maria José, 77).

Os depoimentos revelam que a adoção de hábitos saudáveis de vida é importante em todas as etapas da vida, independente de faixa etária e que a prática de atividades físicas adequadas pode prevenir doenças, retardar o declínio funcional, aumentar a longevidade e promover a qualidade de vida.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2005) até 2025 o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos, nessa direção o incentivo a prática regular de atividades físicas desse segmento da população é essencial considerando que a prática da atividade física contribui para melhorar a saúde mental, promove o contato social, reduz o risco de quedas e traz mais independência e autonomia para o/a idoso/a.

Para Maciel (2010, p. 1025) a adoção de um estilo de vida ativo proporciona diversos benefícios à saúde, uma vez que é considerado como um importante componente para a melhoria da qualidade de vida e da independência funcional do/a idoso/a. Porém, tão importante quanto investigar os benefícios biopsicossociais adquiridos pela prática da atividade física, é compreender os fatores associados que influenciam a sua adesão e manutenção. Sendo assim, compreender as ideias, visões que os idosos têm sobre a prática da atividade física é essencial para compreender a funcionalidade dessa atividade para esse segmento.

Estudos realizados em Belo Horizonte no GETI/UDESC com idosos/as, sobre a importância da caminhada para a conquista de melhorias na saúde física, emocional e mental, obtiveram em seus

depoimentos, respostas que enfatizam os ganhos expressivos na saúde e na qualidade de vida (MARCHESAN, et al., 1997-1998, p.29).

II. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA O TERMO PILATES?

Apesar de 30% dos/as idosos/as entrevistados/as afirmarem categoricamente não conhecer o que significa o termo Pilates, a maioria 70% demonstraram compreender o seu significado, apenas 10% relacionaram com menor precisão o termo Pilates ao nome do seu criador – Hubertus Pilates. De forma mais aprofundada, 60% relacionaram o termo ao Método Pilates, enfatizando seus objetivos, principalmente, que tem como base exercícios que ajudam a melhorar a coordenação, a flexibilidade, a musculatura, o controle do corpo e da mente.

III. POR QUE RESOLVEU PROCURAR O MÉTODO PILATES?

Os resultados mostram que os/as idosos/as resolveram fazer Pilates por vários motivos, a maioria, relaciona a prevenção de doenças e tratamentos coadjuvantes. Para 40%, o motivo principal foram as “dores (na coluna e articulações), seguidos do mesmo percentual que enfatiza “melhorar a postura, a coordenação motora, a mobilidade e fortalecer os músculos. Apenas 1 entrevistado se refere à flexibilidade dos membros e outro também por motivo de doença refere-se ser portador de osteoporose.

Os/as idosos/as sentem-se motivados/as pela prática de atividades físicas porque sabem os benefícios fisiológicos e psicológicos que a mesma pode proporcionar para a saúde. Lima e Mejia (2006, p.253), realizaram pesquisa sobre a prática do Método Pilates com uma população específica de idosos/as de um bairro da zona norte do Rio de Janeiro-RJ e evidenciaram que os principais motivos que os/as levaram a praticar o Pilates foram: controle de estresse, saúde, sociabilidade, competitividade, estética. Esses resultados corroboram aqueles relacionados à saúde, sociabilidade e prazer encontrados neste estudo, entre os/as idosos/as avaliados praticantes do Método Pilates frequentadores de Estúdios de Pilates de Recife/Pe.

Pesquisa feita na capital pernambucana (Recife) com 120 idosos/as de programas de saúde ligados à rede pública avaliou através de um questionário as motivações para a prática esportiva. Os fatores relacionados à saúde e ao desempenho físico são respostas motivacionais mais relatados entre os/as idosos/as, tanto para adesão como para a permanência na atividade física (FREITAS, et al., 2007, p.253).

IV. QUANTO TEMPO PRÁTICA PILATES?

Os dados evidenciados na tabela 2 mostram que 70% dos/as idosos/as praticam o Pilates de 2 a 4 anos e a totalidade frequenta o Studio duas vezes por semana. As constatações anteriores sobre importância dada pelos/as idosos/as a atividade física justifica a permanência por anos subsequentes na atividade do Pilates. De acordo com as representações sociais dos/as sujeitos, isso vai acontecer em função dos benefícios que os/as idosos/as garantem quando praticam essa atividade, tanto em relação aos aspectos corporais, quanto mentais, auxiliando na prevenção de diversas doenças e propiciando aos mesmos ter uma vida mais saudável.

Para Toscano e Oliveira (2009, p.3), o sedentarismo no processo de envelhecimento para idoso/a é um grande fator de risco para as doenças crônicas degenerativas. Tendo em vista evitar os efeitos negativos do sedentarismo, a prática sistemática de atividades e exercícios físicos torna-se positiva, principalmente no processo de envelhecimento, na prevenção e minimização dos efeitos deletérios desse processo.

A atividade física regular para os/as idosos/as, especialmente os exercícios que se usa o peso do próprio corpo, os exercícios de força, promove maior fixação de cálcio nos ossos, auxiliando na prevenção e tratamento da osteoporose (NÓBREGA, et al., 1999, p.23). O Método Pilates pode ser colaborador nesse processo, uma vez que contém inúmeros exercícios em que o peso do próprio corpo é utilizado, em diferentes situações, baseados em seus princípios. Nesse sentido, o método pode ser adaptado aos cuidados necessários em cada população e disfunção, permitindo a progressão de acordo com o indivíduo acompanhado (SILVA e MANNRICH, 2009, p.13). Estes mesmos autores ainda encontraram recomendações de que o Pilates para idosos/as deva ser realizado três vezes por semana.

V - QUE OBJETIVOS PRETENDE ATINGIR COM A PRÁTICA DO PILATES?

As representações sociais dos/as idosos/as em relação aos seus objetivos com a prática do Pilates revelam que a maioria (60%) dos entrevistados tem procurado o método em busca de melhorar a flexibilidade, o equilíbrio, a resistência, seguidos daqueles (40%) que buscam reduzir as tensões, estresse, obter equilíbrio emocional e melhorar as dores.

Esses resultados corroboram uma diversidade de estudos que evidenciam esses mesmos resultados. Para Costa, et al., (2016, p.695) o Método Pilates tem sido considerado um sistema de exercício que visa melhora da flexibilidade, resistência física, força, equilíbrio e coordenação motora. É um método

que tem sido indicado também para atuar como prevenção e/ou em pós-tratamento médico e fisioterápico de dores articulares.

Desta forma, observa-se que os/as entrevistados/as desse estudo estão bem-informados e conscientes quanto aos objetivos do Método Pilates, fundamentando suas escolhas e procura, em busca da melhora, manutenção da saúde e qualidade de vida. O Método Pilates vem ganhando cada vez mais adeptos a sua prática. Os exercícios são dinâmicos, isso permite que a atividade não seja exaustiva, permitindo que o/a idoso/a tenha tempo para recomeçar o próximo exercício com o cuidado necessário na execução para que venha desenvolver a força, flexibilidade, equilíbrio, coordenação motora. A execução de cada exercício de ser feito de forma consciente e realizados com poucas repetições. A técnica apresenta muitas variações de exercícios e benefícios, prevenindo e proporcionando uma melhor qualidade de vida (SACCO, et al., 2005, p.9).

CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que neste estudo os/as entrevistados/as buscam o Método Pilates, principalmente, como caráter preventivo, tendo em vista reverter o quadro de doenças que acometem os idosos/as no processo de envelhecimento e nesse processo viverem com qualidade de vida.

Consta-se que os/as entrevistados/as são conscientes da necessidade da prática de atividades físicas e da importância do Método Pilates. É categórica a relação que estabelecem entre atividade física, qualidade de vida e envelhecimento saudável, há um consenso entre os/as idosos/as acerca da compreensão, estilo de vida ativo como fator determinante para um envelhecimento com qualidade de vida.

Dessa forma, pode-se afirmar que, apesar do reduzido número de estudos com foco nos efeitos do Método Pilates em idosos/as, a partir de suas próprias concepções, o estudo mostra que conforme representações sociais dos/as idosos/as, essa atividade constitui-se como um precioso meio de contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos/as idosos/as em processo de envelhecimento.

Considera-se que o Método Pilates efetivamente se constitui como instrumento preventivo na visão dos/as idosos/as e muito mais do que isto, promove o fortalecimento muscular, equilíbrio, melhora da postura, controle motor e consciência mental e corporal. Dessa forma, responde ao que os estudos perguntam, ou seja, para os/as idosos/as o Método Pilates auxilia e na prevenção de quedas e, consequentemente, de fraturas, com menor risco de lesão musculo-articular, constituindo-se em um instrumento precioso para a prevenção e promoção da saúde e qualidade de vida do/a idoso/a.

Um aspecto que se sobressai na pesquisa, a partir da análise das representações sociais dos/as idosos/as diz respeito aos benefícios psicossociais, entre esses se encontram o alívio da depressão, o aumento da autoconfiança, a melhora da autoestima. Para os/as idosos/as o Método Pilates vai além do desenvolvimento físico e muscular, integra a mente, o corpo e o espírito, resultando no controle completo do próprio corpo.

REFERÊNCIAS

- APARICIO, Esperanza; PÉRES, Javier. O autêntico método Pilates: A Arte do Controle [tradução Magda Lopes] – São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2005.
- BERTOLLA F, BARONI BM, LEAL ECPJ, OLTRAMARI JD. Efeito de um programa de treinamento utilizando o método Pilates na flexibilidade de atletas juvenis de futsal. Rev Bras Med Esporte. 2007; 13(4).
- COSTA, Letícia Miranda Resende da; SCHULZ, Anelise; HAAS, Aline Nogueira; LOS, Jefferson. Os Efeitos do Método Pilates Aplicado a População Idosa: uma revisão integrada. Ver. Bras. Geriatr. Gerontol. Rio de Janeiro, 2016; 19(4):695-702.
- CARVALHO, Rosane Beltrão da Cunha; MADRUGA, Vera Aparecida. Envelhecimento e prática de atividade física: a influência do gênero. Motriz: Revista de Educação Física, Rio Claro, v.17 n.2, p.328-337, abr./jun. 2011
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREITAS CMSM, SANTIAGO MDS, VIANA AT, LEÃO AC, FREYRE C. Aspectos Motivacionais que Influenciam a Adesão e Manutenção de Idosos a Programas se Exercícios Físicos. Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum. 2007; 9(1):92-100.
- GALLAGHER, S.P.; KRYZANOWSKA, R. Editors. The Pilates® Method of Body Conditioning. Philadelphia Barin Bridge Books, 2000. HODGES PW, RICHARDSON CA. Contraction of The Abdominal Muscles Associated with Movement of the Lower Limb. Phys Ther. 1997; 77(2):986-995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese De Indicadores Sociais 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Home/Estatistica/Populacao/Condicaodevida/Indicadoresmi> Os/Sinteseindicais2008/Default.shtm. Acesso em: 20 /05/2018.
- LATEY P. The Pilates Method: History and Philosophy, Journal of Bodywork and Movement Therapies, 2001, 5(4), 275-82.
- LIMA, A; MEJIA, D. Os benefícios do Pilates no método de envelhecimento. ENEGEP, 2006 Disponível em: http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/34/249_os_beneficios_do_Pilates_no_processo_de_envelhecimento.pdf. Acesso em 17/09/2016.
- Lima, Thaís Jaqueline Vieira de et al. Humanização na atenção básica de saúde na percepção de idosos. Saúde e Sociedade, v. 23, p. 265-276, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000100021> Acesso em: 2 de abril de 2017
- MACIEL, Marcos Gonçalves. Atividade física e funcionalidade do idoso. Motriz, Rio Claro, v.16 n.4, p.1024-1032, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n4/a23v16n4.pdf>. Acesso em: 23/05/2019.
- MARCHESAN, IQ, ZORZI JL, GOMES ICD. Tópicos em Fonoaudiologia. São Paulo: Lovise, 1997- 1998. cap. 20, pp. 339-51.
- MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. Em R. M. Farr e S. Moscovici (Orgs). Social representations. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

NOBREGA, Antonio Cláudio Lucas. Posicionamento Oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia: Atividade Física e Saúde no Idoso. Revista Brasileira de Medicina do Esporte. V.5. N.6. Niterói, 1999.

PILATES JH; MILLER JW. A Obra Completa de Joseph Pilates, Phorte, 2009.

PIRES D; SÁ CKC. Pilates: Notas Sobre Aspectos Históricos, Princípios, Técnicas e Aplicações. Revista Digital. 2005;10(90).

SEGAL, N.A.; HEIN J, BASFORD Jr. The Effects of Pilates Training on Flexibility and Body Composition: An Observational Study. ArchPhysMedRehabil. 2004;(12):1977-1981.

SACCO, I.C.N; ANDRADE M.S.; SOUZA P.S; NISIYAMA M.; CANTUÁRIA A.L.; MAEDAF, Y.I., SEGAL, N.A.; HEIN, J.; BASFORD, J.R. The Effects of Pilates Training On Flexibility and Body Composition: An Observational Study. Archives of Physical Medicine and Rehabilitation. 85:1977-81, 2004.

SACCO ICN, ANDRADE MS, SOUZA PS, NISIYAMA M, CANTUÁRIA AL, MAEDA FYI, SEGAL, N.A.; HEIN, J. E BASFORD, J.R. The Effects of Pilates Training On Flexibility and Body Composition: An Observational Study. Archives of Physical Medicine and Rehabilitation. 85:1977-81, 2004. SMITH, K., & SMITH, E. (2005). Integrating Pilates- based Core Strengthening into Older Adult Fitness Programs: Implications for Practice. Topics in Geriatric Rehabilitation, 21(1), 57-67. Recuperado em 12/11/2016, de: <http://doi.org/10.1097/00013614-200501000-00007>.

TOSCANO, J. J. de O.; OLIVEIRA, A. C. C. de. Qualidade de Vida em Idosos com Distintos Níveis de Atividade Física. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, São Paulo, 15(3), P. 169-173, mai./jun. 2009.

VIANA, André Paes. Fatores que se interpõem à qualidade dos serviços de saúde prestados pelas unidades de pronto atendimento como meios de consumo coletivo. Dissertação de Mestrado. RecifePe. UFRPE, 2017, 190 p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Envelhecimento ativo: uma política de saúde/World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60p.: il.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Capítulo 6

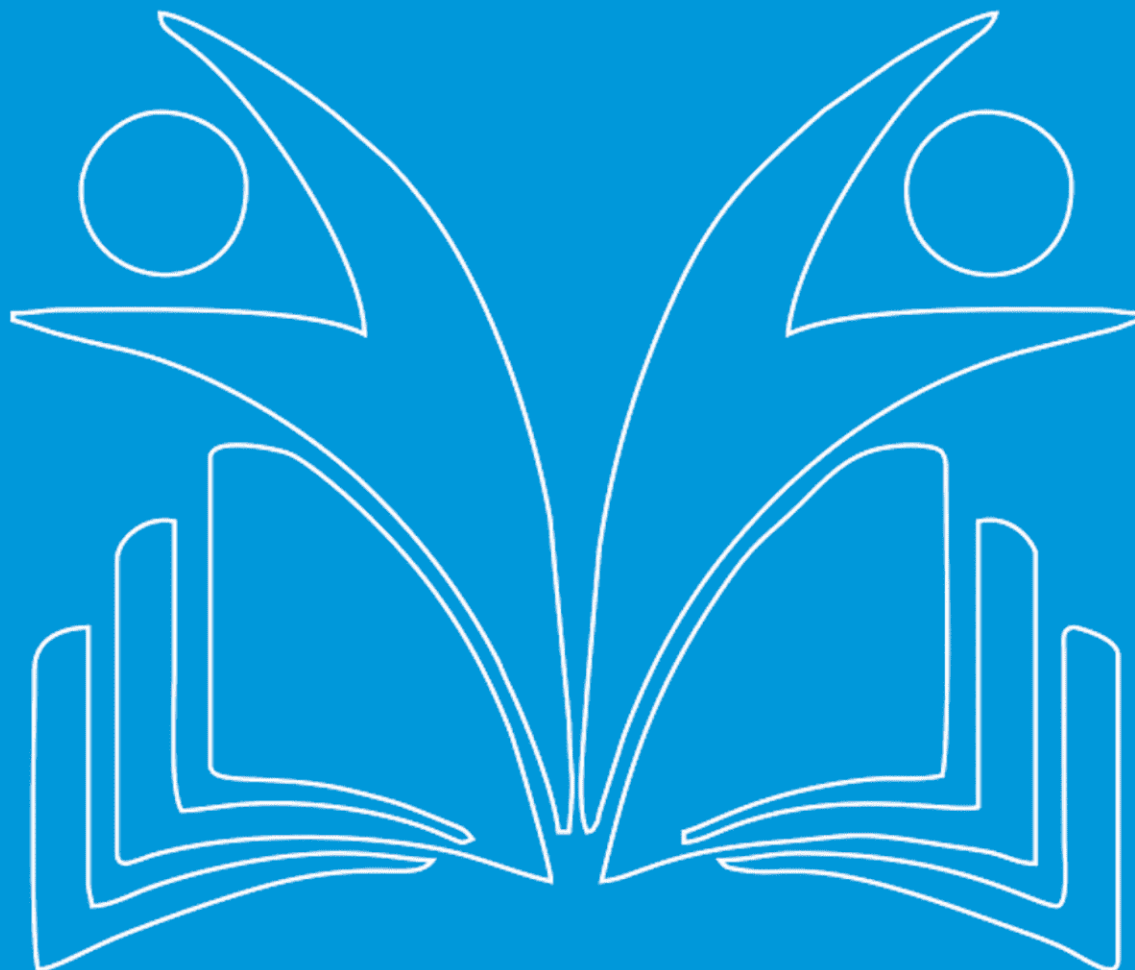


10.37423/220806438

LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE ANGOLANA

Gabriela da Paz Araújo

Universidade Estadual da Paraíba



Resumo: Com a obrigatoriedade da Lei 10.639/03, ainda é visível à resistência de alguns professores em trabalhar conteúdos que abordem temas relacionados com a história, a literatura africana e afro-brasileira, no entanto, alguns possuem insegurança quanto à temática, por falta de uma formação adequada, que lhes possibilite a segurança necessária para expor o tema, além de apontarem a falta de materiais didáticos necessários para a utilização em sala junto com os educandos. A presente pesquisa se constitui no intuito de apresentar os resultados do projeto “O ensino de Literatura de Língua Portuguesa e a construção da identidade” realizado na E.E.E.F e Médio Senador Humberto Lucena, nas aulas de Língua Portuguesa, que objetivou o estudo da literatura de Língua Portuguesa advinda de autores africanos, na perspectiva de análise do cumprimento da lei 10.639/03, tendo em vista a necessidade de fomentar a discussão acerca da Literatura Africana nas aulas de Língua Portuguesa. Na realidade um tanto conturbada do ensino médio, a literatura constitui uma modalidade de ensino engessada, de um lado, pelo vestibular, que justifica a presença da disciplina, bem como condiciona o conteúdo e a perspectiva de abordagem; e de outro, pelo fator humano – aluno e professor – cuja postura vai traduzir o interesse, o gosto e a frequência a essa modalidade de produção cultural.

Palavras-chave: Ensino, Literatura, Identidade.

INTRODUÇÃO

É notório, que a aquisição de conhecimentos é decorrente da vivência na comunidade familiar, esta que por meio de interações diversas, estabelece meios que possibilitam o desenvolvimento físico e mental do indivíduo, que através de sua capacidade inata de falante, desenvolve sua fala por meio das relações existentes em família, aprende a conhecer o mundo a partir da realidade vivenciada em sua família. No entanto, com o convívio escolar, esse indivíduo falante e possuidor de conhecimentos, mesmo que baseado no senso comum verá novas realidades e novas maneiras de pensar, que poderão ou não, contribuir para um melhor desenvolvimento de sua aprendizagem.

Tomando como base este contexto, percebemos que o convívio social e as relações familiares possibilitam diferentes formas de aprendizagem e, são fundamentais para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, o qual deve interagir ativamente nas relações sociais. Partindo dessa perspectiva, notamos o quanto é necessário o desenvolvimento das competências linguísticas desses falantes, quanto a fala como a escrita, para que a partir de então, possam de fato, se estabelecer em sociedade como um falante dotado de conhecimentos.

O ensino de língua e literatura no Brasil ganham sempre destaque nas discussões acadêmicas, tendo em vista a busca por ideias que permeiam conseguir resultados significativos referentes à sua qualidade. Nos cursos de formação de professores de Língua Portuguesa, muito se discute sobre a melhor metodologia de ensino, é visto que teoria e prática diferem da realidade da sala de aula, lugar onde apenas um professor é responsável por ministrar aulas de gramática, literatura e produção textual, na academia os linguistas e os professores de literatura, se mantêm separados em termos de pesquisa. No entanto, no ensino básico público, o professor de Língua portuguesa busca adequar o tempo de aula para ministrar as três especificidades da disciplina.

A prática da leitura precisa ser uma experiência constante na sala de aula, tendo em vista que os estudantes necessitam desenvolverem a noção de que a leitura é uma ação cultura, que possibilita ao leitor participar dos processos de significação presentes no texto, que além da quebra da ideia de que o texto literário deve ser lido com objetivo de responder fichas de interpretação, que transformam a leitura em algo mecânico, responsável por na maioria das vezes, desmotivar o aluno com relação à leitura e a interpretação do texto literário, neste caso, condicionada a resolução das perguntas elaboradas pelo professor, como: o título da obra, nome do autor, publicação, identificação das personagens principais e o início, o clímax e o desfecho da obra, que de certa forma não corresponde, de fato, a compreensão da obra. Tais questões, podem ser respondidas a partir da leitura de resumos e análise da obra, que são encontradas facilmente na internet. Esta prática de leitura literária não

possibilita ao educando liberdade para uma análise a partir de suas impressões, pois o educador já ditou o que queria para o leitor.

A imposição de leituras literárias pelos professores e a forma como os livros didáticos trazem as fragmentações dos textos literários com questões interpretativas que confundem ainda mais os estudantes, impossibilitam uma aprendizagem efetiva, pois os mesmos os caracterizam como difíceis, monótonos, não tendo vontade de ler e nem compreender, configurando a aula de literatura como algo chato e desinteressante. Tal caracterização representa um problema para o(a) professor(a) e para os alunos, aquele que busca descomplicar a ideia instituída sobre a literatura e esse que subestima sua capacidade considerando-se inferior, ao ponto de imaginar que não irá conseguir interpretar as questões do ENEM.

O ambiente escolar deve ser enxergado com um espaço de representação e aprendizagem multicultural que vise, principalmente, desenvolver e construir relações sociais positivas para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, com base no cumprimento dos direitos e na atuação como cidadão. Por isso, é sempre um desafio lecionar as literaturas de outros países, mesmo sendo elas de Língua Portuguesa.

Segundo Wedderburn (2005, p. 160),

O (A) professor (a) incumbido (a) da missão do ensino da matéria africana se verá obrigado (a) durante longo tempo a demolir os estereótipos e preconceitos que povoam as abordagens sobre essa matéria. Também terá de defrontar com os novos desdobramentos da visão hegemônica mundial que se manifesta por meio das “novas” ideias que legitimam e sustentem os velhos preconceitos.

Nesse contexto, é necessário discutir e esclarecer aos gestores das instituições de ensino, e, a todos os educadores a importância do cumprimento desta lei nos estudos em sala de aula, para o reconhecimento identitário da sociedade, na perspectiva de construir uma nova visão crítica em relação à diversidade cultural, social, política, étnico-racial, econômica e religiosa mais positiva. A sociedade transforma-se cotidianamente, é pensando nestas constantes mudanças que as aulas de literatura devem abarcar conhecimentos que permeiem a identificação cultural do indivíduo. Segundo Hall, estas mudanças são chamadas de “crise da identidade”. A questão humanizadora da literatura deve possibilitar subsídios para que o educando consiga interagir entre os textos literários e a sociedade, compreendendo os processos de transformação social e cultural.

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um

sujeito unificado. A assim chamada “crise da identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2011, p.07).

Como forma de estabelecer o conhecimento desse multiculturalismo é que foi criada a Lei nº 10.639/03 tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana nas escolas brasileiras de Ensino Fundamental e Médio. “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileiras serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira” são citados no segundo parágrafo da lei.

A literatura torna-se um meio para a representação de ideologias, caracterizando-se como de resistência e de combate ao colonialismo e suas respectivas decisões. O objetivo da produção literária caracterizou-se na construção dos heróis nacionais que se situavam interiormente a colonização, buscando também introduzir os novos heróis que faziam parte da construção da nação em meio às imposições do colonialismo. A língua portuguesa mesmo sendo instrumento de opressão do colonizador português tornou-se instrumento de divulgação das ideias nacionalistas que se disseminavam pelo país, proporcionando a população bilíngue de Angola um entendimento do que se passava naquele período e possuía uma versão escrita e não apenas falada como as outras línguas locais que atingia outras nações lusófonas.

Nesse contexto, o antropólogo Kabengele Munanga argumenta que é necessário o preparo dos docentes para tratar de assuntos delicados, como a diversidade social e cultural. Nesse caso, a dedicação ao ensino não tem que ser um sacrifício por parte do professor, mas algo que possa construir uma identidade de socialização para um bem comum. Assim, Munanga argumenta:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã (MUNANGA, 2005, p. 15).

Os autores de literaturas africanas constroem suas ficções por meio da reescrita da história de seu país, (re) configurando espaços. O discurso literário serve como aliada da representação ideológica que acontece dentro e fora da linguagem literária. Questões ligadas à libertação colonial são sempre expostas, com intuito de projeção de uma nova nação.

Para que a lei seja seguida efetivamente é necessário discutir e esclarecer aos gestores das instituições de ensino, a todos os professores a importância e o cumprimento desta Lei, nos estudos em sala de aula, para o reconhecimento identitário da sociedade, na perspectiva de construir uma nova visão crítica em relação à diversidade cultural, social, política, étnico-racial, econômica e religiosa mais positiva.

A presente pesquisa se constitui com intuito de trabalhar na E.E.E.F e Médio Senador Humberto Lucena nas aulas de Língua Portuguesa a literatura de Língua Portuguesa advindas de autores africanos, na perspectiva de análise do cumprimento da lei 10.639/03. Tendo em vista a necessidade de fomentar a discussão acerca da Literatura Africana nas aulas de Língua Portuguesa. Na realidade um tanto conturbada do ensino médio, a literatura constitui uma modalidade de ensino engessada, de um lado, pelo vestibular, que justifica a presença da disciplina, bem como condiciona o conteúdo e a perspectiva de abordagem; e de outro, pelo fator humano – aluno e professor – cuja postura vai traduzir o interesse, o gosto e a frequência a essa modalidade de produção cultural.

METODOLOGIA

Os alunos farão pesquisa sobre a história de Angola, compreendendo a relação entre os países africanos e o Brasil. Após as apresentações que serão em grupo com temáticas diferentes: a cultura angolana, os ritos religiosos, o papel social da mulher, entre outros, os alunos de modo individual receberão um poema de Ana Paula Tavares, que contempla em seus poemas a imagem cultural da oralidade e da realidade Angolana, revelando a dura realidade por meio de novas palavras que buscam encarnar as vozes das mulheres que foram caladas ao longo do tempo. Tal cenário é construído por meio da simbologia do corpo, da representação da mulher, do erotismo e da memória como um mosaico que se descortina.

Nesse sentido, o objetivo é o debate em sala das temáticas que envolvem esses poemas, tendo em vista a valorização da relação estabelecida com os negros para a formação da identidade diversificada do povo brasileiro. A obra servirá de suporte para as aulas de gramática, com intuito de assim melhorar a habilidade de compreensão de texto dos educandos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A literatura africana de Língua Portuguesa representa um papel importante para a identificação cultural/social do povo brasileiro, a partir da reconstrução do negro, com objetivo de resgatar de uma forma digna sua cultura negada que por muitas vezes foi e continua negada pelo meio social.

O projeto desenvolvido com alunos do terceiro ano foi de fato um sucesso, pois os alunos participaram ativamente, obtendo sucesso em suas notas, a participação nas aulas foi efetiva evitando assim a evasão dos mesmos. Outro ponto importante relativo à aplicação do projeto foi à possibilidade da interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, levando os alunos a conhecerem bem mais do que foi almejado.

CONCLUSÃO

A literatura torna-se um meio para a representação de ideologias, caracterizando-se como de resistência e de combate ao colonialismo e suas respectivas decisões. O objetivo da produção literária caracterizou-se na construção dos heróis nacionais que se situavam interiormente a colonização, buscando também introduzir os novos heróis que faziam parte da construção da nação em meio às imposições do colonialismo.

O Projeto aqui exposto foi desenvolvido em plena consonância com o Projeto Político Pedagógico da E.E.E.F e Médio Senador Humberto Lucena, seguindo criteriosamente as Orientações Curriculares Nacionais. Sabendo-se que os avanços tecnológicos e culturais da sociedade se renovam mais a cada dia. Nessa perspectiva, desenvolvemos atividades que necessitavam a interação direta do educando com a realidade em que vivemos, buscando assim estabelecer uma ligação com o PPP da nossa escola.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. De vãos e ilhas. Literatura e comunitarismo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- ANDRADE, Mário Pinto de (1975) O canto armado do povo angolano, in Fernando da Costa Andrade, Poesia com Armas, Lisboa: Livraria Sá da Costa, pp. 1-18.
- APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- CHAVES, Rita. Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
- CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia; VECHIA, Rejane. A kinda e a missanga: encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo: Cultura acadêmica; Luanda, Angola: Nzila, 2007.
- CHAVES, Rita; SECCO, Carmem; MACÊDO, Tania. Brasil África: como se o mar fosse mentira. São Paulo: Editora UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006.
- FERREIRA, Manuel. A propósito da novíssima poética angolana. Letras & Letras, n. 70, p. 8, maio 1992.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos / Maria Nazareth Soares Fonseca. – 1.ed. – Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2008.
- GILROY, Paul. O atlântico negro. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GRANJA, Sofia Helena de Vasconcelos Horta. As teias da palavra: análise das estratégias de desconstrução do discurso de nacionalidade na obra de Agualusa/Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. HUTCHEON, Linda. Teoria e política da Ironia. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2000
- JORGE, Manuel (2006) Nação, identidade e unidade nacional em Angola. Conceitos, preceitos e preconceitos do nacionalismo angolano, in Latitudes – Cahiers Lusophones, nº 28, Dezembro, pp. 3-10.
- LARANJEIRA, Pires. Literaturas africanas de expressão portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- LEITE, Ana Mafalda. Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- MACÊDO, Tania, CHAVES, Rita. Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.
- MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. 2 ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: < <http://www.uel.br> > Acesso em: 29 de junho de 2014.
- ORTIZ, Renato. São Paulo: Olho D'Água, 1996.

PADILHA, Laura Cavalcante. Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afroluso-brasileiras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SANTOS, Boaventura Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001, p.135-157.

SAID, Edward. Orientalismo: Oriente como reinvenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TAVARES, Paula (1999), O Lago da Lua. Lisboa, Caminho. TAVARES, Paula (2007a), Ritos de Passagem. Lisboa, Caminho.

TAVARES, Paula (2007b), Manual para Amantes Desesperados. Lisboa, Caminho. WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas Bases Para o Ensino da História da África no Brasil. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

Capítulo 7



10.37423/220806439

CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DOS QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS NOS PERIÓDICOS DA ÁREA CONTÁBIL: UM ESTUDO LONGITUDINAL COMPREENDIDO NO PERÍODO 2003-2012.

Roseane Patrícia de Araújo Silva

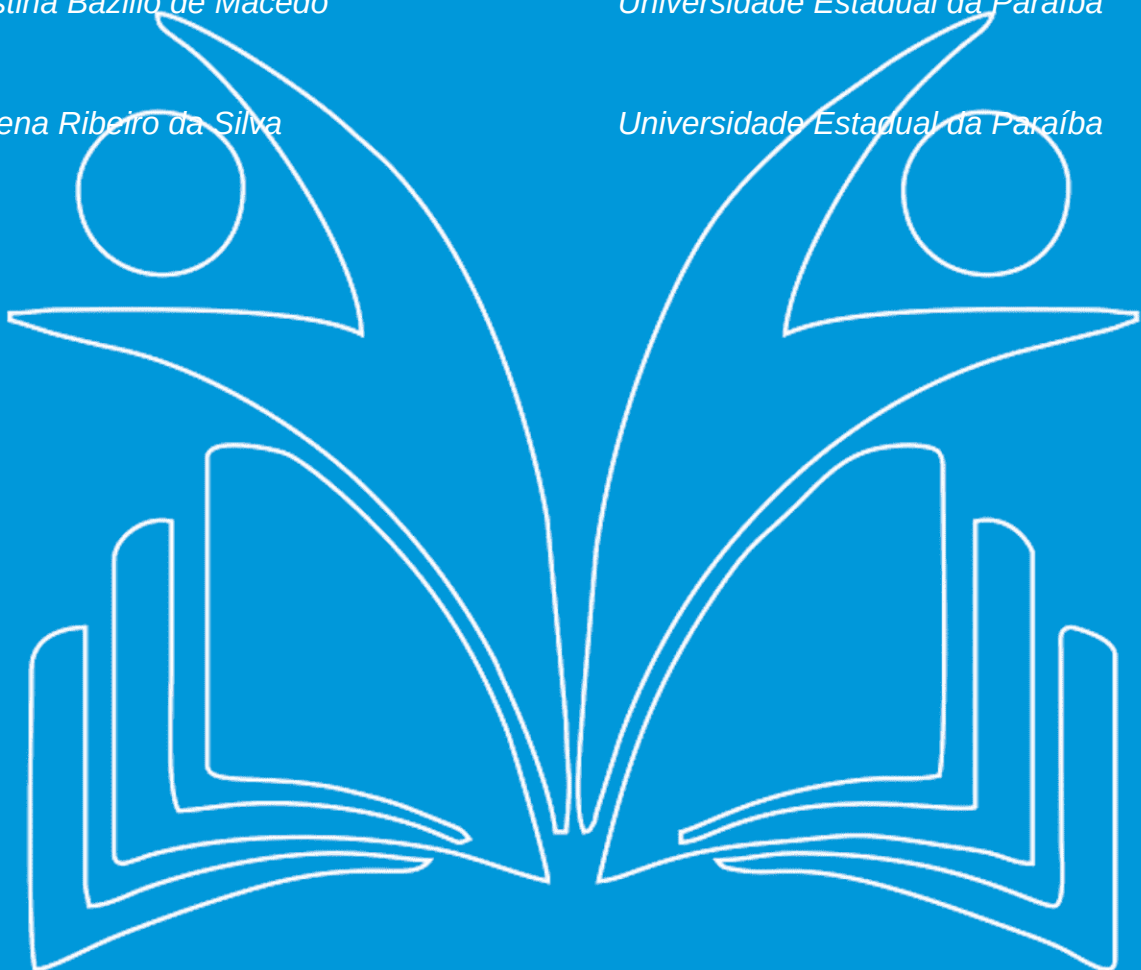
Universidade Estadual da Paraíba

Larissa Cristina Bazilio de Macêdo

Universidade Estadual da Paraíba

Izabela Lorena Ribeiro da Silva

Universidade Estadual da Paraíba



Resumo: O desenvolvimento deste trabalho traz como objetivo principal avaliar o rigor metodológico instituído para os instrumentos de medidas psicossociais, utilizados nas pesquisas em contabilidade, no que concerne às suas características psicométricas. Foram avaliados 5 periódicos da área contábil, categorizados como Qualis Capes A, por um período de 10 anos e encontrou-se um total de 37 artigos que utilizaram o questionário como instrumento de coleta de dados para medidas comportamentais. Metodologicamente, este trabalho, caracteriza-se como exploratório, descritivo e de caráter longitudinal. Utilizou-se o protocolo de validação de Kim (2009) para averiguar as etapas de validação utilizadas, quais sejam: validade de conteúdo, pré-teste, confiabilidade e validade de construto. Dos 37 artigos selecionados, nenhum deles apresenta relato descritivo sobre a validade de conteúdo. Entre estes, 16 não fazem nenhuma consideração sobre pré-teste, confiabilidade ou validade de construto. Do restante, 13 artigos apresentam as características de confiabilidade; 10 artigos apresentam a validade de construto e 10 evidenciam o uso do pré-teste. Ressalta-se que algumas evidências das etapas de validação dos artigos apresentam-se simultaneamente. Observa-se a existência de preocupação e conhecimento por parte dos investigadores no que aduz ao processo de validação dos instrumentos de medidas psicossociais, no entanto preciosas investigações são desenvolvidas com ausências ou relatos parciais de evidências estatísticas que comprovem a legitimidade dos resultados encontrados.

Palavras-chave: Características psicométricas. Instrumentos de medida. Periódicos da área contábil. Validação de questionários. Análise longitudinal.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a aferição de medidas psicossociais no âmbito contábil remonta há algum tempo. De maneira mais específica, esta preocupação está centrada nas características psicométricas dos instrumentos de medida, quais sejam: a confiabilidade e a validade. A validação psicométrica de instrumentos de medida em pesquisas acadêmicas constitui-se em um esforço sistemático para assegurar a medição do comportamento, sendo, este, explicado, teoricamente, pelo método científico. A psicometria tem como base construções teóricas, as quais, denominam-se construtos, que por sua vez têm o objetivo de organizar e atribuir significados ao ambiente. Os construtos ou variáveis latentes não podem ser diretamente observados, no entanto, podem ser mensurados pelos atributos ou indicadores provenientes da clarificação e definição dos construtos (PASQUALI, 2009).

Correntes de autores atestam a fragilidade dos resultados das pesquisas que utilizam medidas comportamentais no âmbito organizacional, especialmente investigações inerentes à pesquisa em educação contábil e contabilidade gerencial. Consideram, no entanto, a existência de complexidades e desafios a serem superados no processo de validação destas medidas e concordam com a ausência de procedimentos difundidos na literatura que apontem para um conjunto de best practices a serem seguidas pelos pesquisadores (SCHREISHEIM ET AL., 1993; HINKIN, 1995; DUFF, 2002; YOUNG, 2006; VAN DER STEDE, YOUNG & CHEN, 2005). Os referidos autores apresentam em suas investigações críticas e sugestões para mitigar os efeitos prejudiciais ocasionados por desenhos incoerentes dos questionários avaliados em suas pesquisas, objetivando maximizar a credibilidade dos dados obtidos através de melhores indícios de confiabilidade e validade.

Diante destes aspectos e alicerçado nas evidências empíricas relatadas pelos estudos que fundamentam o desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se, nesta investigação, avaliar as características psicométricas dos instrumentos de medidas psicossociais utilizados nos artigos publicados nos periódicos brasileiros Qualis Capes A. A opção por esta categoria de periódicos parte da premissa de que artigos publicados em revistas de máxima qualificação possuem maior rigor metodológico na construção de seus questionários, atestando maior veracidade aos resultados apresentados. Assim, a seguinte questão problema foi proposta: Os artigos científicos publicados em revistas Qualis Capes A da área contábil apresentam rigor metodológico no que concerne a comprovação das características psicométricas de confiabilidade e validade das escalas psicossociais utilizadas nas investigações?

Neste sentido, o desenvolvimento deste trabalho apresenta os seguintes objetivos fundamentais: 1. Oferecer um aporte teórico sobre as características fundamentais dos testes psicométricos e, 2. Avaliar

como os artigos propagados pelos periódicos da área contábil, classificados como Qualis Capes A, estão atuando no processo de validação de medidas das respostas psicossociais.

Quanto aos aspectos metodológicos este trabalho possui características descritivas, exploratórias, de caráter empírico e longitudinal. A amostra consiste nos periódicos, veiculados por instituições acadêmicas nacionais, categorizados como Qualis Capes A e a avaliação compreende um período de dez anos.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, a presente investigação apresenta, sequencialmente, considerações sobre relatos empíricos anteriores que pautam o desenvolvimento desta pesquisa, aportes teóricos sobre a confiabilidade e validade das medidas psicológicas, descrição do desenho da pesquisa, resultados encontrados, considerações finais e por fim as referências bibliográficas.

2 INVESTIGAÇÕES PRÉVIAS

Algumas investigações trazem expressamente a dificuldade encontrada pelos pesquisadores no processo de demonstração das características de confiabilidade e validade dos instrumentos psicométricos. Consubstanciadas na observação sobre construção de instrumentos de medidas não observáveis, as pesquisas reportam críticas inerentes aos resultados gerados nos estudos, os quais carecem de cientificidade por não oferecerem suporte sobre a validade das medidas subjetivas geradas (SCHREISHEIM ET AL., 1993; HINKIN, 1995; YOUNG, 1996; ROBERTS, 1999; DUFF, 2002; YOUNG, 2006; VAN DER STEDE, YOUNG & CHEN, 2005; KIM, 2009).

A investigação de Duff (2002) faz menção à ampla utilização de instrumentos psicométricos na pesquisa em educação contábil. Enfatiza que a construção de questionários para avaliar atitudes, percepções ou opiniões de estudantes sobre estilos de aprendizagem, criatividade, ansiedade, entre outros aspectos comportamentais do meio acadêmico, carecem, frequentemente, de indícios que atestem a confiabilidade e validade das escalas produzidas. Afirma que o aspecto mais fraco da pesquisa baseada em questionário diz respeito à precisão da medição dos construtos que estão sendo investigados, e neste sentido, esclarece que muitos estudiosos fizeram importantes previsões em suas pesquisas usando instrumentos que foram invalidados em pesquisas posteriores. Tomando como base a avaliação de dois importantes periódicos: *Accounting Education: an International Journal* e *Issues in Accounting Education*, por um período de 5 anos, conclui que as pesquisas em educação contábil apresentam resultados comprometidos por falhas cometidas pelos pesquisadores na determinação da confiabilidade e validade dos dados produzidos pelos testes.

Van der Stede, Young e Chen (2005) avaliaram oito periódicos de contabilidade por um período de 20 anos (1982-2001), focando na qualidade dos questionários utilizados nas pesquisas em contabilidade gerencial e, ao examinarem questões relacionadas à confiabilidade e validade, concluíram que com o passar do tempo a pesquisa *survey* em contabilidade gerencial, através do uso de questionário, apresentou evolução, mas que é necessária uma atenção especial para melhorar ainda mais o caminho no qual o desenvolvimento dos questionários é realizado, sendo este um fator essencial uma vez que há evidências de que a credibilidade dos dados das pesquisas deixa a desejar.

Hinkin (1995) ao propor uma revisão das práticas utilizadas no desenvolvimento de escalas de medidas comportamentais, tendo como amostra seis periódicos representativos da área de comportamento organizacional, entre os quais destaca o *Journal of Management* e o *Academy of Management Journal*, em um período de 5 anos, relata que ao considerar o conjunto de estudos analisados é evidente a existência de problemas no processo e divulgação do desenvolvimento destas medidas. Destaca a existência de excelentes exemplos de desenvolvimento de escalas, mas que estes fatos isolados não devem servir para dar exemplo para outros estudiosos. Defende que as escalas devem ser desenvolvidas para medir com precisão a dinâmica do aspecto investigado e que a pesquisa de qualidade deve começar com a medição de qualidade, atribuindo, neste sentido, responsabilidade tanto para o pesquisador como para o revisor. Acrescenta a estas considerações que se alguém acredita que os problemas decorrem de ignorância ao invés de negligência, a solução é a educação, em vez da advertência.

Roberts (1999) propõe em seu trabalho evidências descritivas e críticas inerentes ao desenvolvimento de uma pesquisa *survey*, por meio de questionário, através da construção de uma escala de medidas para mensurar a satisfação dos usuários do sistema de informação gerencial de uma organização do âmbito industrial australiano. Oferece subsídios para mitigar os problemas decorrentes deste tipo de pesquisa, demonstrando como superá-los. Abarca, principalmente, os seguintes aspectos: validade de conteúdo, pré-teste, seleção e tamanho da amostra e taxas de não resposta. Conclui sua investigação com uma discussão sobre as vantagens e desvantagens do método *survey* nas pesquisas que propõem estudar as características e interrelações entre as variáveis sociológicas e psicológicas.

Schreisheim et al. (1993) defendem que a demonstração do desenvolvimento de práticas de validação de conteúdo é uma propriedade psicométrica essencial da medida de um construto, assegurando que graves deficiências de medidas podem ser mitigadas quando os pesquisadores reportam adequadamente o conteúdo do construto investigado. Ao considerarem que não existem métodos quantitativos bem estabelecidos para a validade de conteúdo, sugerem, a técnica de redução de dados

para auxiliar no processo. Através da avaliação de 4 periódicos, quais sejam: *Academy of Management Journal*, *Journal of Management*, *Strategic Management Journal* e *Journal of International Business Studies*, durante o período de um ano, relatam a debilidade inerente aos seguintes aspectos investigados : seleção e modificação dos itens, modificação da escala resposta e falhas para reportar a confiabilidade.

A investigação de Young (1996), centrada nos artigos das principais revistas de contabilidade no período 1985-1994 que utilizaram o questionário como instrumento de coleta de dados, encontrou um pobre padrão na aplicação do uso de questionário na investigação em contabilidade de gestão. O referido autor observou que a maioria dos estudos apresentava falhas em usar métodos de amostras rigorosas, não averiguavam os erros de não resposta e sofriam de baixas taxas de respostas, o que, consequentemente, resultava em amostras não representativas e de baixo poder estatístico, dificultando as inferências dos investigadores e a solidez das conclusões apresentadas nas pesquisas. O estudo de Kim (2009) estabelece seis etapas a serem colocadas em prática no processo de validação de instrumentos de medidas psicométricas, a estas etapas denomina “protocolo de validação”, são elas: validade de conteúdo, pretest, teste piloto, manipulação de validade, confiabilidade e validade de construto. Ao focar seu estudo na ciência da informação, avalia o periódico *Journal of the American Society for Information Science and Technology* por um período de 25 anos (1982-2007) e, tomando como base o referido protocolo, observa maior ênfase na existência de relatórios de validação nos artigos do último período avaliado na pesquisa (2007), fornecendo indícios para comprovação de avanço promissor para prática de métodos de pesquisa que enfatizam a importância dos testes de validade na área objeto de estudo. As técnicas mais amplamente empregadas foram teste piloto, confiabilidade e validade de construto, enquanto que a validade de conteúdo, pré-teste e manipulação de validade foram pouco utilizadas pelos pesquisadores.

Considerando que não há um único critério compartilhado entre os investigadores a respeito do processo de validação de medidas psicométricas, optou-se, neste estudo, seguir o protocolo de validação proposto por Kim (2009), alicerçado na tipificação de etapas propostas pelo autor, a qual permite detalhar de maneira mais explícita o processo de validade dos instrumentos que aferem atributos subjetivos. Assim, utilizou-se da investigação do referido autor com algumas adaptações, conforme exposto na tabela 1, a qual associa para cada categoria do protocolo de validação as técnicas correspondentes.

Tabela 1. Adaptação do protocolo de validação proposto por Kim (2009).

Validação	Técnicas
Validade de conteúdo	Julgamento de <i>experts</i>
Pretest	Abordagem pessoal (face a face, entrevista por telefone), abordagem impessoal (questionário).
Confiabilidade	Teste-reteste; <i>split-half</i> (Alfa de Cronbach)
Validade de construto	Varia de acordo com os objetivos da pesquisa. Principais técnicas: validade convergente, validade discriminante, análise fatorial exploratória e confirmatória.

FONTE : Adaptado da investigação de Kim (2009).

Abordar-se-á, em seguida, cada uma das etapas descritas na tabela 1 e além destas considerações, far-se-á menção aos aspectos reportados pela literatura no que concerne à validação de instrumentos de medidas subjetivas.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE CONFIABILIDADE E VALIDADE DAS MEDIDAS PSICOLÓGICAS.

A utilização de questionários permite aos investigadores trabalhar com amostras amplas e estabelecer comparações estatísticas, sempre e quando se realize um bom processo de construção, distribuição e análise do questionário (DILLMAN, 2000; IBERT ET AL., 2001).

Robert (1999) e Dillman (2000) afirmam que as desvantagens decorrentes do uso de questionários podem ser minimizadas com um bom planejamento, um cuidadoso desenho, distribuição e detalhada análise psicométrica dos dados coletados. Brownell (1995) considera que quando o instrumento de medida utilizado nas investigações é cuidadosamente desenvolvido e validado antes de ser efetivamente usado, os resultados apresentarão uma grande confiabilidade e validade, sendo estas, as duas qualidades fundamentais dos testes psicométricos.

Neste sentido, Muñiz et al. (2005) esclarecem que a elaboração e análise dos itens de um instrumento de medida devem ser alicerçadas em critérios que permitam satisfazer as características de confiabilidade e validade do mesmo. Para os autores, na prática, estes aspectos são frequentemente esquecidos, convertendo-se a análise de itens em uma acumulação desregrada de indicadores estatísticos, cuja relação com as propriedades globais do teste é normalmente pouco clara ou ignorada.

No que diz respeito à validade, Navas Ara (2007, p. 266) considera que a mesma “é um critério métrico de qualidade que proporciona informação acerca da adequação da interpretação das pontuações do

teste em termos do construto psicológico que se está medindo ou de sua utilização para o fim proposto”. Para Cronbach (1955), a validação é um processo; validar é investigar, o que consiste na acumulação de dados e análises, o que vai dar credibilidade a uma interpretação determinada à utilidade de testes e escalas.

De acordo com a revisão da literatura se pode estabelecer que os procedimentos fundamentais para a validação são: validade de conteúdo, validade de construto e a validade referida ao critério (MARTÍNEZ ARIAS, 1995; ABAD ET AL., 2006; BARBERO GARCÍA ET AL., 2003; SÁNCHEZ & SARABIA, 1999; LUQUE, 1997). Aos referidos procedimentos denominam-se “santíssima trindade da validade” (Muñiz et al., 2005) ou modelo trinitário (PASQUALI, 2009).

3.1 VALIDADE DE CONTEÚDO

Segundo Luque (1997) a validade de conteúdo trata de saber se a medida representa os diferentes aspectos ou facetas do fenômeno que se deseja medir. Aconselha que para a obtenção de uma melhor validade de conteúdo, o investigador, deve tentar minimizar as possíveis críticas sobre o aspecto investigado através da revisão da literatura existente, especificando, através de uma correta definição conceitual o que é, ou não é, objeto de medida. Além desses aspectos, deve-se gerar uma ampla relação de itens que representem todas as dimensões relevantes do fenômeno estudado e solicitar uma avaliação de juízes e expertos que informem sobre o âmbito do conteúdo a abarcar. Não há formas de garantir a comprovação da validade de conteúdo, tendo em vista que ela depende do grau de revisão da literatura, de juízos de valor do investigador, além de supor que foram consideradas todas as possíveis dimensões e conteúdos do conceito, fenômeno ou comportamento investigado (NUNNALLY, 1987; SÁNCHEZ, 1999; LUQUE, 1997).

3.2 PRÉ-TESTE

Martín Arribas (2004) ao aludir sobre a prova piloto a denomina também de pré-teste, sendo, pois, termos intercambiáveis. Considera, igualmente à concepção de Kim (2009), a prova piloto/pré-teste como a segunda etapa do processo de validação. O pré-teste permite averiguar se o instrumento de medida avaliado comunica aos entrevistados uma parte, ou todos os aspectos que ele tem a intenção de comunicar. Avalia aspectos como: tempo de duração para administrar o questionário, resistências psicológicas, compreensão dos enunciados, correta categorização das respostas, tipos de perguntas mais adequadas, entre outros.

Para Wikman (2006) a comunicação é a chave para garantir a confiabilidade. É importante, neste sentido, destacar que a confiabilidade é uma pré-condição necessária para a validade (Nunnally, 1978). Assim, a definição de um bom teste traz as seguintes características segundo Cohen et al. (1996): 1. Ter instruções claras e ser econômico na sua administração, pontuação e interpretação; 2. Medir o que pretende medir; 3. Os resultados devem proporcionar uma melhor qualidade de vida para os entrevistados e outros.

O pré-teste pode ser conduzido pessoalmente ou impessoalmente, depende do objetivo do pré-teste. Estabelecendo uma diferença entre o pré-teste e o teste piloto Lewis et al. (2005) afirma que este é precedido de uma série de pré-testes e é realizado tomando como base uma amostra conveniente. Ainda neste contexto, Yin (2003) caracteriza o teste piloto como uma versão em pequena escala da pesquisa final, que permite aos investigadores antecipar resultados do estudo e determina se o instrumento construído mede de forma eficaz o construto da pesquisa.

No desenvolvimento deste trabalho optou-se por averiguar a utilização do pré-teste ou teste piloto como procedimentos equivalentes no âmbito da validação de questionários, mesmo reconhecendo a existência destes distintos momentos no processo de validade de instrumentos, uma vez que o teste piloto, conforme explicitado, é concebido como a primeira versão de uma escala de medidas, com características que permitem inferir resultados em decorrência de satisfatórios atributos de qualidades psicométricas.

3.3 CONFIABILIDADE

A confiabilidade de um teste se define como um critério métrico de qualidade relacionado com a quantidade de erro aleatório contido nas medidas que foram obtidas ao aplicar o teste a um grupo de sujeitos (ALIAGA, 2006).

Uma medida é confiável quando, ao ser aplicada repetidas vezes, se obtém medições semelhantes, ou seja, quando uma escala permite obter medidas similares em diferentes momentos de tempo se pode caracterizar como uma escala confiável (SÁNCHEZ & SARABIA, 1999).

Uma medida pode ser confiável, mas não ser válida, no entanto, o contrário não é possível. A falta de confiabilidade pode ser uma razão para questionar a validade de um instrumento de medida.

As técnicas comumente utilizadas para avaliar a confiabilidade são: provas repetidas ou teste-reteste e o método *split-half* (KIM, 2009; MUÑIZ ET AL., 2005; SÁNCHEZ & SARABIA, 1999; LUQUE, 1997).

A confiabilidade através do teste-reteste é realizada através da administração da escala em dois intervalos de tempo separados. Neste contexto, considera-se que se dois ou mais testes realizados aos mesmos sujeitos em momento diferentes e em circunstâncias similares proporcionam a mesma medida ou medidas muito correlacionadas então o instrumento é estável. Há ressalvas quanto ao uso deste método, tendo em vista que o intervalo de tempo entre a aplicação do primeiro para o segundo teste e as possíveis alterações nas circunstâncias em que os mesmos foram aplicados pode afetar os resultados encontrados, recomendando-se, desta forma, outras formas de avaliação.

O método *split-half* é também conhecido como confiabilidade por consistência interna. A técnica mais evidente nas investigações acadêmicas para obter esta avaliação é através da utilização do coeficiente *alfa de Cronbach*. Para interpretação deste coeficiente, se esclarece que não existe um único critério compartilhado por todos os investigadores a respeito da magnitude real do seu valor (Peterson, 1994; Morales Vallejo et al., 2003). Seus valores variam entre 0 e 1 e, a medida que se incrementa seu valor, maior é a consistência interna e conseqüentemente menor é a variância. No entanto, um valor mínimo aceitável para fins de investigação, de acordo com Nunnally (1978) é de 0,70. Na investigação básica pode ser suficiente um valor em torno de 0,60 (MORALES VALLEJO ET AL., 2003).

Registre-se que, a construção de escalas mais longas e a existência de um maior número de respostas aos itens formulados, são fatores que aumentam a confiabilidade das escalas. No entanto, deve-se considerar que escalas longas, apesar de gerarem altos valores do coeficiente alfa, ocasionam fadiga aos respondentes e levam mais tempo para serem administradas. Neste sentido, Morales Vallejo et al. (2003) recomenda que aumentar o número de respostas nos itens pode ser mais prático em algumas ocasiões investigatórias, tendo em vista que este procedimento aumenta a covariância entre os itens.

A confiabilidade composta e a variância extraída são apresentadas por Hair et al. (2005) como coeficientes de consistência interna, sendo estabelecido um valor mínimo aceitável de 0,70 para o primeiro e de 0,50 para o segundo.

3.4 VALIDADE DE CONSTRUTO

A validade de construto, também denominada validade de conceito, é o tipo de validação que dá significado as pontuações dos testes, pois aponta para a obtenção de evidências de que as condutas observáveis que foram escolhidas como indicadores do construto realmente o representam (Barbero

García et al., 2003). A validade de construto determina se os itens operacionalizados, ou seja, as perguntas do questionário, medem o conceito pretendido para análise (CAMPBELL & FISKE, 1959).

Ao definir “construto”, Abad et al. (2006, p.62) transcrevem “um conceito elaborado pelos teóricos da psicologia para explicar o comportamento humano”. Acrescentam, além disso, que para o estudo de um construto é indispensável a existência de indicadores observáveis, onde, em muitas ocasiões, estes indicadores são os itens de um teste, os quais se deve comprovar empiricamente se são adequados para representar o construto em questão.

As concepções de Morales Vallejo et al. (2003) sobre a validade de construto enfatizam a existência de dois tipos de estratégias complementares para provar as hipóteses instituídas referentes ao construto estudado: a validade convergente e a validade divergente. Na validade convergente se estudará relações esperadas e plausíveis com outras medidas relacionadas a dois tipos de variáveis: 1. Relações estabelecidas com variáveis medidas por outros instrumentos que intencionalmente medem o mesmo construto; 2. Relações com instrumentos que medem outros aspectos com o qual se espera que exista uma relação positiva ou negativa.

A validade divergente, normalmente denominada validade discriminante, consiste no grau em que uma medida não se correlaciona com outras medidas das quais se supõe que deve divergir (SÁNCHEZ, 1999). Morales Vallejo et al. (2003) orientam que deve ser realizado um criterioso planejamento do processo de validação durante a preparação do instrumento para coletar simultaneamente os dados necessários. As correlações entre as medidas envolvidas neste processo podem ser apresentadas através de uma matriz denominada matriz multiconceito-multimétodo ou *multimétodo-multirrasgo*.

Assim, no processo de validação é necessário especificar as hipóteses previstas entre as variáveis envolvidas indicando: 1. O sentido que se espera da relação, seja positivo, negativo, ou ausência de relação e; 2. A magnitude relativa esperada da relação, onde se pode comprovar a existência de relações maiores e mais claras.

A análise fatorial exploratória e confirmatória também são indicadas como técnicas que podem comprovar a validade de construto. Ambas são utilizadas objetivando provar hipóteses anteriormente estabelecidas acerca da estrutura interna do construto investigado e das relações deste com outras variáveis (Barbero García, 2003). Utilizada desde um enfoque exploratório, não se pode estabelecer hipóteses prévias acerca do número de dimensões resultantes do uso da técnica. Quando se concebe hipóteses a priori acerca da estrutura subjacente e do número de dimensões utiliza-se a análise fatorial confirmatória para confirmar tais hipóteses.

A análise fatorial permite comprovar se o instrumento realmente está medindo o que pretende medir ao proporcionar: 1. Nitidez relativa aos aspectos subjacentes a uma série de variáveis; 2. Auxílio na definição de que variáveis ou itens definem cada fator e; 3. Como estes fatores estão correlacionados entre si (MORALLES VALLEJO ET AL., 2003).

Nunnally (1978) defende que a análise fatorial está no centro da medição dos construtos psicológicos. Ressalta-se a indispensável necessidade do conhecimento da teoria subjacente das construções que estão sendo testadas, tendo em vista que a interpretação dos resultados da análise fatorial será menos subjetiva à medida que exista maior domínio sobre este conhecimento.

Uma utilização indicada para técnica de análise fatorial confirmatória é para comprovar se a estrutura de um instrumento adaptado de outro idioma é semelhante à estrutura original, mas normalmente a referida técnica é utilizada para confirmar estruturas fatoriais previamente encontradas na análise fatorial exploratória.

3.5 VALIDADE REFERIDA AO CRITÉRIO OU PREDITIVA

A validade referida ao critério se refere ao fato de que uma escala de medida seja capaz de prever outras variáveis, denominadas variáveis critérios, as quais podem ser qualquer tipo de variável obtida com outras escalas e que podem ser estimadas com a escala que está sendo objeto de estudo.

Luque (1997) estabelece que a validade referida ao critério está centrada na habilidade que tem o instrumento para refletir se as relações estabelecidas entre as medidas de uma variável e as de outras estão ou não de acordo com o que estabelece a teoria.

Na validade de critério o investigador correlaciona sua escala com algum critério que esteja correlacionado com a mesma e, ao avaliar o coeficiente de correlação de acordo com hipóteses previamente estabelecidas, observa a existência ou não de validade. As principais técnicas para determinação da validade preditiva são: análise discriminante, análise de correlações e equações de regressão (Sánchez & Sarabia, 1999). Ao apresentar a manipulação de validade como uma das etapas do protocolo de validação, Kim (2009) a define como um teste realizado para determinar relações causais entre variáveis dependentes e independentes, podendo esta etapa da validação estar associada ao processo de validade preditiva.

Este tipo de validade se distingue desde duas perspectivas, de acordo com a temporalidade do critério: validade preditiva simples e validade concorrente.

O desenho de um estudo de validação referida ao critério segue os seguintes passos (Barbero García et al. 2003; Martinez Arias, 1995): 1. Definir um critério relevante e estabelecer um método para sua medição; 2. Selecionar uma amostra de sujeitos representativa da população na qual será usado o teste posteriormente; 3. Aplicar o teste e obter uma pontuação para cada sujeito; 4. Obter uma medida de cada sujeito no mesmo momento da aplicação do teste, o que caracteriza a validade concorrente, ou em um momento posterior, o que caracteriza a validade preditiva; 5. Determinar o grau ou a relação entre as pontuações obtidas pelos sujeitos no teste e a medida critério.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A amostra selecionada para o estudo consiste nos artigos publicados nos periódicos brasileiros qualificados como Qualis Capes A da área contábil na última avaliação da Capes, que trazem em suas investigações empíricas questionários que aferem percepções dos participantes do estudo. Foram identificados 5 periódicos com qualificação A2, são eles : Revista de Administração Contemporânea (Eletrônica), Revista de Administração Contemporânea (Versão impressa), Revista de Administração de Empresas, *Brazilian Business Review*-BBR e Revista Contabilidade e Finanças. A opção por revistas com qualificação Qualis Capes A deu-se por considerar uma maior rigidez nos processo de avaliação advinda dos revisores e editores das mesmas. O estudo abarca um período de dez anos correspondente aos anos de 2003 a 2012. Durante o período avaliado foram encontrados 37 artigos, nos cinco periódicos estudados, com uso de questionários que aferiam medidas psicossociais.

Este estudo caracteriza-se, metodologicamente, como um estudo descritivo, exploratório e de caráter longitudinal. Neste sentido, compreende-se como um estudo longitudinal, toda pesquisa direcionada à análise dos processos de mudança e desenvolvimento nos quais o passar do tempo é um fator fundamental (Martínez Arias, 1995). Uma vez selecionados os artigos, buscou-se, através da leitura das características dos procedimentos metodológicos, averiguar a existência de procedimentos de validação dos questionários utilizados, selecionando as principais técnicas utilizadas e comparando-as com o protocolo de validação de Kim (2009) conforme disposto na tabela 1.

5 RESULTADOS ENCONTRADOS

A etapa referente à validade de conteúdo não é explicitada no corpo dos artigos como uma etapa do processo de validação, mas os investigadores das referidas pesquisas discorrem que a construção dos

questionários utilizados foi fundamentada na revisão de amplo arcabouço teórico, o que implica uma ação preliminar do processo, sem, no entanto, oferecer uma real comprovação da validade ou confiabilidade conforme exposto na literatura. Neste sentido, ao averiguar as etapas do processo de validação conforme proposto por Kim (2009), omitiu-se dos resultados expostos no quadro 2 a etapa referente à validade de conteúdo.

Apresenta-se, em seguida, a quantidade de artigos publicados nos periódicos estudados que utilizaram instrumentos psicométricos em suas pesquisas (quadro 1).

É importante frisar que ao avaliar o conteúdo dos artigos, comprova-se que a maioria deles atua na área de contabilidade gerencial e, na sequência, observam-se pesquisas sob o escopo da educação contábil, ética e auditoria.

As Revistas Contabilidade e Finanças e a *Brazilian Business Review*-BBR são as que apresentam o maior número de artigos publicados com uso de questionários para aferir medidas corporativas comportamentais.

Ao avaliar o uso de procedimentos de validação por revista pesquisada, pode-se comprovar que a Revista de Administração Contemporânea (versão impressa) apresenta em 5 dos artigos analisados os processos de confiabilidade e validade de construto, no qual, em apenas um deles apresenta consideração sobre o pré-teste. O artigo publicado em 2004 não faz menção sobre nenhuma característica psicométrica e a publicação de 2007 utiliza uma técnica denominada “Método de análise hierárquica (AHP)” para validação do questionário quanto à amplitude e coerência, eliminando questões com respostas inconsistentes. Quanto ao referido método, segundo Saaty (1991), reflete a forma natural de funcionamento da mente humana, ou seja, de um elevado número de elementos, a mente os agrega em grupos segundo propriedades comuns. Neste sentido, observa-se algo semelhante ao que se pode obter com a análise fatorial exploratória.

Em relação às demais revistas observaram-se os seguintes aspectos: a Revista de Administração Contemporânea (eletrônica) publicou apenas 1 artigo, o qual não apresenta nenhuma consideração sobre o processo de validação; a Revista de Administração de Empresas (RAE) publicou 2 artigos, apenas 1 apresenta confiabilidade e validade de construto; a Revista Contabilidade e Finanças publicou 17 artigos, dos quais 9 não mencionam nenhuma das características psicométricas destacadas no protocolo de Kim (2009), 2 apresentam confiabilidade (tendo um deles usado pré-teste), 5 reportam apenas uso do pré-teste e 1 descreve o processo de validação de construto e confiabilidade; a Revista *Brazilian Business Review*-BBR publicou 10 artigos, dos quais 4 não fazem

nenhuma consideração sobre o processo de validação, 3 apresentam validade de construto e confiabilidade, sendo que um deles inclui o pré-teste, 1 inclui apenas consistência interna e 2 descrevem apenas o uso do pré-teste.

Nº de artigos por revista que usaram instrumentos psicométricos.						
Períodos analisados	Revista de Administração Contemporânea (eletrônica)	Rev. Adm. Contemporânea (versão impressa)	Rev. de Adm. de Empresas (RAE)	BBR <i>Brazilian Business Review</i>	Revista Contabilidade Finanças	Total de artigos
2003	-----	1	-----	-----	1	2
2004	-----	1	-----	-----	-----	1
2005	-----	-----	-----	1	-----	1
2006	-----	1	-----	-----	4	5
2007	-----	1	-----	-----	3	4
2008	-----	1	-----	1	4	6
2009	1	1	1	4	-----	7
2010	-----	-----	1	1	2	4
2011	-----	-----	-----	1	3	4
2012	-----	1	-----	2	-----	3
Total de artigos por revista	1	7	2	10	17	37

Fonte : Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Quadro 1 Nº de artigos publicados nas revistas Qualis Capes A que utilizaram instrumentos psicométricos no período de 2003 a 2012.

O quadro 2 apresenta as etapas do processo de validação utilizadas pelos artigos investigados de acordo com o protocolo de validação utilizado nesta pesquisa, excetuando-se a etapa de validação de conteúdo com justificativa anteriormente reportada.

Seguindo o roteiro traçado para pesquisa, exposto na tabela 1, constatou-se que 27% (10) dos artigos da amostra descreveram o uso do pré-teste, denominado similarmente de teste piloto, como uma das etapas do processo de validação. Ao tratar da confiabilidade 35% (13) dos artigos investigados demonstraram o uso da técnica *split half* para determinação da consistência interna, tendo como coeficientes utilizados o alfa de *Cronbach* e a confiabilidade composta. Há predominância quanto ao uso do alfa de *Cronbach* em detrimento da determinação da confiabilidade composta, sendo encontrados 9 artigos com o uso do primeiro coeficiente e 4 com o uso do segundo.

ANO	Quantidade de artigos por etapas do processo de validação		
	Pré-teste/teste piloto	Confiabilidade	Validade de Construto
2003	1	1	1
2004	-----	-----	-----
2005	1	-----	-----
2006	2	1	1
2007	-----	-----	-----
2008	-----	4	2
2009	2	2	2
2010	2	3	2
2011	0	0	0
2012	0	2	2
Quantificação das etapas do processo de validação por amostra total.	10/37	13/37	10/37
% de artigos por etapa avaliada em relação à amostra total.	27%	35%	27%

Fonte : Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Quadro 2 Evidência quantitativa dos artigos que apresentaram etapas do protocolo de validação proposto na pesquisa.

No processo de validação de construto as principais técnicas destacadas foram: análise fatorial exploratória (AFE) e análise fatorial confirmatória (AFC) e, com o uso destas técnicas, destacaram-se a validade convergente e divergente. Ao total, 27% dos artigos apresentaram a validação de construto de forma explícita, sendo a AFE a técnica mais evidente estando presente em 6 trabalhos, os 4 artigos restantes usaram a AFC.

A validade de construto obtida através da AFC determinou a validade convergente através da variância média extraída e da análise das cargas fatoriais, esta última, objetivando determinar a unidimensionalidade, a qual representa o grau em que um conjunto de itens representa apenas um construto. Hair et al. (2005) apontam que o contraste de unidimensionalidade consiste em que os itens apresentem valores elevados em um único fator.

Esta evidência pode ser obtida através da AFC ou AFE. Sobre a variância média extraída Hair et al. (1998) destaca que ela mede a variância da variável relacionada com a variância devida a um erro de medição e que o nível mínimo recomendado é de 0,5.

Acrescenta-se que a validade convergente mede a extensão em que a escala se correlaciona positivamente com outras medidas do mesmo construto (Malhora, 2001). Assim, correlações significativas e positivas provenientes da matriz de correlação das dimensões (medidas) de um questionário garantem a existência da validade convergente.

Atendendo ao critério de Bagozzi (1994) a validade divergente pode ser verificada através da existência de correlações com valores inferiores a 0,8 entre as referidas medidas.

Alguns dos artigos avaliados propõem hipóteses entre variáveis dependentes e independentes no escopo do construto teórico investigado e, neste sentido, utilizam esta caracterização das variáveis para estabelecer relações que remetem à averiguação de validade convergente e divergente. Neste sentido, os principais procedimentos estatísticos utilizados foram: o teste qui-quadrado e os testes de regressão. Outras duas evidências estatísticas encontradas na amostra total investigada (37 artigos) foram: o teste exato de *Fischer* e a regressão logística, objetivando confirmar hipóteses entre variáveis dependentes e independentes, no entanto, na análise descritiva dos mesmos não há nenhuma consideração sobre a utilização destas informações estatísticas como procedimentos de validação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou oferecer um aporte teórico sobre as principais características dos testes psicométricos, quais sejam: a confiabilidade e a validade, assim como, avaliar como os artigos científicos publicados em revistas brasileiras Qualis Capes A do âmbito contábil estão atuando no processo de validação de instrumentos que aferem medidas psicossociais, tomando como base o protocolo de validação de Kim (2009).

Durante o seu desenvolvimento fez um relato das principais etapas e técnicas utilizadas no processo de validação dos testes psicométricos. Assim, descreveu características indispensáveis para atestar a cientificidade dos resultados das pesquisas baseadas no uso de questionários que aferem medidas subjetivas no meio corporativo, enfatizando: a validade de conteúdo, o uso do pré-teste, a confiabilidade, a validade de construto e a validade preditiva.

Ao averiguar a utilização do protocolo de validação de Kim (2009) nos artigos delimitados na amostra, encontrou que, do universo dos 37 artigos investigados, nenhum deles fazia menção sobre a validade de conteúdo conforme explicitado na literatura, 16 não faziam nenhuma consideração sobre pré-teste, confiabilidade ou validade de construto. Dos 21 restantes, houve maior evidência do processo de confiabilidade através do uso do alfa de *Cronbach* e da confiabilidade composta, sendo 9

incidências para o primeiro coeficiente e 4 para o segundo. O processo inerente à validade de construto se fez presente em 10 artigos, tendo 6 deles utilizado o uso da AFE e 4 a AFC. A etapa do pré-teste esteve evidente em 10 dos artigos avaliados. De maneira simultânea apenas 10 artigos apresentaram evidências de confiabilidade e validade, e destes, 5 também incluíram a etapa do pré-teste.

Observa-se a existência de preocupação e conhecimento por parte dos investigadores no que concerne ao processo de validação dos instrumentos de medidas psicométricas, no entanto preciosas investigações são desenvolvidas com ausências ou relatos parciais de evidências estatísticas que comprovem a legitimidade dos resultados encontrados. Algumas razões podem estar atreladas aos resultados encontrados, como: 1. O desenvolvimento de escalas é um processo difícil e demorado, e o desejo de concluir a pesquisa e submetê-la à publicação pode não ser compatível com o tempo disponível pelo investigador para realizar tal processo (Schimit & Klinoski, 1991); 2. Parece não existir estrutura bem definida para orientar os pesquisadores nos vários estágios do processo de validação (Hinkin, 1995); 3. A profissão pode colocar uma ênfase muito grande na análise estatística (SCHIMIT, 1989).

Compactuando com as considerações de *Cronbach* (1955), o qual assegura que a validação é um processo e que consiste na acumulação de dados e análises, sugere-se, diante do relato exposto no marco teórico deste trabalho sobre as características dos testes psicométricos, assim como dos resultados encontrados na investigação empírica, que as pesquisas baseadas em medidas psicossociais no âmbito corporativo descrevam qual o processo de validação que legitimou os resultados encontrados, conscientes de que, quanto maior a incorporação de inferências que comprovem a validade dos questionários, maior a legitimidade associada à pesquisa.

Este trabalho oferece como contribuição principal um indicador concernente à avaliação do nível de comprometimento por parte dos investigadores quanto à descrição das características psicométricas dos instrumentos de medidas nos artigos Qualis Capes A, traçando um perfil de como os resultados destas pesquisas apresentam conclusões sólidas, inferências pertinentes e poder estatístico relevante.

A amostra compreendida em um período de dez anos é uma das suas principais limitações. Para futuras investigações sugere-se confrontar estes resultados com periódicos internacionais da mesma área e com a mesma qualificação Qualis Capes, assim como ampliar a amostra aumentando o espaço de tempo para coleta de dados.

7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABAD, F. J.; GARRIDO, J.; OLEA, J.; POSANDA, V. Introducción a la psicometría. Teoría clásica de los tests y teoría de la respuesta al ítem, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), 2006.

ALIAGA, J. Psicología: Tópicos de actualidad. Lima: UNMSM. Recuperado em 21 de abril, 2006, obtido de <http://www.unmsm.edu.pe/psicología/documentos>.

BARBERO GARCÍA, M^a. I.; ABAD, E. V. Psicometría. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), 2003.

BROWNELL, P. Research methods in management accounting. Austrália: Coopers & Lybrand, 1995.

CAMPBELL, D.; FISKE, D. Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. Psychological Bulletin, v. 56, 1959, p. 81-105.

COHEN, R.J.; SWERDLIK, M. E.; PHILLIPS, S. M. Psychological Testing and Assessment. Mountain View, CA: Mayfield Publishing.

CRONBACH, L. J. Construct validity in psychological test. Psychological Bulletin, v. 52, p. 281-302, 1955.

DILLMAN, D. Constructing the questionnaire. Mail and internet survey. New York: John Wiley & Sons, 2000.

DUFF, A. Psychometric methods in accounting education: a review, some comments and implications for accounting education researchers. Accounting Education, v. 10 (4), 2001, p.383-401.

HALL, J.R.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. Análisis Multivariante. Madrid: Prentice-Hall Iberia, 2005.

HINKIN, T. R. A review of scale development practices in the study of organizations. Journal of Management, v. 21(5), 1995, p. 967-988.

IBERT, J.; BAUMARD, P.; DONADA, C., XUEREB, J. Data Collection and Managing the Data Source. In Alain Thiart et al., Doing Management Research: a comprehensive guide. Sage Publications: Londres, 2001.

KIM, Y. Validation of psychometric research instruments: the case of information science. Journal of the American Society for Information Science and Technology, v.60 (6), 2009, p.1.178-1.191.

LEWIS, B.; TEMPLETON, B.; BYRD, T. A methodology for construct development in MIS research. European Journal of Information Systems, v. 14, 2002, p. 388-400. LUQUE, T. Investigación de Marketing: fundamentos. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1997.

MARTÍNEZ ARIAS, R. Psicometria: teoría de los test psicológicos y educativos. Madrid: Editorial Síntesis S.A., 1995.

MARTÍN ARRIBA, M. C. Diseño y Validación de Cuestionários. Matronas Profesi3n, v. 5 (7), 2004.

MORALES VALLEJO, P. M.; SANZ, B. U.; BLANCO, A. Cuadernos de Estadística, Construcción de escalas de actitudes tipo Likert. Madrid: Editorial La Muralla S.A, 2003.

MUÑIZ, J.; FIDALGO, A. M.; CUETO, E. G.; MATÍNEZ, R.; MORENO, R. Cuadernos de Estadísticas, Análise de los ítems. Madrid: Editorial La Muralha S.A, 2005.

NAVAS ARA, M^a. J. Métodos, diseños y técnicas de investigación psicológica. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), 2007.

NUNNALLY, S. W. Construction methods and management. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1987.

NUNNALLY, J. C. Psychometric Theory. New York: McGraw-Hill, 1978.

PASQUALI, L. Psicometria. Revista Escola Enfermagem USP, v. 43, p.992-999, 2009.

PETERSON, R. A. A meta-analysis of Cronbach's coeficiente alpha. Journal of Consumer Research, v. 21, 1994, p. 381-391.

ROBERT, E. S. In defence of the survey method : an illustration from a study of user information satisfaction. Accounting and Finance, v. 39 (9), 1999, p. 53-77.

SAATY, T. L. Método de Análise Hierárquica. Rio de Janeiro: Makrom Books, 2Ed., 1991.

SÁNCHEZ, M.; SARABIA, F. J. Validez y fiabilidad de escalas. In SARABIA, F. J. (Coordinador), Metodologia para la investigación em marketing y dirección de empresas, Madrid, Editorial Pirámide, 1999.

SCHREISHEIM, C. A.; POWERS, K; SCANDURA, T. A.; GARDINER, C. C.; LANKAU, M. Improving construct measurement in management research: comments and a quantitative approach for assessing the theoretical content adequacy of paper-and-pencil survey-type instruments. Journal of Management, v. 19 (2), 1993, p. 385-417.

SCHMITT, N. W. Editorial. Journal of Applied Psychology, v. 74, p. 843-845, 1989.

SCHMITT, N. W.; KLIMOSKI, R. J. Research methods in human resources management. Cincinnati: South-Western Publishing, 1991.

VAN DER STEDE, W. A.; YOUNG, S. M.; CHEN, C. X. Assessing the quality of evidence in empirical accounting research: the case of survey studies. Accounting, organization and society, v. 30 (7), 2005, p. 655-684.

WIKMAN, A. Reliability, validity, and true values in surveys. Social Indicators Research, v. 78, p. 85-110.

YOUNG, G. M. Survey research in management accounting: a critical assessment. In Research Methods in Accounting. Vancouver : Ed. A. Richardson, 1996, p. 55-68.

YIN, R. K. Case-study research : Design and methods. Thousand Oaks, C. A.: Sage, 2003.

Capítulo 8



10.37423/220806442

O PLANO DIRETOR COMO MEIO PARA REVERTER O QUADRO DE EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Luísa Dallanora Vendruscolo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
MARIA

Sheila Kocourek

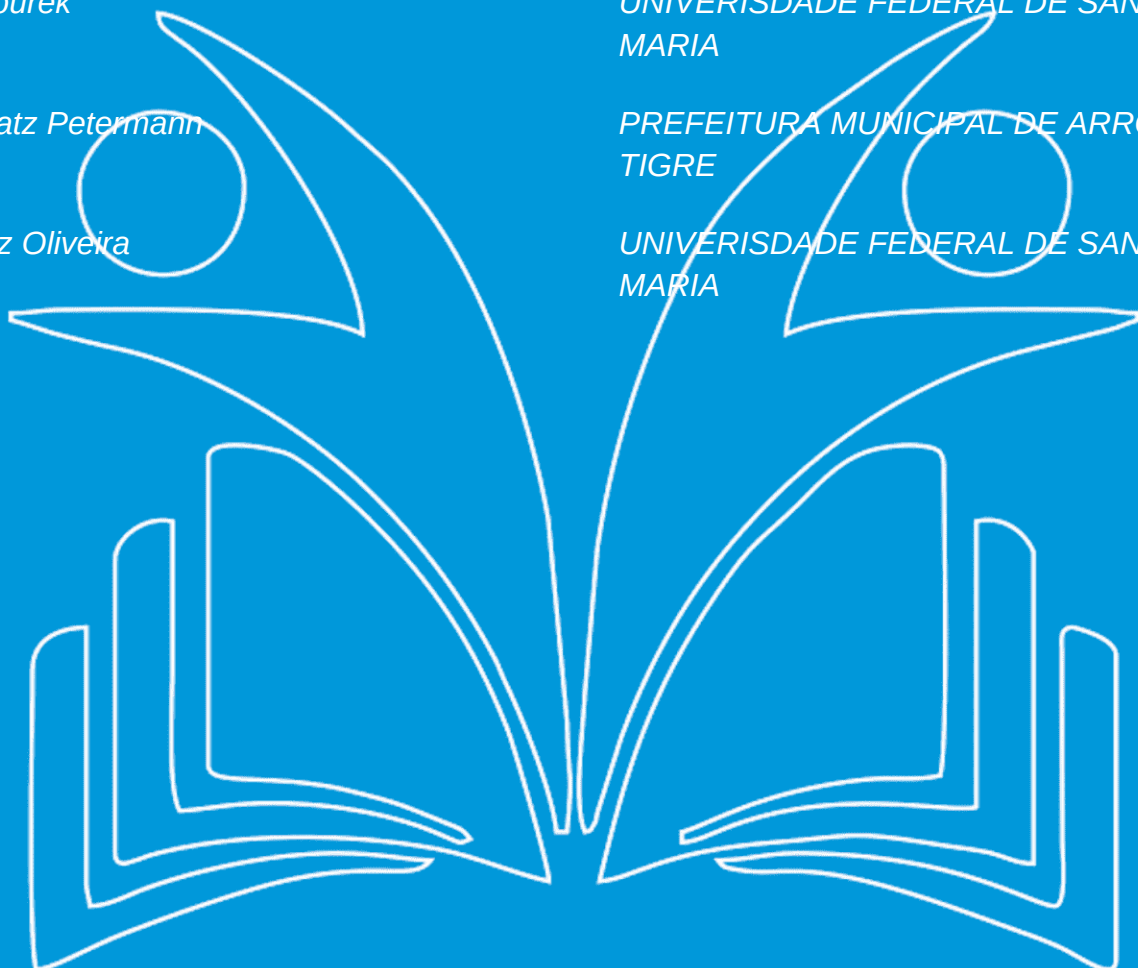
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
MARIA

Xavéle Braatz Petermann

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO
TIGRE

Jairo da Luz Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
MARIA



Resumo: O Plano Diretor, enquanto instrumento que visa o desenvolvimento pleno da cidade, tem um forte viés social na organização espacial dos municípios, tanto os constituintes de grandes centros urbanos quanto nas pequenas cidades interioranas. Apesar de ser um município de pequeno porte, Faxinal do Soturno não deixa de manifestar as facetas da exclusão socioespacial frente aos processos de expansão populacional cada vez mais presentes nas áreas periféricas da cidade. As áreas periféricas de Faxinal do Soturno, sendo elas a Vila Falcão, Vila Verde Teto, Vila Tavares, Vila Santo Antônio, Vila Jardim e Vila Medianeira, em sua maioria, não possuem respaldo público em educação, saúde assistência e desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, estimulando a exclusão destas comunidades, ante a concentração de bens e serviços no centro da cidade. Deste modo, há a necessidade de que, através da gestão democrática das cidades e dos instrumentos que a efetivam, os grupos mais excluídos sejam ouvidos, propiciando a implantação de políticas públicas e sociais que abranjam essas comunidades e para a criação de referências mais igualitárias e inclusivas para as cidades. Assim, não é por outra razão que o tema é extremamente relevante, justificando um acurado e minucioso estudo sobre os o Plano Diretor do município de Faxinal do Soturno, seu aspecto social, a efetivação da gestão democrática e a exclusão socioespacial das populações periféricas. Neste viés, o presente trabalho tem fundamental importância para verificar se o Plano Diretor pode ser utilizado pelos gestores municipais como meio hábil para a reversão da exclusão socioespacial em Faxinal do Soturno – RS.

Palavras chave: Plano Diretor. Exclusão Socioespacial. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia versa sobre a possibilidade de o Plano Diretor do município de Faxinal do Soturno poder ser utilizado pelos gestores municipais como instrumento para a reversão exclusão socioespacial. As cidades surgiram como centro das civilizações, e acompanharam a história humana desde a Antiguidade até os dias atuais. O município, atualmente tido como ente relevante da estrutura político-administrativa brasileira, dotado de autonomia e competência para regular todos os assuntos de interesse local, inclusive assuntos de ocupação territorial de seu espaço, nem sempre teve seu importante papel reconhecido. Apenas com a Constituição de 1988 (CF/1988), houve uma plena regulação sobre o desenvolvimento urbano, momento em que fez constar em seu texto um capítulo referente à “Política Urbana”, além de outros vários dispositivos afins sobre diretrizes do desenvolvimento urbano e planos urbanísticos.

Com o objetivo de regulamentar o capítulo da Política Urbana da Constituição Federal de 1988, houve a criação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257) em 2001 e que define o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana dos municípios.

Sendo o Plano Diretor um instrumento que visa o desenvolvimento pleno da cidade, de forma a garantir o acesso à cidade, tanto em serviços quanto aos espaços, há a crescente demanda de uma planificação orientada para as necessidades sociais locais, frente as necessidades da sociedade urbana. Neste sentido, esse Plano Diretor tem um forte viés social na organização espacial dos municípios, tanto os constituintes de grandes centros urbanos quanto nas pequenas cidades interioranas. Apesar de ser um município interiorano e de pequeno porte, com apenas 6.672 habitantes, sendo que 4.175 vivem na zona urbana, Faxinal do Soturno não deixa de manifestar as facetas da exclusão socioespacial frente aos processos de expansão populacional cada vez mais presente nas periferias da cidade, apresentando concentração de bens e serviços públicos nos locais centrais, supervalorizados e de grande concentração de rendas. As periferias desta cidade, por sua vez, são pobres e carentes de tais atividades ou mesmo desprovidas delas, produzindo um espaço exclusivo, desigual e segregado, no qual a população menos favorecida é obrigada a ocupar áreas inadequadas para a sua habitação e com poucas ou nenhuma políticas públicas e sociais inclusivas, evidenciando a má distribuição de renda e a precariedade infraestrutural e social. Neste sentido, este trabalho focaliza na problemática da possibilidade de o Plano Diretor do Município de Faxinal do Soturno – RS poder ser utilizado pelos gestores municipais como meio hábil para a reversão desta exclusão socioespacial, de forma a verificar se a atual norma municipal vigente possui instrumentos hábeis para driblar essa segregação ou

necessitaria de uma reformulação de forma a atender os anseios das populações espacialmente excluídas.

Nessa perspectiva, o presente trabalho é dividido em introdução, dois capítulos de desenvolvimento e a conclusão. O primeiro capítulo do desenvolvimento apresenta uma breve evolução das cidades no âmbito internacional e nacional, demonstrando como o contexto e cultura internacionais interferiam na forma de cidades que possuímos atualmente, bem como no ordenamento jurídico pátrio, tratando da evolução da legislação acerca do ordenamento urbano através das constituições, perpassando pelas legislações esparsas. Ademais, delineiam-se os institutos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor previstos na CF/1988. No capítulo subsequente, apresenta-se o processo de ocupação do município de Faxinal do Soturno, destacando-se a influência da imigração italiana aos contornos atuais do município. É feito destaque, também, aos dispositivos do Plano Diretor faxinalense essenciais para o desenvolvimento deste trabalho e a sua análise para a reversão da segregação socioespacial.

Destarte, o objetivo do presente trabalho é verificar se o Plano Diretor é meio hábil para a reversão da exclusão socioespacial pelos gestores municipais em Faxinal do Soturno – RS. O problema de pesquisa indaga se o Plano Diretor pode ser utilizado pelos gestores municipais como meio hábil para a reversão da exclusão socioespacial em Faxinal do Soturno – RS. A metodologia utilizada para tanto foi a pesquisa bibliográfica, com abordagem do estudo qualitativa e como instrumento de coleta de dados a revisão da literatura específica. O elemento de pesquisa utilizado foi a análise e posteriormente, a verificação da aplicabilidade o Plano Diretor do município de Faxinal do Soturno/RS (Lei Complementar nº 2040 de 16 de janeiro de 2012) como forma de reparar a exclusão socioespacial.

O método utilizado foi o explicativo, centrado na preocupação de identificar fatores determinantes ou contributivos. Os dados foram coletados através do Plano Diretor do município de Faxinal do Soturno/RS (Lei Complementar nº 2040 de 16 de janeiro de 2012). O tratamento foi realizado através da análise documental, levando em conta suas características metodológicas: objetividade, sistematização e interferência.

2 PANORAMA HISTÓRICO E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

2.1 BREVE EXPOSIÇÃO HISTÓRICA SOBRE O SURGIMENTO DAS CIDADES E PROCESSOS URBANIZATÓRIOS

Embora já existissem cidades há milhares de anos em sociedades com diferentes modos de produção, sua relevância se deu em dois períodos históricos mais recentes.

Nos primórdios, o período paleolítico é marcado pela não fixação do homem, e pelo nomadismo, visto que esses povos sobreviviam pela caça e pesca, o que os levava a permanecerem transitoriamente nos territórios. No entanto, a caverna possuía um grande significado, visto que “[...] era o lugar de segurança, para onde ia quando estava com fome, para o acasalamento, ou para a guarda de seus instrumentos. Mais do que isso, a caverna foi o primeiro lugar onde praticavam seus rituais e suas artes, impulsos estes que depois também serão motivo de fixação nas cidades.” (SPOSITO, 1988).

No período mesolítico, por sua vez, é que se realiza a primeira condição necessária para a existência das primitivas cidades, com a domesticação de animais e a agricultura rudimentar, em que o homem passou a fixar-se permanentemente em uma área e a acompanhar todo o ciclo de desenvolvimento animal e agrícola. Com essa grande revolução agrícola, o período neolítico vivenciou o aparecimento das primeiras aldeias, formadas por comunidades de agricultores, não muito grandes, devido ao caráter extensivo das atividades primárias, mas ainda não consideradas uma cidade (SPOSITO, 1988).

A cidades, enquanto aglomerados de pessoas que se concentravam em grupos e classes, se proliferaram após a Revolução Agrícola do Período do Neolítico no Oriente Médio, no terceiro milênio antes de Cristo, momento em que as inovações técnicas na agricultura, principalmente a irrigação em larga escala e o excedente alimentar produzido na zona rural permitiu a concentração de pessoas em torno do comércio dos produtos agrícolas (SOUZA, 2005).

Ademais, essa multiplicação de cidades pelo mundo antigo teve afinidade com as que provocaram profundas mudanças culturais, políticas e de ordem social. Essas modificações na estrutura organizacional da época deram-se entrelaçadas ao aparecimento de formas centralizadas e hierárquicas de exercício de poder, permitindo a formação de sistemas de dominação pela monarquia e exércitos que permitiam o apoio para manter a supremacia militar de regiões conquistadas (SOUZA, 2005). Assim, surgiram também os tributos, característicos da vida urbana, fundados em oferendas ao

rei e as primeiras sociedades de classes, dada as diferentes modalidades de apropriação da riqueza (SPOSITO, 1988).

Neste sentido, os primeiros grandes assentamentos permanentes e complexos passaram a abrigar a população não produtora, além de muitos artesãos que, por meio de sua manufatura, passaram a estimular o comércio entre os povos (SOUZA, 2005).

Entretanto, as cidades continuaram seu processo de transformação até chegarem a um grande marco histórico: o fim do feudalismo e a Revolução Industrial, no século XVIII. As primeiras cidades mercantis resultaram da transformação do caráter destas aglomerações medievais feudais sem funções urbanas.

Contextualmente, com o fim dos feudos, diversas cidades surgiram por toda a Europa e, juntamente com a descoberta de novos territórios e continentes, provocou um imenso avanço populacional e demanda emergente da sociedade europeia, não mais suportada pela defasada economia de subsistência. O reforço deste processo aconteceu pelas transformações que ocorriam no campo, com o fim das terras comuns para pastagens e a elevação das taxas de arrendamento em decorrência da transformação da terra em mercadoria. O aumento das taxas de crescimento populacional também permitiu a ampliação da força de trabalho, agora sem albergue dos feudos, que se constituíam em mão-de-obra abundante para a produção fabril, e reforçavam a instituição do trabalho assalariado como forma predominante, já a partir do século XVI (SPOSITO, 1988).

A Revolução Industrial favoreceu imensamente o fenômeno urbano através de suas **diversas inovações técnicas, sociais e econômicas na Inglaterra e posteriormente, no restante da Europa e nos Estados Unidos.** (CAVALCANTE, 2019). **Todavia,** o crescimento demográfico acentuado gerou um aumento do número dos trabalhadores industriais, inclusive em maior número que os do campo, principalmente no Norte da Europa e na Inglaterra, ocasionando, assim, uma emigração interna para as cidades de grande número de trabalhadores e com o conseqüente aparecimento de problemas urbanos típicos da industrialização (CAVALCANTE, 2019). Desta feita, esse adensamento populacional tornou o centro urbano a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando-se ao seu redor uma nova faixa, denominada periferia (SPOSITO, 1988). Nesse sentido, expõe Maria Encarnação B. Sposito (1988, p.65) que

Cem anos após a Revolução Industrial, o chamado centro guardava a sua estrutura original, com seus monumentos, suas ruas estreitas, algumas casas pequenas e compactas, jardins e pátios anexos às residências dos mais ricos. Estes foram abandonando, aos poucos, o centro, onde se amontoavam trabalhadores pobres e recém-migrados do campo. Nos pátios e jardins eram feitas novas construções — casas, indústrias, barracões — tornando a densidade elevadíssima. A periferia era entendida como uma espécie de

território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo (para abrigar os ricos emigrados do centro), bairros pobres (onde moravam mais assalariados e recém-emigrados do campo), unidades industriais maiores, depósitos. Estes novos setores da cidade foram, com o correr do tempo, fundindo-se num tecido urbano mais compacto.

Denota-se que neste período histórico se evidenciou a desordem na paisagem e na malha urbana, havendo abandono na forma de controle público sobre o espaço construído, sem regulamentos, leis ou fiscalizações da cidade produzida, provindo a superposição de iniciativas particulares sobre as públicas sem qualquer regulação ou coordenação. Resultado dessa falta de iniciativa pública, segundo Sposito (1988, p.66) era que

As ruas eram estreitas demais, principalmente no centro, e insuficientes para a circulação das pessoas, dos veículos puxados por animais, para o escoamento do esgoto, criação de porcos, e ainda local de brincadeiras das crianças. As casas eram muito pequenas. Muitas continham as mesmas acomodações de moradias de campo, mas a falta de espaço ao redor delas se constituía em séria dificuldade para a eliminação do lixo, para a ventilação, insolação, para a realização de alguns trabalhos domésticos. Os pátios, quando havia, eram reduzidos e estavam cercados por construções de todos os lados. Além disto, a maioria destas casas localizava-se próximo das indústrias e estradas de ferro, fontes de fumaça, barulho e poluição dos rios. [...] A falta de coleta de lixo, de rede de água e esgoto, as ruas estreitas para a circulação, a poluição de toda ordem, moradias apertadas, falta de espaço para o lazer, enfim, insalubridade e feiúra eram problemas urbanos, na medida em que se manifestavam de forma acentuada nas cidades [...].

A situação de desordem urbana perdurou até a década de 1830, momento em que as classes mais ricas passaram a se insurgir. A falta de condições sanitárias, com ruas cheias de lama, esgoto, lixo e animais, permitiu um surto de cólera por toda a Europa. Assim, uma série de sindicâncias sobre a precariedade da vida nas cidades marcou o período, que culminou, já na segunda metade do século XIX, em aprovações de leis sanitárias, implantação de redes de água, esgoto, gás e eletricidade e melhorias nos espaços de circulação coletiva, como ruas e praças. Passou-se então de uma absoluta desregulamentação à emergência de regulamentos e obras de infraestrutura urbana, com a gestão e planejamento do espaço (SPOSITO, 1988).

Muito do ocorrido na Europa refletiu-se no Brasil Colônia, sobre a influência dos colonizadores portugueses.

No período do Brasil Colonial, já era possível perceber a imposição de regras gerais de estruturação e organização política-administrativa oriundas de Portugal adaptadas à realidade própria da Colônia, principalmente frente à dimensão territorial, sendo principal objetivo dos portugueses a exploração, a ocupação e a defesa do solo brasileiro. Assim, dada a reprodução da legislação pátria, iniciou-se um

processo de divisão territorial e administrativa por meio do Tratado de Tordesilhas, que partia da Costa Litorânea no sentido do meridiano de Tordesilhas, desmembrando-se o território em quinze capitanias hereditárias entregues a pessoas que foram denominadas como capitães-donatários, que podiam fundar e estabelecer vilas e cidades. As cidades, neste período, apresentavam pouco desenvolvimento, visto a predominância de atividades rurícolas, com pouca ocupação populacional e nenhum processo de urbanização. As cidades eram, na sua maior parte, habitadas por funcionários da administração municipal, oficiais da Coroa, artesãos e mercadores (PONTES;FARIA, 2012).

A partir do início do século XVIII, no Brasil Império, iniciou-se um processo de urbanização propiciado pelo tráfico de escravos, pelo comércio, pela invasão holandesa e pela vinda da família real para o Rio de Janeiro. Desta forma, a Constituição de 1824 instituiu em todas as cidades e vilas existentes as Câmaras Municipais, definindo os contornos da nova etapa de autonomia local dos municípios, instituindo uma primitiva estrutura organizacional descentralizada das administrações municipais contra o excessivo centralismo imperial (PONTES;FARIA, 2012). Por sua vez, com a Proclamação da República, a Constituição de 1891 apresentou a feição de república federativa liberal, assegurando em seu corpo a autonomia municipal em tudo quanto ao que respeitasse seu particular interesse. No final do século XIX e início do século seguinte, verifica-se um considerável aumento do fenômeno urbano com a consequente pressão ao poder constituído a fim de reconhecer a importância dos municípios e a dar uma resposta às recorrentes demandas que surgiram em virtude do aumento populacional nas cidades e das relações sociais, econômicas e políticas (PONTES;FARIA, 2012).

Apenas em 1946, com a promulgação de nova constituição, é que os municípios voltaram aos holofotes. Foi a partir daí que se denotou um novo processo de urbanização bastante acelerado, com verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Entre 1940 e 1980, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Surgiram aí em meio à recessão, multidões que passaram a ocupar lugares antes não ocupados, como várzeas, morros e alagados, marcados pela pobreza, violência urbana e tragédias urbanas, demonstrando que o crescimento urbano sempre se deu com exclusão social e falta de planejamento público (PONTES;FARIA, 2012).

Desta forma, mudou-se a importância dada pelas Constituições às cidades, com maior discussão sobre a forma de constituição, autonomia, atribuições, finanças, entre outras questões. (PONTES;FARIA, 2012). Neste sentido, com o novo contexto de redemocratização do País, surgiu a necessidade de construir um texto constitucional que refletisse a realidade e demandas sociais da época. À vista disso,

a Constituição de 1988 (CF/1988) faz constar em seu texto um capítulo referente à “Política Urbana”, questão que, até aquele momento, nunca havia sido abordada nos textos precedentes (PONTES;FARIA, 2012).

2.2 A POLÍTICA URBANA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) destacou a política urbana, prevendo regras bastante minuciosas acerca do instituto.

Vários dispositivos foram reservados às diretrizes do desenvolvimento urbano (arts. 21, XX, e 182), à preservação ambiental (arts. 23, III, IV, VI e VII; 24, VII e VIII; e 225), aos planos urbanísticos (arts. 21, IX; 30, VIII; e 182) e à função urbanística da propriedade urbana (SILVA, 2010).

O art. 21, IX, da CF/1988 dá competência à União para elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, sendo de extrema importância em conferir expressa competência à União para elaborar e executar planos urbanísticos nacionais e regionais, além da ordenação dos territórios (BRASIL, 1988). Adendo a isso inclui no mesmo dispositivo a capacidade de elaboração dos planos de desenvolvimento econômico e social (SILVA, 2010).

O planejamento urbanístico local, por sua vez, encontra seu fundamento no art. 30, VIII, da CF1988, que dispõe que “Compete aos Municípios: [...]VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; [...]” (BRASIL, 1988). Por esse dispositivo, reconhece-se a competência do Município para promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, sendo essa competência própria, exclusiva e que não comporta interferência dos demais entes federados (SILVA, 2010).

O regramento base da política urbana municipal pode ser encontrado no art. 182 da CF/1988 que prevê (BRASIL, 1988)

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Deste regulamento, extrai-se que a finalidade do planejamento local é o adequado ordenamento do território municipal, com o objetivo de disciplinar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo urbano. O solo tem-se por urbano quando destinado ao cumprimento de destino urbanístico, sendo esse de função do plano diretor. O plano diretor é um instrumento pelo qual se efetiva o processo de planejamento urbanístico local, aprovado pela Câmara Municipal, que a Carta Constitucional tornou condição de instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (art. 182, § 1º) (SILVA, 2010).

Outra importante disposição constitucional está na submissão da propriedade urbana à função social. Segundo Nascimento, Di Pietro e Mendes (2018), função social consiste no dever de tutelar o interesse social por meio dos poderes necessários para se desincumbir desse dever. Assim, restringe-se as liberdades do proprietário sobre o uso, gozo e disposição de sua propriedade que não beneficiem o interesse social. A propriedade urbana fica, pela Constituição, submetida a esse interesse coletivo, nos termos de seu art. 182, § 2º, que subordinou o cumprimento da função social às exigências da ordenação da cidade expressas no plano diretor (SILVA, 2010).

O art. 182, § 4º, faculta ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, de exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, sobre a propriedade predial e territorial urbana imposto progressivo no tempo ou desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal (SILVA, 2010).

Outra disposição de planejamento urbanístico é o usucapião. O art. 183 da CF institui o usucapião pró-moradia, em favor de quem possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (SILVA, 2010).

2.3 O ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR

Como anteriormente demonstrado, a Constituição Federal de 1988 inseriu um importante capítulo em seu texto sobre política urbana. Este foi consolidado com a aprovação, em 10 de julho de 2001, da Lei Federal nº 10.257, denominado de Estatuto da Cidade (CARVALHO; ROSSBACH, 2010). O Estatuto da Cidade se propôs a dar suporte jurídico à ação dos governos e da sociedade organizada para controle dos processos de uso, ocupação, parcelamento e desenvolvimento urbano, apoiando os governos municipais no enfrentamento das graves questões urbanas, sociais e ambientais que afetam diretamente a vida da enorme parcela de brasileiros que vivem em cidades (CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

As diretrizes gerais para o cumprimento da política urbana estão disciplinados no art. 2º do Estatuto (BRASIL, 2001)

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental;

h) a exposição da população a riscos de desastres

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais.

XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento

XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados.

Por sua vez, a Lei 10.257/01, em seu art. 4º, enumera diversos instrumentos de política urbana municipal capazes de garantir o desenvolvimento e planejamento político e urbano das cidades (BRASIL, 2001)

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

III – planejamento municipal, em especial:

a) plano diretor;

b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;

c) zoneamento ambiental;

d) plano plurianual;

e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

f) gestão orçamentária participativa;

g) planos, programas e projetos setoriais;

h) planos de desenvolvimento econômico e social;

IV – institutos tributários e financeiros:

a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;

b) contribuição de melhoria;

c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

V – institutos jurídicos e políticos:

a) desapropriação;

b) servidão administrativa;

c) limitações administrativas;

d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;

e) instituição de unidades de conservação;

f) instituição de zonas especiais de interesse social;

g) concessão de direito real de uso;

h) concessão de uso especial para fins de moradia;

i) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

j) usucapião especial de imóvel urbano;

- l) direito de superfície;
 - m) direito de preempção;
 - n) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
 - o) transferência do direito de construir;
 - p) operações urbanas consorciadas;
 - q) regularização fundiária;
 - r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
 - s) referendo popular e plebiscito;
 - t) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária;
 - u) legitimação de posse.
- VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

O aparato da política e gestão urbana tem como propósito estabelecer instrumentos para que o Município tenha condições de construir uma política urbana que concretize, de fato, a função social da propriedade urbana e o direito de todos à cidade (CARVALHO; ROSSBACH, 2010). Para isso, a política deve ser objeto de um planejamento extensivo, envolvendo planos de ordenamento do território integrados entre si, nas escalas nacional, estaduais, regionais, metropolitanas, municipais e intermunicipais. Especificamente no âmbito municipal, propõe que o planejamento municipal deve envolver o planejamento urbano, ambiental, orçamentário, setorial e o planejamento do desenvolvimento econômico e social, especificando também que a gestão orçamentária deve ser feita de forma participativa, aberta a todos os cidadãos. Inclui os instrumentos tributários, envolvendo impostos, contribuições, incentivos e benefícios fiscais e financeiros, voltados para viabilizar a indução dos usos e atividades consideradas importantes para a política urbana (CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

Como instrumento voltado para a democratização da gestão urbana e do direito à moradia, o Estatuto da Cidade apresentou o Plano Diretor, com o fito de imputar aos municípios o planejamento local e o adequado ordenamento territorial, disciplinando o uso, o parcelamento e a ocupação do solo urbano (SILVA, 2010). De acordo com os ensinamentos de Silva (2010, p.57), “o solo qualifica-se como urbano quando ordenado para cumprir destino urbanístico, a edificabilidade e o assentamento de sistema viário”.

Esse ordenamento territorial é o propósito do Plano Diretor. Segundo Silva (2010, p.58),

[...] **é plano**, porque estabelece os objetivos a serem atingidos, o prazo em que estes devem ser alcançados (ainda que, sendo plano geral, não precise fixar prazo, no que tange às diretrizes básicas), as atividades a serem

executadas e quem deve executá-las. É **diretor**, porque fixa as **diretrizes** do desenvolvimento urbano do Município.

Assim, o Plano Diretor é um instrumento que fora constitucionalmente elevado à condição de instrumento básico da política de desenvolvimento de expansão urbana (art. 182, § 14) e deve ser aprovado pela Câmara Municipal, constituindo legislação obrigatória para cidades com mais de vinte mil habitantes, orientando o exercício da Administração Pública municipal em atenção a gestão eficiente da cidade (SILVA, 2010). Este plano de ordenamento espacial estabelecerá a política de ocupação e uso do solo urbano, determinando normas e diretrizes sobre o sistema viário do Município envolvendo o arruamento, a previsão de estradas municipais e o parcelamento do solo; sobre o sistema de zoneamento, que abrange o estabelecimento de zonas de uso do solo e os modelos de assentamento urbano, inclusive de renovação urbana; sobre o sistema de recreação e revitalização, com estabelecimento de áreas verdes, desportivos, assim como áreas de preservação e revitalização de setores históricos, paisagísticos e ambientais; e sobre o aspecto econômico do uso do solo urbano em longo prazo, para fins residenciais, para ruas e para espaços livres, a fim de atender à demanda da população crescente, segundo previsões estabelecidas (SILVA, 2010). Não mais importante que todos os elementos citados que contemplará o Plano Diretor, é de suma relevância uma análise pormenorizada do aspecto social para fins deste estudo. O aspecto social é de extrema importância no urbanismo, ante a premissa de que configura um dos meios de garantir a qualidade de vida para a população através da criação as condições necessárias à instituição de equipamentos e prestação dos serviços sociais e estabelecimento de meios para que a população possa auferi-los, a exemplo da educação, saúde e saneamento básico, habitação, bem-estar social, lazer, recreação, cultura e esporte (SILVA, 2010).

Nesse viés, pode-se afirmar que o Plano Diretor é um

[...] pacto territorial em torno dos direitos e garantias urbanos que assegurem, por um lado a redução das desigualdades sociais através da democratização do acesso ao uso da cidade, permitindo, assim, a conquista real da cidadania e, por outro [lado], a defesa dos padrões mínimos de qualidade de vida pelo estabelecimento de normas de habitabilidade e de preservação do meio ambiente [...] (GODIM, 1995).

Assim, vê-se que apesar de um longo processo de evolução, a urbanização demorou a ser regulamentada no território brasileiro, sendo que os municípios apenas com a CF/1988 passaram a ser competentes para regular seus territórios, por meio do Plano Diretor, de forma a gerir eficazmente a cidade (BRASIL, 1988).

3 O PLANO DIRETOR DE FAXINAL DO SOTURNO – RS FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

3.1 A OCUPAÇÃO URBANA DE FAXINAL DO SOTURNO – RS

O município de Faxinal do Soturno está situado na Depressão Central, no centro estado do Rio Grande do Sul e é um dos sete municípios integrantes da Quarta Colônia de Imigração Italiana, juntamente com Pinhal Grande, Dona Francisca, Ivorá, Silveira Martins, Nova Palma e São João do Polêsine.

Figura 01 – Mapa de Localização do município de Faxinal do Soturno



Fonte: (Abreu, Raphael Lorenzeto de, 2006).

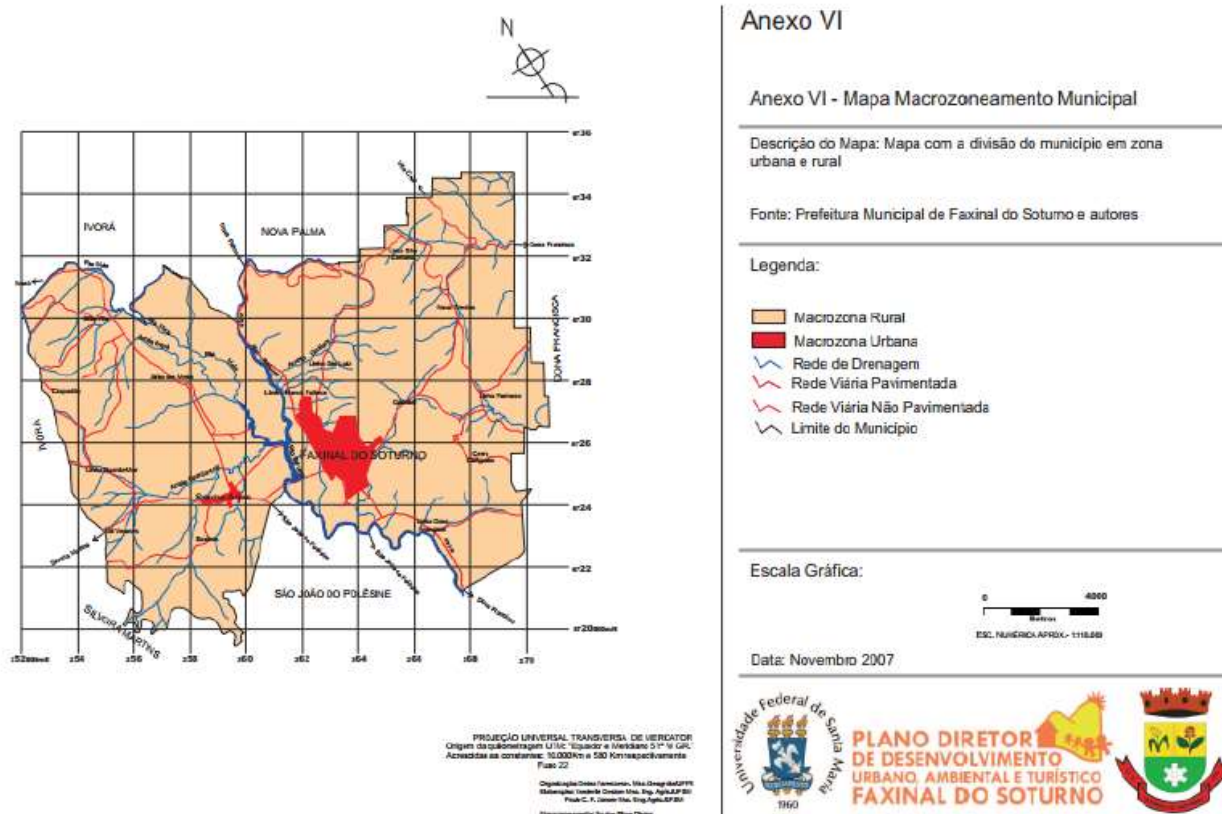
De acordo com Olivo Cesca (1975, p. 30), o nome do município

[...] foi motivado pelos pantanais ribeirinhos, que nos primeiros tempos se apresentavam cobertos de mato cerrado e escuro; lugar soturno e perigoso, principalmente nos meses de maio a setembro, época das chuvas. O nome foi aplicado ao rio por uma turma da carta geográfica, que percorreu pela primeira vez o Jacuí, estudando seus afluentes e as possibilidades de navegação. Uma lancha conseguiu subir pelo Soturno acima, até o lugar denominado Porto dos Nicomedes, onde hoje se encontra, um pouco acima, a barragem que liga Faxinal com Polêsine. [...] Junto ao rio Soturno havia também grandes extensões de faxinal-campo coberto de mato curto. Daí então a denominação de Faxinal do Soturno.

Inicialmente colonizada por italianos, a cidade possui fortes tradições ligadas à sua colonização em 1877, com a chegada de famílias vindas da Serra Gaúcha atraídas para esta região principalmente pelo relevo e clima favoráveis ao cultivo da uva e do fumo (BISOGNIN, 2019). Somente em 1888, todavia, o núcleo Soturno, pertencente à Cachoeira do Sul, foi subdividido em dois: o núcleo Barracão – atual município de Nova Palma – e o núcleo Geringonça, atualmente conhecido por Novo Treviso, tido por berço do município faxinalense (BISOGNIN, 2019). Os primeiros colonos que imigraram para a cidade e são considerados seus fundadores foram João Batista Zago, José Marques Ribeiro, Vicente Pigatto e Vitório de David. Com Zago, veio a fé, a imagem e a devoção pelo padroeiro da cidade, São Roque (SPOLAOR, 2010). Também foi legado dos colonos que aqui chegaram o grande desenvolvimento econômico, ante a grande riqueza do solo trabalhado pelos primeiros imigrantes, os recursos industrialistas fortemente expressados na cidade, especialmente pela fábrica de trilhadeiras “Tigre”, fundada em 1921 por Ângelo Bozzetto e o desenvolvimento de pequenos comércios (SPOLAOR, 2010). A cidade de Faxinal do Soturno, originalmente pertencente à Cachoeira do Sul, foi emancipada em plebiscito no ano de 1959, pela Lei Estadual nº 3.711, de 12 de fevereiro de 1959 (SPOLAOR, 2010).

Ainda hoje, o município possui forte presença da imigração em sua cultura, que se manifestam em costumes, gastronomia, hábitos, monumentos e na vivência religiosa da população (BISOGNIN, 2016). Atualmente, Faxinal do Soturno possui uma área territorial de 180 km² e cerca de 6.672 habitantes, sendo que 4.175 vivem na zona urbana e 2.497 na zona rural. A economia citadina é baseada no setor primário, utilizando mão de obra familiar, tendo como principais produtos cultivados o arroz, a soja e o milho, motivo pelo qual a área territorial rural é maior que o território urbano (IBGE, 2010).

Figura 02 – Mapa de Macrozoneamento do município de Faxinal do Soturno



Fonte: (Faxinal do Soturno, 2012).

A população da cidade percebe salário médio mensal de 2.1 salários mínimos em uma proporção de pessoas empregadas em relação à população total de 27.8%. Cerca de 30.1% dos domicílios locais contam com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa (IBGE,2010). Ainda, apresenta 69.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 97.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 42.6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2010). Conta ainda com pequenas indústrias, em sua maioria de caráter familiar e comércios que são exercidos predominantemente na área central da cidade, fornecendo alimentos, vestuário, medicamentos, materiais de construção, combustível, máquinas e insumos agrícolas, entre outros produtos, bem como serviços de saúde pública e particular, um hospital e também serviços institucionais como prefeitura, Polícias Civil e Militar, instituições religiosas católicas e evangélicas e agências bancárias (BISOGNIN, 2019). O meio urbano, além desta área central que engloba grande parte dos serviços disponíveis à população, abrange também áreas periféricas, denominadas Vila Verde Teto, Vila Falcão, Vila Tavares, Vila Jardim, Vila Medianeira e Vila Santo Antônio, que na maioria das vezes, carecem de

atenção pública (BISOGNIN, 2019). Pelo exposto, tem-se que Faxinal do Soturno é considerado centro geográfico, comercial e industrial, além de ser um polo turístico muito atrativo da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

3.2 LEI COMPLEMENTAR Nº 2.040 DE 16 DE JANEIRO DE 2012: O PLANO DIRETOR FAXINALENSE

O Plano Diretor de Faxinal do Soturno foi sancionado pelo Lei Complementar nº 2.040 de 16 de janeiro de 2012. Neste capítulo, serão expostos apenas os dispositivos relevantes e atinentes ao tema deste trabalho.

A legislação trata, em seu Título I – Dos princípios fundamentais, objetivos gerais e diretrizes básicas e específicas do Plano Diretor. Destaca, em seu art. 1º que consiste em um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e rural do município, visando o pleno desenvolvimento das funções sociais das propriedades localizadas em seu território, o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza e da marginalização, a preservação do meio ambiente, dentre outros (FAXINAL DO SOTURNO, 2012). No § 2º do dispositivo, consta que a lei está dividida em dois grandes eixos: um primeiro eixo de Plano Estratégico, consistente em políticas, programas e projetos; e um segundo eixo, de Plano Regulador, estabelecendo normas urbanísticas que disciplinam o uso, a ocupação e transformação do solo (FAXINAL DO SOTURNO, 2012). Destarte, dentre as políticas previstas no Plano Estratégico, duas são de suma importância para este trabalho: as Políticas Públicas para a Infra-Estrutura Física e Políticas Públicas para a Infra-Estrutura Social, previstas, respectivamente, nos arts. 15 e 16 da legislação (FAXINAL DO SOTURNO, 2012)

Art. 15 As Políticas Públicas para a Infra-Estrutura Física compreendem o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, fornecimento de energia e comunicações.

Art. 16 As Políticas Públicas para a Infra-Estrutura Social compreendem o processo de transformação do município na busca de melhores condições de vida associado à qualificação de padrões de educação, saúde, lazer e cultura, priorizando a gestão democrática.

No Capítulo I, elencou como princípios fundamentais

Art. 2º O Plano Diretor rege-se pelos seguintes princípios fundamentais: I - Função social da cidade; II - Função social da propriedade e da posse; III - Sustentabilidade; IV - Gestão democrática e participativa; V - Justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes da urbanização. (FAXINAL DO SOTURNO, 2012)

Como disposto, a gestão democrática consta entre os princípios fundamentais e, segundo o art. 6º da referida lei, ela se dará

[...] por meio da participação do cidadão e de entidades representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução, acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento territorial, sem prejuízo da utilização do referendo, do plebiscito e da iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade, de bairros e outras localidades, através da manifestação de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado. (FAXINAL DO SOTURNO, 2012)

Além disso, essa gestão poderá se valer dos seguintes instrumentos

[...] I - Conselho de Desenvolvimento Territorial; II - Audiências e consultas públicas; III - Conferências sobre assuntos de interesse urbano; IV - Iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (FAXINAL DO SOTURNO, 2012).

A Lei nº 2.042 de 25 de janeiro de 2012 instituiu o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Faxinal do Soturno como um órgão colegiado, que reúne representantes de todas as comunidades municipais, do Poder Público e da Sociedade Civil (FAXINAL DO SOTURNO, 2012).

Vê-se, assim, que a participação da população na gestão democrática das cidades, por meio do acompanhamento da execução de projetos e programas de desenvolvimento urbano é condição essencial para que haja a realização e monitoramento de programas, planos e projetos que tratem da expansão equânime do espaço urbano.

3.3 O PLANO DIRETOR DE FAXINAL DO SOTURNO – RS: MEIO HÁBIL PARA REVERTER A EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL?

Para se entender como o espaço urbano se organiza e de que forma a exclusão socioespacial se consolida nas pequenas cidades, é fundamental que se perpasse por uma explanação conceitual dos conceitos de espaço, espaço urbano e a centralidade.

Segundo Lefebvre (1991) **o espaço é um conceito que une o mental e o cultural, o social e o histórico, com os quais se produz simultaneamente a descoberta, a produção e a criação.** O espaço, por sua vez, além dos demais elementos, forma-se pela sua relação com o homem e as relações sociais que esse estabelece com seus semelhantes (CASTELLS, 1983, p.184). O espaço urbano constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, que definirão as zonas de ocupação, como é o caso do **centro da cidade, onde há a concentração de comércios e serviços; as áreas residenciais e as áreas industriais.** Esse espaço é resultado de um produto social de ações acumuladas através dos tempos e concebido por agentes que o produzem e consomem, como um reflexo do acúmulo de capital e das relações de produção. Sendo assim, os principais atores da produção do espaço

urbano são os proprietários de indústrias, proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989, p.7).

Desta feita, a cidade pode ser considerada uma projeção da sociedade no espaço, loco da concentração de meios de produção e pessoas (CARLOS, 1986, p.111). Assim, o espaço urbano é estruturado, não se organizando ao acaso, podendo ser explicada por um conjunto de processos que se moldam e se correlacionam com as expressões espaciais que apresentam uma especificidade com relação ao ambiente imediato (CASTELLS, 1983, p.184). Os principais processos identificados na produção do espaço são, segundo Manuel Castells (1983, p.186)

[...] a *concentração* -a saber, o aumento da densidade de uma população num certo espaço num dado momento; a *centralização* ou especialização funcional de uma atividade ou rede de atividades num mesmo espaço, com sua articulação hierarquizada no conjunto do território regional; a centralização, com seu corolário, a *descentralização*, está na base dos processos de mobilidade da estrutura urbana, e, consequentemente, das funções de circulação, no sentido amplo do termo; a segregação refere-se ao processo pelo qual o conteúdo social do espaço torna-se homogêneo no interior de uma unidade e se diferencia fortemente em relação às unidades exteriores, em geral conforme a distância social derivada do sistema de estratificação; enfim, a *invasão-sucessão* explica o movimento pelo qual uma nova população (ou atividade) se introduz num espaço previamente ocupado, sendo rejeita da pela anterior, sendo integrada ou finalmente sucedendo-lhe como dominante na unidade ecológica visada.

A concentração, enquanto elemento de produção do espaço urbano, pode ser entendida como uma parcela do espaço urbano, na qual a concentração de atividades comerciais e de serviços gera aumento de fluxos de pessoas, maior circulação de bens e informações e maior densidade de conteúdos econômicos, sociais, políticos e culturais. Dessa concentração advém a centralidade, que é a relação entre os espaços com maior densidade de meios de consumo, coletivos ou individuais, e o que representam esses espaços em termos de valor histórico e simbólico, bem como as possibilidades de se ter acesso a eles. Essas perspectivas levam-nos a associar o centro às localizações, e a centralidade, aos fluxos que afluem ao centro e dele efluem, assim como as representações que sobre essas áreas se constituem (SPOSITO; GÓES, 2013).

Conforme Carlos (1986, p.119), as áreas centrais das cidades são habitadas pelas classes com maior poder aquisitivo, onde se situam as prestadoras de serviços, os comércios e a boa infraestrutura. Por seu turno, a parcela de menor poder aquisitivo costuma ocupar áreas distantes da “zona privilegiada”, onde os terrenos são mais baratos devido à ausência de infraestrutura ou áreas de favelas, cujos direitos de propriedade são praticamente inexistentes. Sendo assim, pode-se afirmar que a utilização

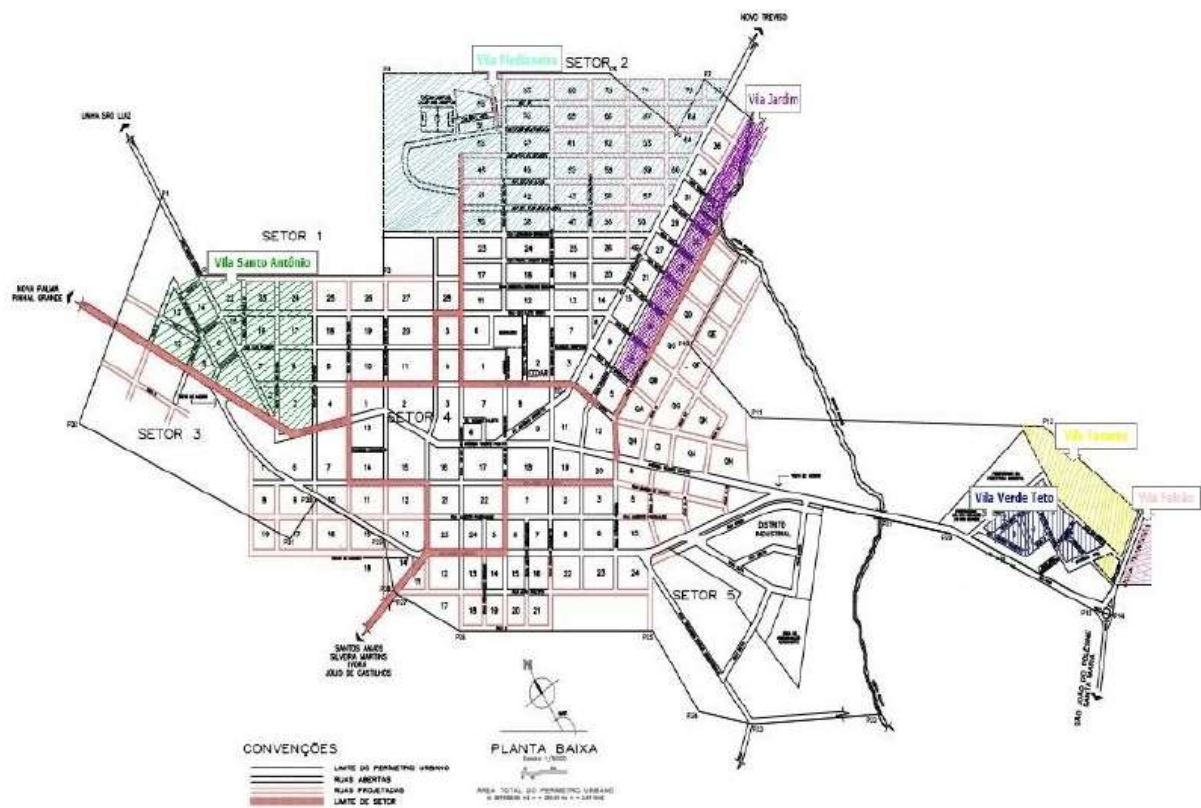
do espaço urbano é fragmentada e disputada pelos grupos da sociedade, mediado pelo mercado, conforme as condições financeiras, que, por sua vez, geram conflitos entre os indivíduos, proporcionando intensa desigualdade da paisagem urbana (CARLOS, 1986, p.119).

Surge assim a exclusão socioespacial, como um dos processos que influenciam na formação do espaço, podendo ser definida como “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo essa disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 1983, p.250). Essa organização espacial se dá principalmente pela expressão das forças de trabalho, sofrendo determinações em nível econômico – obedecendo à distribuição do produto entre indivíduos, sendo esse a moradia e a capacidade de deslocamento -, em nível político-institucional – em que a democracia local tende a reforçar a exclusão, visto que as políticas públicas são praticadas de acordo com os interesses da fração dominante em cada unidade -, em nível ideológico – ante a segregação residencial que favorece a constituição de comunidades e a autonomização ideológica, com a criação de subculturas que aumentam ainda mais as distâncias sociais e espaciais -, e em nível da luta de classes – que favorece a segregação visto proporcionarem as relações entre as próprias classes, assim como a possibilidade de o Estado atuar de forma repressiva, com a manutenção e controle da ordem em comunidades consideradas perigosas e de forma integradora, de forma a dispersá-la no conjunto de um espaço residencial hostil (CASTELLS, 1983, p.264-265). Apesar de ser um município de pequeno porte, Faxinal do Soturno não deixa de manifestar as facetas da exclusão socioespacial. Isso por que há uma concentração de bens e serviços nos locais centrais, que são supervalorizados e concentram grandes rendas. Todavia, as periferias urbanas são pobres e carentes de atividades ou mesmo desprovidas delas, produzindo um espaço exclusivo, desigual e segregado, no qual a população menos favorecida é obrigada a ocupar áreas inadequadas para a sua habitação e com pouca ou nenhuma política pública inclusiva, evidenciando a má distribuição de renda e a precariedade infraestrutural e social (BISOGNIN, 2019).

Durante a realização da pesquisa, houve grande limitação de achados bibliográficos e dados técnicos com relação à história da formação das vilas faxinalenses, de dados concretos de suas delimitações geográficas e políticas públicas implementadas nos locais, ante o fato de inexistirem documentos ou monografias e artigos/pesquisas científicas específicas destas áreas. Por esses fatos, decidiu-se fazer a coleta de dados através de pesquisas de campo e diretamente junto à Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno, local de trabalho da autora. Assim, para realizar o levantamento das políticas públicas

implementadas nas áreas periféricas do município, foram utilizados os Aspectos Socioculturais constantes no Capítulo III do Plano Diretor como métricas de sua efetividade, sendo os seguintes: educação, saúde, assistência e desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer. As áreas periféricas a serem analisadas são a Vila Falcão, Vila Verde Teto, Vila Tavares, Vila Santo Antônio, Vila Jardim e Vila Medianeira.

Figura 03 – Mapa de Localização das Vilas do município de Faxinal do Soturno



Fonte: (Faxinal do Soturno, 2012). Manipulado pela autora.

Conforme se depreende no mapa acima, a Vila Falcão e a Vila Tavares desenvolveram-se às margens da Vila Verde Teto. Pelo motivo da proximidade, as Vilas Falcão e Tavares acabam confundindo-se com a Verde Teto, motivo pelo qual carecem de muitos aparatos públicos, não possuindo infraestrutura de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer. A Vila Verde Teto, por sua vez, possui maior respaldo público. A área onde se localiza pertencia aos imigrantes italianos e, em 1960, foi doada à União para que fosse implementado um Horto Municipal. O terreno possuía cerca de 10 hectares e, por isso, não fora totalmente utilizada, deixando um grande espaço desocupado. Por se localizar perto do acesso à cidade, já em 1980, chamou a atenção de pessoas de outras regiões que ali se fixaram de forma irregular, construindo barracos sem infraestrutura ou qualquer condição de moradia. À época, o terreno possuía vasta plantação de pinheiros, formando uma cobertura verde no local, o que deu

origem ao seu nome. Ante o enorme problema social causado pela ocupação irregular, bem como a falta de moradia para alguns moradores do próprio município, o então prefeito municipal Idalvino Vizzotto, regularizou a área, destinando-a para habitação popular. No ano de 1990, a União repassa a posse das terras ao poder municipal e o município, através de recursos estaduais e federais, realizou a construção de moradias na Vila. Nesse período também houve um deslocamento de famílias residentes na localidade rural de Cerro Comprido para uma área próxima à Vila Verde Teto, fundando-se assim, a Vila Falcão. No início do ano 2000 houve a formação da Vila Tavares, pela ocupação de terrenos originariamente pertencentes à União, dentro da Vila Verde Teto e também fora dela. Durante a administração de Clóvis Alberto Montagner, entre os anos de 2005 e 2008, o poder público municipal repassou, através da Lei nº 1.696 de 11 de maio de 2006, a posse das terras aos moradores, por meio de doação de terrenos e unidades habitacionais. Nesse mesmo período também foi construída uma ciclovia que liga a Vila ao centro da cidade, em muito facilitando o deslocamento dos moradores, visto que o local tem 2,2 quilômetros de distância da região central. Em 2013, um novo processo de ocupação começou em áreas contíguas ao perímetro da Vila Verde Teto, até então não habitadas (BISOGNIN, 2019). Atualmente, a Vila Verde Teto conta com aproximadamente 300 habitantes. A área possui ruas pavimentadas, iluminação pública e rede de saneamento básico para água e esgoto. Com relação à educação, a localidade possui uma escola, a Escola Municipal Santa Rita de Cássia, que conta com ensino até o 5º ano do Ensino Fundamental. Possui ainda, no âmbito da assistência social, a sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Na cultura, apresenta um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), como forma de fomentar o turismo faxinalense (BISOGNIN, 2019). Relativamente ao esporte e lazer, a comunidade conta com o Ginásio Municipal. Todavia, apesar de ser bem equipada, não possui estabelecimentos de saúde, fazendo com que os moradores desloquem-se até o centro citadino para ter acesso ao Hospital de Caridade São Roque ou à Unidade Básica de Saúde (UBS) para receberem atendimento médico.

Figura 04 – Mapa da Vila Verde Teto e áreas vicinais



Fonte: (BISOGNIN, 2019)

Outra localidade a ser analisada é a Vila Santo Antônio. A Vila possui suas ruas pavimentadas, iluminação pública e rede de saneamento básico para água e esgoto. Com relação a educação, a localidade possuía uma escola, a Escola Municipal Santo Antônio, que foi fechada, sendo que os educandos precisam deslocar-se até o centro da cidade para frequentar a escola. No prédio agora funciona, o Centro Acolhedor da Melhor Idade, destinado ao encontro e integração de idosos e grupos da terceira idade. No âmbito da assistência social e saúde, carece de equipamentos públicos que beneficiem a população, tendo que deslocar-se ao centro da cidade para ter acesso aos órgãos públicos. Relativamente ao esporte, lazer e cultura, a comunidade conta com o Ginásio Municipal e uma sede da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), assim como com o Centro Comunitário Santo Antônio, comumente utilizado para celebrações religiosas e festas da comunidade.

As Vilas Jardim e Medianeira, visto sua proximidade territorial, serão tratadas conjuntamente. As Vilas possuem suas ruas parcialmente pavimentadas, sendo muitas ainda de chão batido, iluminação pública e rede de saneamento básico para água e esgoto. Não possuem, entretanto, serviços públicos de educação, saúde e assistência social, estimulando o deslocamento dos moradores locais à região

central. As localidades possuem, enquanto expressão da cultura, lazer e desporto, Centros Comunitários, cancha de bocha (Vila Jardim) e um Ginásio Municipal (Vila Medianeira), que é muito utilizado para celebrações religiosas e festas da comunidade.

Pelo que se expôs, denota-se que as áreas periféricas da cidade de Faxinal do Soturno carecem de muitas políticas públicas e sociais que os livres dos estereótipos da exclusão socioespacial e da necessidade de procurar acalento público junto à área central da cidade, que acaba por concentrar a maioria dos aparatos mínimos para fornecer uma vida digna às populações marginalizadas.

Para que se possa reverter a situação de exclusão, é indispensável que os grupos mais excluídos, que geralmente tem ciência dos principais problemas da periferia onde residem, sejam ouvidos, propiciando a conquista e o reconhecimento de direitos, através da implantação de políticas públicas e ações afirmativas que incorporem e abranjam as comunidades periféricas e para a criação de referências mais igualitárias e inclusivas para as cidades (HAGINO,2012).

Como já explanado, o Plano Diretor tem um forte viés social na organização espacial dos municípios, tanto os constituintes de grandes centros urbanos quanto nas pequenas cidades interioranas. No município de Faxinal do Soturno, cerne deste trabalho, o Plano Diretor também exerce especial papel de cunho social frente aos processos de expansão populacional cada vez mais presente nas periferias da cidade (GODIM, 1995). Por se tratar o Plano Diretor de um verdadeiro plano de ação municipal, é aplicável o mandamento da gestão democrática das cidades, com a participação de entidades representativas da sociedade civil, da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade no processo de formulação, execução e acompanhamento de planos e projetos de desenvolvimento urbano (GOMES, 2006, p.207). A gestão democrática das cidades, conforme disposto no Plano Diretor Faxinalense, poderá se valer dos seguintes instrumentos para sua concreção

[...] I - Conselho de Desenvolvimento Territorial; II - Audiências e consultas públicas; III - Conferências sobre assuntos de interesse urbano; IV - Iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (FAXINAL DO SOTURNO, 2012).

A Lei nº 2.042 de 25 de janeiro de 2012 instituiu e regulamentou o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Faxinal do Soturno. Esse é um órgão colegiado permanente, de natureza deliberativa, consultiva e prepositiva, pertencente à estrutura administrativa do poder executivo municipal, que reúne representantes de todas as comunidades municipais, do Poder Público e da Sociedade Civil, sendo que suas deliberações têm caráter vinculante em relação à Administração Pública, assegurando-

lhe autonomia política. Dentre as competências do Conselho de Desenvolvimento Territorial faxinalense, elenca-se (FAXINAL DO SOTURNO, 2012).

Art. 2º Compete ao Conselho de Desenvolvimento Territorial de Faxinal do Soturno:

I - Acompanhar, avaliar e sugerir alterações ao Plano Diretor e colaborar em todas as atividades que se relacionem com o planejamento do desenvolvimento do Município;

II - Organizar as Conferências Municipais de Faxinal do Soturno;

III - Acompanhar e avaliar a execução de Políticas Públicas, visando recomendar diretrizes para a formulação e a implementação da política municipal de desenvolvimento sustentável, e indicando as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

IV - Emitir orientações e recomendações referentes à aplicação das legislações e atos normativos relacionados ao desenvolvimento;

V - Promover Consultas à população, acerca de questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento e organização do Município;

VI - Sugerir e avaliar, de forma permanente, sistemas de indicadores, estabelecendo metas ou procedimentos a fim de monitorar a implementação das diretrizes do Plano Diretor Municipal;

VII - Gerir o Fundo Municipal de Habitação;

VIII - Gerir a Reserva de Terras do Município;

IX - Deliberar, conclusivamente, acerca da instalação de empreendimentos imobiliários que impliquem em parcelamento do solo ou causem grande impacto urbanístico;

X - Propor programas de habitação social ao Executivo Municipal;

XI - Acompanhar, avaliar e aprovar a elaboração, correção e atualização da Planta de Valores Genéricos (PVG);

XII - Defender e garantir a efetiva participação popular, em observância ao Estatuto da Cidade, bem como a continuidade de políticas, programas e projetos de desenvolvimento urbano do Município;

XIII - Propor a edição de normas que regulem matéria territorial, ambiental e urbanística;

XIV - Articular-se com outros conselhos, de forma a integrar ações e políticas de intervenção territorial, ambiental e urbanística;

XV - Alterar seu regimento interno, na forma da presente Lei. [...]

Os princípios que norteiam a atuação do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Faxinal do Soturno são a participação popular, a igualdade, a justiça social, a função social da cidade, da propriedade e da posse e o desenvolvimento sustentável, segundo dispõe o art. 5º da referida lei. O Conselho, seguindo critérios de representação territorial e setorial, será composto por 35 membros titulares, representantes do Poder Público, da comunidade e da sociedade civil. A representação

territorial, disposta no art.18, será feita por 21 membros, observada a distribuição (FAXINAL DO SOTURNO, 2012)

- I - 1 (um) representante da comunidade de Linha Dona Francisca;
- II - 1 (um) representante da comunidade de Linha Colonial;
- III - 1 (um) representante da comunidade de Linha Nova Treviso;
- IV - 1 (um) representante das comunidades de Linha São Luiz e Linha Três;
- V - 1 (um) representante da comunidade de Linha Nova Palma;
- VI - 1 (um) representante da comunidade da Vila Verde Teto;
- VII - 1 (um) representante da comunidade da Vila Falcão;
- VIII - 1 (um) representante da comunidade da Vila Barragem;
- IX - 1 (um) representante da comunidade da Vila Tavares;
- X - 1 (um) representante da comunidade do Distrito Santos Anjos;
- XI - 1 (um) representante da comunidade do Sítio Alto;
- XII - 1 (um) representante da comunidade da Vila Santo Antônio;
- XIII - 1 (um) representante das comunidades da Vila Medianeira;
- XIV - 1 (um) representante das comunidades da Vila Jardim;
- XV - 1 (um) representante comunidade da Linha Saxônia;
- XVI - 1 (um) representante da comunidade de Sítio Alto;
- XVII - 1 (um) representante da comunidade de Guarda-Mor;
- XVIII - 1 (um) representante da comunidade de Valveronês;
- XIX - 1 (um) representante da comunidade de Sítio dos Mellos;
- XX - 2 (dois) representantes da comunidade do Centro da Cidade. Parágrafo único. Os representantes territoriais serão eleitos em suas respectivas comunidades, na forma do Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Faxinal do Soturno.

As audiências, plebiscitos e consultas públicas serão promovidas pelo Conselho em questões de maior relevância, pertinentes à organização ou ao desenvolvimento do município. A consulta pública à população deve ter seu tema deverá ser amplamente divulgado, com antecedência mínima de 30 dias da realização da audiência pública ou plebiscito. A audiência pública poderá ser realizada em evento único, em data, local e horários tais que permitam a participação do maior número possível de habitantes, ou em várias etapas, realizadas nas 19 comunidades representadas no Conselho Municipal. O plebiscito, por sua vez, consistirá em consulta à população a respeito da conveniência de determinado ato ou medida da competência do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Faxinal do Soturno devendo realizar-se, simultaneamente, nas 19 comunidades representadas no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Faxinal do Soturno (FAXINAL DO SOTURNO, 2012). Desta forma,

verifica-se que os instrumentos de gestão urbana democrática propiciam a participação de grande parte da comunidade, dando legitimidade ao processo de planejamento e correspondendo às necessidades da população.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como proposta analisar se o Plano Diretor do município de Faxinal do Soturno-RS pode ser utilizado pelos gestores municipais como instrumento para a reversão da exclusão socioespacial. Como visto, as cidades passaram por um grande processo de evolução, surgindo como centro das civilizações e acompanhando a história humana desde a Antiguidade até os dias atuais. O município, enquanto cidade elevada a ente federativo tem competência para regular todos os assuntos de interesse local, inclusive assuntos de ocupação territorial de seu espaço. Todavia, momento em que fez constar em seu texto um capítulo referente à “Política Urbana”, além de outros vários dispositivos afins sobre diretrizes do desenvolvimento urbano e planos urbanísticos. Com o objetivo de regulamentar o capítulo da Política Urbana da Constituição Federal de 1988, houve a criação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257) em 2001 e que define o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana dos municípios.

Sendo o Plano Diretor um instrumento que visa o desenvolvimento pleno e o acesso à cidade, tanto em serviços quanto aos espaços, há a crescente demanda de uma planificação orientada para as necessidades sociais locais, frente às necessidades da sociedade urbana. Neste sentido, esse Plano Diretor tem um forte viés social na organização espacial dos municípios, tanto os constituintes de grandes centros urbanos quanto nas pequenas cidades interioranas. Apesar de ser um município de pequeno porte, Faxinal do Soturno não deixa de manifestar as facetas da exclusão socioespacial frente aos processos de expansão populacional cada vez mais presentes nas periferias da cidade, apresentando concentração de bens e serviços públicos nos locais centrais, supervalorizados e de grande concentração de rendas. As periferias desta cidade, por sua vez, são pobres e carentes de atividades ou mesmo desprovidas delas, produzindo um espaço exclusivo, no qual a população menos favorecida é obrigada a ocupar áreas inadequadas para a sua habitação e com pouca ou nenhuma política pública inclusiva, evidenciando a má distribuição de renda e a precariedade infraestrutural e social.

Tendentemente ao cenário anteriormente apresentado, a exclusão socioespacial consiste em um processo que influencia na formação do espaço, com a sua organização em zonas de forte

homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo essa disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. Essa exclusão é visível nas áreas periféricas de Faxinal do Soturno ante o fato de que as periferias Vila Falcão, Vila Verde Teto, Vila Tavares, Vila Santo Antônio, Vila Jardim e Vila Medianeira, em sua maioria, não possuem respaldo público em educação, saúde assistência e desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, tendo os moradores dessas localidades a necessidade de deslocar-se à área central para encontrarem os serviços básicos.

Desta feita, para reversão do processo de exclusão das áreas periféricas, é indispensável que os grupos mais excluídos, que tem ciência dos principais problemas da localidade onde residem, sejam ouvidos, propiciando a conquista e o reconhecimento de direitos, através da implantação de políticas públicas e sociais que incorporem e abranjam essas comunidades e para a criação de referências mais igualitárias e inclusivas para as cidades. Por conseguinte, essa inclusão é feita pela gestão democrática das cidades.

A gestão democrática da cidade está fortemente expressa no Plano Diretor faxinalense, prevendo a participação de entidades representativas da sociedade civil, da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade no processo de formulação, execução e acompanhamento de planos e projetos de desenvolvimento urbano. Como instrumentos para concretizar essa participação, apresenta o Conselho de Desenvolvimento Territorial, as audiências e consultas públicas, as conferências sobre assuntos de interesse urbano e a iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. O Conselho de Desenvolvimento Territorial de Faxinal do Soturno é um órgão colegiado permanente, de natureza deliberativa, consultiva e prepositiva, pertencente à estrutura administrativa do poder executivo municipal, que reúne representantes de todas as comunidades municipais, do Poder Público e da Sociedade Civil com o fim de auxiliar a elaboração de políticas de ocupação espacial. Possui, dentre seus membros, um representante de cada uma das comunidades faxinalenses, incluídos aí representantes das áreas periféricas da cidade que foram trabalhadas nesse trabalho. O Conselho promove também audiências públicas, plebiscitos e consultas populares pertinentes à organização urbana. Desta forma, verifica-se que os instrumentos de gestão urbana democrática previstos na Lei Complementar nº 2040 de 16 de janeiro de 2012 propiciam a participação de grande parte da comunidade, momento em que são ouvidos quanto às necessidades locais, propiciando a conquista e o reconhecimento de direitos, através da implantação de políticas públicas e ações afirmativas que abranjam as Vilas e para a criação

de referências mais igualitárias e inclusivas para as cidades, dando legitimidade ao processo de planejamento urbano digno para todas as localidades. Por todo exposto, com base nos resultados da pesquisa, pode-se concluir que o Plano Diretor de Faxinal do Soturno pode ser utilizado pelos gestores municipais como forma hábil para reverter a exclusão socioespacial presente nas áreas periféricas da cidade, de forma a efetivar a presença e o clamor da população quanto aos seus anseios quando da elaboração de legislações de uso e ocupação do espaço urbano faxinalense.

5 REFERÊNCIAS

- ABREU, Raphael Lorenzeto de. Mapa do Rio Grande do Sul. Município de Faxinal do Soturno. 2006. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4e/RioGrandedoSul_Municip_FaxinaldoSoturno.svg> Acesso: 18.jul.2022
- BISOGNIN, Ana Luísa Cerezer. Identidade cultural e os processos de urbanização: o caso da Vila Verde Teto em Faxinal do Soturno, RS. Universidade Federal de Santa Maria. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)Produção do Espaço urbano: o caso de Cotia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1986.
- CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Ana Cláudia (orgs.). O Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- CESCA, Olívio. Faxinal do Soturno: sua história e sua gente. Santa Maria: Rainha. 1975.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.
- FAXINAL DO SOTURNO. Lei Complementar N° 2.040 de 16 de janeiro de 2012.
- _____. Lei Ordinária N° 2.042 de 25 de janeiro de 2012.
- GOMES, Marcos Correia. O Plano Diretor de desenvolvimento urbano - Após o Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro, 2006. 225pp. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/9/docs/doutrinaparcel_11.pdf> Acesso: 20.jun.2022.
- GONDIM, Linda M. de Pontes. O plano diretor como instrumento de um pacto social urbano: quem põe o guizo no gato? In: Ensaios FEE. Porto Alegre, 1995, p (16)2:472-490.
- HAGINO, Cora Hisae. O direito à cidade e à participação: Um estudo de caso do plano diretor de Manaus, Amazonas. Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 13, n. 2, p. 75-98, 30 nov. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 30 set 2021.
- LEFÉBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início- fev.2006

NASCIMENTO, Carlos Valder do; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MENDES, Gilmar Ferreira (Coord.). Tratado de Direito Municipal. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 918 p.

PONTES, Daniele Regina; FARIA, José Ricardo Vargas de. Direito municipal e urbanístico. Curitiba: Iesde, 2012.

SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOLAOR, Silvane. Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia – RS. Universidade Federal de Santa Maria. 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013

Capítulo 9



10.37423/220806457

DIAGNÓSTICO SÓCIO-PRODUTIVO E ECONÔMICO DE UM SISTEMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Karen Maria da Costa Mattos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Katty Maria da Costa Mattos

Universidade Federal de São Carlos



Resumo: *Os resíduos sólidos são obtidos através das atividades antrópicas e podem causar impacto negativo ao meio ambiente. O gerenciamento desses resíduos deve priorizar a não geração, a minimização da geração e o reaproveitamento dos resíduos, a fim de evitar os efeitos negativos sobre o meio ambiente e a saúde pública. Vários municípios em todo o Brasil não dispõem de um modelo adequado de gerenciamento de resíduos sólidos, como é o caso do município de Codó - MA, pertencente à região Leste do Estado do Maranhão e inserido na Microrregião de Codó. O município se encontra numa das regiões mais carentes do Brasil, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na ordem de 0,558. Todos os resíduos sólidos, produzidos no município, são despejados em um lixão a céu aberto, situado em bairro residencial da periferia da cidade. Por se tratar de um problema de grande amplitude, que envolve a saúde pública e o meio ambiente, faz-se necessário investigar o modo de gerenciamento desses resíduos sólidos do município e sua cadeia produtiva, e a realidade sócio-econômica da população de catadores. Desta forma, o artigo descreve um diagnóstico sócio-produtivo-econômico, com alternativas viáveis de gerenciamento, com base nos aspectos econômicos e sociais, que compõem a cadeia produtiva. Esse diagnóstico pode contribuir para que a sociedade local e os órgãos de fiscalização realizem ações de controle dos problemas gerados pela má gestão dos resíduos sólidos urbanos, visando contribuir para a melhoria da realidade local, através da implantação de um sistema de gestão integrado e sustentável dos resíduos sólidos, contendo coleta seletiva e implantação de um aterro sanitário, minimizando os impactos ambientais causados pelo Lixão de Codó Novo nesse município.*

Palavras-chaves: *resíduos sólidos, diagnóstico ambiental, catadores*

1- INTRODUÇÃO

A deterioração do ambiente e sua capacidade de manter a qualidade de vida, bem como a consciência de que o processo econômico a longo prazo e a necessidade de proteção ambiental precisam ser vistos como interdependentes, são preocupações fundamentais da sociedade atual.

A partir dessa conscientização pelos vários setores da sociedade e pelos órgãos públicos, emergiram inúmeros movimentos sociais entre as décadas de 70 e 90. Na década de 90, a ONU promoveu na cidade do Rio de Janeiro a RIO-92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Eco-92, que contou com a participação de 172 países e com grande participação da sociedade civil e algumas ONGs.

A conferência RIO-92 deu um novo enfoque à questão ambiental, enfatizando a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade. Neste enfoque, predominantemente urbano, tem destaque a análise de sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos, e ações minimizantes e preventivas dos danos e impactos ambientais, assegurando melhores condições ambientais e de vida para as atuais e futuras gerações.

O conceito de resíduos sólidos é também apresentado como sinônimo de lixo, conforme a Comissão Nacional de Resíduos Sólidos, o lixo pode ser definido como sendo resíduos sólidos comuns produzidos, individual ou coletivamente, pela ação humana, animal ou por fenômenos naturais, nocivos à saúde, ao meio ambiente e ao bem estar da população urbana.

O termo lixo é qualquer material considerado inútil e sem valor gerado pela atividade humana. Na explicação de Wallon (2008), lixo vem do latim *lix*, cujo significado é cinza ou *lixívia*, ou do verbo *lixare*, polir, desbastar, arrancar o supérfluo. A ABNT define lixo como: restos das atividades humanas, considerado pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, podendo-se apresentar nos estados sólidos, semi-líquidos ou líquidos, desde que não seja passível de tratamento convencional (ABNT, 1996).

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT resíduos sólidos são definidos como: “resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos, nesta definição, os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem

inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível”.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS define resíduos sólidos urbanos, como: “resíduos no estado sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem urbana, industrial, serviços de saúde, rural, especial ou diferenciada” (MGRS, 2008).

Com o enfoque na cadeia produtiva dos resíduos sólidos que se buscou organizar a análise e compreender os complexos de produção, elementos, elos e derivações que circundam e interdependem do processo produtivo dos resíduos sólidos do município (Codó- MA), como também, a realização, eficiência, sustentabilidade, mecanismos, escoamento, transporte, produção, pessoal, empresas dentre outros envolvidos com o lixão (Lixão de Codó Novo).

O município de Codó localiza-se no leste do Estado do Maranhão, na microregião de Codó, a 292 quilômetros da capital São Luiz. Possui uma área territorial de 4.364,499 Km² e altitude de 47 m, e uma população de 113.768 habitantes (IBGE, 2008). A sede municipal localiza-se nas coordenadas geográficas: 4°27'19" de latitude Sul e 43°53'08" de Longitude Oeste (figura 01) (SOUSA, 2006). Situada à margem da BR-316, sendo cortada pela linha ferroviária que liga a capital do estado à Teresina, capital do estado do Piauí e por sua vez à Fortaleza-CE, servindo como uma das principais portas de escoamento da produção agroindustrial do estado. A cidade apesar de estar no estado do Maranhão é muito mais ligado economicamente a capital piauiense, devido à sua proximidade, de apenas 120 quilômetros (PMC, 2006).

Codó é considerado “o maior e mais diversificado centro comercial e prestação de serviços da região”, com um total de 572 empresas ativas sendo 37 industriais, fornecendo também equipamentos e insumos agrícolas para atender o mercado interno e municípios da região, com o maior PIB per capita da Região, em 2003 de R\$ 1.931,28 (MARANHÃO, 2006)

2- ASPECTOS FÍSICOS E AMBIENTAIS

O território do município de Codó apresenta, em sua cobertura vegetal, predominância da mata de cocais; agricultura de subsistência; campos cerrados com vegetação natural; cerrado e área urbana da cidade de Codó. Esta variedade reflete, de modo geral, aspectos sociais e econômicos para a população que vive diretamente da agricultura, e do extrativismo do coco babaçu (SOUSA, 2006).

O estado do Maranhão, o mais amazônico dos estados nordestinos, com parte de seu território na Amazônia Legal, é sinônimo de abundância de água. O município de Codó conta com uma grande

quantidade de cursos d'água de pequeno volume que ao longo do ano sofrem reduções devido ao clima da região, porém não chegam a caracterizar os rigores de uma seca. Os recursos hídricos superficiais apresentam caráter perene, estando todo o território municipal englobado pela bacia do rio Itapecuru, onde se destacam os rios: Itapecuru, Codozinho, saco e uma grande quantidade de riachos. (SOUSA, 2006).

No município também se encontra uma grande quantidade de lagos, dos quais se destacam: Lagoa dos Pajeiros (urbana), Lagoa da Coceira, Lagoa da Parida, Lagoa do Bom Sossego, Lagoa do Trisca, Lagoa da Onça, Lagoa do Comprida, Lagoa do Bacuri e a Lagoa do Bento.

Porém, essa abundância de recursos hídricos vem sofrendo, ao longo dos últimos anos, perdas consideráveis, devido à ação predatória do ser humano. Dentre os problemas observados destacam-se:

- Contínua supressão da mata ciliar;
- Processos erosivos;
- Contaminação das águas por fertilizantes e defensivos agrícolas;
- Pesca predatória;
- Urbanização desordenada;
- Despejo de todo tipo de resíduos (esgoto doméstico, industrial e lixo).

A associação destes fatores tem contribuído também para a redução dos recursos hídricos subterrâneos, à medida que a retirada da vegetação superficial favorece o escoamento superficial das águas pluviais, inibindo a absorção pelo solo e conseqüente armazenamento das águas subterrâneas e retransmissão aos cursos d'água.

Outros rios do município apresentam situações de degradação e poluição ainda piores como é o caso do riacho “Água Fria”. Que recebe poluentes desde sua nascente até a foz, por ser um riacho urbano, recebe uma carga enorme de lixo e esgotos domésticos em todo seu percurso. Tendo se tornado um canal de esgoto a céu aberto, devendo ressaltar que sua nascente se encontra incrustada, no centro do Lixão da cidade, e que o mesmo faz parte da bacia hidrográfica do rio Itapecuru.

Durante o período chuvoso do ano, esta nascente recebe uma vazão maior, contribuindo para aumentar a produção de “chorume” na área do Lixão. Além disso, o aterramento paulatino desta área com lixo, certamente irá contribuir para o deslocamento da calha do riacho barrado, permitindo assim, o acesso de poluentes diretamente ao rio Itapecurú através deste tributário.

A legislação ambiental municipal (PDP – SEÇÃO IV, Art. 87, 2007) determina: “As áreas próximas aos rios, nascentes e cursos d’água de serão objeto de preservação ambiental”.

Portanto, pode-se afirmar a inexistência de política pública relacionada à disposição final do lixo urbano, e a forma de disposição final dos resíduos não atende às recomendações técnicas necessárias. Com efeito, não há tratamento do chorume, nem drenagem dos gases e das águas pluviais como forma de reduzir a contaminação dos solos, evitando a poluição dos recursos hídricos e a proliferação de vetores de doenças.

Esleveu-se o bairro de Codó Novo, no município de Codó-MA como espaço geográfico para a realização da pesquisa, por apresentar características físicas e sociais peculiares ao objetivo desse trabalho. Dessa forma, a questão principal da pesquisa versa sobre o diagnóstico do gerenciamento dos resíduos sólidos no município de Codó, como pressupostos ou afirmações prévias que permitirão a investigação científica, têm-se:

- Ausência de política pública de atenção a destinação final dos resíduos sólidos no município de Codó-MA.
- A destinação dos resíduos sólidos a céu aberto, denominado de lixão do Codó Novo.

O município possui um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH na ordem de 0,558 de acordo com o Censo 2000 (PMC, 2006), encontrando-se em uma das regiões mais pobres do país e do mundo.

Os principais meios de subsistência da população, advém de suas características rurais, porém com o crescimento da população urbana, tem agravado o problema de geração de renda, principalmente para a porção da população que mora nas periferias da cidade, e não possuem qualificação profissional, nem alternativas urbanas de geração de renda.

3- DIAGNÓSTICO SÓCIO-PRODUTIVO-ECONÔMICO NA COMUNIDADE DE CATADORES

Os processos produtivos são derivados das ações humanas em diversas instâncias, dessa forma para atingir esse entendimento se faz necessário aportar à realidade do lugar a partir de uma investigação dos fazeres humanos individuais e coletivos. No entanto, o recorte espaço-temporal levou ao estudo do município de Codó-MA, precisamente, a elaboração do diagnóstico social, produtivo e econômico da comunidade de catadores que atuam no local de deposição dos resíduos sólidos urbanos denominado “Lixão de Codó Novo”.

No município a “gestão” dos resíduos sólidos urbanos se dá a partir do seguinte processo ilustrado na Figura 01:

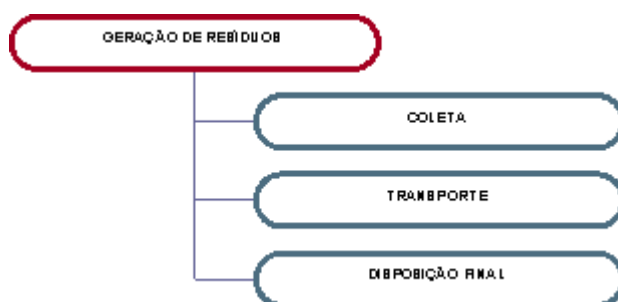


Figura 01 – Processo de Gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos de Codó-MA.

As questões sociais, sanitárias, ambientais e econômicas denotam a deficiência da existência de lixões, pois não possuem condições mínimas de tratamento com os resíduos sólidos urbanos, contribuindo para o agravamento e promoção de outros problemas que atingem diretamente o homem, principalmente, aquelas pessoas e/ou famílias que sobrevivem dos produtos coletados em áreas de lixões.

Dessa forma, os resíduos sólidos urbanos se constituem problemas de ordem sanitária e social, quando não há ações de tratamento destes, pois as atividades quando atreladas ao saneamento básico efetivo e eficaz, promove a redução de impactos ambientais que proporcionará a melhoria das condições de saúde pública.

4- METODOLOGIA

O universo da pesquisa foram pessoas que comercializam os resíduos sólidos urbanos, os “catadores de lixo” que se encontram diariamente no Lixão de Codó Novo, localizado no bairro de Codó Novo, desenvolvendo a atividade de seleção, coleta e comercialização dos produtos que são depositados no Lixão.

Os dados coletados foram obtidos a partir de documentos formais e publicados sobre o município, dados quantitativos dos órgãos governamentais e municipais, bem como os instrumentos de reunião de dados oficiais de pesquisa pública. Partiu-se da hipótese que não há efetividade ou inexistem políticas públicas para o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos municipais no município de Codó-MA e que toda a geração municipal de resíduos sólidos são depositados no Lixão de Codó Novo, assim foram investigados desde os aparatos legais e determinantes constitucionais para a gestão de resíduos sólidos até a realidade vivida no Lixão de Codó Novo pelos catadores.

Para a coleta dos dados foi utilizado o trabalho de campo, observação do lugar e formulário de entrevista, usados na construção do diagnóstico da realidade da comunidade de catadores que trabalham no Lixão do Codó Novo.

Assim, foi realizada a identificação dos aspectos sociais, econômicos e produtivos, bem como a correlação entre e com os impactos causados ao meio ambiente em detrimento do não gerenciamento dos resíduos sólidos, bem como a relação pertinente com as condições de saneamento básico no município.

Utilizou-se algumas categorias para fundamentar o estudo: como meio ambiente, resíduos sólidos urbanos, cadeia produtiva, produtos, matéria-prima, catadores, impacto ambiental, desenvolvimento sustentável, lixão com a adoção de dados quantitativos e qualitativos quando não foram possíveis a mensuração. Para a quantificação foram utilizados dados secundários e dados da pesquisa tabulados, com uma amostra dos catadores que estavam presentes no momento das entrevistas.

As fases adotadas e realizadas da coleta de dados foram as seguintes:

- Visita de campo para identificação do lugar e observação in loco dos aspectos Ambientais;
- Registro fotográfico;
- Apreciação do local da disposição dos resíduos sólidos urbanos;
- Estudo e pesquisa de referenciais sobre o município de Codó-MA;
- Entrevistas formais com a aplicação do formulário de entrevista;
- Entrevistas informais com gravação em mídia de áudio;
- Observação, análise e registro dos impactos ambientais visuais e percebidos pelos catadores.

Posteriormente, foi feita a tabulação e análise dos dados quantitativos e qualitativos dos conteúdos apreciados a partir das subjetividades abordadas e registradas.

5-RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1- CARACTERIZANDO OS CATADORES DE CODÓ

Foram entrevistados 21 catadores do Lixão de Codó Novo, na faixa etária dos 12 aos 83 anos de idade: 13 homens e 8 mulheres. A composição familiar é em média de 5 a 8 integrantes, convivendo em unidades habitacionais de no máximo 3 cômodos.

A amostra da pesquisa foi representada por esses 21 catadores do Lixão, homens e mulheres, destes 66% casados e com união estável, 24% solteiros, com quase 50% sem instrução e 57% com no máximo o ensino fundamental completo, sendo 71% chefes de família.

A profissão dos entrevistados foi apresentada por vezes como duas atividades, sendo importante mencionar que a atividade de catador de materiais recicláveis só é executada no período de verão, quando chega o inverno, não há condições de catar no Lixão de Codó Novo, pois o acúmulo de águas pluviais produzem grandes poças d'água além de deixar o terreno escorregadio sem condições de trabalho (Gráfico 1).

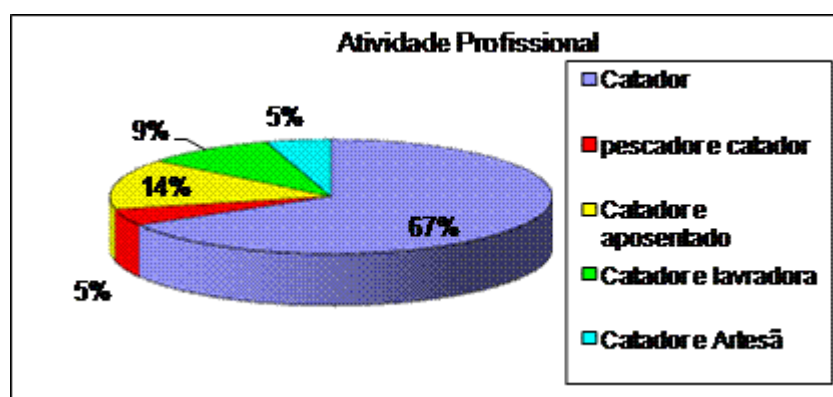


Gráfico 1 – Atividade profissional dos catadores entrevistados no Lixão de Codó Novo, Codó-MA

(Fonte: Pesquisa de Campo, agosto/2007).

O tempo de atividade como catador foi questionado, mostrando que a maioria já ultrapassa dois anos de atuação (Gráfico 2).

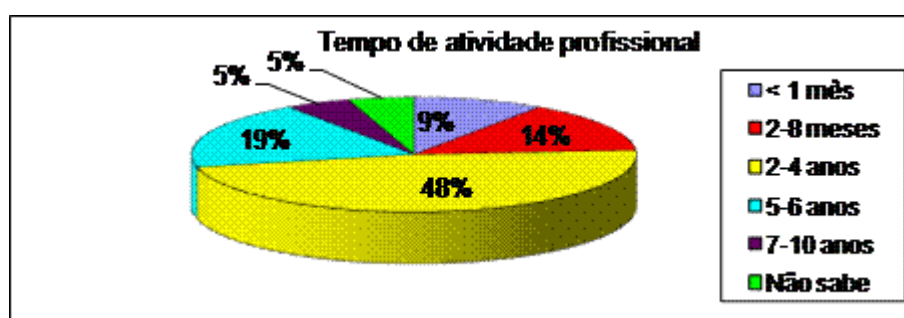


Gráfico 2 – Tempo da atividade de catador dos entrevistados no Lixão de Codó Novo, Codó-MA

(Fonte: Pesquisa de Campo, agosto/2007).

A renda dos catadores foi um dos dados importantes, as rendas são consideradas elevadas para a atividade realizada, inclusive nos depoimentos os próprios catadores comentavam que não tinham como obter outros rendimentos tão “elevados” como renda extra, a não ser da atividade de catador,

em detrimento dos baixos níveis de escolaridade e formação profissional, além do que a atividade considerada como extra em algumas falas rendem muito mais que a atividade primária (Gráfico 3).

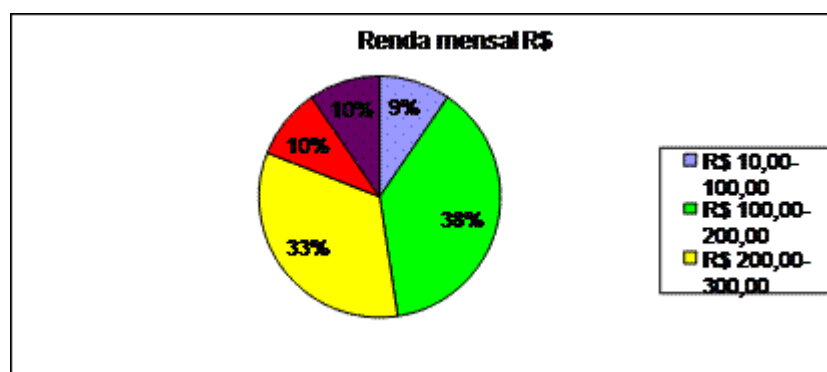


Gráfico 3 – Renda mensal dos catadores entrevistados no Lixão de Codó Novo, Codó- MA

(Fonte: Pesquisa de Campo, agosto/2007).

A renda familiar também se apresentou elevada para a realidade das condições de vida de Codó, como a obtenção de rendimentos de outras fontes das atividades profissionais dos catadores e dos seus familiares (Gráficos 4 e 5).

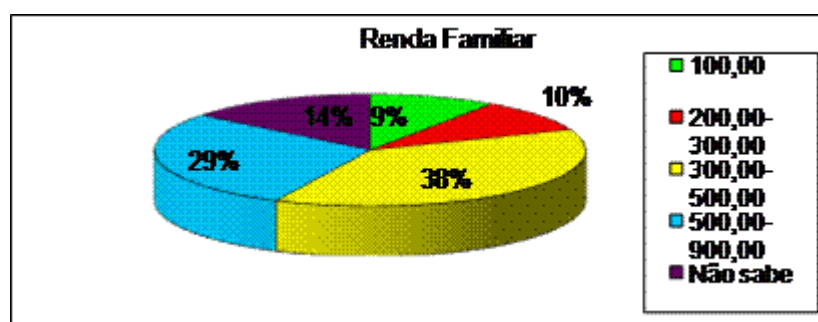


Gráfico 4 – Rendimento familiar dos catadores entrevistados no Lixão de Codó Novo, Codó-MA

(Fonte: Pesquisa de Campo, agosto/2007).

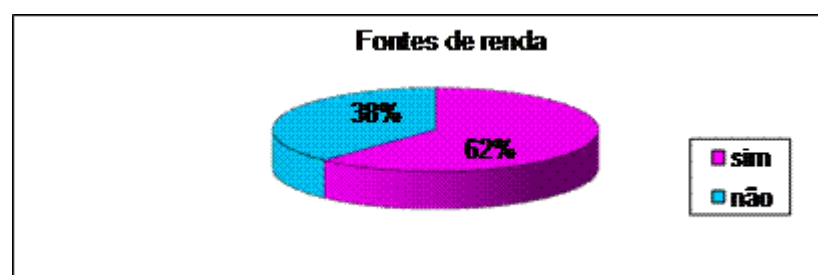


Gráfico 5 – Outras fontes de renda de familiares dos catadores entrevistados no Lixão de Codó Novo, Codó-MA

(Fonte: Pesquisa de Campo, agosto/2007).

Visto sob a ótica dos rendimentos dos catadores os RSU- Resíduos Sólidos Urbanos podem se apresentar como uma excelente alternativa de geração de trabalho e renda, contribuindo para minimizar os elevados índices de desemprego estrutural que assola a cidade de Codó e diversos municípios com baixos índices de desenvolvimento. Assim, parte desta população, prioritariamente, moradores dos bairros do Codó Novo, Santa Teresinha, São Francisco e São Pedro, encontraram nos Resíduos Sólidos Urbanos, uma alternativa de geração de renda (Gráfico 6).

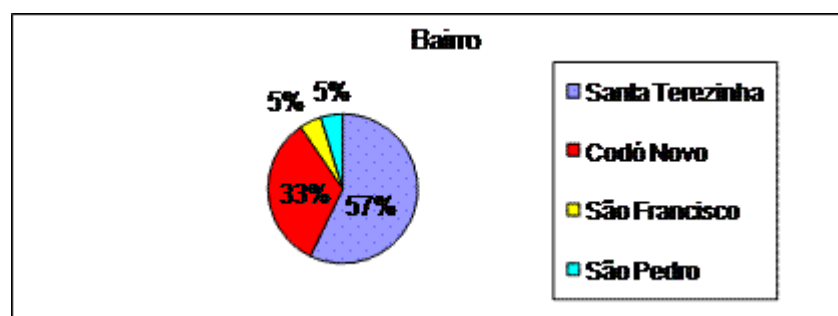


Gráfico 6 – Bairro que residem os catadores entrevistados no Lixão de Codó Novo, Codó-MA

(Fonte: Pesquisa de Campo, agosto/2007).

Assim, não se pode focalizar os resíduos sólidos apenas sob a ótica de problemas, especialmente ambiental, apesar de lento, deve-se visualizá-lo como alternativa de geração de trabalho e renda e assim trazendo melhorias sociais e econômicas por meio da racionalização da sua cadeia produtiva. Ao que se pode averiguar hoje é que os resíduos sólidos urbanos representam fontes inesgotáveis de matéria-prima para outras atividades produtivas.

O intuito não é buscar uma forma de riqueza nos resíduos, mas sim de compreender os benefícios da racionalização da cadeia produtiva dos resíduos sólidos urbanos como forma de se promover geração de emprego e renda, não nos moldes do Lixão de Codó Novo, mas a partir da organização como sugere o MNCR, sem haver a dependência dos órgãos públicos, a organização popular pode preceder a atenção governamental, inclusive a impulsão de medidas e incentivos urgentes.

5.2- O PRODUTO FINAL E A COMERCIALIZAÇÃO: TIPOLOGIA, CLASSIFICAÇÃO, QUANTITATIVO

Ao longo dos anos a região vem apresentando uma economia ascendente e descendente, na atualidade, encontra-se com problemas infra-estruturais e em momentos descendente, pois fundamentalmente, a economia regional é voltada para agricultura de subsistência (arroz, milho, mandioca), pecuária extensiva (bovina e suína) e indústria de beneficiamento de arroz.

Os produtos obtidos com o trabalho dos catadores de materiais recicláveis do Lixão de Codó Novo, são aproximadamente 70% de recicláveis, 15% de rejeitos e 15% de matéria orgânica.

Com as visitas realizadas foram constatadas a presença de gestantes e crianças na faixa etária dos 08 aos 11 anos, trabalhando na catação dos materiais recicláveis, ajudando os seus pais ou familiares e sem o acompanhamento de parentes, e em pequenos grupos de amigos.

Outro fato presenciado é a queima constante dos resíduos feita pelos catadores, com o objetivo de reduzir o volume gerado, diminuir os odores que são exalados e a presença de animais - vetores de doenças (Fotos 1 e 2).



Fotos 1 e 2: As imagens mostram a queima dos resíduos sólidos promovida pelos catadores de materiais recicláveis no Lixão de Codó Novo, Codó-MA

(Foto: Wagno, setembro/2007).

Considerando que a produção média de lixo por habitante/dia no Brasil fica na ordem de 0,79kg, pode-se estimar que para, todo o município, cuja população é de 110.574 habitantes (PMC, 2006), uma produção estimada de 87.353,46 Kg de RSU por dia.

Considerando que a população urbana do município é de 74.703 habitantes, a produção de RSU, para a zona urbana de Codó, pode ser estimada em 59.015,37 Kg de RSU (IBGE 2007) Considerando que o percentual de RSU passível de reciclagem, em média, de 21%, (PMC, 2006), é possível estimar uma produção de 12.393,23 Kg/dia no município de Codó- MA. Estes RSU têm se apresentado como uma importante alternativa de geração de renda para parte da população carente que mora nas periferias da cidade, mais precisamente no Bairro do Codó Novo.

Os tipos dos RSU dispostos nos Lixão de Codó Novo são: pet, plástico rígido, madeira, matéria orgânica, plástico filme, vidro, papel, papelão, metal ferroso, rejeitos, alumínio, couro, cerâmica, trapos, borracha, entulho, resíduos de saúde, entre outros.

Os principais materiais recicláveis que os catadores coletam são: pet, plástico rígido, plástico filme, vidro, papel, papelão, metal ferroso, alumínio, que foram considerados plásticos e os demais como todos (Gráfico 7).

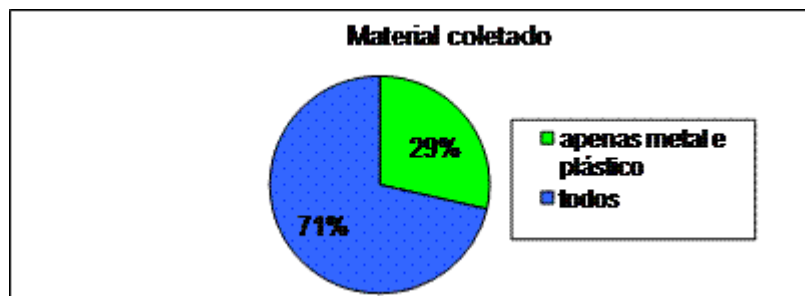


Gráfico 7 – Material coletado pelos catadores entrevistados no Lixão de Codó Novo, Codó-MA

(Fonte: Pesquisa de Campo, agosto/2007).

A comercialização é feita ainda no Lixão de Codó Novo, para um atravessador também catador, que compra todos os produtos e os revende nas empresas do município que trabalham com a compra do material reciclável. Sendo que as sacolas plásticas são vendidas para uma indústria local que compra para servir de matéria-prima na produção de sacos plásticos reciclados. A produção mensal é em média de 1 tonelada por cada catador (Gráficos 8 e 9).



Gráfico 8 – Local de comercialização dos materiais recicláveis coletados pelos catadores entrevistados no Lixão de Codó Novo, Codó-MA

(Fonte: Pesquisa de Campo, agosto/2007).

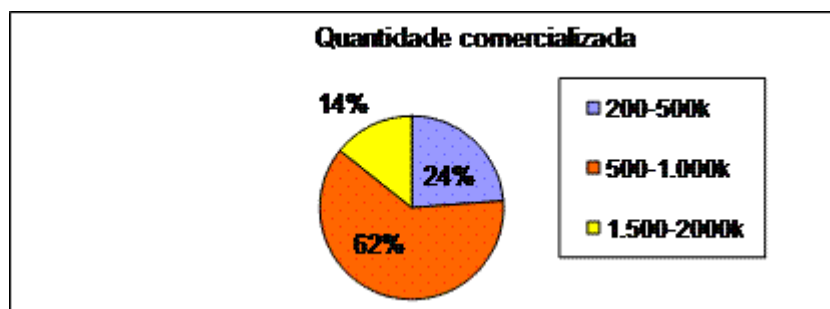


Gráfico 9 – Quantidade comercializada mensalmente pelos catadores entrevistados no Lixão de Codó Novo, Codó-MA

(Fonte: Pesquisa de Campo, agosto/2007).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A realização desse diagnóstico sócio-produtivo-econômico denotou a urgência na criação de um planejamento para o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos do município de Codó-MA, onde devem ser levadas em consideração as condições ambientais, sociais, econômicas e culturais, incluindo todos os setores envolvidos, em uma gestão integralizada que vai desde a geração e produção à disposição final, antecedendo o tratamento e recuperação dos resíduos.

Importante, também, buscar novos padrões de produção de forma sustentável, a partir da efetividade de ações que visem à sensibilização para a produção e para o consumo. Adotando a coleta seletiva como um meio viável para reduzir os danos ambientais e sociais.

Um estudo da viabilidade econômica para a criação de Cooperativa seria uma proposta para minimizar os problemas dos resíduos sólidos urbanos no município, onde se preconiza um diagnóstico detalhado, especialmente, da área e entorno do Lixão de Codó Novo. Com a quantificação dos resíduos recicláveis gerados, identificação de compradores, tomada e levantamento de preços dos produtos, averiguação do quantitativo de catadores envolvidos, estratégias de valoração dos produtos, e principalmente, a participação do poder público municipal, como co-participante, garantindo o plano de gerenciamento integrado de resíduos, o que contribuiria para a melhoria na qualidade de vida, no bem estar da comunidade e na preservação do meio ambiente.

E, como medida efetiva a instância governamental com os municípios vizinhos poderia traçar determinantes para a implantação de um aterro sanitário, sob o molde de consórcio municipal ou regional, em parceria com a iniciativa privada. Já que, a curto e longo prazo são infundáveis as suas contribuições para a saúde pública e redução dos impactos ambientais. A problemática do lixo passaria

a sair de uma visão unidimensional para uma visão complexa, abarcando os processos derivados da geração dos resíduos sólidos urbanos que perpassam pelos aspectos produtivos/econômicos e ambientais (físicos, químicos biológicos e humanos).

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. Sistema de Gestão Ambiental – Diretrizes Gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio NBR ISSO 14001, 1996.. Sistema de Gestão Ambiental – Especificações e diretrizes para uso: NBR ISSO 14004, 1996.

IPT/CEMPRE. Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado. São Paulo: CEMPRE, 2000.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria Adjunta de Planejamento, Coordenação, Acompanhamento e Avaliação. Superintendência de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais. Perfil sócio-econômico dos municípios do Maranhão. São Luís: 2006. Disponível em <http://www.seplan.ma.gov.br>. Acesso em 03 de outubro de 2007.

MANUAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.(MGRS) Disponível em: <www.resol.com.br/cartilha4/residuossolidos>. Acesso em 24 de abril de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ (PMC). Projeto de Lei Plano Diretor Participativo. Codó-MA: 2006. 72p.

SOUSA, João de Deus Lima. Codó: Uma Cidade para Todos. Prefeitura Municipal de Codó, Codó – MA, 2006. 72 p.

WALLON, Lixo-wallon.futuro.usp.br/berlindabracadabra/jsp/oficinaintro.jsp(acessadoem24/04/2008)

Capítulo 10



10.37423/220806461

ANÁLISE DA VALIDADE JURÍDICA DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (TPA) SEGUNDO A PERSPECTIVA DE JOSEPH RAZ

Giuliana dos Santos Pinheiro

Centro Universitário do Pará

Lise Tupiassu

Universidade Federal do Pará

Simone Cruz Nobre

Universidade Federal do Pará



Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a validade jurídica da Taxa de Preservação Ambiental (TPA) segundo a perspectiva de Joseph Raz, partindo de um paradigma positivista, buscando compreender qual o tipo de imposição trazida pela norma e de onde deriva a normatividade da mesma, para demonstrá-la Como uma norma válida no âmbito municipal. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma análise bibliográfica e documental, constituindo-se em uma pesquisa exploratória, descritiva-analítica, utilizando o método qualitativo.

Palavras-chave: Taxa de Preservação Ambiental (TPA); Joseph Raz; Norma Válida, Município.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a análise da validade jurídica da Taxa de Preservação Ambiental (TPA) segundo a perspectiva de Joseph Raz, partindo de um paradigma positivista, buscando compreender qual o tipo de imposição trazida pela norma e de onde deriva a normatividade da mesma, para demonstrá-la como uma norma válida no âmbito municipal.

De acordo com a teoria de Raz, enquanto positivista exclusivo, a validade da norma pode ser provada por meio de outras normas do sistema, de modo que a validade da norma não está conexa ao valor moral ou político da mesma, mas sim com a validade e operacionalidade da unidade sistemática da qual faz parte.

Nesse contexto, busca-se analisar a validade da Taxa de Preservação Ambiental cobrada pelo Município, em virtude do exercício regular do seu poder de polícia, com o objetivo de arrecadar valores para o investimento em políticas públicas de recuperação, proteção e manutenção do meio ambiente natural e promoção da qualidade de vida dos indivíduos.

A pesquisa também tem como base a coleta bibliográfica e documental, a qual foi desenvolvida por meio de uma pesquisa exploratória, descritiva-analítica, utilizando o método qualitativo, por entender que para a análise do objeto estudado, de acordo com o recorte da pesquisa, esse método é o mais adequado.

Este artigo divide-se em quatro partes, a primeira seção do desenvolvimento traz o significado de norma para Raz, na segunda parte é exposto o que é uma norma válida, analisando se essa validade é aplicável a todos os tipos de normas instituidoras de deveres ou somente a alguns tipos de norma. Na terceira seção, busca-se analisar qual o papel da moral para o direito, objetivando esclarecer se as normas têm que ser moralmente sustentáveis ou não, podendo ser injustas. Por fim, na quarta seção será trabalhada a Taxa de Preservação Ambiental – nos moldes que foi instituída no sistema tributário ambiental brasileiro – dentro do sistema de validade compartilhada de Raz, buscando verificar se é uma norma válida a ser cobrada na esfera municipal.

2 A NORMA SEGUNDO RAZ

Primeiramente, é preciso salientar que as leis impõem deveres aos sujeitos para que ajam conforme seu mandamento, ou seja, a norma impõe um dever, e somente da perspectiva do dever imposto o ato do sujeito da norma pode ser julgado como legal ou ilegal. Nesse sentido, basta que o sujeito saiba

que tem um dever estabelecido pela norma, sem que seja preciso fazer referência ao contexto de criação dessa obrigação.

Toda lei é norma, pois está inserida em um sistema jurídico, porém as ordens, ainda que como as leis prescrevam uma razão para a ação imposta, não são leis nem ao menos normas, uma vez que não estão interligadas como em um sistema, bem como se faz necessário expor o contexto de sua criação, no que tange ao emissor da ordem, o momento e as circunstâncias que a originaram para que a ordem atinja seu fim de condicionar determinada ação humana. Os sistemas jurídicos se diferenciam das ordens, porque trazem em si a possibilidade integrada de justificação de suas normas.

Ademais, a autoridade das normas jurídicas reside no fato de as mesmas afastarem as demais razões possíveis que justifiquem o agir contrário ao disposto na norma. Nesse contexto, Raz (2012) difere as leis que impõem deveres e as leis que conferem poderes.

No que tange às leis do tipo que impõem deveres, ou leis do tipo “D”, as mesmas existem sempre que um ato é imposto como dever e a inexecução de tal ato se torna indesejável à medida que sanções organizadas são aplicadas por atos voluntários humanos contra quem não cumpriu com o dever imposto. Cabe ressaltar, que tais sanções são determinadas de forma precisa pelas leis, muitas vezes consistem na privação de direitos ou na imposição de deveres legais que irão variar conforme cada sociedade e a aplicação das mesmas é organizada, uma vez que é feita somente pelas pessoas designadas pela lei.

No que tange às leis que conferem poderes ou “leis P”, entende-se que as mesmas servem para fornecer aos indivíduos meios para a realização de seus desejos, ou seja, especificam de que forma as pessoas podem realizar certas capacidades, mas não são normas e não conferem poderes em si.

Cabe salientar, ainda, que as normas prescritivas como as “leis D” e outras normas são uma espécie do gênero “normas O”. Para a existência de tais normas, é preciso que haja razões convencionais, situações pré normativas e por fim, normas. Nesse contexto, em determinada circunstância, certo agente terá o “poder O” de praticar ou alcançar “P”. Assim, “P”, como consequência provável, pode ser uma razão convencional para executar ou não determinada coisa, de modo que a prática de tal ato pode dar causa a outra coisa “Y” e conseqüentemente a “P”, bem como a que a relação de decorrência entre a realização de “Z” e a ocorrência de “Y” é um fato conhecido socialmente e aceito pela maioria. Portanto, percebe-se que as “normas O” têm certa relação com a uniformidade das reações humanas frente a determinadas situações a partir das suas perspectivas do que é socialmente certo ou errado

e dos seus próprios desejos. Podendo por relações entre normas ser determinado ainda que na ocorrência de “Z” deve ser realizado “Y” e nesse sentido, a “norma O” que possibilita a realização de “P” surge por causa de uma norma prescritiva de “Y” quando “Z”, bem como regula a aplicação de uma norma prescritiva de “P”, estabelecendo o que Raz (2012) denomina de relação reguladora. A “norma O” confere poder para regular aplicação de deveres determinados em decorrência de certas situações, estabelecendo uma relação reguladora com as “leis D”, sendo nomeadas como “normas PR” ou “leis PR” e seus poderes como “poderes PR”, vez que a reação estabelecida como desejável ao ato prescrito na norma é objeto de outra norma que deve coexistir com essa para que tenham efeito legal.

Outro tipo de “norma O” são as “normas PL” que guiam tanto a conduta do legislador, quanto a dos indivíduos regidos por elas. Tais leis conferem poderes legislativos para criar novas leis, que terão uma relação interna ou “relação genética” com a “lei PL” que as originou. Raz (2012) determina, portanto, que todo sistema jurídico possui “leis PL” e “leis PR”, ou seja, existem leis derivadas de outras normas e há uma regulação entre leis e a existência das mesmas conduz a conduta humana para a execução ou inexecução do ato prescrito na norma, sendo ambas classificadas como “leis P”. Desse modo, para o autor todos os sistemas jurídicos são formados apenas por “leis P” e “leis D”.

Cabe ressaltar que, segundo Raz (2012) nem toda lei é norma, em virtude do conteúdo mínimo, do grau mínimo de complexidade e dos princípios de individuação existentes em qualquer sistema jurídico. Ademais, todas as leis, ainda que não sejam normas, têm relação interna com outras leis. Por conseguinte, a normatividade do direito deriva do sistema jurídico, assim como o entendimento do que é lei depende da relação sistemática estabelecida entre as leis e as normas. Nesse sentido, Raz aborda a existência de “leis M” que descrevem permissões ou exceções a “leis D” a partir das reações críticas da sociedade e dos órgãos reguladores da aplicação e criação das leis. Nesse contexto, pode-se prescrever ainda “leis MS”, à medida que prescreve-se uma permissão ou exceção a uma “lei D” e estipula-se uma sanção.

Assim, as leis que instituem direitos impõem, conseqüentemente, deveres (“leis D”) e poderes (“leis P”), incluindo poderes legislativos (“leis PL”). Tais leis instituidoras de direito estabelecem relações com leis de investitura ou destituição (“leis PR”) que regulam o exercício dos direitos, de forma positiva ou negativa, permitindo a aquisição ou a perda de direitos. As “leis PR” influenciam, ainda, na situação jurídica e nas capacidades dos sujeitos de direito.

Diante dessa perspectiva sistemática os direitos se relacionam em sistemas jurídicos complexos, que devem ser percebidos como um complexo de leis interrelacionadas. Além disso, cabe resaltar que a sanção também pode ser analisada nessa lógica integrativa, à medida que nem todo dever é sustentado por uma sanção ao mesmo tempo que esses deveres pressupõem outros sustentados por sanções. Em consequência direta a isso, Raz (2012) estabelece que a coerção faz parte do direito por constituir-se em razão para a obediência de algumas normas, mas não está inserida em todos os atos determinados pelas leis.

Destarte, para Raz (2010) as leis estabelecem justificativas racionais para o indivíduo agir de determinada forma, gerando o dever do indivíduo de agir em conformidade com as mesmas, uma vez que por sua força lógica afastam a força justificadora de quaisquer outras razões conflitantes, a exemplo das razões de fundo moral e econômico. Dessa perspectiva deriva-se a autoridade normativa do direito.

Nesse contexto, as regras jurídicas são regras sociais institucionalizadas, ou seja, pressupõem a existência de instituições encarregadas de garantir a conformidade social à essas regras e lidar com o desrespeito para com as mesmas. Cabe frisar, nesse ponto, que uma pessoa só segue uma norma, ou seja, só entende a norma como uma razão excludente válida para todas as outras razões que teria para não agir em conformidade ao disposto nela, à medida que a considera como norma válida.

3 A VALIDADE DAS NORMAS DE UM SISTEMA JURÍDICO

Quando norma jurídica estabelece que se A é, B deve ser, não se está perquerindo sobre o valor moral ou político da mesma enquanto pressuposto de validade da norma, à medida em que, por ser uma norma dentro de um sistema normativo, sua validade pode ser provada por meio de outras normas do sistema.

Para Raz (2012), a validade das normas de um sistema jurídico não segue uma lógica hierárquica que faz com que todas dependam de uma norma fundamental fora do direito para serem válidas. Uma vez inseridas em um sistema de validade compartilhada, as normas podem autorizar a sua criação a partir de outras normas que demonstram a necessidade de sua existência.

Portanto, o conceito de validade somente é relevante em contextos normativos de criação e aplicação de normas. Segundo Regla (1990), o teste que toda disposição normativa deve superar para ser considerada como norma, é comprovar se efetivamente cumpre a função de motivar condutas humanas, para tanto o direito reconhece determinada forma de conduta e a respalda coercitivamente,

frente às outras formas inválidas de realizar a mesma conduta. Assim, o direito motiva os fins e não os meios, já que os indivíduos ainda possuem o direito ou a liberdade de escolher não agir em alguns casos, mas se desejarem agir o direito lhes apontará a forma válida para tal.

As normas, portanto, devem ser vistas como integrantes de um sistema que é válido e operacional em seu todo. Analisando a estrutura desse sistema normativo Raz (2012) propõe uma individuação das normas dentro do sistema jurídico de acordo com os requisitos de orientação e de limitação. De acordo com os requisitos de limitação, as leis não devem divergir do conceito comum de lei, ser repetitivas, ou seja, não incorporando dispositivos legais de outras leis ou ser redundantes sem razão para ser, devendo ser relativamente simples para facilitar as referências às partes e a análise do direito.

Pelos requisitos de orientação as leis devem ser simples, no sentido de seu conteúdo ser facilmente compreendido, isso pressupõe que estruturalmente e conceitualmente tenham relativa simplicidade. Ademais, as leis devem ser autoexplicativas, tendo como núcleo cada ato que se quer regular ou que é desejado pelo sistema jurídico, estabelecendo ligações claras com o sistema jurídico. Deste modo, para Raz o conteúdo mínimo, a complexidade mínima, os princípios de individuação determinam a existência de relações internas necessárias em todo o sistema jurídico, ou seja, a estrutura interna comum à todos.

Portanto, pode-se dizer que Raz defende como requisitos para a existência do sistema jurídico, que estes sejam compreensíveis, supremos e abertos, de modo que todos saibam o que é direito, sem disposições ambíguas, vagas ou que mudem frequentemente, de modo que as disposições jurídicas particulares são produzidas dentro do marco teórico das disposições jurídicas gerais que são mais duradouras e impõem limites à imprevisibilidade das normas particulares e das normas jurídicas gerais que não satisfazem os requisitos de estabilidade. Nesse contexto, as normas que conferem poderes para criar normas válidas e as que impõem deveres aos titulares do poder sobre a forma de exercício de seus poderes, ou seja, as normas que estabelecem limites à regulamentação governamental, são importantes para formar um marco teórico estável (RAZ, 2002).

Um marco teórico estável é aquele que nos permite ter liberdade e segurança para dirigir nossas ações e planejar nossa vida a longo prazo. Nesse sentido, o direito guia condutas humanas ao prescrever e ao proibir determinadas ações (RAZ, 2002) e a validade das leis e do sistema jurídico decorre das próprias leis que se referem umas às outras ao estabelecer a sua necessidade de criação. Portanto, pode-se dizer que a norma é juridicamente válida quando integra um sistema jurídico atendendo as

condições de integração e estabilidade do sistema, bem como que tais normas vinculam a ação dos órgãos aplicadores do direito.

Dentro de sistema normativo institucional, ou seja, de criação e aplicação de normas jurídicas válidas por instituições, é importante salientar que a unidade do sistema jurídico complexo não está atrelada ao fato de que uma única autoridade normativa legisle sobre todas as leis ou que uma lei conceda o poder para decretar todo o ordenamento, bem como a existência de um sistema jurídico não é abalada pelo fato de parte das suas leis não seja praticada ou obedecida (RAZ, 2010). A unidade e a existência de um sistema jurídico estão conexas ao autoreferenciamento de suas normas e na aplicação das mesmas pelas instituições que fazem cumprir as normas, o que Raz (2010) denomina de órgãos primários.

Nesse contexto, o que determina que uma norma pertence a um sistema, é o fato de que ela deve ser aplicada pelos órgãos primários no julgamento e na avaliação de comportamentos (RAZ, 2010). Essa ideia é complementada por Raz (2010), quando afirma que a norma é sistemicamente válida quando criada por órgãos daquele sistema e aplicada por eles, dependendo, assim, da autoridade social dessas instituições para determinar condutas e resolver litígios. Essa autoridade social advém da efetividade das regras, posto que se o sistema não for praticado ele não atinge o fim último do direito – de regular as condutas sociais para a promoção de uma estabilidade comunitária – e nesse contexto, as instituições onde não tem autoridade, logo o sistema perderá a sua validade.

4 O PAPEL DA MORAL NO DIREITO

Primeiramente, cabe destacar que, para Raz (2002), o Estado de Direito significa que todos devem obedecer ao direito e ser regido por ele, incluindo o Estado, uma vez que toda a ação do governo deve ter como fundamento o direito e ser autorizada por ele para que possua efeito jurídico e seja lícita. Nesse ponto a doutrina do Estado de Direito não nega que todo sistema jurídico deva possuir disposições jurídicas gerais, abertas e estáveis, de modo que as pessoas se conformem ao que o direito dispõe e não o violem. Essa concepção de direito não aborda a justiça, igualdade, direitos fundamentais e nem trata do regime político de criação das normas, porém tudo deriva dessa ideia básica.

Cabe evidenciar que os sistemas jurídicos se baseiam em instituições judiciais e que não haveria instituições de nenhum tipo se não houvesse regras gerais que as estabelecessem. Nesse diapasão, algumas regras de reconhecimento e decisão devem ser gerais, claras e prospectivas, porém isso não

é suficiente para afirmar que existe algum valor moral em todo o sistema jurídico. O direito por si, como um poder instituído, pode ser usado de forma arbitrária e a conformidade ao Estado de Direito não é por si uma virtude moral, é apenas uma característica inerente ao sistema jurídico que demonstra que o direito pode ser usado para alcançar qualquer propósito institucional (RAZ, 2002).

O Estado de Direito assegura a liberdade e a dignidade, à medida que a obediência às regras gerais e vinculantes a todos afasta-os da submissão à vontade arbitrária de um indivíduo nos processos de criação e a aplicação da lei. Por conseguinte, a conformidade do sistema normativo com o Estado de Direito faz com que o direito seja um instrumento apto para alcançar determinadas metas estabelecidas por aquela comunidade pela qual instituído.

Desta maneira, para Raz (2002), o Estado de Direito serve para a consecução do bem social e retirar essa perspectiva social do direito pode torná-lo estéril e vazio. Nesse cenário, cabe salientar que normas jurídicas se diferenciam de regras morais, que não são geralmente seguidas, à medida que o indivíduo decide se irá seguir ou não considerando inúmeras razões para tanto. As normas jurídicas, ainda que sejam baseadas em valores fundamentais, distinguem-se das regras morais por ser uma razão excludente para as demais razões, afirmando de forma racional o que é exigido do sujeito da norma e quando, deixando clara as razões para as suas exigências (RAZ, 2010).

As razões para a existência de normas jurídicas devem-se ao fato de que o Estado de Direito serve a determinados valores políticos e jurídicos, quais sejam: a liberdade, a dignidade e a atuação legítima do Estado, de acordo com a justiça e a equidade estabelecida pelos procedimentos adequados que o direito traz para a criação e aplicação de norma válida.

Por fim, pode-se ressaltar que para Raz (GLEZER, 2014) os fatos sociais são os únicos critérios possíveis de identificação da existência e do conteúdo do direito, porque podem ser conhecidos sem recurso a elementos avaliativos morais. Portanto, a submissão dos indivíduos e instituições à autoridade normativa não depende de uma deliberação dos mesmos, mas da perspectiva de legitimidade para fornecer diretrizes válidas como razões para a ação independentemente do seu conteúdo.

5 A TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DENTRO DO SISTEMA DE VALIDADE COMPARTILHADA DE RAZ

O tributo exerce uma função social e econômica. Portanto, toda espécie de tributo de certa forma tem influência sobre o comportamento econômico dos indivíduos. Nesse sentido, existem normas tributárias que a doutrina define como indutoras ou extrafiscais, à medida que não têm a finalidade

de somente arrecadar receita para o erário público, mas têm finalidades outras, quais sejam, a redistribuição de renda, auxiliar na política social, cultural, ambiental, promover o desenvolvimento social, regional e setorial, dentre outros fins. Porém, considerando que os tributos influenciam na vida humana, todo tributo fiscal tem algum tipo de efeito extrafiscal, assim como todo tributo extrafiscal tem algum efeito fiscal, à medida que não deixam de ser tributos que estão inseridos em um ordenamento com o fim de alcançar objetivos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Nesse sentido, Raz (2004) preleciona que o direito deve ser interpretado considerando a época em que foi instituído, dentro de uma perspectiva de recepção e influência social que podem demonstrar o estado de espírito de uma cultura. À medida que interpreta-se o direito, o observador explica o significado que vê nele, que pode ser diferente da intenção do legislador, posto que o direito é um objeto cultural de significação geral, ou seja, o que ele significa independe do que o seu criador expressou nele, tendo mais relação com o contexto público. Salienta-se que o caráter vinculante da lei guarda relação com a pessoa ou a autoridade apta a legislar e que deve ser interpretada de acordo com a convenção para determinar a intenção do legislador, de modo que ao interpretar não se pode buscar no direito um significado que não se tinha antes (RAZ, 2004).

O direito, enquanto objeto cultural, determina posturas, usos e condutas, dessa forma a interpretação do direito deve ser feita dentro de um contexto sistemático entre as suas partes e os outros aspectos históricos e culturais que o cercam. Assim, o processo de mudança do direito ocorre à medida que algumas razões perdem força frente a outras que demandam maior preocupação em determinado período de acordo com as mudanças na condição de vida e na cultura.

Na perspectiva Estado-cidadão, as normas jurídicas conduzem à realização do que é quisto socialmente, valora-se a liberdade e a segurança de agir individual e socialmente, uma vez que o interesse social é assegurado pelos limites estabelecidos pela norma e pela autoridade da mesma. Segundo Castilho (2009), a Justiça social ordena todos à consecução do bem comum por meio de obrigações jurídico-sociais e não por meio de deveres morais desprovidos de coercibilidade. Desta forma, à medida que cada cidadão tem um dever jurídico para com os demais, também participa do bem comum alcançado, tendo um conjunto mínimo de bens materiais e imateriais indispensável à sua existência.

O direito ao meio ambiente equilibrado, enquanto direito fundamental ressaltado no art. 225 da Constituição Federal de 88, possui uma tríplice dimensão, qual seja, individual, social e intergeracional. A sua titularidade difusa, reflete em deveres e ações privadas e públicas, bem como na necessidade

de que a atuação Estatal ocorra no sentido de melhorar a qualidade ambiental por meio de ações executivas, fiscalizatórias, regulatórias e procedimentais, ou seja, tem influência na perspectiva político-cultural.

Segundo Oliveira (2014), as normas jurídicas institucionalizam o direito ao meio ambiente quando o ressalva como direito subjetivo dos indivíduos, estabelece padrões do que é um ambiente saudável, ainda que sem exatidão, e estabelece normas programáticas. Assim, o direito fundamental ao meio ambiente se torna um guia para o ordenamento, onde a Constituição aparece no centro do sistema, de modo que as leis devem obdecer os procedimentos e valores resguardados na mesma com base na Dignidade Humana. Essa limitação aos limites e valores constitucionais vincula inclusive o poder reformador da Constituição, uma vez que os Direitos Fundamentais condicionam o poder público, as ações individuais e coletivas.

Dos Direitos Fundamentais derivam obrigações de respeito, de proteção e de cumprimento. Pela obrigação de respeito, Estado e indivíduos devem abster-se de praticar quaisquer atos que prejudiquem a realização integral dos Direitos Fundamentais, nesse contexto, o Estado não deve praticar políticas públicas violadoras de direitos. De acordo com a obrigação de proteção o Estado deve resguardar a integridade dos direitos do indivíduo da violação pelos demais, nesse âmbito protetivo inclui-se a tutela jurisdicional dos direitos. Por fim, o dever de cumprimento estabelece como dever do Estado a promoção de políticas públicas positivas visando a concretização de tais direitos (CASTILHO, 2009).

Segundo Raz (2012), o direito é considerado um método social especial de regular a conduta humana, orientando-a em diversas direções, essa é a principal função do direito. Nesse sentido, os direitos garantidos constitucionalmente são de grande importância, de modo que o Estado de Direito deve respeitar a dignidade humana e respeitar a dignidade humana significa tratar as pessoas como seres autônomos capazes de planejar o seu futuro respeitando as liberdades pessoais dos outros indivíduos. Estão inseridos na perspectiva de liberdade pessoal o direito ao bem estar e a influência do Estado na economia, que quando atuam positivamente favorecem ao indivíduo a possibilidade de escolher entre o maior número de opções possíveis (RAZ, 2002).

Pelo disposto no art. 193 do texto constitucional, a Ordem Social normativa deve favorecer o bem estar de todos e a Justiça Social. Nesse contexto, os indivíduos têm para com a comunidade o dever de agir em consonância com o bem comum, uma vez que são membros desta que é credora de seus deveres, dentro de uma perspectiva de coletividade cooperativa para a existência digna estruturada

pelas normas jurídicas vinculantes a todos pela submissão ao mesmo poder político constituído (CASTILHO, 2009).

Nesse sentido, um dos principais fatores que determinam se um ato é passível de sanção ou tributo é a reação crítica dos órgãos aplicadores do direito para a interpretação e melhor aplicação da norma sem nenhuma intervenção do autor da lei ou abuso de poder. Destarte, salienta-se que ocorrem situações em que resta clara a existência de um dever ou sanção, por exemplo, quando há a necessidade de um retorno ao status quo anterior por meio de uma compensação ou sanção (RAZ, 2012).

A Constituição de 1988 assegura o direito ao meio ambiente equilibrado como um direito difuso e, conseqüentemente, é dever do Poder Público preservar e defender o meio ambiente limitando ou induzindo determinadas condutas, mediante o desenvolvimento de políticas públicas que demandam gastos. Assim, os tributos podem ser utilizados pelo Estado tanto para induzir e coibir condutas, como para arrecadar recursos para o financiamento de tais políticas.

A tributação ambiental, portanto, trabalha a perspectiva ambiental e econômica dentro de uma ótica antropocêntrica, casando os direitos humanos, o meio ambiente e a tributação, partindo da ideia de que o direito à vida está correlacionado com a dignidade da pessoa humana, bem como com a liberdade de gozar do que foi garantido aos indivíduos constitucionalmente. O tributo aparece como forma de interferência do estado constitucional na propriedade individual para garantia de direitos.

Conforme o disposto no art. 145, II da Constituição Federal de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Por conseguinte, a taxa é uma espécie de tributo de competência comum dos entes federativos, podendo ser cobrada desde que o seu fato gerador seja praticado dentro das competências político administrativas dos entes. Desta forma, existem dois tipos de taxas, as taxas de serviço, cobradas em razão da prestação de serviços públicos divisíveis e as taxas de polícia, previstas no art. 77 do Código Tributário Nacional, que têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia do ente público no âmbito de suas atribuições.

Nessa perspectiva, o art. 78 do Código Tributário Nacional conceitua o poder de polícia como atividade da administração pública que limita ou disciplina o direito, o interesse e a liberdade, à medida que regula a prática ou abstenção de fato em razão do interesse público relativo à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado ao exercício de atividades econômicas

dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos. Salienta-se que o exercício regular do poder de polícia ocorre quando é desempenhado pelos órgãos competentes no limite da lei aplicável.

Nesse sentido, o poder de polícia ambiental é quando a Administração Pública limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regulando a prática de um ato ou a abstenção deste em razão do interesse público relativo à saúde da população, à conservação dos ecossistemas, à produção e o exercício de atividades econômicas que possam gerar agressão ou poluição do meio ambiente.

Pelo exposto, o Município pode instituir taxas de polícia desonerando o orçamento público para cumprir com dever de preservar o meio ambiente, previsto no art. 9º da LC 140/2011, atendendo ainda as demais demandas sociais. Cabe ressaltar, ainda, que pela competência prevista no art. 30, I e II da Constituição, o Município é capaz de legislar sobre assuntos de interesse local, instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como para aplicar as suas rendas. Logo, as taxas de polícia ambiental instituídas pelo ente municipal são limitadas às atividades de interesse local, cobradas como contraprestação pela atuação do Município ao regular as liberdades individuais e a propriedade individual em busca da prevalência do interesse geral, devendo ser paga por quem deu causa ao exercício de seu poder de polícia.

Podemos citar como taxa de polícia ambiental a Taxa de Preservação Ambiental (TPA), que deve ser cobrada pelo exercício regular do poder de polícia municipal em matéria de proteção, preservação e conservação do meio ambiente em seu território e calculada pelo custo estimado da atividade Pública para a recuperação, proteção e manutenção do meio ambiente natural e para a promoção da qualidade de vida dos indivíduos em função da degradação e impacto ambiental causados pelos visitantes.

Portanto, de acordo com o princípio da subsidiariedade, o poder de polícia ambiental exercido pelos Municípios pode ser considerado mais eficiente em virtude da menor distância burocrática existente entre esse ente federativo, que se constitui no poder decisório, os beneficiários das políticas públicas e o objeto de controle, estando mais apto a solucionar as demandas locais (CALIENDO et al, 2014). Porém, a cobrança da Taxa de Preservação ambiental somente se justifica a partir do investimento do Município no aparato fiscalizatório para o exercício do poder de polícia ambiental.

Segundo Bentes (2016), esse investimento no aparato administrativo relaciona-se a ideia de uma “dupla vinculação” dessas taxas, uma vez que além da atividade que as originou ser condição para a sua criação, também se faz necessário o investimento obrigatório de sua arrecadação para possibilitar

o exercício do poder de polícia. Salienta-se aqui que essa “vinculação” dos valores auferidos às atividades relacionadas ao meio ambiente é possível, mas não obrigatória e que a cobrança de tais taxas deve se guiar pela proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com o custo do exercício do poder de polícia e o benefício de sua atuação.

Nesse sentido, a Taxa de Preservação Ambiental, assim como as demais taxas de polícia, aparece como uma norma válida dentro do sistema de validade compartilhada do sistema jurídico, à medida que instituída, aplicada e cobrada pelo ente normativo competente, declara uma obrigação e uma justificativa racional integrada para o seu pagamento, qual seja, a consecução do direito ao meio ambiente equilibrado resguardado constitucionalmente, que tem como base a liberdade para usufruir do direito protegido e a dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, entende-se que segundo Raz, as leis impõem aos sujeitos o dever de agir conforme o seu mandamento, sem que seja preciso fazer referência ao contexto de criação dessa obrigação para que tais leis sejam vinculantes e possuam autoridade para afastar as demais razões possíveis para agir de forma contrária ao que dispõem. Ademais, apenas da perspectiva do dever que lhes é imposto é que atos dos sujeitos serão julgados como legais ou ilegais.

Cabe salientar ainda, que o direito é um objeto cultural, determinando posturas, usos e condutas. Nesse contexto, a interpretação do direito deve ser feita de acordo com uma análise sistemática entre as suas partes e que o processo de mudança do direito ocorre à medida que algumas razões perdem força frente a outras que demandam maior preocupação em determinado período, a partir das mudanças na condição de vida e na cultura.

Nessa lógica, são instituídos novos deveres e poderes de acordo com o que é justo socialmente. O direito ao meio ambiente equilibrado ressalvado constitucionalmente, no art. 225, surge em decorrência da preocupação com a degradação ambiental que reflete na manutenção da qualidade da vida humana e a sua titularidade difusa, reflete em deveres e ações privadas e públicas, bem como na necessidade de que a atuação Estatal ocorra no sentido de melhorar a qualidade ambiental por meio de ações executivas, fiscalizatórias, regulatórias e procedimentais.

Assim, a Constituição institucionaliza o direito ao meio ambiente. Portanto, à medida que institui tal direito impõe deveres (“leis D”) e poderes (“leis P”), incluindo poderes legislativos (“leis PL”). A Taxa de Preservação Ambiental pode ser interpretada como uma “lei D”, que surge em decorrência do

direito instituído, assim como, a LC 140/2011 pode ser classificada como uma “lei P” quando estabelece a competência comum dos entes federativos relativa à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e o art. 30, I e II da CF/88 pode ser classificado como “lei PL”, por estabelecer a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Diante disso, a validade da Taxa de Preservação Ambiental pode ser provada por meio de outras normas do sistema jurídico nacional, uma vez que está inserida em um sistema operacional de validade compartilhada, onde as normas autorizam a criação umas das outras a partir da demonstração da necessidade de sua existência. Além do que, é considerada norma por efetivamente cumprir a função de motivar a conduta humana e a ação Estatal para a preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, devendo-se considerar que a vida está correlacionada com a dignidade da pessoa humana, bem como com a liberdade de gozar do que lhes foi garantido pelo texto constitucional.

REFERÊNCIAS

BENTES, Issac Ramiro. Competência tributária do município na constituição federal de 1988 e o exercício do poder de polícia na proteção ambiental. In: TUPIASSU, Lise; MENDES NETO, João Paulo (Org.). Tributação, meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Forense, 2016. Cap. 5. p. 79-97.

BRASIL. Código Tributário Nacional. Brasília. 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. 2010.

BRASIL. Lei Complementar nº. 140/2011. Brasília. 2011.

CALIENDO, Paulo. Tributação e Sustentabilidade Ambiental: a extrafiscalidade como instrumento de proteção do meio ambiente. Revista de Direito Ambiental, vol. 76, Out. 2014, p. 471.

CASTILHO, Ricardo. Justiça social e distributiva: desafios para concretizar os direitos sociais. São Paulo : Saraiva, 2009.

DIAS, Jean Carlos. Teorias Contemporâneas do Direito e da Justiça. [S.L.]: JusPodivm, 2019.

GLEZER, Rubens Eduardo. O Positivismo de Joseph Raz: Autoridade e Razão Prática sem Prática Social. 2015. 150 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-16102015-121052/en.php>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

OLIVEIRA, Tangre Paranhos Leite. O Direito Fundamental ao Ambiente Ecologicamente Equilibrado. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/UFSC, 23., 2014, Florianópolis. Anais... . Florianópolis: Conpedi, 2014.p.250280.Disponívelem:<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=80e95d403709b12e>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

RAZ, Joseph. El Estado de Derecho y su Virtud. In: CARBONELL, Miguel; OROZCO, Wistano; VÁSQUEZ, Rodolfo (Org.). Estado de Derecho: concepto, fundamentos y democratización en América latina. [s.l.]: Siglo Veintiuno, 2002. Cap. 1. p. 15-36. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WOtT5WGZtWcC&oi=fnd&pg=PA9&dq=o+que+%C3%A9+norma+v%C3%A1lida+para+joseph+raz&ots=TE_2ieUJz0&sig=YXOgSDPcfUugNd8kl9zPCiqaUmQ#v=onepage&q&f=false>.Acessoem: 06 jul. 2019.

RAZ, Joseph. O conceito de sistema jurídico: uma introdução à teoria dos sistemas jurídicos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

RAZ, Joseph. Interpretação sem restabelecimento. In: MARMOR, Andrei. Direito e interpretação. Tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 235-265.

RAZ, Joseph. Razão prática e normas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

Capítulo 11



10.37423/220806466

REDES ELÉTRICAS EM CIDADES INTELIGENTES COMO FATOR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Antônio Carlos Efig

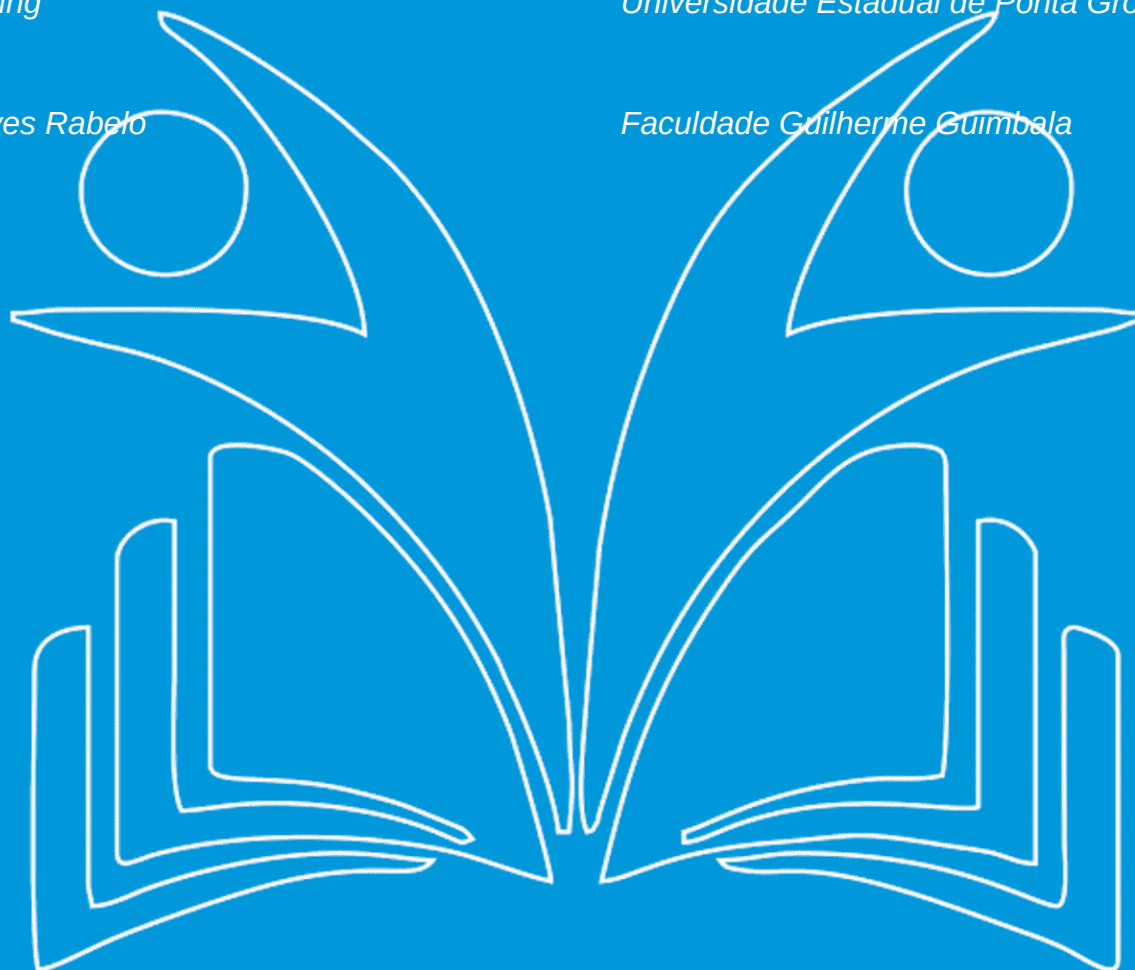
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Carolina Efig

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Cristina Alves Rabelo

Faculdade Guilherme Guimbela



Resumo: O consumo sustentável é o consumo de bens e serviços, aliado ao crescimento econômico com atenção à sustentabilidade ambiental que propicia o desenvolvimento preocupado com as presentes e futuras gerações. O consumidor tem papel fundamental para o consumo consciente, quando utiliza recursos naturais, e até mesmo na escolha de produtos e serviços. Nesse contexto, as redes elétricas que integram as cidades inteligentes (smart cities) garantem distribuição de energia mais segura, conectando todos os usuários da cadeia e proporcionando soluções mais eficientes, como geração sustentável e consumo consciente de energia. Através de medidores inteligentes, o consumidor terá mais controle sobre seu consumo, de seus aparelhos eletrônicos, que compõem a residência ou empreendimento, antes de completar o mês, viabilizando a redução do uso e consequente economia. As cidades inteligentes são aquelas que buscam gerenciar de forma adequada o consumo de energia e de água, concomitantemente, devem diminuir a emissão de gases poluentes e o aumento do uso de energia renovável, como prevê a Política Nacional Energética e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. O presente trabalho de caráter qualitativo, e com construção dos dados realizada sobre a base da pesquisa bibliográfica, pretende oferecer subsídios para a compreensão desta realidade e das suas consequências.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável pressupõe o meio ambiente equilibrado, que, entre outros fatores, depende da preservação da biodiversidade e de um consumo consciente. É essencial a conservação de um ambiente sadio, como o estabelecido no art. 225 da vigente Constituição da República Federativa do Brasil, de que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações”.

O consumo consciente tem efeitos imediatos na economia e no meio ambiente, como também surte consequências para as futuras gerações, de modo que se preserva o ambiente em que se vive para se ter qualidade de vida presente e a manutenção desta a longo prazo, saneando-se também o próprio mercado.

Pretende-se com a presente pesquisa identificar que as redes inteligentes de fornecimento de energia auxiliam ao consumidor ter hábitos de consumo consciente para desencadear o desenvolvimento sustentável. Com os medidores inteligentes instalados nas residências se possibilita ao consumidor ter um serviço de qualidade e controlar o próprio uso de energia elétrica, assim como vender sua energia excedente de unidade de produção própria, como aquela proveniente de sistema fotovoltaico.

Diferentemente do medidor eletrônico, o medidor inteligente consegue averiguar o consumo de cada aparelho instalado na residência. A partir da análise histórica e da percepção do funcionamento de redes inteligentes de energia elétrica, ligados aos conceitos de consumo consciente haverá contribuição para a redução do aquecimento global e cumprido o direito ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente equilibrado, necessários às presentes e futuras gerações.

1. EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir da segunda metade do século XIX, a degradação ambiental começou a ser percebida, como também suas consequências danosas, provocando estudos focados na descoberta de métodos de diminuição dos danos ao ambiente e reversão da degradação já verificada.

Para Edgar Morin¹, o aspecto meta-nacional e planetário do perigo ecológico surgiu com o relatório Meadows encomendado pelo Clube de Roma em 1972. Nos anos 1980 foram mais identificadas as catástrofes, destruição da natureza. Acrescenta que atualmente passa-se por uma crise planetária, que se manifesta pelo crescimento e até mesmo a generalização das incertezas.

Os estudos do Clube de Roma, ensejaram na publicação do livro *Limites de Crescimento*, que fez um diagnóstico dos recursos terrestres, e concluiu que a degradação ambiental é resultado do crescimento

populacional e de suas exigências sobre os recursos da terra. A obra auxiliou a formar a ideia de que o desenvolvimento deve estar ligado ao de preservação ambiental.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo² realizada em 1972, em seu princípio 1, determina que o homem deve proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, ao mesmo tempo que possa desfrutar do direito fundamental de ter uma vida digna e gozar de bem-estar.

A partir destes estudos, a Organização das Nações Unidas, em 1983, criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual foi presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Em 1987 foi apresentado um relatório final que demonstra um diagnóstico dos problemas globais ambientais e uma proposta de cooperação internacional para implantar políticas e ações. Ainda estabelece o conceito de desenvolvimento sustentável, que “é aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades³”.

O desenvolvimento sustentável exige mudança do tipo de crescimento, como aquele que consome menos matéria prima e energia, com menos impacto ao ambiente. Atualmente se verifica uma taxa superior de consumo per-capita de recursos naturais, se comparada com o crescimento populacional⁴.

Realizou-se também, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamada Rio-92, que ratificou o conceito de desenvolvimento sustentável e aprovou a Agenda 21, correspondendo a um plano de ação para ser adotado a nível internacional e nacional, por organizações do sistema das Nações Unidas e pela sociedade civil, para todas as atividades antrópicas que impactam o meio ambiente. Destaca-se seu capítulo 7 estabelece várias premissas, como promover sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos urbanos. Apesar disso, atualmente, também no setor elétrico se verifica um desequilíbrio entre demanda crescente e limitação dos recursos não renováveis.

2. A PRÁTICA DO CONSUMO CONSCIENTE

O consumo é um dos maiores obstáculos dos fins propostos pelo desenvolvimento sustentável. Na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁵, assinada na Rio-92, o princípio 8 relaciona diretamente o desenvolvimento sustentável com a necessidade de redução dos níveis atuais de consumo, que está assim redigido: “Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade

de vida mais elevada para todos, os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”.

Verifica-se que o conceito de desenvolvimento sustentável depende do conceito de consumo consciente. Os consumidores devem ser seletivos na escolha de produtos e serviços, que correspondam suas reais necessidades, influenciando diretamente as presentes e futuras gerações e o meio ambiente.

O consumo consciente influencia na melhora da qualidade dos produtos e serviços ofertados no mercado, contribuindo com um menor impacto para o meio ambiente, conforme ditames do artigo 170 da Constituição Federal de 1988. Este dispositivo constitucional condiciona qualquer atividade econômica a ser exercida em território brasileiro à observância dos preceitos de preservação ambiental, determinando menor impacto ambiental dos processos e resultados de seus modos de produção.

No Brasil, o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, define como consumidor, em seu artigo 2º, caput, que “é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final⁶”. O consumidor consome o bem para si.

Segundo Antônio Carlos Efig⁷, a relação de consumo, instituída pelo Código de Defesa do Consumidor, é uma relação jurídica estabelecida entre consumidor(es) e fornecedor(es) e complementa que esta relação é configurada por dinamicidade, isto é, a pessoa considerada consumidora, pode ser fornecedora entre outra relação jurídica concomitantemente. Na nova sistemática das redes inteligentes, como se verá, o consumidor além de comprar energia, pode também fornecer para o sistema o seu excedente de eventual produção de sistema fotovoltaico, por exemplo, que tenha sido instalado em sua residência.

O fornecimento de energia deve seguir o princípio da garantia de qualidade, prestabilidade e adequação, que implica no fornecimento de produtos e serviços com qualidade ao consumidor, suprimindo suas necessidades e sua satisfação, o que inclui economia e consumo sustentável. Como lembra Efig⁸, a adequação dos produtos e serviços não deve ser considerada uma vantagem que o fornecedor disponibiliza ao mercado, mas sim o cumprimento de uma imposição legal, cujo descumprimento implicará em sanções.

3. O DIREITO AO CONSUMO CONSCIENTE NO CDC E AS REDES ELÉTRICAS INTELIGENTES

As redes elétricas inteligentes, ou *smart grids* em inglês, garantem distribuição de energia mais segura, conectando todos os usuários da cadeia e proporcionam soluções mais eficientes, como geração sustentável e consumo consciente.

Segundo Márcio Venício Pilar Alcântara, rede inteligente é “rede de energia elétrica caracterizada por fluxo bidirecional de energia e informação, sendo possível se controlar das usinas geradoras aos equipamentos dos consumidores”. A rede inteligente, como a internet, será interativa para os consumidores⁹ e empresas de energia, na geração, transmissão, distribuição e consumo, sendo possível que usuários finais produzam sua própria eletricidade.

Os medidores inteligentes são um dos principais componentes da rede inteligente e substituem os relógios de luz. Através da nova tecnologia, os consumidores, além de saberem o consumo mensal, poderão acionar remotamente aparelhos de sua residência. Esse maior controle sobre o consumo de energia deverá proporcionar maior economia ao consumidor em médio e longo prazo¹⁰.

Frederico Gonçalves¹¹ aponta ainda a possibilidade, apesar de ser um investimento de alto custo para implantação em larga escala, a desagregação de energia, com base em um estudo da Universidade Stanford, que pode trazer melhores resultados em consumo e economia. A instalação de medidores inteligentes em cada ponto de acesso, ou seja, em cada tomada de uma residência, ligada a um diferente equipamento. Através dos medidores inteligentes (tomadas inteligentes) e o do medidor geral da residência, seria possível separar a parcela de consumo de cada tomada em relação ao consumo total. Assim, o consumidor conseguirá entender melhor seus hábitos de consumo e adotar medidas para maior economia.

O Grupo de Trabalho do Ministério do Meio Ambiente, que foi criado pela Portaria nº 440, de 15/04/2010, objetiva analisar e identificar ações necessárias para subsidiar o estabelecimento de políticas públicas para a implantação de um Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente- *Smart Grids*. Este grupo produziu um relatório, que é atualizado anualmente.

Inicialmente, o relatório conceitua *smart grid* como uma rede inteligente, sendo que as principais funções para seu melhor aproveitamento constituem em: “auto se recuperar, motivar consumidores a serem mais participativos, resistir a ataques físicos e cibernéticos, fornecer uma energia de melhor qualidade, permitir vários tipos de geração e armazenagem de energia, maior envolvimento do mercado e permitir uma maior utilização de geração intermitente de energia¹²”.

Além disso, o relatório aponta como um dos principais objetivos desta rede inteligente, uma maior participação do usuário. Nas redes inteligentes, estarão incorporados os aparelhos domésticos e o comportamento dos usuários na utilização deles. Por meio das redes, possibilitará um melhor controle por parte do usuário no seu consumo, reduzindo seus custos através de sinais tarifários emitidos pela concessionária. Os consumidores poderão ser recompensados por sua economia de energia, com a medição em tempo real e comunicação bidirecional, sendo esta última, por exemplo, entre a concessionária e o consumidor e vice-versa.

Márcio Zamboti Fortes, Antônio Teixeira Ribeiro, David Anderson Veiga Gonçalves, Mariana Albuquerque Reynaud Schaefer e Milton Martins Flores apontam e reforçam vários benefícios para fornecedores de energia elétrica, consumidores e meio ambiente, como redução no consumo de energia em função do maior grau de informação do consumidor, redução de gases do efeito estufa, redução de perdas de energia, não técnica, em função da maior facilidade em identificação de fraudes, além de introduzir o comando remoto¹³.

Ainda complementam que as redes inteligentes serão operadas com medidores inteligentes, ou *smart meters*, que são hábeis a compartilhar informações com outros integrantes do sistema elétrico, como unidades de geração de energia, identificar e solucionar problemas de operação e gestão mais eficiente no fluxo de energia. Os medidores de consumo de energia tradicionais e eletrônicos, que ainda são em maior número atualmente, operam de forma isolada, sendo o consumo de energia elétrica lido manualmente, uma vez ao mês, constituindo-se em processo rudimentar e vulnerável a falhas.

Com a publicação da resolução 502/2012¹⁴ da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), os consumidores residenciais passaram a ter direito ao uso de medidores inteligentes. O consumidor passou a ter direito de escolher entre a adoção de tarifa branca e todas as funcionalidades que o *smart meter* proporciona. A tarifa branca corresponde a valores diferenciados de tarifa para horas e dias determinados da semana, tendo o consumidor um ganho econômico.

4. CIDADES INTELIGENTES E REDUÇÃO DO AQUECIMENTO GLOBAL

Para Guilherme de Azevedo Dantas, Rubens Rosental e Roberto Brandão¹⁵, abordam no primeiro capítulo de sua obra sobre condicionantes de produção e do uso de energia nos anos 2030, que as cidades serão dotadas de inteligência, podendo fazer uso eficiente de recursos, concomitantemente, garantindo a qualidade de vida de seus habitantes. Conceituam cidades inteligentes, como aquelas

que buscam gerenciar de forma adequada o consumo de energia e de água, sendo um objetivo correlato, a autossuficiência nestes recursos. Ao mesmo tempo, essas cidades devem diminuir a quantidade de resíduos sólidos urbanos produzidos, emissão de gases poluentes o aumento do uso de energia renovável.

Além disso, complementam que as casas inteligentes deverão estar conectadas a redes de distribuição de energia elétrica inteligentes e a redes de telecomunicações que permitam a transmissão de dados em tempo real, fazendo com que dispositivos domésticos sejam acionados de forma remota.

Atualmente, o sistema elétrico brasileiro tem predominância por energia hidroelétrica, e a segurança do abastecimento depende do armazenamento de água em grandes reservatórios, com a complementação de termoeletricas. Estas últimas estão sendo mais acionadas, por causa da estiagem recorrente, um dos efeitos do aquecimento global.

Em 2021 cerca de 57% da matriz elétrica do Brasil era hidráulica, 12% térmica não renovável, 11% autoprodução, 10% eólica, 2% solar e 1% nuclear¹⁶.

José Eli da Veiga sustenta que a energia renovável seria uma solução para o grave problema da emissão de gases de efeito estufa e do aquecimento global e esforço feito para resolver o problema do aquecimento global até os dias atuais não foi suficiente, inclusive com poucos investimentos em pesquisa. Para Veiga:

“É certeza que um dia a espécie humana se extinguirá, e há cenários que permitem vislumbrar uma aceleração. A primeira ameaça são os arsenais nucleares e a segunda é a elevação das temperaturas, uma ameaça lenta e sorrateira”¹⁷.

A principal responsável pelo aumento da temperatura global e consequentes mudanças climáticas é a crescente concentração de dióxido de carbono na atmosfera, provenientes do uso indiscriminado dos recursos naturais e até por produtos e serviços inadequados.

A necessária substituição dos combustíveis fósseis, cuja queima é causadora de uma das maiores emissoras de gases de efeito estufa (GEE), por energias renováveis diminuirá muito o problema.

O incentivo à produção e ao uso de energias limpas, por exemplo, a solar e a eólica, que não poluem e não emitem gases de efeito estufa, que causam muito menos impactos ao meio ambiente, devem ser valorizadas pelo consumidor.

Em setembro de 2015, foram aprovados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compondo a “Agenda 2030”, com 17 objetivos e 169 metas para 2030. Foram aprovados por 193

Estados-Membros da ONU, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Possuem três dimensões os objetivos do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. A implementação destes objetivos é um desafio que requer participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e Nações Unidas.

Em seu objetivo 7, a agenda prescreve o acesso confiável, sustentável e moderno e a preço acessível à energia para todos e em seus subitens diz:

“7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa

7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio ”¹⁸.

Além do objetivo 7, é relevante destacar o objetivo 12, que busca assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, como um incentivo ao uso de redes elétricas em cidades inteligentes:

12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas¹⁹

Verifica-se que a “Agenda 2030” está de acordo com a Lei da Política Nacional Energética Brasileira²⁰ (Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997), em seu artigo 1º, inciso XVII, determinando fomentar a pesquisa e o desenvolvimento em energia renovável, e as redes inteligentes também, mais precisamente no artigo 1º, inciso III, protegendo os interesses do consumidor, quanto ao aspecto do preço, qualidade e produtos oferecidos.

Apesar de toda esta construção para o desenvolvimento sustentável, consumo consciente, implantação de redes inteligentes e investimentos em energia renovável ainda estão longe de serem alcançados patamares satisfatórios. A implantação de redes inteligentes se apresenta como uma importante alternativa, na distribuição elétrica brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações para se alcançar o consumo sustentável devem ser promovidas em todos os níveis (micro e macro), ou seja, desde o lar até o local de trabalho.

As atividades socioeconômicas possuem a energia como um dos principais insumos. O setor energético se constrói com base na transversalidade, pois a energia possui relação com as esferas social, econômica e ambiental.

Por sua vez, deve ter uma relação entre desenvolvimento socioeconômico e consumo consciente de energia, tendo em vista que o setor energético utiliza recursos naturais como insumo, despeja poluição sobre o meio ambiente e altera ecossistemas.

Em vista de seus benefícios socioeconômicos, o suprimento energético pode ser produzido por redes elétricas inteligentes, que se trata de uma tecnologia nova, de maior relevância diante da tendência de aumento da geração distribuída a partir de fontes renováveis intermitentes, na qual consumidores também passam a ser produtores e lida com fluxos de energia bidirecionais, entre consumidor e fornecedor.

A garantia do suprimento energético de forma sustentável irá requerer o uso mais eficiente dos recursos energéticos e uma utilização de fontes renováveis de energia para mitigar o aquecimento global, atingindo os objetivos da Lei da Política Energética Brasileira e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

O Brasil assumiu a obrigação de tornar realidade os compromissos internacionais da ONU (destaca-se as ODSs 7 e 12).

Portanto são necessárias e urgentes a formulação e execução de políticas públicas que estimulem a educação do consumidor para as questões ambientais (como recentemente disposto pela Lei 14.181/21) para tornar acessível a tecnologia dos medidores inteligentes de energia, proporcionando por consequência o desenvolvimento sustentável da nação, conforme preconiza o texto constitucional.

BIBLIOGRAFIA

- ANEEL. Resolução Normativa Nº 502, de 7 de agosto de 2012: Regulamenta sistemas de medição de energia elétrica de unidades consumidoras do Grupo B. 2012. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2012502.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018
- BEJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 03 jul. 2018;
- BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. Brasília, 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm/Ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 03 jul. 2018;
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Grupo de Trabalho de Redes Elétricas Inteligentes. Relatório: SmartGrid.[S.l.]:MME, 2010. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1256641/Relatorio_GT_Smart_Grid_Portaria_44_0-2010.pdf/3661c46c-5f86-4274-b8d7-72d72e7e1157>. Acesso em: 04 jul. 2018;
- DANTAS, Guilherme de Azevedo; ROSENTAL, Rubens e BRANDÃO, Roberto, A Energia na Cidade do Futuro: Uma abordagem didática sobre o setor elétrico, Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial 2015;
- EFING, Antônio Carlos. Fundamentos do direito das relações de consumo. 2ed. Curitiba: Juruá, 2011;
- FORTES, Márcio Zamboti et. al.. Análise da adoção de medidores inteligentes como instrumento da política pública de eficiência energética. ENGEVISTA, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 2, p. 316-327, Maio 2017. Disponível em: <<http://www.uff.br/engevista/seer/index.php/engevista/article/view/836/413>>. Acesso em: 05 jul. 2018;
- GOLDEMBERG, J.; LUCON O. Energias renováveis: um futuro sustentável. Revista USP, v.72, p. 6-15, 2007;
- GONÇALVES, Frederico. Machine learning beneficia consumo consciente e eficiência energética. Disponível em: <<https://portogente.com.br/noticias/opiniao/102462machinelearningbeneficiaconsumo-consciente-e-eficiencia-energetica>>. Acesso em 20 jun. 2018;
- Ministério de Minas e Energia, Relatório Smart Grid, Grupo de Trabalho de Redes Elétricas Inteligentes, 2010;
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. Terra-Pátria. Porto Alegre: Sulina, 2003;
- OLIVEIRA, Talita. Evolução da matriz energética brasileira em comparação com outros países. 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Consulta disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf> Acesso em 04 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Consultado disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 04 jul. 2018.

PÉRES, Vitor M., CAMPOS, Marcus V. B., LIANG, Thon Lean S. Smart grid: uma possibilidade para a distribuição elétrica brasileira. INNOVER, São Luís, MA, v. 1, n. 4, Dez. 2014. Disponível em: <<http://www2.ifma.edu.br/revistainnover/Nova/index.php/inicio/article/view/52/34>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

VEIGA, José Eli. Professor da USP comenta ODS sobre energia renovável: Aquecimento Global poderia ser desacelerado com maior adoção de energia limpa, mas o investimento em pesquisas sobre o assunto é pequeno, comenta professor José Eli da Veiga. Disponível em <<https://www.akatu.org.br/noticia/professor-da-usp-comenta-ods-sobre-energia-renovavel/>>. Acesso: 05 jul. 2018

NOTAS

¹MORIN, EDGAR; KERN, ANNE BRIGITTE. TERRA-PÁTRIA. PORTO ALEGRE: SULINA, 2003, CAP. 2.

²Consulta disponível em <<http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/Estocolmo.doc>> Acesso em: 03 jul. 2018.

³Nosso Futuro Comum. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p.46.

⁴GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. Energias renováveis: um futuro sustentável. Revista USP, v.72, p. 6-15, 2007

⁵ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Consulta disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf> Acesso em 04 jul. 2018.

⁶BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. Brasília, 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm/Ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 03 jul. 2018.

⁷EFING, Antônio Carlos. Fundamentos do Direito das Relações de Consumo. Curitiba: Juruá Editora, 3ª Edição, 2011, p. 55.

⁸EFING, Antônio Carlos. Fundamentos do Direito das Relações de Consumo. Curitiba: Juruá Editora, 3ª Edição, 2011, p. 114-115.

⁹ALCÂNTARA, Márcio Venício Pilar. Conservação de energia em rede inteligente. 2014. 437 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Elétrica, Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/260967/1/Alcantara_MarcioVenicioPilar_D.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018

¹⁰PÉRES, Vitor M., CAMPOS, Marcus V. B., LIANG, Thon Lean S. Smart grid: uma possibilidade para a distribuição elétrica brasileira. INNOVER, São Luís, MA, v. 1, n. 4, Dez. 2014. Disponível em: <<http://www2.ifma.edu.br/revistainnover/Nova/index.php/inicio/article/view/52/34>>, p.6. Acesso em: 04 jul. 2018.

¹¹GONÇALVES, Frederico. Machine learning beneficia consumo consciente e eficiência energética. Disponível em <https://portogente.com.br/noticias/opiniao/102462machinelearningbeneficiaconsumo-consciente-e-eficiencia-energetica>. Acesso em 20 jun. 2018

¹²BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Grupo de Trabalho de Redes Elétricas Inteligentes. Relatório: SmartGrid.[S.l.]:MME,2010.Disponívelem:http://www.mme.gov.br/documents/10584/1256641/Relatorio_GT_Smart_Grid_Portaria_44_0-2010.pdf/3661c46c-5f86-4274-b8d7-72d72e7e1157, p. 23. Acesso em: 04 jul. 2018.

¹³FORTES, Márcio Zamboti; RIBEIRO, Antônio Teixeira; GONÇALVES, David Anderson Veiga; SCHAEFER, Mariana Albuquerque Reynaud; FLORES, Milton Martins. Análise da adoção de medidores inteligentes como instrumento da política pública de eficiência energética. Revista Engevista, UFF, v.19, n.2, 2017, p.319.

¹⁴ANEEL. Resolução Normativa Nº 502, de 7 de agosto de 2012: Regulamenta sistemas de medição de energia elétrica de unidades consumidoras do Grupo B. 2012. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2012502.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

¹⁵DANTAS, Guilherme de Azevedo; ROSENTHAL, Rubens e BRANDÃO, Roberto, A Energia na Cidade do Futuro: Uma abordagem didática sobre o setor elétrico, 2015, p. 28.

¹⁶OLIVEIRA, Talita. Evolução da matriz energética brasileira em comparação com outros países. 2022.

¹⁷VEIGA, José Eli. Professor da USP comenta ODS sobre energia renovável: Aquecimento Global poderia ser desacelerado com maior adoção de energia limpa, mas o investimento em pesquisas sobre o assunto é pequeno, comenta o professor José Eli da Veiga. Disponível em <<https://www.akatu.org.br/noticia/professor-da-usp-comenta-ods-sobre-energia-renovavel/>>.

Acesso: 05 jul. 2018

¹⁸ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o DesenvolvimentoSustentável.Consultadisponívelem<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 04 jul. 2018.

¹⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o DesenvolvimentoSustentável.Consultadisponívelem<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 24 ago 22022

²⁰BRASIL. Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997: Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a AgênciaNacionaldoPetróleoedáoutrasprovidências.Disponívelem:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9478.htm. Acesso em 04 jul. 2018.

Capítulo 12



10.37423/220806472

A INFLUÊNCIA DA TEORIA DO ETIQUETAMENTO SOCIAL NA ANÁLISE DOS DELITOS

Alexandre Ramiro Zampieri

Universidade do Contestado

Eduardo Puhl

Universidade do Contestado



Resumo: O presente trabalho tem por objetivo o estudo da influência que a teoria do etiquetamento social ou *Labeling Approach Theory* possui diante da análise dos delitos tanto pela comunidade jurídica quanto na comunidade leiga. Através das pesquisas bibliográficas buscou-se demonstrar desde os conceitos básicos de criminologia, passando pela análise do etiquetamento social e, indo até a materialização da teoria ora estudada na sociedade atual. Buscar-se-á demonstrar essa referida materialização através de pesquisa de campo que mostrou fatos hipotéticos onde ocorreram diferentes delitos com o objetivo de verificar a reação dos entrevistados ao se deparem com certos rótulos que podem ser aprovados ou desaprovados na sociedade que vivem e com isso verificou-se a capacidade dessa rotulação afetar na forma que este crime será julgado. A análise dos dados da pesquisa de campo proporcionou a sensação de que pode haver certa influencia na análise de um delito a partir de um etiquetamento, principalmente se tratando da sociedade leiga.

Palavras-chave: Etiquetamento social. Labeling Approach. Criminologia. Estereótipos.

1 INTRODUÇÃO

As figuras do ser delinquente e dos atos criminosos se mostram tão antigos quanto à própria humanidade e em razão disso foi necessário que se criassem mecanismos capazes de analisar estes delitos sobre a ótica da ciência. Neste sentido que verificamos o surgimento de uma nova ciência denominada Criminologia que se pautou em analisar o delito e também o delinquente.

Com o surgimento da criminologia surgem diversas teorias sobre o tema. O presente trabalho buscará a análise de uma delas: A Teoria do Etiquetamento Social ou *Labeling Approach Theory*. É instintivo ao ser humano presumir a índole de determinado indivíduo sem sequer conhecê-lo. Funda sua convicção única e exclusivamente em rótulos que a sociedade impôs para este indivíduo ou para o ambiente que está inserido. Ocorre que com essa rotulação surge a possibilidade de termos uma análise equivocada dos delitos onde se deixa de lado elementos fáticos e verificam-se apenas características individuais do possível delinquente ou da vítima. Esse julgamento realizado precocemente poderá fazer com que se absolva um culpado ou ainda, que se condene um inocente. Vê-se necessário na pesquisa que se procederá que se verifique se há real possibilidade de haver essa influência na análise de um determinado delito que proporcione julgamentos injustos, seja no meio jurídico ou na sociedade em geral, quando verificada a presença do Etiquetamento Social.

O presente trabalho justifica-se no sentido de que é notório que antes mesmo de um delito acontecer à sociedade já tem fixado em suas raízes os seus próprios conceitos de certo e errado e isso muitas vezes nos leva, ao analisarmos superficialmente qualquer hipótese, a cometer erros que poderão ser insanáveis.

Pensemos em um produto na prateleira do supermercado, o rótulo que contém cores mais vivas e que trazem uma aparência mais atraente, que possui uma frase de impacto e que se encontra em uma posição de destaque, certamente fará com que você de plano simpatize com esse produto e seu inconsciente lhe induzirá a aceitá-lo e adquiri-lo, sendo que, se analisássemos os compostos químicos do produto poderíamos constatar uma formula altamente prejudicial à saúde. Por outro lado, talvez naquela mesma prateleira possa se encontrar um produto mais simples, de uma marca que não tenha reconhecimento mundial nem comercial de televisão, talvez numa embalagem pacata e até mal apresentada, porém livre de ingredientes malignos, contendo elementos que somente lhe oferecerão vantagens, mas, você não terá a capacidade de fazer essa avaliação do que é realmente bom ou ruim, pois, mesmo sem perceber, seu subconsciente já lhe apresentou, apenas por aquele rótulo, aquela informação superficial que não lhe mostrou o real conteúdo do produto, a definição do que é bom ou

ruim te levando a decidir sem sequer se aproximar da verdade real. Assim somos nós em relação aos seres humanos, analisamos suas roupas, sua fala, seu andar, porém deixamos de analisar seu conteúdo e escolhemos aceitá-lo ou rejeitá-lo por simples convicção e atração.

A sociedade é o primeiro “órgão julgador” a prolatar sua sentença. E esta, ao contrário da prolatada pelo Poder Judiciário, produz seus efeitos de imediato, sem possibilidade de recurso e, na maioria das vezes, é imutável. A sociedade simplesmente analisa a determinada conduta e realiza o que podemos chamar de “checklist comportamental” e neste momento se decide se aquela atitude deve ser aceita ou não, independente do que está descrito na legislação.

Esta fala do parágrafo anterior pode remeter ao pensamento de que isto pouco importa para o âmbito jurídico vez que tratamos apenas de uma possibilidade de aceitação ou exclusão de uma pessoa em uma sociedade específica. Porém, o raciocínio que aqui será feito é que esta mesma pessoa que está inserida neste ambiente dotado de conceitos pré-estabelecidos e que realiza esse julgamento antecipado de um delito, poderá vir a ser parte do judiciário, seja na magistratura, como membro no Ministério Público, advogado ou ainda como membro do conselho de sentença em um tribunal do júri.

Para que se chegue a um resultado significativo à análise do tema proposto teremos aqui como objetivo central o estudo da conceituação e os aspectos mais relevantes da criminologia, prosseguindo para a análise da Teoria do Etiquetamento social a fim de verificar a forma que esta se materializa na sociedade e, por fim, estudaremos os estereótipos, ou as etiquetas propriamente ditas, e realizaremos a aplicação destes estereótipos em questionários para a sociedade a fim de verificar qual a reação das pessoas ao se depararem com determinadas características ao analisarem certos fatos delituosos.

Para a elaboração deste artigo utilizaremos o método dedutivo, pois, partiremos da análise bibliográfica da Teoria do Etiquetamento Social para em seguida analisar os casos concretos. Como técnicas de pesquisa serão utilizadas pesquisa bibliográfica, documental, bem como, pesquisa de campo.

Para a pesquisa de campo será utilizado um questionário contendo situações delituosas semelhantes onde se alteram os rótulos atribuídos às partes do caso a fim de verificar se há uma mudança de opinião em razão dessas características pessoais.

A pesquisa será realizada com leigos em direito com o intuito de verificar a influência desta teoria na sociedade em geral e, também, com pessoas atuantes ou estudantes das áreas jurídicas para verificar as possíveis influências no âmbito no Poder Judiciário.

Os capítulos da presente pesquisa estão assim dispostos: 1 Introdução; 2 A criminologia como ciência jurídica; 3 A Teoria do Etiquetamento Social, 4 Os estereótipos e 5 Conclusão. Ainda, ao final será anexado o questionário aplicado juntamente com as respostas obtidas.

2 A CRIMINOLOGIA COMO CIÊNCIA JURÍDICA

Para que uma sociedade consiga se manter e satisfazer os interesses de quem nela habita, esta não pode se basear exclusivamente em especulação ou conceitos ideológicos para explicar e prevenir o delito. Se faz extremamente necessário que se recorra a ciência e, nesse caso, uma ciência metodologicamente exigente e de simples compreensão (MAÍLLO, 2007, p. 17).

Neste sentido que juntamente com o surgimento das ciências humanas e sociais em meados do século XIX surge também a figura da criminologia como ciência, haja vista que, esta busca aplicar método que se funda na busca pela verdade com um estudo aprofundado do delito e, sendo assim, fazendo dela uma ciência. (MAÍLLO, 2007, p. 24).

Essa ciência, juntamente com outras disciplinas como direito, psicologia, sociologia, psiquiatria, entre outras, surge com o objetivo de determinar, com base na criminologia italiana, a forma de se proceder das ciências criminais no século XX, assim definindo o modo de atuação de juristas e também de pessoas leigas perante a análise dos delitos, do delinquente e da pena (CARVALHO, 2015, p. 89-90).

Vera Batista Malaguti (2009, p. 22) busca desconstruir o conceito de crime como algo que nasce em si mesmo, que surgiu na natureza como os animais ou plantas. É preciso que se entenda o delito e a vida criminosa como um dispositivo, assim conseguiremos adentrar mais profundamente na discussão das questões criminais.

De acordo com Gomes e Molina (2008, p. 175), podemos dizer que o crime tem seu surgimento juntamente com surgimento do homem e sempre causou preocupação para a sociedade fazendo com que cada uma delas vivessem diferentes experiências que levaram a construir diferentes formas de se ver a imagem do delinquente. Sendo assim, podemos dizer que o que hoje chamamos de criminologia surgiu em um tempo tão longínquo que não é possível visualizar com precisão a data de seu surgimento pois o fenômeno do crime é algo que sempre esteve presente na vida do ser humano.

O trecho acima citado mostra que a criminologia, apesar de ter se apresentado como ciência no século XIX é tão antiga quanto o homem e, sendo assim, torna-se insustentável uma tentativa de demonstrar o real momento de seu surgimento, porém, o que se mostra realmente importante é a análise de aspectos que se materializam nos dias de hoje em nossa sociedade.

Gomes e Molina (2008, p. 33), nos conceituam a criminologia como uma ciência empírica e interdisciplinar, que busca estudar o crime, o criminoso, a vítima e o controle social destes comportamentos para que possa fornecer informações válidas a respeito da dinâmica e das variáveis do crime. Realiza essa análise tratando o delito tanto como problema individual quanto problema social para que se chegue à idealização de programas eficazes para a prevenção do mesmo e técnicas de intervenção sobre o delinquente oferecendo uma resposta ao delito praticado.

Na mesma linha de raciocínio Maíllo (2007, p. 21), traz um conceito semelhante ao dizer que a ciência criminológica se preocupa com o delito e com o delinquente e traz como atividade principal o estudo das causas do delito tentando explicá-lo. A criminologia também se volta à análise das possíveis formas de responder o fenômeno delitivo buscando preveni-los e controlá-los.

Em resumo, a criminologia tem seu método pautado no empirismo e interdisciplinaridade, seu objetivo é o estudo do delito, do delinquente, da vítima e do controle social e sua função é levar a sociedade a compreender o problema criminal (GOMES; MOLINA, 2008, p. 29).

Sendo assim, para cumprir sua missão, a criminologia traz consigo diversas teorias que tem o objetivo de apresentar mecanismos organizados dentro de um sistema que podem ser questionados através da observação de certos fatos empíricos. A teoria não busca exclusivamente retratar a realidade, mas também demonstrar relações e processos que ocorrem em um âmbito mais profundo uma sociedade (MAÍLLO, 2007, p. 119).

Apesar das diversas teorias existentes sobre o tema criminologia que buscam atingir os objetivos supracitados, o presente trabalho não busca explicá-las todas, porém, é pertinente destacar que dentre as hipóteses de teoria são apontados quatro elementos comuns entre todas elas:

Primeiramente podemos verificar que existe uma ênfase nas características particulares que diferenciam a socialização e os defeitos dessa socialização que os indivíduos que se tornam delinquentes podem estar expostos. Em seguida elas nos mostram que a exposição a essa socialização não depende tanto da disponibilidade dos indivíduos quanto dos diferentes contatos sociais ou da participação da subcultura. Ainda, elas dependem em sua incidência na socialização do indivíduo do conteúdo dos valores das normas e técnicas que as caracterizam, dos fenômenos de fixação, desordem e conflitualidade inerentes a estrutura social. E, por fim, as teorias também nos apresentam que dentro de certos limites, o seguimento a certos valores, costumes, normas e o uso de técnicas que motivam e tornam possível um comportamento delitivo, são equivalentes ao comportamento conforme a lei (BARATTA, 2011, p. 85).

Retomando a ideia dos objetivos da teoria, Maíllo (2007, p. 119) nos diz que estas são apenas modelos, não sendo um retrato fiel do mundo real e que não é um espelho da natureza. Sendo assim, partiremos deste ponto de vista para realizar a análise da Teoria do Etiquetamento Social, a fim de verificar se esta teoria é algo enraizado na sociedade e que reflete a realidade, influenciando nas opiniões e decisões ao serem feitas análises de determinados delitos ou apenas uma forma de ver o crime de grupos isolados.

3 A TEORIA DO ETIQUETAMENTO SOCIAL

A teoria do etiquetamento social ou *Labeling Approach Theory* destaca que os atos delitivos não existem por si só, os atos delitivos são, na realidade, definidos como tal dentro da sociedade onde são cometidos ou pelo sistema Judiciário. Portanto, não basta que se tenha uma previsão legal de um determinado delito. Diante da sociedade, ou até mesmo dentro do Poder Judiciário, será levada em conta a realidade de cada comunidade (MAÍLLO, 2007, p. 257).

Podemos imaginar como exemplo alguns garotos andando pela rua e atiram pedras em um carro ou pegam frutas de uma árvore que está dentro de uma propriedade privada. Esta conduta poderá ser considerada delitiva ou simplesmente poderá ser considerada normal de garotos que fazem pequenas arruaças (MAÍLLO, 2007, p. 257).

Diferente da legislação, que distingue literalmente o comportamento delituoso do comportamento lícito, o etiquetamento pode fazer este ato ilícito ser considerado normal ou ainda, um ato atípico ser taxado de criminoso pela sociedade.

Os homens constroem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. [...] Não é a consciência do homem que determina seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (MARX, s/d, pp. 301 – 302 apud CASTRO, 2007 p. 124).

Neste mesmo sentido, podemos perceber que independentemente de um direito positivado o homem traz consigo conceitos que são intrínsecos à própria natureza humana que o levam a tomar decisões ou fazer julgamentos que independem de sua vontade mas ocorrem por conta de seus instintos em razão do meio social ao qual está inserido.

Sobre essa forma de se estruturar um senso comum Durkheim leciona que as crenças ou costumes que são comuns aos indivíduos que vivem dentro de um mesmo contexto social constituem um sistema próprio que podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Esse sistema independe de situações

particulares que seus membros se encontram tendo que em vista que os indivíduos mudam conforme o tempo, porém, a sociedade permanece. Neste sentido podemos dizer que o sistema não muda a cada geração, mas sim que ele liga as gerações passadas com o presente e com as gerações futuras. Este sistema faz com que uma sociedade tenha suas propriedades e convicções igualmente os indivíduos particulares possuem, porém de maneira que abrange a várias pessoas e não somente o ser íntimo (DURKHEIM, 1999, p. 50).

Podemos verificar que a consciência coletiva gera um sistema que perdura com o passar dos anos, novos indivíduos poderão surgir enquanto outros partirão, porém as determinações seguidas por aquele meio se manterão e, sendo assim, passa-se a se construir os paradigmas que permearão a vida naquela sociedade cabendo ao indivíduo se adaptar a eles.

Ainda seguindo as lições de Durkheim (1999, p. 51), este nos diz que o indivíduo, após ser inserido nessa sociedade que possui uma consciência coletiva, ao ofender os costumes daquele meio estará cometendo um ato criminoso, tornando-se assim um delinquente.

Lola Aniyar de Castro diz que: “o delito, pois, é nada mais do que um ponto de vista sobre o anti-social, que logrou impor-se sobre outros pontos de vista, em um dado momento e lugar” (CASTRO, L. 1983, p. 65 apud CASTRO, M. 2007, p. 132).

Sendo assim, seguindo esses conceitos podemos concluir que o homem criminoso nada mais é que um ser antissocial, pois, negou-se a seguir determinados parâmetros pré-estabelecidos para o convívio naquela sociedade e se opôs aquele sistema que o senso comum o força a seguir optando assim em viver de forma contrária a aceita pelos seus pares (CASTRO, 2007, p. 132).

Porém, cabe aqui destacarmos que, a própria consciência coletiva é capaz de excluir certas pessoas do conceito de delinquente mesmo que o ato cometido seja considerado costumeiramente criminoso. Neste cenário, verificamos o que Matheus Felipe de Castro (2007, p. 126) chama de coisificação dos sentimentos do homem, onde seus atos praticados no meio social se reduzem as suas posses e seu valor financeiro e isso irá determinar se ele é ou não um delinquente.

A criminalidade passou a ser relacionada com a posição social ocupada pela pessoa e quem será taxado como delinquente é previamente selecionado por quem detém o poder de seleção. (CASTRO, 2007, p. 133).

Assim, podemos dizer que o status social do delinquente é fundamental para definir, tanto na sociedade quanto nos órgãos oficiais, quais os efeitos do ato praticado. Se a pessoa que cometeu o ato não possuir

o status de delinquente mesmo tendo realizado um comportamento punível, não é alcançado pelas sanções que a ele deveriam ser impostas, por outro lado o indivíduo que é taxado pela sociedade como delinquente sofre certas sanções antes mesmo de apresentar um comportamento delitivo (BARATTA, 2011, p. 86).

No ponto de vista histórico, a teoria do etiquetamento marcou um novo caminho para ciência criminológica ao substituir as teorias clássicas da criminalidade pelas teorias da criminalização. Não mais importa se o indivíduo é delinquente, mas sim, se a sociedade assim o considera. A análise criminológica sai do âmbito abstrato para o concreto dos processos de criminalização e muda-se o foco do feito cometido para as condições do autor (GOMES; MOLINA, 2008, p. 207).

Conforme se evidencia, a partir do surgimento da teoria do etiquetamento, a criminologia muda aquele pensamento inicial, citado no item 2 do presente trabalho, deixa de lado a análise de causas do delito, do desvio primário, e passa a analisar fatores variáveis sobre o indivíduo perante a sociedade a que pertence.

Como verifica-se nas palavras dos autores acima citados, fala-se muito na análise da figura do autor de determinada conduta perante a sociedade, porém, cabe destacar que a figura da vítima também é crucial para analisarmos certos delitos.

O etiquetamento social, conforme será demonstrado em momento oportuno, cabe tanto para a pessoa do autor quanto à pessoa da vítima, pois, não somente o autor está inserido em uma sociedade que define padrões de convívio, mas também a vítima está presente nesta mesma comunidade e, sendo assim, não está imune aos julgamentos que levam em consideração os comportamentos individuais além da conduta praticada.

Para o interacionismo simbólico¹, a sociedade é construída por uma infinidade de interações concretas entre indivíduos e que um processo de tipificação se afasta destas situações concretas. Para a etnometodologia, que estuda os métodos cognitivos que os indivíduos utilizam em situações sociais comuns, não se pode conhecer uma sociedade sobre o plano objetivo, mas sim, através de uma construção social por parte de indivíduos e de grupos diversos, sendo assim, estudar a realidade social significa estudar os processos dos mais simples comportamentos até as construções mais complexas que levam a concepção da ordem social (BARATTA, 2011, p. 87).

Sendo assim podemos retomar a ideia de que para se analisar um delito não necessariamente se verifica tão somente a figura do autor, e sim, também, a figura da vítima. Seguindo o princípio de que a

sociedade se funda nas interações entre indivíduos ou grupos percebemos que uma sociedade não se funda apenas em formalidades pré-estabelecidas, mas também neste convívio entre pessoas que nos traz a real definição dos paradigmas da ordem social e ainda, podemos dizer que um delito nasce da interação da sociedade ou, da interação entre autor e vítima.

Baratta (2011, p. 88) nos diz que uma organização social é regida por normas gerais, como por exemplo, normas éticas ou normas jurídicas, porém, esta mesma sociedade é dotada de normas interpretativas que vão determinar a aplicação das normas gerais a situações particulares. Neste momento visualiza-se a problemática que se busca estudar no presente trabalho, pois, percebemos que ao mesmo tempo em que existem normas gerais, sejam elas éticas ou jurídicas, é a interpretação em situações particulares que ditará como elas serão aplicadas surgindo com isso a possibilidade de termos interpretações diversas em casos idênticos onde o que muda é apenas o status social do autor conforme citado anteriormente.

Os criminólogos mais comuns no âmbito da criminologia buscam examinar a problemática de “quem é o criminoso?”, “como se tornou delinquente?”, “quais os meios para se controlar esse delinquente?”. Em contrapartida, os interacionistas, que de modo geral são autores que buscam base e inspiração na Teoria do Etiquetamento Social, buscam uma análise voltada a responder indagações como: “quem é definido como criminoso”, “que efeitos decorrem desta definição sobre a pessoa?”, “quais situações podem levar um indivíduo a ser objeto de uma definição como criminoso?” e, por fim, “quem define quem?” (BARATTA, 2011, p. 88-89).

Percebamos que a teoria do etiquetamento social (*Labeling Approach*) não traz uma análise de parâmetros gerais, e sim busca analisar o indivíduo e o que o levará a ser taxado como delinquente (seja isso justa ou injustamente) haja vista que, o meio que se chegará a esta conclusão é extremamente subjetivo, pois se pauta na livre interpretação e não na aplicação igualitária da lei e dos costumes para todos os casos.

Uma das direções de pesquisas utilizadas para o estudo do etiquetamento social é a que conduz ao estudo da formação da identidade desviante isso significa a análise dos efeitos que a aplicação da etiqueta de criminoso causa para o indivíduo etiquetado (BARATTA, 2011, p. 89).

As palavras acima citadas remetem ao pensamento de que, muitas vezes, o indivíduo sequer praticou um delito, porém, diante de seu status social ele já é tido como delinquente e esse rótulo a ele atribuído pode o motivar, ou ainda, o convencer de que realmente sua posição na sociedade é a de delinquente,

sendo assim, uma pessoa que jamais delinuiu, devido ao peso do rótulo a ele atribuído, passa acreditar que este é seu destino.

Para exemplificar podemos utilizar o que diz Vera Regina Pereira de Andrade onde destaca que o sistema penal é constituído, na maioria das vezes, por pobres, não por esses estarem mais propícios a cometer delitos mas porque mais facilmente são criminalizados e etiquetados como delinquentes (ANDRADE, 1996, p. 32).

No mesmo sentido, Zaffaroni (2001, p. 245-246) nos fala sobre a “construção do delito” onde diz que o sistema penal tem poder suficiente para selecionar determinados candidatos a serem criminosos, cria um processo para sua criminalização e encaminha para o judiciário que poderá optar por receber ou rejeitar essa ação. A forma de escolha feita para se chegar ao “receber” ou “não receber” a ação muitas vezes é feita em razão da pessoa e não dos fatos sendo o candidato ao crime escolhido por causa de certos estereótipos.

A estrutura de um processo recebido que poderá despertar a pretensão punitiva do Estado levando a prisão de certo individuo que fora selecionado como delinquente é, muito possivelmente, pautada em discursos “apologéticos, mistificadores ou cínicos”, ou seja, fundados em conteúdo extremamente ideológico (DIETER, 2012, p. 01).

Esses efeitos da etiqueta aplicada ao indivíduo podem despertar a identidade delinquente ou ainda a reforçar vez que, conforme ensina Baratta (2011, p. 90) esse rótulo pode trazer dúvidas sobre a funcionalidade do sistema penal quando tratamos da ideia da pena como forma de prevenção do delito ou da sua concepção reeducativa. Pode-se dizer que, na realidade, quando o sistema penal, ao oferecer penas de restrição de liberdade deixa de cumprir esse papel fundamental de reeducação sobre o indivíduo criminoso e passa a dar a essa pessoa uma confirmação de seu caráter de delinquente e o encoraja a viver uma vida pautada em uma carreira criminosa.

É muito provável que o número de pessoas que incorrem em atos desviados é extremamente alto, porém, nem todos são descobertos² e, quando descobertos, nem todos são perseguidos pela prática do fato.

Para a teoria do etiquetamento, quando alguém é descoberto e perseguido, é possível que aconteçam diversas mudanças na forma em que este indivíduo vê o mundo e também na forma em que vê a si mesmo passando a definir-se como um indivíduo desviado ou delinquente, e isso pode levá-lo a continuar infringindo normas.

Isso normalmente acontece quando um indivíduo é etiquetado formalmente como delinquente, ou seja, quando é detido, julgado e preso ou ainda, com mecanismos mais sutis, quando as consequências da rotulação afetam o indivíduo em seu convívio com amigos e familiares e trazem dificuldades para arranjar trabalho, deste modo, acabam por vedar as oportunidades que esta pessoa deveria ter a disposição e isso a aproxima da vida delitiva (MAÍLLO, 2007, p. 257-258).

Como vimos até o presente momento, o etiquetamento social é algo que deve ser constantemente analisado pelo direito, pois, muitas vezes um rótulo aplicado equivocadamente, apenas baseando-se pelos costumes de determinada comunidade, pode ser capaz incriminar um indivíduo, simplesmente excluí-lo do radar da criminalidade ou ainda, convencê-lo de que este não possui o direito de almejar nada em sua vida exceto o caminho da criminalidade.

4 OS ESTEREÓTIPOS

No item anterior verificou-se que a Teoria do Etiquetamento social se funda em características que a sociedade impõe a determinados indivíduos ou grupos. Neste item buscaremos a definição do que são estes rótulos, etiquetas, ou ainda, estereótipos, que são usados para reger ou julgar determinados indivíduos ou grupos.

As definições estereotipadas que se apresentam numa sociedade funcionam como uma espécie de roupagem comportamental que busca, através disso, o controle social, pois, oferece uma figura estrutural que é considerada estável e que pode ser aplicada para todo o mundo (STRECK, 1988, p. 72).

Warat busca definir os Estereótipos como termos que por si só não apresentam grande valor significativo, porém, seu sentido é sempre construído dentro de um determinado contexto histórico e social. A construção da significação desses termos tem grande relevância na elaboração de definições de padrões sociais e na formulação de discursos persuasivos.

As definições generalizadas dos estereótipos podem levar ao enrijecimento de certos conceitos de valores pois, busca que estes sejam tidos como imutáveis e que haja sua perpetuação no meio em que é utilizado. Neste sentido, é sempre necessário que se faça uma análise profunda nessa carga valorativa aplicada ao estereótipo ao se ler algumas definições utilizadas nos discursos jurídicos, pois, de maneira geral, um estereótipo é utilizado para que se transmitam conteúdos ideológicos.

Ao se criar uma definição para um termo e com isso transformá-lo em um estereótipo o objetivo que se busca com isso é o de influenciar e determinar certas opiniões. Os estereótipos carregam consigo uma carga valorativa com um poder tão forte que o simples ato de externá-los pode acarretar na

influência de comportamentos ou definir opiniões sobre certos fatos ou hipóteses. Sendo assim, podemos dizer que ao proferir uma simples palavra estereotipada dentro de um determinado contexto, esta possui eficácia para despertar uma série de atributos ou opiniões que o termo carrega dentro de uma sociedade que a definiu conforme seus costumes.

Logo, esses termos começam a ser aplicados a certas pessoas de uma determinada classe e em pouco tempo vê-se essa definição sendo aplicada a todos daquele contexto social. Para exemplificar tudo que foi dito até o momento, imaginemos uma situação onde pretende-se comprovar que determinados homens negros têm envolvimento com um crime para em seguida afirmar que esses homens são essencialmente seres criminosos. Quando essa definição se torna um estereótipo e carrega aquele poder que foi acima mencionado, chega-se a um momento onde a simples menção do termo homem negro provocará o sentimento de que este homem necessariamente tem relação com a vida criminosa (WARAT, 1984, p. 70-73).

Em resumo, ainda seguindo as lições de Warat, temos que:

Um estereótipo é uma expressão ou uma palavra que pretende gerar adesões valorativas, comportamentos ou opiniões a partir de um processo de significação, no qual, o receptor da mensagem a aceita de modo acrítico, baseando em solidariedade epidérmica (WARAT, 1984, p. 73).

A sociedade como um todo é munida de inúmeros estereótipos, sejam eles positivos ou negativos e como visto, possui o único intuito de influenciar opiniões sobre certas pessoas. O indivíduo pode ser rotulado por qualidades ou defeitos imaginários atribuídos a sua classe. Como por exemplo: todo garimpeiro é aventureiro; todo negro é indolente; todos os nordestinos são folgados; toda mulher de roupa curta aceita convites para encontros amorosos, etc. (STRECK, 1988, p. 74).

Warat, além de sua conceituação nos apresenta dois tipos de estereótipos que habitam em nossa sociedade: primeiramente apresenta os estereótipos como um símbolo que ao ser usado se limita a persuadir por meio daquele forte poder ideológico e valorativo já mencionado. Como exemplo disso o autor cita termos como: “judeu, democracia, subversivo”. De outro modo, o autor demonstra um segundo tipo de estereótipo o qual trata como um símbolo que carrega os modelos de valores que se tem em uma sociedade. Neste caso, o estereótipo provoca a consolidação de uma realidade estagnada, a qual tem como uma ordem perfeita. As excludentes de ilicitude podem ser vistas desta forma (WARAT, 1984, p. 72).

O conceito de estereótipo acima definido com excelência por Warat nos mostra sua harmonia com a teoria do etiquetamento apresentada no item 2 do presente trabalho. Esta teoria nos diz que o status

social do indivíduo pode influenciar em seu convívio no meio em que habita. Complementando o sentido da teoria, percebemos como esse etiquetamento, rótulo ou estereótipo (como queiram) gera uma generalização de certas características que, diga-se de passagem, deveriam ser particulares. Conforme mostra pesquisa realizada pelo Datafolha e publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 15 de Janeiro de 2019, 30% dos entrevistados relatam que já sofreram preconceito por causa da classe social, 28% por causa do local onde mora, 26% por causa de sua religião, 24% em razão de seu sexo, 22% por cor ou raça e 9% em razão de sua orientação sexual (AMÂNCIO, 2019). Esses números evidenciam que a estereotipagem está presente em nossa sociedade e traz danos às pessoas rotuladas por suas características e em razão disto deve ser objeto de estudo constante. Note-se que de acordo com a pesquisa supracitada, grande parte da população já foi estereotipada por algum motivo e cabe aqui ressaltarmos que muitas desses preconceitos sofridos levam a um próximo passo: o de associar essas determinadas características que levaram ao preconceito com a delinquência.

Nesta mesma linha, podemos entender que ao ser praticado um ato de preconceito por causa de características físicas de determinado grupo e a partir disso associar o indivíduo com a vida criminosa, passa-se a tratar o delito como uma realidade do local onde essa pessoa estereotipada está inserida e passa-se a entender, muitas vezes equivocadamente, que o crime é a forma dessa pessoa se expressar, vê-se normalidade no delito (quando este ocorre) e também se vê normalidade em acusar certo grupo de delinquente mesmo sem este ter delinquido (BARATTA, 2011, p. 39) De acordo com Streck (1988, p. 85), esses estereótipos não são simples definições aplicadas por certos grupos a certos grupos, isso está tão enraizado na sociedade que levou o renomado médico, antropólogo, historiador, jornalista, professor e escritor brasileiro Thales de Azevedo a estereotipar toda uma nação ao dizer:

Já não é possível desenhar um perfil do brasileiro que não leve em conta traços de intolerância, de frieza e dureza, de cobiça e egoísmo, de desdém pelos costumes e pela lei, ao lado do conformismo, da ingenuidade e do fatalismo, da emotividade facilmente excitável e explorável... (AZEVEDO, 1981, p. 58 apud STRECK, 1988, p. 85).

Como verificado até aqui, o etiquetamento é algo tão presente em nossa sociedade que se chega ao ponto de uma nação inteira ser rotulada com maus adjetivos em razão de características de pessoas isoladas onde não se reflete a realidade de todos os fatos e sim se aplica um rótulo a todos por causa de poucos.

Conforme já trazido em trechos anteriores deste texto, a Teoria do Etiquetamento Social está inserida dentro de uma Ciência chamada de Criminologia. Neste sentido, cabe destacar o trecho de Gomes e Molina (2008, p. 33) onde nos dizem que a Criminologia não se trata apenas de uma arte mas sim de

uma ciência genuína que traz consigo informações válidas e dignas de confiança vez que são pautadas em investigações, análises e observações da realidade de uma sociedade.

Sendo assim, a fim de se obter essas referidas informações baseadas na realidade da sociedade que se entendeu necessária uma pesquisa de campo que teve como objetivo verificar se há alguma possibilidade de um determinado estereótipo aplicado dentro de um contexto fático interferir no julgamento que as pessoas dão para determinado delito.

A pesquisa foi elaborada por meio de plataforma online e teve sua divulgação e encaminhamento feito através de diversas redes sociais que permitiram o alcance de 75 municípios, dentro de 14 Estados e 2 países, obtendo assim um total de 204 respostas, de pessoas de faixa etária entre 10 e 63 anos de idade e grau de escolaridade desde o ensino fundamental até mestres. Acreditamos que esta vasta diferença de regiões do globo terrestre, de idade e de escolaridade nos permitirão demonstrar uma análise mais próxima da realidade vez que foi possível unir dados de diferentes culturas. A integralidade dos casos hipotéticos utilizados em cada questão e os gráficos dos resultados obtidos estão anexos a este artigo.

Foram formuladas 6 (seis) questões onde estavam narrados fatos contendo os crimes de: homicídio, previsto no Art. 121 do Código Penal; extorsão, previsto no Art. 158 do Código Penal; posse e porte de arma de fogo, previstos nos Arts. 12 e 14 da Lei 10.826/2003. Em uma das questões aplicava-se uma característica reprovável ou admirada pela sociedade para o autor do delito ou para a vítima, enquanto em outra questão com fatos idênticos mudavam-se essas características a fim de verificar qual a influência da rotulação no julgamento daqueles fatos. Vale ainda mencionar que a pesquisa foi dividida e analisada perante dois públicos: os conhecedores da seara jurídica e os leigos conforme se mostrará a seguir.

A primeira e a sexta questão tratavam de um crime de homicídio, ocorrido sobre circunstâncias exatamente iguais, onde um pai, enciumado e preocupado com o namoro da filha, atira contra seu namorado. Na primeira questão a vítima era um jovem trabalhador e estudioso, enquanto na sexta questão a vítima era um conhecido traficante da cidade o qual já tinha condenações graves em sua ficha.

A indagação que se fazia era se o autor dos disparos era culpado ou inocente pela morte da vítima. Na questão 1 temos 98,55% das pessoas que possuem relação com o direito considerando o autor culpado e 99,25% dos leigos também considerando o autor culpado. Já na questão 6 onde se verificam características que a sociedade costuma desaprovar na figura da vítima temos uma redução para

91,30% dos que possuem conhecimento jurídico considerando o autor culpado e 90,23% dos leigos também considerando o autor culpado.

Vejamos que a aplicação de uma característica desabonadora para a vítima nos sugere que parte das pessoas que responderam essa questão podem ver justificado o homicídio por não compactuar com a figura da vítima. Esta hipótese, onde a vítima é conhecida por sua vida no crime e sua morte, mesmo através de um ato criminoso, é aceita pela população nos remete a uma frase muito ouvida na nossa sociedade: “bandido bom é bandido morto”.

Seguindo a análise dos dados colhidos passamos a verificar a segunda e a quarta questão que trazem um crime de extorsão. Na segunda questão verifica-se um comerciante que comete o delito e subtrai o dinheiro de um empresário que lhe devia certa quantia vindo a utilizar o dinheiro obtido com o crime para reaver a quantia que lhe era devida e também pagar outras dívidas da própria vítima. Por outro lado, na questão 4 temos a figura de um adolescente que abandona os estudos e vem a se tornar dependente químico. Pratica o crime em face de um idoso para com o dinheiro obtido comprar drogas para si e para seus amigos.

Neste contexto as indagações que se faziam era no sentido de haver ou não crime na conduta de ambos os autores vez que os dois possuíam justificativas que consideravam ser justas para tanto.

Na questão 2 temos 86,96% das pessoas do ramo jurídico dizendo que sim, houve crime e 69,17% dos leigos também dizendo que houve crime. Enquanto isso, na questão 4 temos 98,55% das respostas das pessoas do âmbito jurídico dizendo que há crime e 96,24% dos leigos também dizendo que há crime.

O que chama a atenção nestas duas hipóteses é de que na segunda questão visualizamos uma espécie de “Robin Hood” que retira dinheiro de uma pessoa de posses e repassa para as pessoas que precisam daqueles valores, fazendo que boa parte dos entrevistados, entenda não haver crime naquele ato pois, o valor foi utilizado para uma causa de maior importância que o delito em si. Já ao analisar os números da quarta questão é possível verificar que talvez o fato da sociedade, em sua maioria, reprovar o uso de drogas e condenar jovens que não desejam estudar consideram veementemente, quase que na maioria das respostas, a conduta do jovem delitiva e ignoram o fato de que poderíamos estar diante de uma séria doença que mereceria maior atenção.

A última análise de dados que faremos será a comparação das questões 3 e 5 na qual temos um crime de posse de arma (questão 3) onde um jovem profundamente conhecedor de jogos de ação se

considera apto a comprar uma arma sem registro para sua defesa com o argumento de que seus jogos o tornam capaz de manuseá-la. De outro lado (questão 5), temos um militar da reserva do Exército Brasileiro que adquire uma arma sem registro para defesa pessoal usando-a apenas uma única vez para afastar assaltantes de um posto de combustível.

Aqui buscou-se verificar qual o tratamento seria dado aos dois casos visto que nenhum possui permissão para adquirir as referidas armas, porém, um baseia sua capacidade em jogos de ação enquanto outro se baseia em cursos militares com armamento. Na terceira questão 97,10% dos entrevistados que são do meio jurídico disseram que ser conhecedor de jogos ação não torna o agente apto para possuir uma arma de fogo. 97,74% dos leigos seguiram a mesma linha. Enquanto isso na quinta questão verificamos que 36,23% dos conhecedores do direito e 42,11% dos leigos responderam que, mesmo não possuindo documentação necessária para a arma, o militar não praticou nenhum crime neste caso.

Nestes dois últimos casos apresentados cabe destacar duas etiquetas aplicadas aos agentes do fato. Primeiramente temos a imagem de um jogador de jogos violentos ao qual diversos veículos de comunicação levantaram a dúvida sobre a influência que esses jogos possuem para que pessoas realizem massacres como os acontecidos em várias partes do mundo nos últimos tempos deixando a sociedade intrigada com esse tipo de atividade. De outro lado temos um Oficial do Exército Brasileiro, instituição essa que no ano de 2019 foi indicada pelo Instituto de Pesquisa Datafolha como a de maior credibilidade perante os brasileiros.

Neste contexto da questão número 5, verificamos que um rótulo aplicado ao agente, nesse caso um rótulo que a sociedade aceita, fez com que aproximadamente 40% dos entrevistados dos dois públicos sugerissem que esse agente deve ser eximido das penas do seu crime.

Com base em todos estes dados colhidos podemos verificar que pessoas com conhecimento jurídico e a sociedade leiga em geral possuem maneiras diferentes de ver um delito, umas se baseiam na ciência enquanto outras no senso comum ou no que enxergam como justo ou injusto.

Porém, o que consideramos de maior importância é a percepção da hipótese que foi possível visualizar onde um mesmo delito, com fatos idênticos, que apenas se inserem características particulares, sendo estas aceitas ou reprovadas pela sociedade, no autor ou na vítima de um fato criminoso, podem fazer com que um crime seja visto de maneira diferentes e com isso acarretando em um julgamento distinto em casos semelhantes.

Cabe aqui um destaque de que dentre os entrevistados que possuem certo conhecimento jurídico a grande maioria ignorou características particulares e buscou realizar uma análise técnica que considerou apenas as informações inerentes a caracterização do delito, dando assim uma maior segurança jurídica para a sociedade.

Por fim, o mesmo destaque deve ser feito para os entrevistados leigos, que, muito provavelmente por causa das alterações de características particulares de determinados agentes das situações narradas, mudaram sua forma de ver os delitos mesmo que os casos sejam idênticos. Essa alteração na forma de julgar um delito nos causa a impressão de que, muitas vezes a sociedade não está em busca da legalidade, mas sim do que se tem por certo desde seus primórdios, assim nos fica aparente que muitas vezes se prefere ficar ao lado do ilegal pois a sensação de que a justiça deve ser feita de qualquer forma os conforta mais do que a sensação de legalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de todos os tópicos propostos na presente pesquisa, desde os conceitos iniciais da criminologia até a pesquisa de campo que nos possibilitou visualizar onde está inserida a Teoria do Etiquetamento dentro da sociedade é possível tecer algumas conclusões e hipóteses.

Verificamos que com o surgimento da criminologia como ciência tornou-se possível uma análise mais profunda e detalhada dos delitos vez que se passou a traçar um perfil do delito, do delinquente e das causas que levaram esse indivíduo a delinquir e assim chegando mais próximo de se compreender e explicar o porquê de um ato delituoso.

A Teoria do Etiquetamento Social nos mostrou como a sociedade possui sua própria maneira de se reger, possui suas definições de certo e errado que muitas vezes diverge do legal e do ilegal. O indivíduo que vive nesta sociedade é visto através de seu status social e muitas vezes esse status interfere no julgamento de seus atos. Um indivíduo com um status elevado dificilmente é taxado como delinquente enquanto o de status inferior muitas vezes é tido como criminoso sem ao menos ter delinquido. Essa rotulação de criminoso pode levar alguém que jamais delinuiu a aceitar esse título e essa pessoa passa a delinquir por achar que o status de criminoso é a única coisa que lhe cabe.

O estudo dos estereótipos nos permitiu ter a percepção da proporção que um simples termo pode alcançar ao se definir uma característica e aplicá-la indistintamente buscando o objetivo de influenciar e interferir as opiniões das pessoas. Essa característica define toda uma classe, ou ainda, como visto

no presente artigo, é capaz de definir uma nação através desse simples rótulo que carrega consigo uma grande carga valorativa e ideológica.

Chegando na fase da pesquisa de campo pudemos ver que os dados colhidos foram capazes de levantar a hipótese de que os estereótipos têm força na sociedade, pois, as respostas dos entrevistados nos demonstraram que, muito provavelmente pela estereotipagem realizada em determinadas questões, as pessoas veem um mesmo fato com olhos diferentes quando se deparam com uma figura que desprezam ou ainda, com uma figura que admiram.

Por fim, um ponto de grande relevância que se buscava analisar com o presente artigo era como a Teoria do Etiquetamento poderia influenciar a análise dos delitos tanto no meio jurídico quanto na sociedade leiga, neste ponto pudemos ver que a sociedade comum teve maiores variações de julgamento, deixando seus instintos naturais prevalecerem sobre a legalidade. Por outro lado, tivemos a felicidade de ver pessoas que atuam ou estudam no ramo jurídico respondendo aos questionamentos de maneira mais técnica e, sendo assim, nos transmitindo uma maior segurança e confiança ao futuro do judiciário.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, Thiago. Cresce a parcela de brasileiros que diz já ter sofrido algum preconceito: sensação de discriminação é maior entre negros, gays, umbandistas e evangélicos. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 jan. 2019. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/cresce-a-parcela-de-brasileiros-que-diz-ja-ter-sofrido-algum-preconceito.shtml>> Acesso em 15 out. 2019.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, p. 24-36, jan. 1995. ISSN 2177-7055. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15819>>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011. Tradução de Criminologia critica e critica del diritto penale.
- BORGES, Livia de Oliveira; CARVALHO, Virgínia Donizete de, RÊGO, Denise Pereira do. Interacionismo Simbólico: Origens, Pressupostos e Contribuições ao Estudo em Psicologia Social. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932010000100011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 04 dez. 2019.
- CARVALHO, Salo de Antimanual de criminologia / Salo de Carvalho. – 6. ed. rev. e ampl. – São Paulo : Saraiva, 2015.
- CASTRO, Matheus Felipe de. A criminologia da luta de classes. Discursos Sediciosos, ano 11, n. 15-16, p.121148,2007. Disponível em: https://www.academia.edu/32205913/CASTRO_Matheus_Felipe_de_A_Criminologia_da_Luta_de_Classes. Acesso em: 17 abril 2020.
- DIETER, Maurício Stegemann. Política Criminal Atuarial: A Criminologia do fim da historia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012. 300 p. Tese (Doutorado em Direito) – Direito do Estado – Universidade Federal do Paraná, Florianópolis, 1988. Disponível em <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39166446/MAURICIO_STEGEMANN_DIETER__pOLITICA_cRIMINAL_ATUARIAL.pdf?1444788207=&responsecontentdisposition=inline%3B+filename%3DMAURICIO_STEGEMANN_DIETER__p_OLITICA_c.pdf&Expires=1594866318&Signature=Muw0CsZ563IWSdoKXKM0ExUYPjtZUi~3yFJc0rdkabZKaLIZS4lp8xlNyLuSFrtBJZ83HlieSg1tDwRMgOcQllyH8FgYd6oRVtLKvrAMxCqd8T1Vat8RE8svSm63ohzwxnPiyMrb4tWfjwqteoczJGk5nPteC9RQFSIDwUi~m~eqYai1FX~DcSaKYS6GNaMC3TXGZ8MeCDsibG2CY7BAK35tKEH5s4dBeQOdT2cfHx82Kj~wBliIz0LIWv73SlkrZbxkG0yTL0R6gMLdGce6F2LUdP3213aVCNPc4oU1D50R30a8mv8D0qm6PcvReVAyHY57aWZLY7yVrEl4ng__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em 15 jul. 2019.
- DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. Tradução Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução de De la division du travail social.
- GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio García Pablos de. Criminologia: introdução aos seus fundamentos teóricos: introdução as bases criminológicas da Lei 9.099/95, lei dos juizados especiais criminais. Tradução Luiz Flávio Gomes, Yellbin Morote Garcia, Davi Tangerino. 6 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. Grau de confiança nas instituições. São Paulo - 2019. Disponível em [http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-](http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml)

[veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml](http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml). Acesso em: 14 jul 2020.

MAÍLLO, Afonso Serrano. Introdução à criminologia. Tradução Luiz Régis Prado. 1 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. Tradução de Introducción a la criminología.

MALAGUTI, Batista Vera. CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 1, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 20-39 Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro, Brasil

SANTOS, Juarez Cirino. A Criminologia Radical. 3 ed. Curitiba: ICPC Lumen Juris, 2008.

STRECK, Lenio Luiz. O tribunal do júri e os estereótipos: uma leitura interdisciplinar. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. 124 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Especialidade Direito – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/75478/82056.pdf?sequence=1>>. Acesso em 20 out. 2019.

WARAT, Luiz Alberto. O direito e sua linguagem. 2 ed. Porto Alegre: Editora Sergio Antonio Fabris, 1984.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal. Tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopes da Conceição. 5 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001. Tradução de En busca de las penas perdida

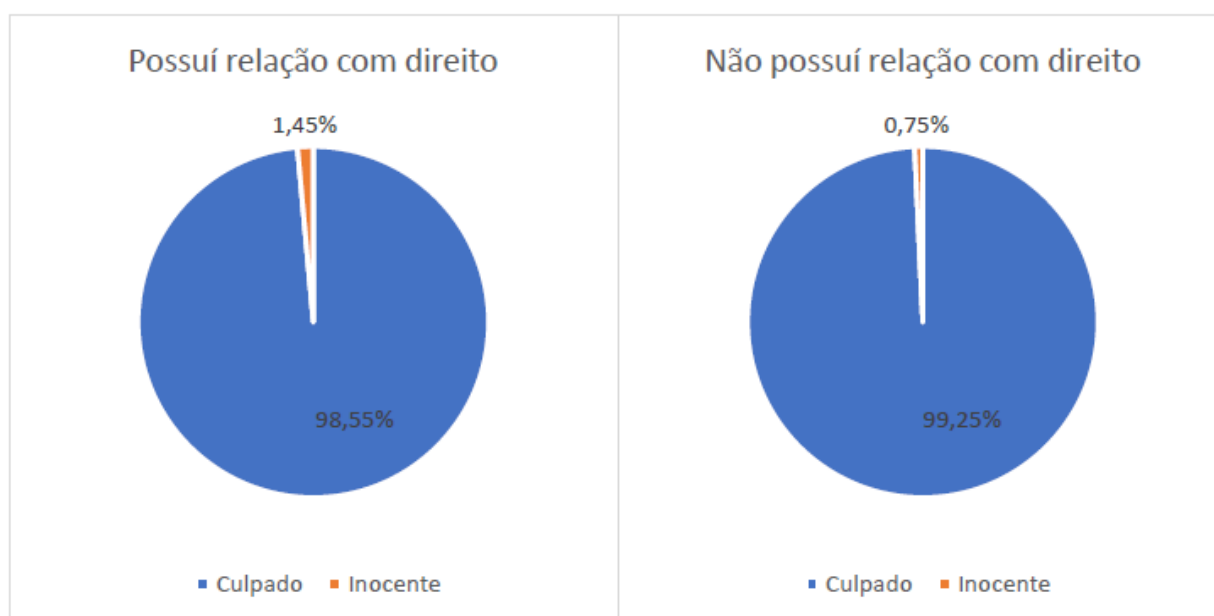
NOTAS

¹O interacionismo simbólico constitui uma perspectiva teórica que possibilita a compreensão do modo como os indivíduos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem e como tal processo de interpretação conduz o comportamento individual em situações específicas (BORGES; CARVALHO: REGO, 2010, p. 148).

²Estes crimes não descobertos são chamados de cifras negras da criminalidade e nas palavras de Santos (2008, p. 13) representam a diferença entre aparência (conhecimento oficial) e a realidade (volume total) da criminalidade convencional, constituída por fatos criminosos não identificados, não denunciados ou não investigados (por desinteresse da polícia, nos crimes sem vítima, ou por interesse da polícia, sobre pressão do poder econômico e político), além de limitações técnicas e materiais dos órgãos de controle social.

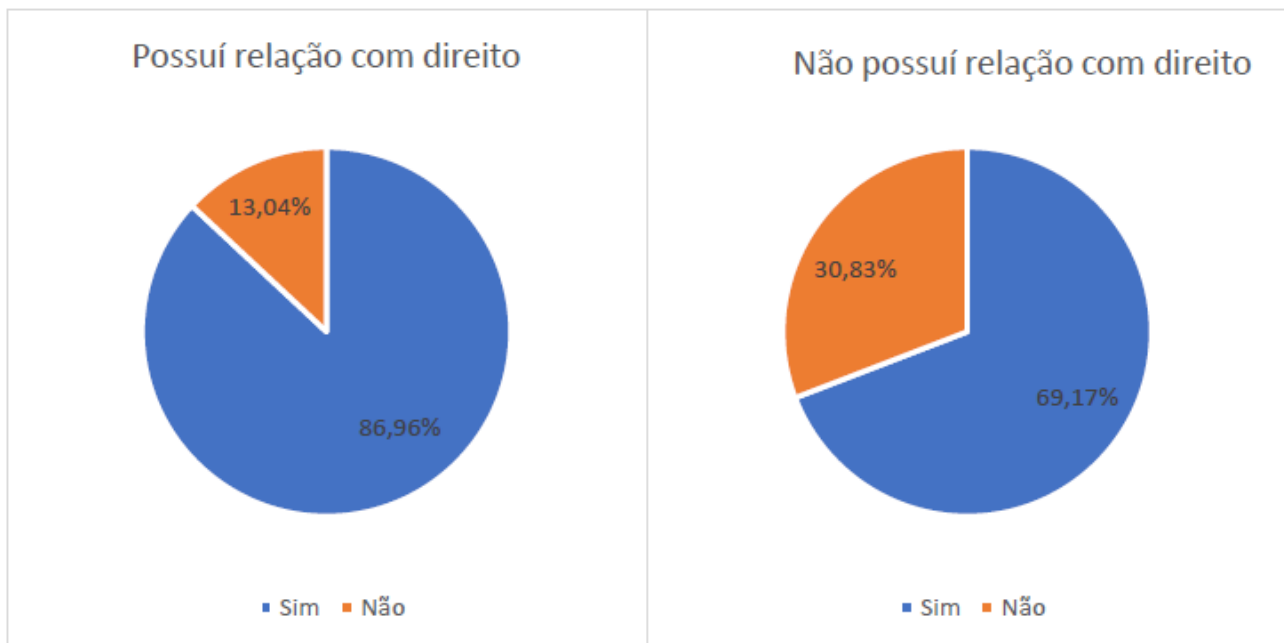
ANEXO A – ANÁLISE SOCIAL DOS DELITOS

1. Felipe, 20 anos, estudante de Engenharia Civil, trabalha como empacotador em um supermercado em período integral e aos finais semanas é garçom em uma pizzaria, tudo isso para conseguir pagar por seus estudos. Conhece Patrícia de 19 anos e com ela assume um namoro. Roberto, pai de Patrícia, ao saber do namoro fica profundamente irritado, pois diz que sua filha é intocável e ainda é seu bebê. Certo dia, Roberto, inconformado com o namoro e com o argumento de estar protegendo sua filha, espera Felipe sair da pizzaria onde trabalhava e, sem dar chance de defesa, efetua cinco disparos de arma de fogo em Felipe que vem a óbito no mesmo momento. Diante do assassinato de Felipe sobre o argumento de proteger sua filha, você considera Roberto:

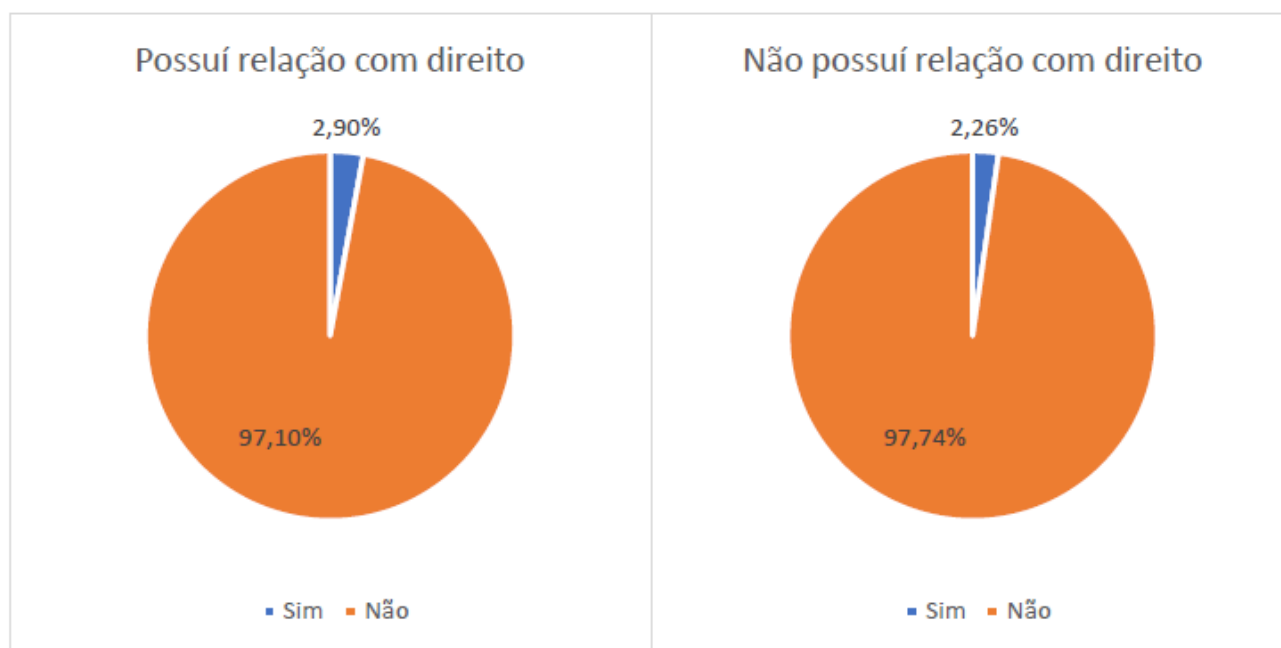


2. Sérgio, empresário bem sucedido, é abordado por um homem encapuzado que, pondo uma faca na região do seu abdômen o obriga a ir a um caixa eletrônico e sacar todo o dinheiro que conseguisse. Ocorre que o homem encapuzado era Flávio, comerciante da cidade que há meses tentava receber uma conta de Sérgio e não conseguia, e que ainda, ficou sabendo que mesmo possuindo condições para pagar, Sérgio é devedor em diversos estabelecimentos locais e zomba dos lojistas que vendem para ele e não recebem. No dia seguinte ao fato, os comerciantes que tinham valores a receber de Sérgio, chegaram em suas lojas e se depararam com um envelope contendo a quantia que lhes era devido dando quitação a todas as contas de Sérgio. Flávio apenas se apossou dos valores que Sérgio lhe devia e o restante usou para pagar os demais lojistas. O dinheiro que sobrou, Flávio deixou em um envelope na casa de Sérgio pois não queria ficar com nenhum valor que não lhe pertencesse. Diante

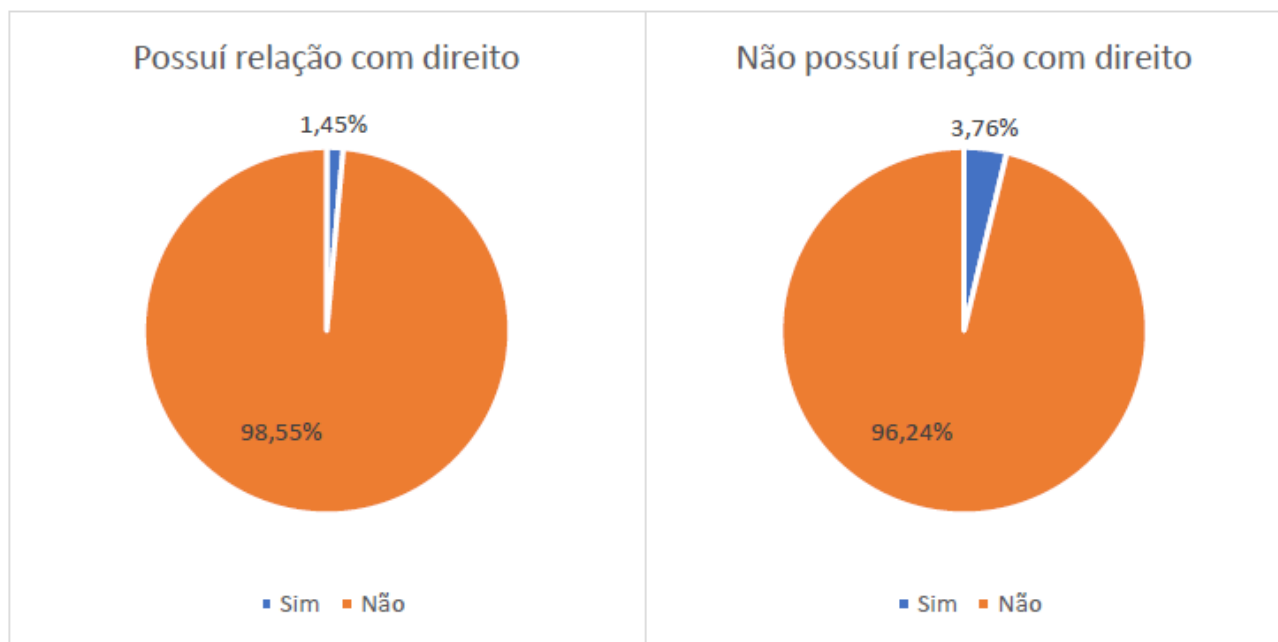
dos fatos narrados, você considera que, sendo que usou o dinheiro obtido na extorsão para pagar as dívidas da própria vítima, Flávio deve ser condenado por algum crime?



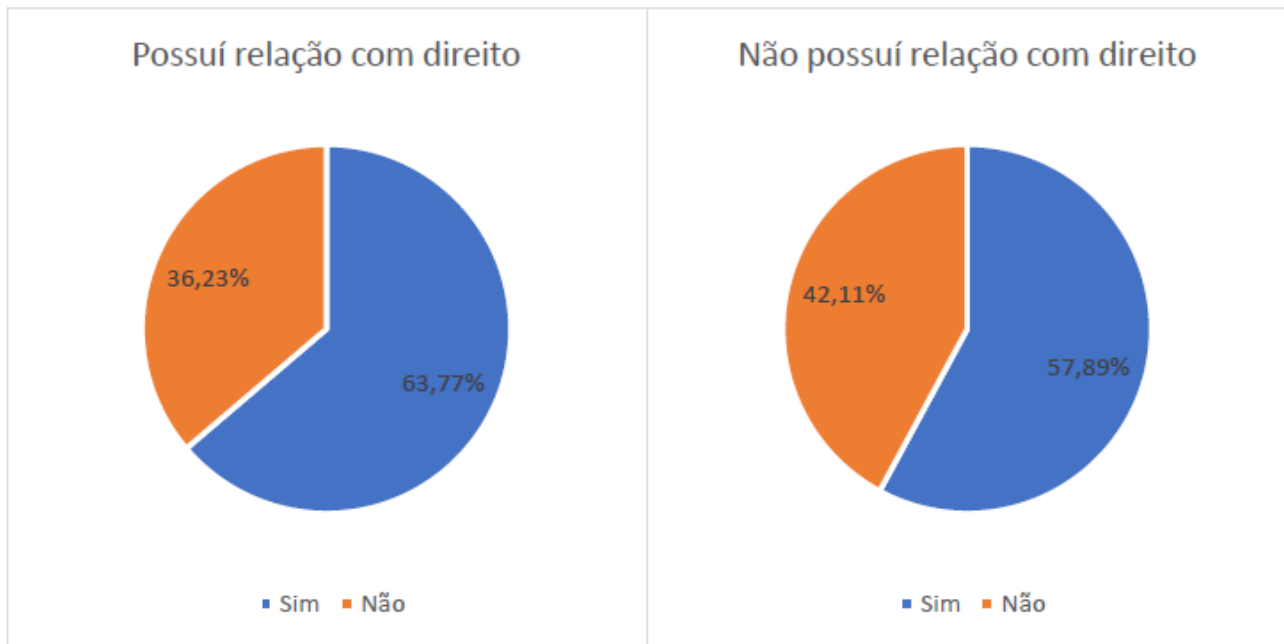
3. Jorge é obcecado por jogos de ação e se considera "expert" em armas, pois, conhece todas as que existem em seus jogos preferidos. Já estudou todos os mecanismos de funcionamento e sabe o momento correto de utilizar cada uma delas. Com base nesse conhecimento adquirido em seus jogos ele decide comprar uma arma de fogo sem qualquer forma de registro ou procedimento legal, pois para ele, já possui condições suficiente para possuí-la sem passar por qualquer teste e saberá empregá-la caso necessite para sua defesa. Em sua opinião, o fato de ser um conhecedor de jogos é suficiente para inocentar Jorge do crime de posse ilegal de arma de fogo?



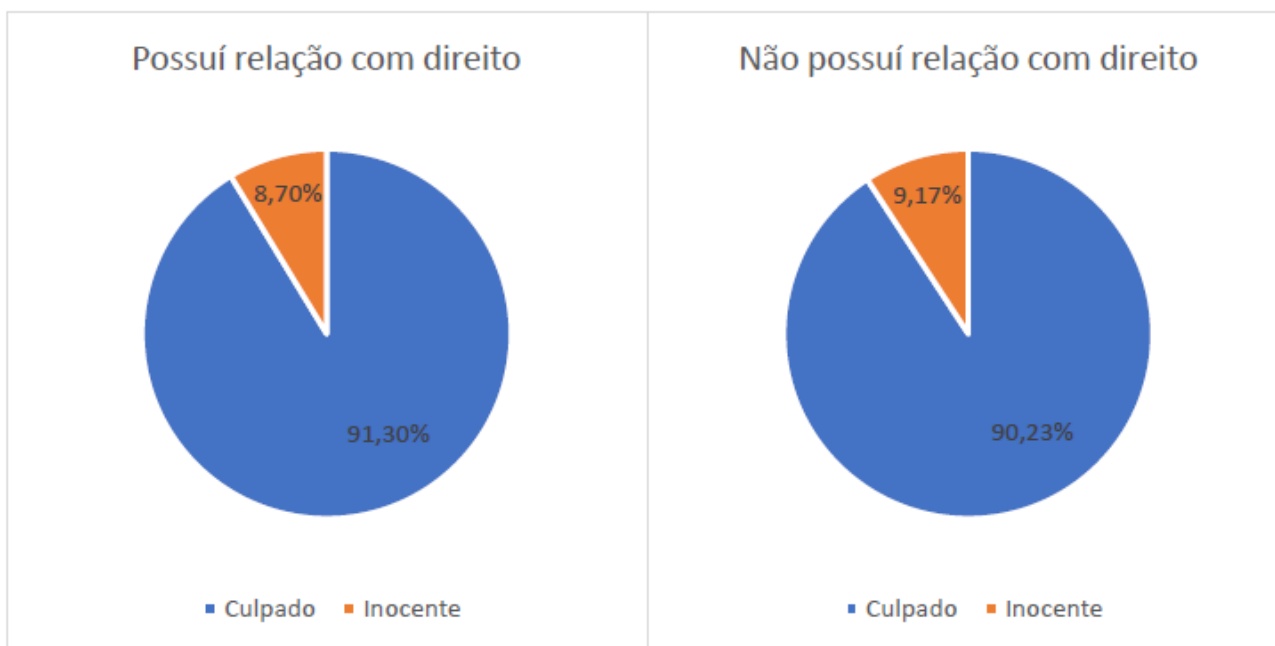
4. Luquinhas, menor de idade, abandonou seus estudos ainda nas séries iniciais, aborda um Senhor na saída de uma Casa Lotérica onde acabara de realizar uma aposta. O adolescente, simulando portar uma arma de fogo, obriga o Senhor a retornar à Lotérica e sacar todo o dinheiro que restara da aposentadoria que recebeu naquele mês, com o argumento de que sua família não comia há dias e ele precisava do dinheiro para alimentá-los. Ocorre que, na realidade, Luquinhas jamais auxiliou sua família em nada e o dinheiro foi usado para comprar alguns cigarros de Maconha para ele e para alguns amigos, pois, nenhum possuía dinheiro para sustentar esse vício que eles sequer pensam em tentar largar. Em sua opinião, o fato de Luquinhas ser dependente químico é suficiente para inocentá-lo do delito cometido?



5. Nascimento é Oficial da reserva do Exército Brasileiro e é conhecido pelo seu comportamento exemplar em todos os anos que esteve na ativa e ainda, sempre foi destaque no tiro sendo que realizou curso de "Sniper" (Atirador/Caçador). Desde que passou para reserva, Nascimento passou a andar desarmado, porém, se sentia totalmente indefeso e por isso, em uma viagem ao Paraguai decidiu comprar uma arma para defesa pessoal e de toda sua família. Pelo fato de ser um conhecedor de armas e reconhecidamente apto para o seu manuseio, o Oficial não realizou nenhuma documentação de compra. Por 5 anos Nascimento portou a referida arma sendo que nesse período jamais utilizou-a de maneira inadequada, sempre realizando as manutenções necessárias e guardando-a em local apropriado. Ocorre que, em certo dia Nascimento estava abastecendo seu carro quando percebeu dois indivíduos se aproximando para cometer um assalto. Rapidamente o Oficial sacou sua arma e disparou na direção dos assaltantes que, apesar de feridos conseguiram fugir. Após o ocorrido a polícia é acionada para atender a ocorrência e prende Nascimento por sua arma não possuir a documentação necessária. Em sua opinião, a prisão de Nascimento foi correta sendo que este agiu para evitar um assalto e é plenamente capaz de portar uma arma?



6. Paulo, 35 anos, é conhecido por sua vida no crime. Possui diversas passagens por roubo, cumpriu pena por homicídio, está respondendo a um processo por estupro e é conhecido como o traficante da cidade. Paulo conheceu Maria em uma festa, mulher de 28 anos que é enfermeira e estuda para conseguir uma bolsa para a faculdade de medicina. Depois de alguns dias iniciam um namoro e passam a viver juntos. Augusto, pai de Maria, homem simples que batalhou muito para pagar a primeira faculdade da filha, ao saber que ela está vivendo com um homem considerado como o mais perigoso da cidade, fica extremamente preocupado por pensar que sua filha pode ser a próxima vítima de Paulo ou ainda, que possa entrar para vida do crime ou das drogas e estragar todo o futuro que ela busca conquistar. Com o argumento de proteger a filha deste homem considerado extremamente perigoso, Augusto espera Paulo sair de um restaurante e efetua diversos disparos de arma de fogo contra ele que morre no local. Em sua opinião, por ter matado Paulo para garantir a segurança da filha, Augusto deveria ser considerado:



Capítulo 13



10.37423/220806485

PERCEPÇÃO DE DISCENTES DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE O CORPO PERFEITO IDEALIZADO NA MÍDIA

Francisca Joyce Marques Benício

Instituto Federal da Paraíba - Campus Sousa

Gertrudes Nunes de Melo

Instituto Federal da Paraíba - Campus Sousa

Iraquitan de Oliveira Caminha

Universidade Federal da Paraíba

Patricia Diógenes de Melo Brunet

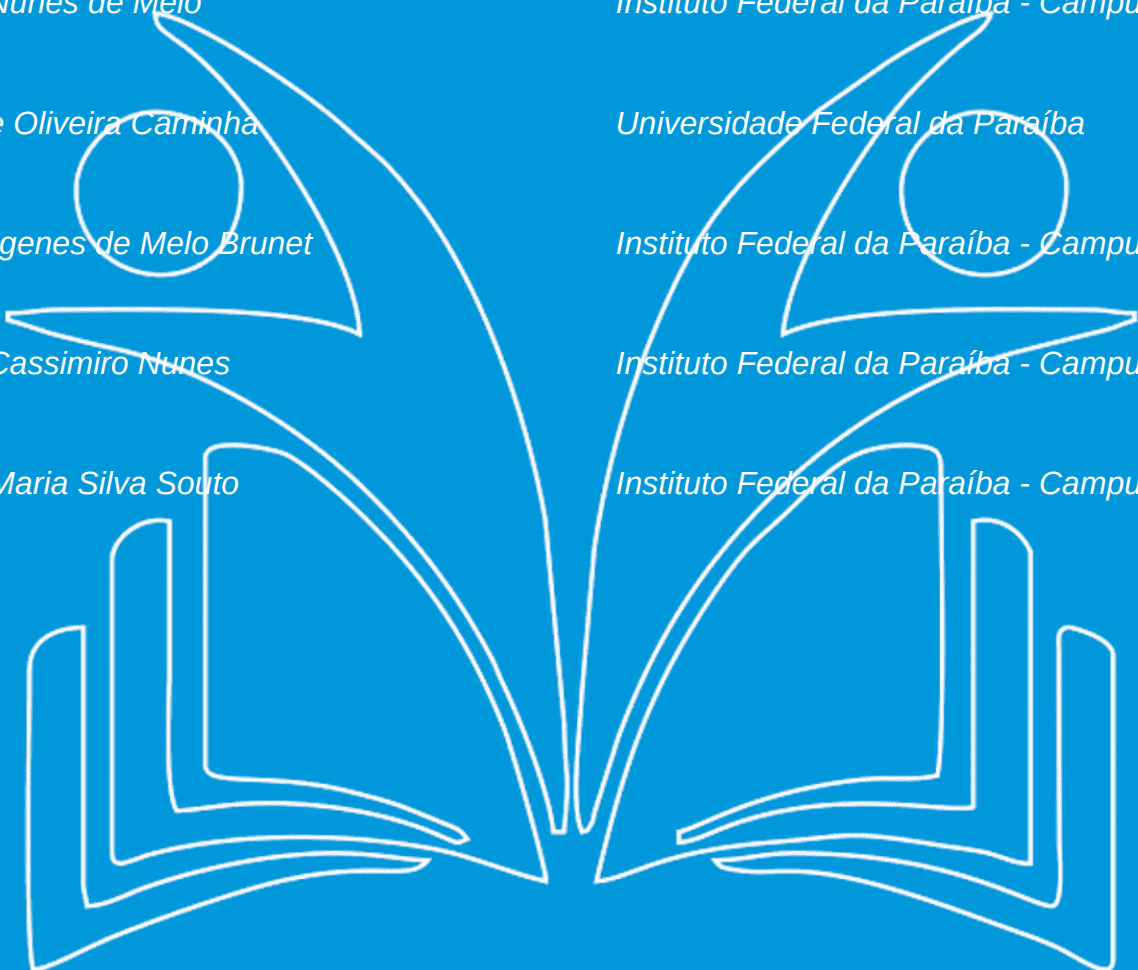
Instituto Federal da Paraíba - Campus Sousa

Ana Clara Cassimiro Nunes

Instituto Federal da Paraíba - Campus Sousa

Giulyanne Maria Silva Souto

Instituto Federal da Paraíba - Campus Sousa



Resumo: objetivo: O estudo buscou compreender a percepção de discentes de um curso de licenciatura em Educação Física sobre a influência do corpo perfeito idealizado pela mídia na formação e atuação do profissional da área.

Métodos: De caráter qualitativo e descritivo, a pesquisa contou com a participação de 51 discentes dos 6º e 8º períodos do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPB, e utilizou como instrumento uma entrevista semiestruturada, cujos dados foram transcritos e analisados através da análise de conteúdo de Bardin (2011).

Resultados: As percepções do corpo perfeito encontradas, remetem ao sentir-se bem e possuir um corpo saudável. Por outro lado, a maioria dos entrevistados afirmaram não existir esse modelo corporal propagado pela mídia, o qual ainda está mais associado ao bacharelado do que com a licenciatura.

Conclusões: Para os discentes, a relevância do professor de Educação Física está ligada ao conhecimento, pouco importando a estética dos seus corpos.

Palavras-chave: Corpo. Mídia. Licenciatura.

INTRODUÇÃO

O corpo, ao longo da história, adquiriu diversos conceitos que proporcionam um entendimento de sua imagem para o indivíduo e sociedade. Sob esta óptica, toma-se como concepção a perspectiva de Daolio (2018) que entende o corpo como algo dotado de significações sociais, construído culturalmente pelas diferentes formas que as sociedades se manifestam e manifestam os corpos.

Por essas razões, o corpo funciona como materialidade simbólica da significação, na qual se inscreve o teor social (SOUZA, 2004), ou seja, os indivíduos compreendem o corpo pela forma que ele é apresentado na sociedade, e essa diversidade de percepções possibilita a criação de atividades vantajosas à comunidade, como a venda de produtos, roupas e alimentos, tornando o corpo um capital para quem investe (JANOWSKI; MEDEIROS, 2018).

Em tempos que um dos fatores mais relevantes é a aparência, a mídia é um dos apetrechos sociais mais importantes na produção de significados e interpretações do mundo (COIMBRA, 2004). Esta se apropria da sua relevância para incentivar os indivíduos a seguirem padrões no modo de se portar e relacionar-se, corroborando também para a busca incessante da sociedade pelo ideal de beleza através de produtos e fórmulas, com vista o padrão de corpo perfeito, que ao final, não passa de um grande comércio em que o corpo é constantemente explorado.

Em contraposto às reflexões de Merleau-Ponty (2017) sobre o “corpo próprio”, os ideais propagados pela mídia fazem alusão a corpos perfeitos, magros, esculpidos e rejuvenescidos (FROIS; MOREIRA; STENGEL, 2011). A população, por sua vez, recorre a treinamentos sem orientação, dietas, medicamentos que inibem o apetite, anabolizantes e até mesmo cirurgias estéticas a fim de alcançar as imposições do corpo exaltado pela mídia, muito embora gerem riscos para a saúde. Da mesma forma, Bastos, Silva Linhares e Silva (2021) alertam para os distúrbios alimentares como anorexia, bulimia e vigorexia que provém das cobranças em torno do estético.

Vale ressaltar que as imposições do corpo perfeito englobam diferentes faixas etárias e grupos sociais que buscam uma identidade, muitas vezes distorcida pela mídia e pela sociedade na qual o indivíduo está inserido. Partindo dessa premissa, a forma que cada pessoa concebe seu corpo tende a ser modificado a qualquer momento, uma vez que cada indivíduo cria sua imagem corporal de acordo com aspectos fisiológicos e psicológicos, além de informações, desejos, sensações e emoções que são recebidas no meio social onde está inserido, fato que torna o corpo suscetível e vulnerável as tendências sociais (LE BRETON, 2006).

Consoante a lógica do pensamento da sociedade atual, profissionais que lidam com corpos, como é o caso da Educação Física, sofrem cobranças advindas do universo cultural e social que estão inseridos, tendo que ser “modelos” para seus alunos e demais integrantes da sociedade. Em alguns casos, a necessidade de um corpo esbelto e musculoso está associado a boa forma física, pois o professor precisa suportar, por vezes, o esforço de várias aulas (PALMA; ASSIS, 2005).

Todavia, esses apontamentos demonstram preocupação visto que a competência e eficiência do profissional de Educação Física são medidas pelo seu corpo, quando apontado pelos profissionais entrevistados no estudo de Palma e Assis (2005) que “o principal currículo do professor, é o corpo dele”. Mediante tais discussões, Vaz (2019) reitera que a reprodução sobre questões ligadas ao estético hegemônico reproduzido na formação de professores de Educação Física prioriza um poderoso discurso midiático, influenciando comportamentos e, obviamente, os corpos dos próprios docentes dessa área e daqueles com os quais interagem.

Torna-se impossível, portanto, desconsiderar a influência da mídia na formação de ideias e atitudes, a qual se estende a área da EF, em que se pesam os pensamentos restritos que a responsabilidade do profissional desse âmbito é “esculpir” corpos (SERRA, 2001; SILVA; LÜDORF, 2017).

Logo, o corpo perfeito idealizado pela mídia possui influência sobre a formação e atuação do profissional de Educação Física, havendo a necessidade de estudos que contemplem as discussões dessa temática. Assim, o objetivo do presente estudo busca compreender a percepção de discentes do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal da Paraíba - Campus Sousa (IFPB), sobre a influência do corpo perfeito idealizado pela mídia.

MÉTODOS

Para tratar da problemática sobre a percepção da comunidade acadêmica do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPB acerca da influência do corpo perfeito idealizado na mídia, foi realizado uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho descritivo, na qual participaram estudantes de ambos os sexos, contabilizando 51 estudantes dos 6º e 8º períodos do citado curso, com idades entre 19 a 32 anos.

Foi utilizado como instrumento uma entrevista semiestruturada contendo 8 questões. A base para elaboração do instrumento foi a teoria relacionada ao tema e o mesmo foi submetido a um processo de adaptação antes da coleta de dados (estudo piloto).

Os procedimentos adotados para realizar a pesquisa foram divididos em dois momentos. No primeiro momento, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do IFPB, conforme a Resolução nº 466/12 que regulamenta este tipo de estudo, e à posteriori, foram realizados levantamentos e fichamentos dos estudos que relacionam o corpo perfeito idealizado na mídia e a atuação e formação do profissional de Educação Física.

Na segunda etapa, realizou-se a aplicação da entrevista. Tal fase foi acordada previamente com os alunos que concordaram em participar e assinaram o termo de consentimento. O instrumento foi aplicado antes ou após a aula, individualmente, numa sala reservada e as falas foram registradas com auxílio de gravador de áudio digital.

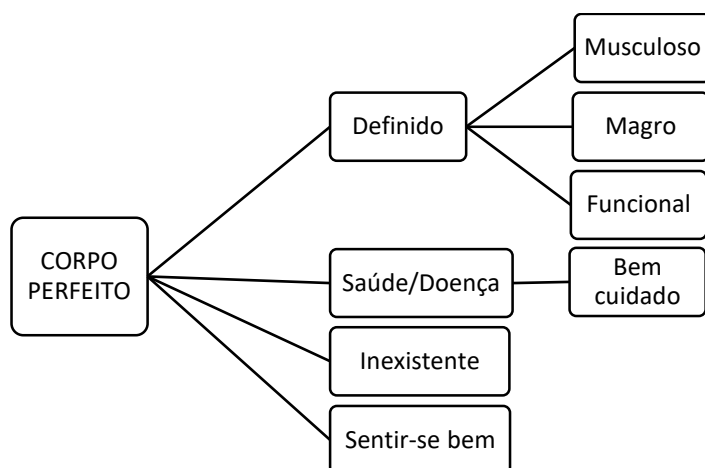
Para análise dos dados, realizamos a transcrição de todos os arquivos de áudio, que receberam o tratamento da informação no programa Aquad, atribuindo a cada integrante um código, assegurando-se, assim, o sigilo da identidade dos entrevistados. Em seguida, os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1998) 13, que atribui aos dados uma categorização das informações mais citadas pelos participantes. As categorias de análise encontradas foram corpo perfeito, mídia, imagem corporal e prática docente, construídas por meio da elaboração no programa *Diagram Designer*.

O Projeto foi aprovado sob o número do Parecer: 3.392.938 no dia 14 de junho de 2019.

RESULTADOS

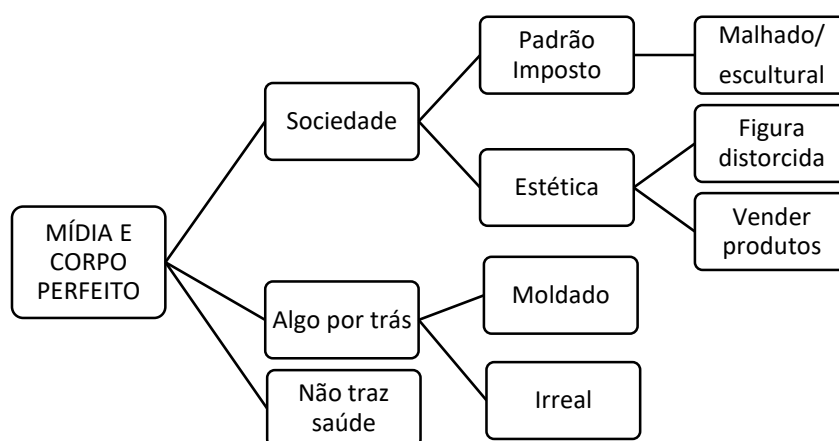
Compuseram o estudo 12 discentes do sexo feminino e 19 do sexo masculino, utilizando a nomeação “A” correspondente a “aluno” como forma de identificação.

Na primeira questão aos discentes, buscou-se compreender o entendimento dos mesmos sobre o que seria o corpo perfeito. Os achados formularam as categorias: “definido”, “musculoso”, “magro”, “funcional”, “inexistente”, “saúde/doença”, “bem cuidado” e “sentir-se bem”. Tais palavras evidenciam as respostas que definem o corpo perfeito, ora como saúde e ausência de doenças, ora como sentir-se bem com seu próprio corpo, e quando está bem cuidado. Para outra parcela da amostra, o termo se define como um corpo definido, musculoso, magro e funcional (diagrama 1).

Diagrama 1-Para você o que é um corpo perfeito?

Fonte: autoria própria elaborado no *Diagram Designer* (2021)

Quando questionados sobre o corpo que é exposto na mídia, as respostas selecionaram as seguintes categorias: “sociedade”, “padrão imposto”, “malhado/escultural”, “estética”, “figura distorcida”, “algo por trás” “moldado”, “irreal”, “não traz saúde”. Assim, a maioria acredita que a sociedade impõe esse padrão que a mídia mostra como sendo perfeito, porém não reflete saúde haja vista o estereótipo e os mecanismos estéticos buscados para alcançar esse tipo de corpo que, muitas vezes, leva ao comprometimento do ser saudável (diagrama 2).

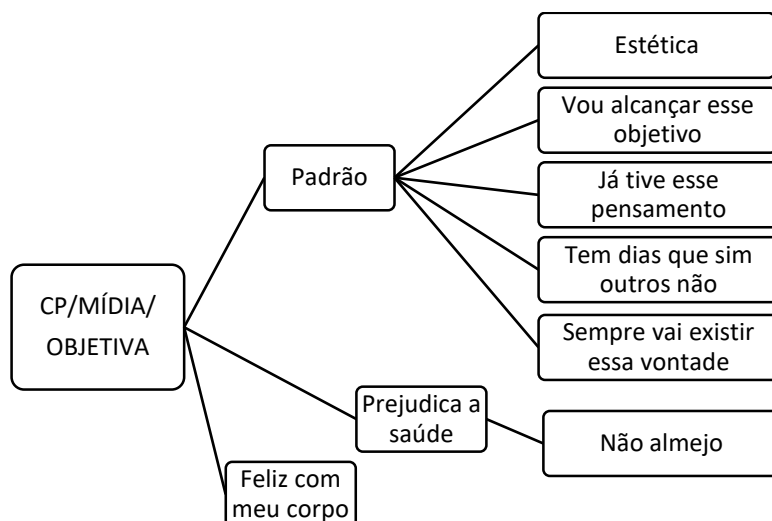
Diagrama 2- Você concorda que o corpo difundido na mídia é o corpo perfeito?

Fonte: Autoria própria elaborado no *Diagram Designer* (2021)

Posteriormente, os entrevistados foram questionados se objetivavam ter o corpo que é exibido nos meios de comunicação. As principais categorias apontadas foram: “padrão”, “estética”, “vou alcançar esse objetivo”, “já tive esse pensamento”, “tem dias que sim outros não”, “sempre vai existir essa vontade”, “prejudica a saúde”, “não almejo”, “feliz com meu corpo”. Percebe-se que essa questão

está voltada para o padrão que a mídia estabelece, posto que alguns alunos relatam ter o desejo de ter esse corpo propagado pela mídia, outros afirmaram estar felizes com seu corpo, outros que esse corpo que a mídia apresenta não traz saúde, logo, não o almejam (Diagrama 3).

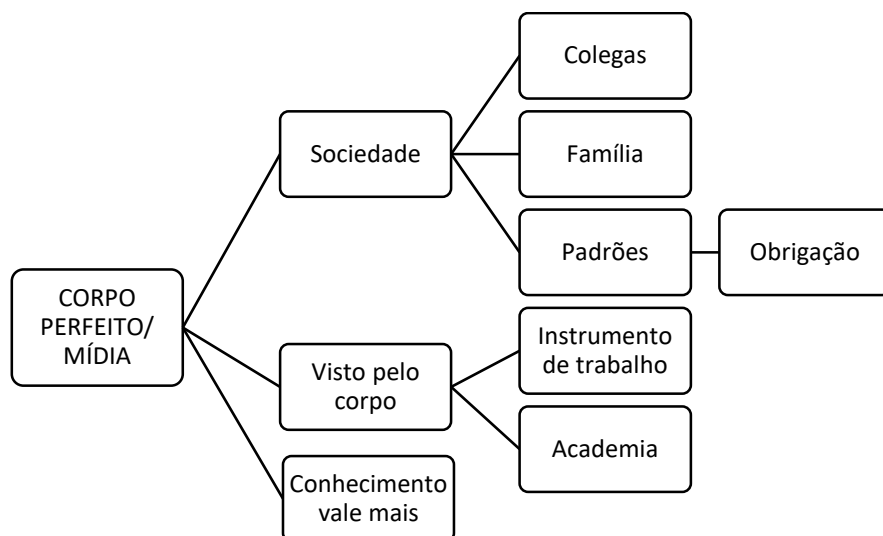
Diagrama 3- Você objetiva ter um corpo como de homens ou mulheres que aparecem na Tv, mídias digitais, cinema e revistas?



Fonte: Autoria própria elaborado no *Diagram Designer* (2021)

Na questão que trata sobre se sentirem forçados a ter um corpo perfeito por parte da família, amigos ou pela sociedade por fazer parte de um curso de Educação Física, os relatos apontam: “sociedade”, “família e colegas”, “padrões”, “visto pelo corpo”, “instrumento de trabalho”, “academia”, “conhecimento vale mais”. Os alunos afirmam que recebem cobranças para que se tenha esse corpo perfeito e/ou relatam que são vistos pelos seus corpos. Em outros casos, os participantes dão destaque a importância do conhecimento a ser adquirido.

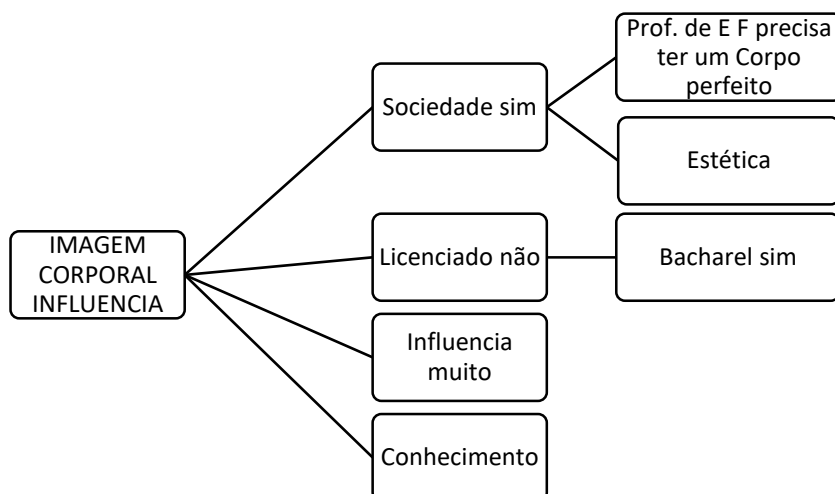
Diagrama 4- Você se sente forçado a ter o corpo perfeito da mídia pela sociedade/ pelos colegas; por fazer parte de um curso de Educação Física?



Fonte: Autoria própria elaborado no *Diagram Designer* (2021)

No que tange à influência da imagem corporal na prática docente, os termos mais citados foram: “sociedade sim”, “professor de EF precisa ter um corpo perfeito”, “estética”, “influencia muito”, “licenciado não/bacharel sim”, “conhecimento”. (Diagrama 5).

Diagrama 5- Você acha que sua imagem corporal influencia a sua prática docente?

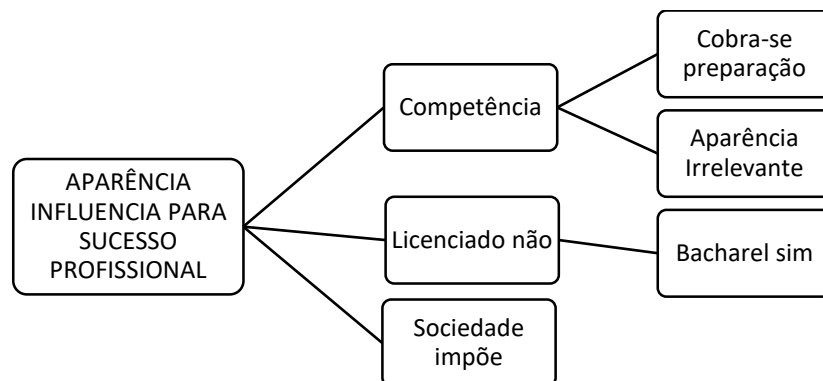


Fonte: Autoria própria elaborado no *Diagram Designer* (2021)

Ainda sobre a atuação do profissional de Educação Física e sua relação com o corpo, os discentes foram indagados se à aparência do corpo contribui para o sucesso profissional; as principais categorias foram: “competência”, “cobra-se preparação”, aparência irrelevante”, “licenciado não/bacharel sim”, “sociedade impõe”.

Portanto, para os alunos a competência do profissional é mais relevante do que a aparência, no entanto, isso se aplica à licenciatura, pois o âmbito escolar não visa corpos. No bacharel, os discentes acreditam que ter um corpo definido é essencial para obter sucesso na carreira, confirmando as respostas obtidas em diagramas anteriores.

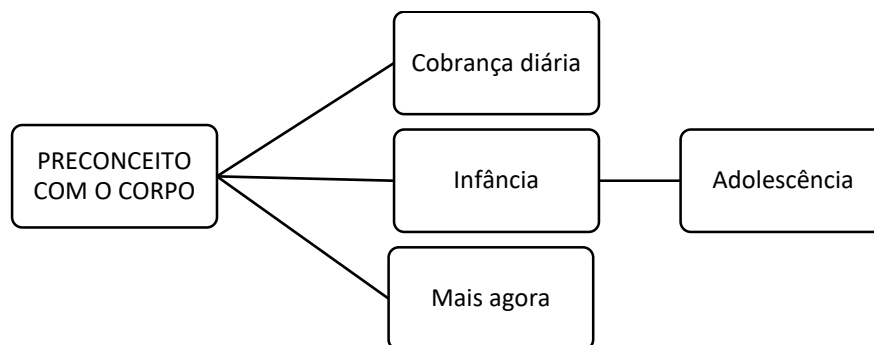
Diagrama 6 -Você acha que sua imagem corporal influencia a sua prática docente?



Fonte: Autoria própria elaborado no *Diagram Designer* (2021)

Na pergunta direcionada aos sentimentos ou ocorrências de preconceito em relação ao seu corpo, obtiveram-se as categorias: “cobrança diária”, “infância e adolescência”, “mais agora”. É notório que a maioria relata que sofreu algum tipo de preconceito no período da infância e da adolescência, outros afirmaram que esse tipo de atitude se dá diariamente por conta da profissão escolhida (diagrama 7).

Diagrama 7 - Você já sentiu preconceito com relação ao seu corpo?

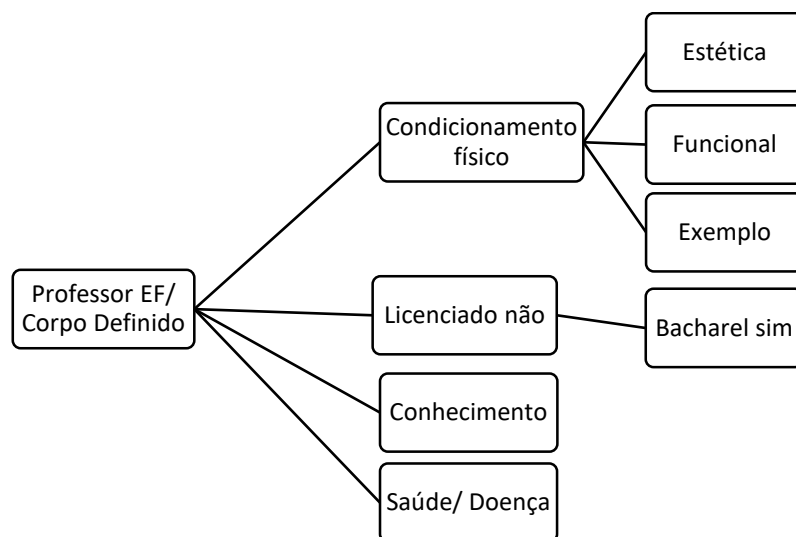


Fonte: Autoria própria elaborado no *Diagram Designer* (2021)

Na concepção dos discentes, quando os mesmos foram indagados se o professor de Educação Física precisa ter um corpo perfeito, as respostas foram muito variadas, e as principais categorias encontradas formam: “condicionamento físico”, “estética”, “funcional”, “exemplo”, “licenciado não/bacharel sim”, “conhecimento”, “saúde/doença”. Desse modo, a maioria afirmou que o licenciado não precisa ter esse corpo definido que é exposto na mídia, diferentemente do bacharel

que, ao ser voltado para a academia, requer um corpo escultural. Não obstante, alguns discentes acreditam que para além de um corpo definido, o importante é ter conhecimento e saúde. Em outros casos, os alunos relataram o corpo funcional, com um bom condicionamento, pois o professor é exemplo para os demais (diagrama 8).

Diagrama 8- Na sua opinião, o professor de educação física precisa ter um corpo definido?



Fonte: Autoria própria elaborado no *Diagram Designer* (2021)

DISCUSSÃO

As evidências encontradas no estudo sobre o corpo perfeito conferem a proposição que a mídia expõe de um porte esbelto, esculpido e atlético. Segundo Balestra¹⁴, a humanidade, nos últimos anos, vem almejando uma figura de corpo ideal, como sendo magro, esguio e atlético. Em algumas falas nota-se as assertivas:

“...é aquele corpo esbelto definido, sarado diferentemente de uma pessoa gorda, uma pessoa não tão magra, também que tenha músculos.” (A.26)

A idealização do corpo atlético também é fundamentada através dos alunos que mencionam:

“...um corpo que ele estaria totalmente integrado com todas as capacidades, funcionando perfeitamente, assim... espiritual, cognitivo, mental e o físico.” (A.19)

“É um corpo funcional.” (A.30)

Muito embora os estudos demonstrem a inexistência de um corpo perfeito, o ser humano constrói sua visão do eu e da imagem do seu corpo, os quais são intimamente associados e dependentes do

desenvolvimento do sistema sensorial/neurológico, da percepção e das relações socioculturais que o indivíduo estabelece com o seu meio (MARZANO-PARISOLI, 2004; TAVARES et al., 2020). Contribui à discussão o autor Le Breton (2007) ao relatar que a construção social abstraída pelo corpo, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias, explica o funcionamento e as relações que o homem encarna. Portanto, o ideal de corpo é muito amplo e composto por diferentes percepções que podem variar de acordo com a sociedade, com o contexto no qual o indivíduo está inserido, e até pelas fortes influências que a mídia sobrepõe aos indivíduos.

Segundo Souto e Ferro-Bucher (2002) as imposições determinam um padrão de beleza que, inconscientemente, é incorporado; levando à busca incessante pelo culto ao belo, ao que se inclui a realização de procedimentos cirúrgicos, uso de esteroides, e dietas alimentares sem orientação médica, como descrito pelos discentes. Há também o exercício em excesso, que junto à dieta podem ser radicais, eliminando uma série de alimentos necessários para o corpo (LIRA et al., 2017). O mesmo autor acrescenta que a questão da estética está diretamente ligada à venda de produtos, tornando, assim, o corpo um ponto de comércio, sem pensar na questão da saúde, que é colocada de lado, em nome de um corpo ideal, belo. Logo, a moda e a publicidade funcionam como o centro de atração e sedução para o consumo dos produtos que fazem parte da indústria da beleza.

Na perspectiva histórica, o corpo que já foi eugenista, higienista, econômico e político, agora assume um caráter predominantemente estético (ALEXANDRINO, 2010). A Educação Física acompanhou essas tendências, e atualmente incorpora uma fase dinâmica que abrange diversas temáticas, por essa razão, faz-se necessário combater a visão simplista do corpo enquanto forma física que a mídia relata, dando lugar a criticidade e aceitação das diferenças.

Isso porque é muito comum as pessoas objetivarem o corpo propagado nos meios de comunicação, fato que se aplica aos discentes da presente pesquisa. Chama atenção a persuasão intencional da mídia, muitas vezes em momentos críticos da vida do indivíduo, mostrando possibilidades de consumo momentâneas para satisfazer a imagem corporal.

“No dia que eu estou para baixo eu idealizo que esse corpo que a mídia está impondo é ótimo para mim, mas no dia que estou alto astral não me vejo naquele corpo.” (A.03)

Por estar em um curso de Educação Física a cobrança social ainda se torna maior para que se tenha um corpo tido como perfeito, tendo que seguir um padrão que é determinado na mídia, deixando de lado o conhecimento que o profissional adquire no decorrer do curso, fato que não se distingue do

imaginário social que recorre ao corpo do professor de Educação Física como atlético, jovem, disposto, com baixo percentual de gordura e imune a problemas de saúde (SILVA; LÜDORF, 2017).

Em muitos casos, as cobranças partem da família, colegas de curso e dos alunos no período de estágio, pois implica dizer que por ser do professor de Educação Física ou futuro profissional da área é preciso ter um corpo que se tem hoje como perfeito.

“Sim, pela família, amigos, e pelos próprios colegas de curso, pois a sociedade no geral tem em mente que o profissional de EF tem que ter um corpo perfeito, escultural.” (A.30)

Em contrapartida, a academia exige bem mais desses profissionais por ser um ambiente que se busca a perfeição corporal, no qual o personal se apresenta como espelho para se conseguir o corpo ideal. Para Silva e Lüdorf (2017), em uma visão um tanto restrita sobre seu papel na sociedade, o profissional de Educação Física é visto como um dos responsáveis por “esculpir” corpos, principalmente por parte daqueles que apostam nas várias implicações do ramo do fitness como alternativa para dar nova feição às formas corporais. A fala do aluno (02) vai de encontro com a fala do autor.

“Sim, eu gosto sempre de frisar essa tecla porque somos muito vistos pelo nosso corpo, ou seja, você pode ter o conhecimento muito bom, mas pra academia se você não tiver um corpo perfeito ali, muitos alunos não vão querer você.” (A.02)

No estudo fica evidente o dualismo existente entre o licenciado e o bacharel do curso de Educação Física, tendo concepções divididas sobre as influências do corpo nos papéis desempenhados nas escolas e/ou academias.

“Muitas vezes sim, depende onde você estiver trabalhando em uma escola acho que não pode influenciar muito não, mas se eu for um profissional, um bacharel em EF é acho que o corpo influencia, teria que ter um corpo muito definido para chama à atenção dos alunos.” (A.10)

Por sua vez, no âmbito do bacharel há a necessidade de resultados, inclusive a serem mostrados através do corpo do profissional. Palma e Assis⁹ afirmam que há necessidade de o professor ter uma boa forma física, sendo que precisaria suportar, por vezes, o esforço das várias aulas.

Diante das falas dos discentes, é perceptível que a imagem corporal do profissional de Educação Física está muito atrelada à questão de ter um corpo ditado pelos padrões sociais, existindo uma cobrança indireta das idealizações midiáticas. Mediante isso, os indivíduos estarão satisfeitos com sua imagem corporal se estiverem dentro dos padrões de beleza estabelecidos, entretanto, esses ideais mudam a

cada época, e no contexto atual o que vigora são mulheres magras e homens com músculos definidos (FRANCO; NOVAES, 2018).

Haja vista a comparação do corpo a um “cartão de visitas” vivo, mais do que uma atuação de cunho essencialmente técnico, o professor de EF é um educador, na medida em que desempenha um papel formativo e contribui, em sua prática pedagógica para a formação de valores socioculturais, subjetivos e políticos (LE BRETON, 2007; SILVA, LÜDORF, 2017). Por isso:

“[...] o sucesso profissional não depende do corpo, depende mais da sua mente.” (A.10)

O Projeto Político Pedagógico (PPC) do curso de Licenciatura do IFPB - Campus Sousa, complementa que busca por uma formação de indivíduos críticos, pensantes e autônomos, capazes de ajudar a sociedade com a sua formação, não visando apenas um corpo perfeito e, sim, compartilhar o conhecimento adquirido durante a formação acadêmica.

O referido curso foi concebido com base nas recomendações do Ministério da Educação (MEC), através das Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação em Educação Física, baseado nas habilidades, competências e conhecimentos necessários à formação de um profissional/professor ético, reflexivo, inovador, ciente de seu papel e responsabilidade na sociedade. Assim, o curso tem por objetivo formar o docente que possua, ao mesmo tempo, uma boa e sólida formação básica em Educação Física, para atuar de maneira ampla e interdisciplinar, e uma formação técnica e pedagógica diversificada e atualizada, para garantir a sua inserção e competitividade no mercado de trabalho (IFPB, 2016).

Parte dos discentes reconhecem a atuação do professor de Educação Física respaldado no domínio de conteúdos para aplicar uma boa aula.

“Não, o professor precisa ter um corpo saudável, que seja capaz de executar os movimentos corretos nas aulas, e ter o real conhecimento do que será passado para os alunos.” (A.30)

Vale frisar que os discentes, afirmam que o professor de Educação Física precisa sim ser um indivíduo saudável, com um condicionamento físico bom, pois isso vai transparecer para os seus alunos que muitas vezes tem o professor como exemplo. Saba (2001) ressalta que a relevância e responsabilidade do professor de Educação Física consistem em não salientar a busca estética, ou seja, buscar um corpo perfeito, esbelto que representa o padrão de beleza imposto pela sociedade, mas sim, exaltar o benefício para a saúde, a busca por um corpo saudável, de modo a proporcionar mais e melhores anos de vida. A fala do aluno (01) vai de encontro com a citação do autor.

“Não, eu acho que em primeiro lugar cuida da saúde e tentar transferir, transmitir, multiplicar isso com os alunos para que eles tenham uma visão para a saúde, sempre busca melhorar a questão da saúde física e consequentemente psicológica e vice e versa.” (A.01)

Novamente nas falas dos discentes apresenta-se o dualismo da área da Educação Física, o qual apareceu também em outras respostas, nas quais se relata que na vertente do bacharelado é preciso ter um corpo definido, pois serve como uma espécie de cartão de visitas desse profissional e, por sua vez, na licenciatura esse corpo definido não é tão exigido, é mais solicitado que o professor utilize o conhecimento que foi adquirido no decorrer da sua formação, para aplicar em suas aulas.

CONCLUSÃO

O corpo, na contemporaneidade, está repleto de referências e qualificações, e esse apresenta-se como corpo perfeito, ideal, definido dentre outros sinônimos por grande parte da sociedade.

No tocante a percepção dos discentes sobre a temática investigada, fica claro que a maioria acredita que é inexistente o ideal de corpo difundido na mídia, mas também se obtiveram respostas que o corpo para ser perfeito é preciso ser musculoso, funcional para todas as atividades que for exigido. Os discentes do curso também acreditam que o corpo perfeito é quando o indivíduo está se sentindo bem consigo mesmo, visando a questão de perfeição associado a saúde.

Outro ponto relevante nas falas dos discentes é que a sociedade de forma indireta impõe juntamente com a mídia um ideal de corpo, e que mesmo estando em um curso superior ainda encontram resistência dentro do próprio ambiente de estudos, por não ter um certo padrão de corpo que é colocado como modelo para o profissional de Educação Física. As questões que foram levantadas, uma delas, sobre o dualismo que existe na área da Educação Física entre o licenciado e o bacharel, corroboram para as diferentes vertentes que o bacharelado e a licenciatura assumem em suas funções. Logo, na licenciatura acredita-se não é preciso ter um corpo perfeito como a mídia coloca, mas sim, conhecimento e segurança do conteúdo que vai transmitir em suas aulas.

Em suma, os discentes compreendem que não existe o corpo perfeito propagado pela mídia, assim como o ideal é sentir-se bem com o próprio corpo, importando o conhecimento que o professor traz consigo e que através dele, pode oportunizar a construção de um indivíduo crítico, autônomo e pensante.

Ressalte – se que o estudo teve algumas limitações, pois alguns discentes não aceitaram participar da pesquisa por ter vergonha da entrevista, e outros por não quererem falar do tema, justificativa que se apresenta como contraditória, visto que o curso tem como base de estudos o corpo.

Desta feita, espera-se que novos estudos sejam feitos a respeito da temática pesquisada, servindo esta como norteadora para a criação de novos subsídios para as aulas e para as práticas dos futuros docentes do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPB – Campus Sousa.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos, se houver, deverão ser alocados antes das referências.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, D. F. L. O Corpo Representado por Mulheres Atletas de Body Building. 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/labesc/files/2010/06/DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 27 out. 21.
- BALESTRA. C.M.; Aspectos da Imagem Corporal de Idosos, praticantes e não praticantes de Atividades Físicas. Unicamp, Campinas(SP), Revista História, Ciências e Saúde, 2002. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/275458/1/Balestra_CarmencitaMarcia_M.pdf. Acesso em: 02 out. 21.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1998.
- BASTOS, S. N. D.; LINHARES, M. A. S.; SILVA, L. V. A. Problematizando a imposição de corpos femininos desejáveis nas histórias em quadrinhos da Turma da Mônica Jovem. Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio, p. 312-333, 2021. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/534>. Acesso em: 02 out. 21.
- COIMBRA, C. M. B. Mídia e produção de modos de existência. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, DF, v.17, p.14, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/NyfNcdqHZLwbGqB4J7bRCSp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 21.
- DAOLIO, J. Educação Física e o Conceito de Cultura: polêmicas do nosso tempo. Autores associados, 2018.
- FRANCO, V. H. P.; NOVAES, J. da S. Estética e imagem corporal na sociedade atual. Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640, v. 6, n. 2, p. 111-118, 2018. Disponível em: <http://www.saocamilos.br/revista/index.php/cadernoscamilliani/article/view/132>. Acesso em: 15 out. 21.
- FROIS, E.; MOREIRA, J.; STENGEL, M.; Mídias e a imagem corporal na adolescência: o corpo em discussão. Psicologia em estudo, v.16, n.1, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/7yndSDgPJX4jXXYJymhcWkM/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 21.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB) – CAMPUS SOUSA. Projeto Pedagógico de Curso de Educação Física, 2016.
- JANOWSKI, D. A.; MEDEIROS, C. C. C. Corpo social e capital corporal: considerações a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Problematiza: Revista Internacional de Filosofia, v. 9, n. 2, p. 283-293, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6824870> Acesso em: 15 out. 21.
- LE BRETON, D. A sociologia do Corpo. (2 Ed.) Tradução de Sônia M. S. Fuhrmann - Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.
- LE BRETON, D. A Sociologia do Corpo. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- LIRA, A. G. et al. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 66, p. 164-171, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/6NrPypcRchnc35RH9GLSYwK/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 16 out. 21.
- MARZANO-PARISOLI M. M. Pensar o corpo. Petrópolis, RJ: Vozes; 2004.

MERLEAU-PONTY, M. O primado da percepção e suas consequências filosóficas. Autêntica, 2017.

PALMA, A.; ASSIS, M.; Uso de esteroides anabólico-androgênicos e aceleradores de metabolismo entre professores de educação física que atuam em academias de ginástica. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v.27, n.1, p.7592, set.2005. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/135>. Acesso em: 18 out. 21.

SABA, F. Aderência à prática de exercício físico em academias. São Paulo: Manole, 2001.

SERRA, G. M. A.; Saúde e nutrição na adolescência: obesidade e corpo ideal. Escola Nacional de Saúde Pública. Revista capricho. p. 136, 2001.

SILVA, A. C.; LÜDORF, S. M. A. A área de Educação Física/Ciências do Esporte na era do capitalismo artista ou transestético. Motrivivência, v.29, p.218-224, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29nespp218>. Acesso em: 18 out. 21.

SOUTO, S.; FERRO-BUCHER, J. S. N. Práticas indiscriminadas de dietas de emagrecimento e o desenvolvimento de transtornos, Rev. Nutr., 19(6):693-784, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/YsxbPv5PJkHvrYsjLYPYd3n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 out. 21.

SOUZA, A. F. C. O Percurso dos Sentidos sobre a Beleza através dos Séculos uma análise discursiva. Dissertação de Mestrado. UNICAMP (IEL), 2004.

TAVARES, D. Iop et al. Existe diferença entre imagem corporal e autoimagem genital de idosas com e sem incontinência urinária?. Revista Kairós: Gerontologia, v. 23, n. 1, p. 223-237, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/50117>. Acesso em: 22 out. 21.

VAZ, Alexandre Fernandez. Dos corpos infantis em ambientes educacionais. Cadernos de Formação RBCE, v.9, n. 2, 2019. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2352>. Acesso em: 22 out. 21.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: A SOCIEDADE EM SUA INTEGRALIDADE

VOLUME IX



conhecimentolivre.org/home



contato@conhecimentolivre.org



[editoraconhecimentolivre](https://www.instagram.com/editoraconhecimentolivre)



EDITORIA CONHECIMENTO LIVRE